

JUNHO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

INDÍCE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Programa integrado de desenvolvimento quer reduzir á metade da pobreza extrema.	1
1.2	A mais cara cidade do mundo	1
1.3	O fosso entre ricos e pobres	2
1.4	Empresários no combate à pobreza	2
1.5	Fata faliu com 342 trabalhadores sem salário	3
1.6	Estradas travam sucessos do crédito agrícola	3
1.7	Estamos a reduzir a pobreza na província	5
1.8	Bolsa família a favor dos mais pobres	7
1.9	Luanda cidade mais cara do mundo	7
1.10	Luanda é a city mais cara do mundo	7
1.11	Catambor: a favela da maianga	8

2 MICROFINANÇAS

2.1	Bornito de sousa pede adesão das mulheres ao micro-crédito	10
2.2	Camponeses satisfeitos com crédito agrícola	10
2.3	Jovens empreendedores fazem sucesso na huila	11
2.4	Camponeses insatisfeitos com credito agricola	13
2.5	Camponeses associados procuram empréstimos	13
2.6	Camponeses beneficiam de crédito	13
2.7	Camponeses associados procuram empréstimos	14
2.8	Pequenos ofícios estão em vias de extinção	14
2.9	Camponeses beneficiam de crédito	15
2.10	Penduras por falta de crédito	15
2.11	Niveis de reembolso são satisfactorios	16

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Transferência do roque Um autentico fiasco	19
3.2	Antigos armazéns transformados em colégios	19
3.3	GPL Apresenta resultados da arrecadação de receitas	20
3.4	Fiscalização apertada das actividades comerciais ganha expressão	20
3.6	As leis e os munícipes	21
3.7	Furtos da fiscalização	22
3.8	Clientes indiferentes	23
3.9	Pontes de sobrevivência	23
3.10	Criminalidade nas escolas junta educação e politica	24
3.11	Retirada do Roque Santeiro afectou a economia nacional	25
3.12	Preço do oleo alimentar dirpara no mercado paralelo	25
3.13	Aumenta receita na delegação das finanças de luanda	26
3.14	Á margem do desenvolvimento	27
3.15	Universidade Agostinho Neto divulga estudos sobre empresas	28
3.16	Para lá do petroleo	29

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Estudo sobre empresas públicas é apresentado hoje em luanda	33
4.2	Presidente para investimentos públicos direccionadas para a saúde e a educação	33
4.3	Contribuintes que não pagam impostos correm o risco de uma suspensão fiscal	34
4.4	Luanda arrecada A Kz 749 milhões em seis meses	34
4.5	Fuga ao fisco com dias contados	34
4.6	Á margem do desenvolvimento	35
4.7	Universidade Agostinho Neto divulga estudos sobre empresas	37
4.8	Para lá do petroleo	37
4.9	Preço do oleo alimentar dirpara no mercado paralelo	40
4.10	GPL Apresenta resultados da arrecadação de receitas	41
4.11	José Maria dos Santos satisfeito com a recadação de receitas	42
4.12	Fuga ao fisco com dias contados	42
4.13	Aumenta receita na delegação das finanças de luanda	43
4.14	Para lá do petroleo	43
4.15	Benguela: gb mostra ao governo o caminho da transparencia	48
4.16	Estudo sobre empresas públicas é apresentado hoje em luanda	48
4.17	Presidente para investimentos públicos direccionadas para a saúde e a educação	49
4.18	Contribuintes que não pagam impostos correm o risco de uma suspensão fiscal	50
4.19	Luanda arrecada A Kz 749 milhões em seis meses	50
4.20	Fuga ao fisco com dias contados	50
4.21	Aumenta receita na delegação das finanças de luanda	51
4.22	Preço do oleo alimentar dirpara no mercado paralelo	51
4.23	Á margem do desenvolvimento	52
4.24	Preço do oleo alimentar dirpara no mercado paralelo	54

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Municípes pedem exoneração do administrador	56
5.2	Desordenamento autárquico	56
5.3	A batalha de ideia sobre o Conceito de rádios comunitária	57
5.4	Mídia comunitária na promoção da cidadania	58
5.5	José Maria é dos santos mas não faz milagres...	59
5.6	Primeira rádio comunitária é instalada em Catchiungo	60
5.7	Luanda administradores municipais recém-exonerados a caminho do tribunal	60
5.8	Falta de bancos nos municípios dificulta pagamento dos salários	62
5.8	Nasceu a nova província de Luanda	62
5.9	Cinco administradores de Luanda perdem estatu	63
5.10	Administração da ingombota define prioridades	63
5.11	Cidade do kilamba foi escolhida para ensaiar o modelo autárquico	64
5.12	Governadores e administradores municipais passam “a pente fino”	64
5.13	Cidade do kilamba já tem gestores	65
5.14	Executivo propoe integração em luanda das regioes de icolo e bengo e quissama	66
5.15	Administrador pede o apoio da comunidade	67
5.16	Poder tradicional reforça identidade	67
5.17	Cassequel do buraco “está pior”	67
5.18	Demógrafo estima população angolana em 20 millhões de habitantes	68

5.19	Deputados aprovam alteração administrativa	69
5.20	Divisão de Luanda Bengo levou 2 anos a discutirem intensamente	70
5.21	Autarquias locais tema de palestra	71
5.22	Luanda desajustada	71
5.23	Parlamento debate divisão administrativa de Luanda e Bengo	72

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Luanda acolheu fera de casa própria	73
6.2	Crise portuguesa reduz expositores da feira imobiliária de Luanda	73
6.3	Pânico no projecto nova vida	74
6.4	Build tem mil casas	75
6.5	Oncessão de crédito de campanha	75
6.6	Criadas regras para a venda das habitações	76
6.7	Inaugurada cidade do Kilamba	76
6.8	Depois do Kilamba, futungo de belas é a cidade que se segue	78
6.9	Cidade com cemitério	79
6.10	Apartamentos na cidade do Kilamba podem custar até 300 mil dólares	79
6.11	GIKA engavetado na ANIP	80
6.12	Regras para aquisição de habitações	81
6.13	A cidade de Kilamba	81
6.14	Executivo preconiza aumento gradual de novos focos	82
6.15	Kilamba: a espera do mercado imobiliário	83
6.16	Policiais negociam casa do zango	84
6.17	“A cidade do Kilamba vai beneficiar apenas os ricos”	85
6.18	Desvendado o “segredo” da nova centralidade	86
6.19	“Quem constrói deveria fazê-lo com qualidade”	87
6.20	Acesso às casas na cidade do Kilamba	89
6.21	O fomento habitacional	90
6.22	Jovens aguardam ansiosos pela divulgação de preços	91
6.23	Fundo rodoviária e de habitação facilitam tarefa do executivo	91
6.24	Mercado imobiliário ganha cerca de três mil novos apartamentos	92
6.25	Quem serão os inquilinos da cidade do Kilamba?	93
6.26	Casa para todos sem cambalacho!	95
6.27	Kilamba dispõe de condições para uma vida condigna	96
6.28	PR lança primeira pedra de requalificação do perímetro do Futungo	97
6.29	Indisciplina e desobediência	97
6.30	Cidade com História e carregada de futuro	97
6.31	Mega projecto Luanda towers arranca em Agosto	98
6.32	Governante defende participação activa dos agentes económicos	99
6.33	Gabinete de obras especiais rende grn	99
6.34	SOS habitat	100
6.35	Aquém do prometido	100
6.36	Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo	102
6.37	Executivo preconiza redução do défice habitacional	103
6.38	Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo	104
6.39	Desafecção de terrenos de orla costeira	105

7 TERRA

7.1	Policia acusado de falsificar documentos	106
7.2	Bento Soito tira sono à população da Sapú	106
7.3	Fazendeiros incapacitados poderão perder propriedades	107
7.4	Solos do Kwanza-Norte são considerados aráveis	107
7.5	Caculama com reservas fundiárias	108
7.6	No kuando kubango 150 mil pessoa por reassentamentar	108
7.7	O truque das reservas fundiarias	109
7.8	Posse da terra autorizações devem envolver as autoridades	110
7.9	Do B.O para o do bairro operário	110
7.10	Setentaedois anos a residirno B.O'	111
7.11	Tentativa de sobrefacturação divorcia Carlos Feijó e José Maria	111
7.12	Água paga com cartões multicaixa	112
7.13	Sempre em Luanda JES lança primeira pedra na requalificação do futungo de belas	112
7.14	Construções anárquicas na periferia preocupam administração do Sumbe	113
7.15	Primeira-dama da República cativa terras no Huambo	113
7.16	Novas demolições agitam Cazenga	114
7.17	Desafectação de terrenos de orla costeira	114

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Policia combate garimbo de água	116
8.2	Água para no Mártires de Kifangondo	116
8.3	Água á míngua, cacetada por cima	116
8.4	Detenções ilegais	117
8.5	Está a «beber» água	117
8.6	Habitantes de zonas rurais dispõem já de água potável	118
8.7	A mafia da água	118
8.8	Corte de abastecimento de agua	119
8.9	Kikuxi a «mesma água»...	119
8.10	Viana o mais difícil	120
8.10	Caluquembe tem água potável	120
8.11	A Epal deve ponderar a destruição dos tanques de água, para não criar situações gravosas	121
8.12	Girafas sob pressão	121
8.13	Cloro: o material Letal a movimentar	122
8.14	EPAL recebeu mais de 500 milhões de dólares	122
8.15	Valas de drenagem correm risco de transbordar	122
8.16	Lixo à cobrança	123
8.17	Governo contra o perigo”	124
8.19	Municípios vão pagar taxa de limpeza	124
8.20	Os graúdos «tiraram o pé»	125
8.21	Banco mundial dá credito extra ao sector das águas em angola	126
8.22	Consumidores aflitos	126
8.23	Epal	127
8.24	Abastecimento de água é reforçado na província	127
8.25	Destruição de “girafas clandestinas” provoca catencia de água	127
8.26	Arte de privatizar o Estado	128
8.27	Destruição de “girafas clandestinas” provoca catencia de água	129
8.8	Campanha de arborização no Kilamba-Kiaxi	130
8.9	Apoio do Japão dá água potável às populações do Chivalo	130

8.10	Rubricado memorando para melhorar o acesso a água potável e saneamento	130
8.11	O memorando visa contribuir para melhorar o acesso ao precioso e saneamento nas províncias de Moxico e Luanda.	131
8.12	Reforçado o abastecimento no Kapango e Mandembwe	131
8.13	Reforçado o abastecimento no Kapango e Mandembwe	132
8.14	Água paga com cartões multicaixa	132
8.15	Falta de saneamento básico preocupa munícipes	132

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Estudos sobre o Ambiente têm termos para elaboração	134
9.2	Instituto de desenvolvimento florestal prevê aumento de produtos de plantas	134
9.3	Campanha de arborização no Kilamba-Kiayi	135
9.4	Cintura verde de Luanda perde mais de meio milhão de dólares	135

10 AMBIENTE

10.1	Alambamento continua vivo na cultura angolana	137
10.2	Cresce número de casos de rapto em Luanda	137
10.3	Mulheres aterrorizadas	138
10.4	Metodistas no combate á violencia	138
10.5	Urge a reactivação da ODP e BPV	139
10.6	Cidadãos culpam os homens	139
10.7	Falta de segurança nas escolas	140
10.8	Luanda apresenta marginais	141
10.9	Conferência sobre “Género e Governação local”	141

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Programa integrado de desenvolvimento quer reduzir à metade da pobreza extrema.

Jornal de Angola
08 de julho de 2011 1.1

Rosa Pacavira, que falava no final de uma visita à província do Bié, afirmou ser preocupação do Executivo a melhoria das estradas secundárias e terciárias, a concessão de créditos para os camponeses e comerciantes do campo e a criação de mercados rurais.

Satisfeita com a execução física e financeira do referido programa no Bié, recomendou aos membros do governo local, e em especial aos administradores municipais, maior empenho no estudo e elaboração de projectos que vão permitir ao Executivo alcançar êxitos.

Rosa Pacavira participou ontem na sexta reunião técnica dos administradores municipais do Bié, que abordou a implementação de diversos programas do Executivo, com destaque para o Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. A reunião foi orientada pelo governador da província, Boavida Neto.

Por seu turno, os administradores municipais do Bié recomendaram uma melhor concessão do crédito agrícola e a adopção de medidas que aperfeiçoem a execução do Programa Municipalizado de Saúde.

De acordo com o comunicado final, manifestaram a sua preocupação com a exploração desenfreada de inertes. Além disso, discutiram questões como o absentismo dos professores colocados nas zonas rurais e o empenho efectivo dos administradores municipais na fase de actualização do registo eleitoral recepção dos refugiados angolanos países vizinhos, que regressaram voluntariamente ao país.

Durante o encontro, Boavida Neto pediu aos administradores municipais uma maior intervenção nos programas dos sectores saúde, educação, saneamento básico e aumento da produção agrícola nas comunidades.

Considerou, por outro lado, que o Programa de Combate à Pobreza I um novo alento na solução dos problemas do povo, mas defendeu que deve haver uma participação activa dos administradores municipais.

No quadro do referido programa, Executivo está a investir mais de 200 mil milhões de kwanzas, estando a execução dos projectos na ordem de 87 por cento. Dos cerca de 200 projectos, adiantou Boavida Neto, consta a

construção de escolas, postos de saúde, residências para os técnicos, melhoria do abastecimento de água potável, energia eléctrica, reabilitação de estradas e outras acções. A província do Bié tem nove municípios: Cuito, Andulo, Cuemba, hinguar, Chitembo, Kamacupa, Katabola, e Kunhinga. Ocupa uma área territorial de 70.314 quilómetros quadrados e tem uma população estimada em dois milhões.

I.2 A mais cara cidade do mundo

Jornal angolense
de 16 a 23 de julho de 2011

A pesquisa, da autoria da Mercer, uma consultoria das mais prestigiadas do mundo, volta colocar a cidade de Tóquio, Japão, na segunda posição e N'Djamena, no Chade, em terceiro lugar. Moscovo vem a seguir na quarta posição, com Genebra em quinto e Osaka em sexto. Zurique subiu uma posição para a sétima do ranking, enquanto Hong Kong caiu para o nono lugar e em décimo lugar São Paulo, Brasil, enquanto que a cidade de Carachi, no Paquistão, é a mais barata, onde o custo de vida é três vezes mais baixos e Angola.

Note-se que nesta pesquisa, a cidade de Nova York, Estados Unidos da América, é usada como base e serve de comparação para todas as outras. Os movimentos cambiais são medidos em relação ao dólar americano, sendo que o custo de moradia, que é em geral a maior despesa dos expatriados, joga um papel importante na classificação das cidades.

Segundo Nathalie Constantin-Métral, pesquisadora sénior da Mercer e responsável pela compilação anual do ranking, as empresas multinacionais perceberam há muito tempo a vantagem competitiva de uma força de trabalho de mobilidade global, embora o desafio permanente seja equilibrar os custos de seus programas de expatriados.

Nathalie acrescenta que flutuações cambiais, inflação, instabilidade política e desastres naturais são factores que influenciam o custo de vida para os expatriados, sendo por isso essencial que os empregadores entendam o impacto desses factores para conter gastos e assegurar a retenção de funcionários qualificados com ofertas de pacotes de remuneração competitivos.

“As flutuações cambiais resultantes destes factos e o impacto da inflação em mercadorias e serviços - em especial DO combustível, causaram certa reorganização do ranking,” acrescentou Nathalie, para depois dizer que em geral, o custo de vida nas cidades europeias permaneceu relativamente estável, enquanto na

África o quadro é desigual em virtude da disponibilidade limitada de acomodação, o que causa aumento no custo de vida em algumas das principais cidades. A pesquisa envolve 214 cidades em cinco continentes e mede o custo comparativo de mais de 200 itens em cada local, inclusive moradia, transporte, alimentação, vestuário, utilidades domésticas e entretenimento. É a mais abrangente pesquisa de custo de vida do mundo, tendo como objectivo auxiliar as empresas multinacionais e governos a definirem os subsídios aos seus funcionários expatriados.

1.3 O fosso entre ricos e pobres

*Folha 8
23 de Julho*

Sendo do conhecimento geral que Angola é um dos países do mundo com maiores e mais ricos recursos naturais, custa muito admitir, perante o aflitivo cenário de vida do seu pobre, sofredor e sacrificado povo, que tão enorme malapata se tenha abatido sobre ele. E quando nos debruçamos sobre o seu caso *suis generis*, com a sua guerra fratricida, na qual a esmagadora maioria dos seus filhos sofreu os maiores dissabores por toda a parte no país, com muitos deles a morrer no mato por obra da fome, dos mosquitos e, sobretudo, dos seus próprios irmãos, enquanto uma míngua de sortudos se refastelava nos nimbos de uma riqueza usurpada, como esses que se candidatam à compra de residências que custam milhões de dólares, dá vontade de questionar se Deus realmente existe. E, passados cinco anos, quando chegamos ao fundo da questão na análise dessa imensa miséria (material e moral), deparamo-nos com um constato tão aterrador como ontem. Em 2006, o total dos depósitos bancários existentes em Angola totalizava mais de 2,5 biliões de dólares, enquanto o número de depositantes, que não ultrapassava os 2,2 por cento da população de Angola, ou seja, num total de uns 16 milhões de habitantes apenas qualquer coisa como 400 mil pessoas eram titulares duma conta bancária. Discrepância simplesmente ABISMAL.

Ora o que é aterrador é que hoje por perto paramos, pois essa discrepância foi rectificada à maneira angolana, com um fenomenal crescimento de fundos milionários e uma mais que sofrível melhoria no que concerne as mais modestas poupança familiares. E o drama aqui anunciado é o crescer do fosso entre ricos e pobres, uma espécie de bolha inflacionária que transformará os ricos de hoje em futuros resquícios nauseabundos da Humanidade.

1.4 Empresários no combate à pobreza

*Jornal de Angola
23 de Julho de 2011*

Os empresários da Associação Agro-Pecuária Industrial e Comercial da Huíla (AAPCIL), anunciou, na quarta-feira, o seu presidente, vão aumentar as acções que contribuam para o êxito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza.

António de Lemos disse que tem incentivado os associados a colaborarem com o governo na construção infra-estruturas escolares e hospitalares, de água, saneamento e rodoviária e noutros projectos, que contribuam para o bem-estar das populações.

“ Temos consciência que boa parte das populações passam algumas necessidades e cabe aos empresários uma fatia muito importante na resolução dos problemas das comunidades, enquanto motores do desenvolvimento económico e social”, sublinhou.

A classe empresarial na Huíla, disse, tem cumprido o seu papel, através da criação de postos de trabalho para a juventude, oferta a determinadas comunidades de escolas, postos médicos e instrumentos de trabalho para agricultura. “O governo está a fazer um grande trabalho, extremamente importante, no combate à fome e à pobreza, pois a tarefa não é fácil, uma vez que Angola sofreu uma guerra de 30 anos”, frisou. Não é fácil em pouco tempo, lembrou, construir escolas, hospitais, sistemas de abastecimento de água e energia, estradas inter-provincial, secundárias e terciárias em todas as comunidades.

O presidente da AAPCIL referiu que o sector empresarial é um parceiro fundamental neste desafio do Executivo de melhorar ás condições de vida das populações, sobretudo as do meio rural, que têm mais dificuldades.

É necessário, frisou, que empresários, autoridades tradicionais e a população em geral colaborem neste projecto do Executivo, quer na construção de infra-estruturas, quer na sua conservação.

1.5 Fata faliu com 342 trabalhadores sem salário

*Revista economia e mercado
Julho-2011*

Tem-se dito que um mal não vem só, e é isto o que se passa com a Fábrica de Tubos de Angola (FATA), que faliu este ano por falta de financiamento, deixando 342 trabalhadores sem os salários de um ano, nem as respectivas pensões de reforma por não estarem inscritos no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

A falência do complexo fabril, que albergava uma fábrica, a FATA, uma metalúrgica e um complexo turístico, foi declarada por uma comissão de gestão nomeada há três anos pelo actual Ministro da Indústria, Geologia e Minas, Joaquim David, com o objectivo de relançar economicamente a unidade através da recuperação de um potencial volume de negócios avaliados em três milhões de dólares ano.

De acordo com um porta-voz da comissão sindical, Lucas da Silva, em entrevista ao Novo Jornal, a comissão nomeada pautou a sua actuação por sucessivos desca-minhos dos meios financeiros obtidos com a produção dos últimos três anos, cuja facturação rondará os cinco milhões de dólares.

Por outro lado, segundo um antigo responsável da fábrica, Mário Ribeiro, que se manteve no cargo de director até 2007, previa-se um rendimento anual do complexo industrial de aproximadamente 90 milhões de dólares, sendo que do plano estratégico constava um financiamento do Banco de Poupança e Crédito (BPC) avaliado em 7,5 milhões de dólares, dos quais quatro seriam empregues em equipamentos no quadro do programa de reabilitação e expansão das duas linhas de produção da fábrica de tubo.

Outros três milhões de dólares seriam destinados à importação de aço, recuperando a unidade para uma produção de 30 mil toneladas/mês. Sendo assim, e a ser verdade que ainda há três anos a fábrica tinha uma produção de 12 mil toneladas de tubo por ano, e “não havia salários atrasados e as linhas de crédito eram saudáveis e activas” como revelaram os trabalhadores ao Novo Jornal, obviamente que esta situação vem confirmar as acusações da comissão sindical, que igualmente acusa os responsáveis dos recursos humanos de criarem uma difícil coabitação entre os gestores e os operários, o que resultou no afastamento prematuro de Mário Ribeiro. Entretanto, um dos três membros da actual comissão de gestão, Samuel Mpenbele, negou as acusações, alegando que o pouco dinheiro obtido com a comercialização nos últimos três anos tem sido usado na liquida-

ção dos empréstimos, acrescentando que, em relação ao pagamento dos salários, avaliados em 150 mil dólares mês, não são liquidados também por ausência de verbas.

A falência da FATA é em si só um exemplo perfeito de má gestão, mas mais grave ainda é o facto de os trabalhadores, alguns deles na instituição desde finais da década de 60, nunca terem sido inscritos no INSS, estando, desta forma, impossibilitados de beneficiar das devidas pensões de reforma, situação que os remete à indigência. Este é, portanto, mais um caso em que as autoridades competentes são chamadas a intervir para que a justiça e a solidariedade prevaleçam.

1.6 Estradas travam sucessos do crédito agrícola

*Jornal de Angola
25 de Julho de 2011*

A falta de condições para escoamento dos produtos, devido ao mau estado das estradas da província do Zaire, tem vindo a dificultar a actividade dos 20 mil agricultores distribuídos em 118 cooperativas e 268 associações de camponeses, que fazem do campo a “tábua de salvação” para a auto-suficiência alimentar e combate à pobreza.

O sucesso da actividade agrícola no Zaire pode encontrar respaldo se os camponeses optarem pelo crédito Agrícola que o BCI está a aplicar. O governador do Zaire, Pedro Sebastião, diz que o Programa Crédito Agrícola de Campanha, em curso na região, depende muito de dois aspectos fundamentais: a problemática das estradas degradadas e a falta de uma rede de transportes que possibilite o escoamento dos produtos agrícolas das sedes comunais, municipais e provinciais para os grandes centros de consumo.

“Sabemos que muitos de vós já produzem há longos anos, mas o resultado do vosso trabalho acaba por se estragar nas zonas de cultivo, porque não têm a possibilidade de transportar a mercadoria para os centros de consumo”, disse.

Pedro Sebastião teceu estas declarações à margem do acto que marcou na passada semana a abertura do programa de concessão do Crédito Agrícola, que beneficiou na primeira fase 55 agricultores organizados em cooperativas e associações.

O governador do Zaire afirmou que desde o fim do conflito armado, Angola tem vindo a alcançar níveis altos de crescimento económico, situação que, segundo ele, ainda não se reflecte positivamente na vida de todos os cidadãos, principalmente os habitantes das zonas rurais. Por essa razão, continuou, o Presidente José Eduardo dos Santos orientou a execução a nível rural do Crédito agrícola. Um projecto que, no seu entender, procura,

levar os ganhos do crescimento económico a todas as regiões de Angola, sobretudo as zonas rurais, onde as populações mais sofreram as agruras da guerra.

O governador pediu, por isso, o -envolvimento efectivo dos administradores municipais, comunais e autoridades tradicionais no programa, para que nenhuma parte da província se sinta excluída do processo.

Pedro Sebastião mostrou-se satisfeito com os passos dados, apesar das dificuldades, e disse:

“Agradecemos a todos que contribuíram para que este programa se concretizasse na província do Zaire. Garantimos que vamos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que este crédito sirva de facto os interesses da nossa população”, rematou.

Agricultores

Maria Diavua, da associação familiar de Mbococo, na aldeia da Bela Vista, comuna do Luvo, onde cultiva mandioca, laranja, banana, ananás e repolho, diz que enfrentam muitas dificuldades, por não possuírem meios para transportar os produtos até ao município do Soyo, um dos mercados mais competitivos da província do Zaire.

Apontou a escassez de sementes agrícolas, dinheiro para pagar os trabalhadores e aumentar novas áreas de cultivo, tendo em conta o longo período que já trabalham a terra. “Temos transportado os sacos de couve e outros produtos na cabeça, do campo até ao mercado transfronteiriço do Luvo”, afirma.

A presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA) no Zaire, Amélia Alice Calasse, confirmou o cenário que os mais de 20 mil camponeses da província atravessam.

“O camponês não tem dinheiro, instrumentos de trabalho, nem meios de transporte. A pobreza está muito acentuada no meio rural e, por isso, o Executivo tomou a iniciativa certa, ao ajudar os camponeses com material de cultivo para diminuir a fome e a pobreza”, disse.

Assinatura de contratos

Manuel Sarineto, da cooperativa TKS, recebeu crédito de 291 mil Kwanzas. No acto formal da entrega do crédito esteve o presidente do Conselho de Administração do Banco Comércio e Indústria (BCI), Adriano Pascoal, e o vice-ministro da Agricultura para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda. Manuel Sarmento recebeu ainda um kit simbólico composto por duas enxadas e uma catana.

O presidente do Conselho de Administração do BCI informou aos presentes que 55 camponeses afectos à cooperativa BKS, 14 agricultores da associação Zola e um camponês individual receberam naquele dia o crédito agrícola de campanha num montante equivalente em Kwanza a cinco mil dólares americanos.

Adriano Pascoal acrescentou que o Estado, por consi-

derar os camponeses como uma força importante do tecido social, deseja que esta franja da sociedade assuma a responsabilidade de ter uma participação activa no processo de recuperação económica de Angola.

“A oportunidade está aqui, vocês têm tudo para poder trabalhar e mudar o curso das vossas vidas. O Executivo espera que vocês produzam, tanto para o consumo familiar, como também para vender no mercado”, enfatizou. Para isso, o Executivo vai custear 16 por cento dos juros do crédito e os camponeses pagam num horizonte de dez meses apenas cinco por cento de juros, de modo a prevenir o sufoco financeiro atinente aos custos do crédito. “Para um camponês que faz um crédito de mil dólares, reembolsa apenas os mil dólares do crédito mais 50 dólares dos juros. Os restantes 150 de juros, o estado é que vai pagar.”, esclareceu Adriano Pascoal.

Reembolso e acesso ao crédito Adriano Pascoal afirmou haver possibilidades dos agricultores beneficiários do crédito agrícola de campanha pagarem em dez meses os valores cedidos pelo banco, tendo em conta a colheita e venda de hortícolas e cereais plantados ao longo desse período.

Para facilitar o acesso ao crédito de todos os agricultores interessados, foram criados comités de pilotagem do Crédito e grupos técnicos de acompanhamento ao nível local, que trabalham em estreita coordenação com as autoridades municipais, comunais, tradicionais, entidades religiosas, direcção provincial da agricultura e o BCI, com a finalidade de identificar ao nível individual e das associações de camponeses pessoas que tenham o perfil adequado para o acesso ao crédito.

Uma vez identificados os camponeses, os técnicos do grupo de acompanhamento, em estreita coordenação com o BCI, reúnem os processos necessários para que sejam elegíveis à obtenção do crédito agrícola de campanha.

A intenção do Executivo reside na possibilidade dos camponeses darem um salto, da condição de micro camponês para médio. O camponês que faz depósitos 4 e reembolso regular ao banco, está habilitado a outro montante superior de empréstimo, esclareceu Adriano Pascoal.

O responsável do BCI citou que devido a situações de fraca responsabilidade que tiveram lugar no passado, o Executivo entendeu atribuir o crédito em espécie, seja sob forma de concessão de instrumentos de trabalho para a agricultura ou imputes para o desenvolvimento agrícola.

“A nossa experiência mostrou que a outorga de crédito em dinheiro é problemática, porque, nalguns casos, existem camponeses que, por não assumirem plenamente a responsabilidade, direccionavam os empréstimos para outros fins que não a agricultura”, disse.

Adriano Pascoal afirmou que os camponeses que não forem capazes de reembolsar o crédito no prazo estipu-

lado são inscritos na Central de Riscos de Crédito do Banco Nacional de Angola e irradiados da obtenção de qualquer empréstimo bancário, seguindo-se os procedimentos judiciais que obrigam o endividado a honrar os seus compromissos.

O responsável do BCI solicitou às autoridades municipais, da agricultura, os grupos técnicos de acompanhamento e os comités de pilotagem no sentido de prestarem toda a atenção possível aos preços praticados pelo fornecedor de insumos agrícolas e outros materiais de produção, de modo a que os produtos cheguem ao mercado além preço razoável e o agricultor também tire rendimento do seu trabalho.

Recursos florestais

O vice-ministro da Agricultura para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, sublinhou a importância de crédito agrícola de campanha para a mudança da situação económica das populações, referindo que o “crédito agrícola significa credibilidade”.

O vice-ministro chamou a atenção dos agricultores para cuidarem dos bens que possuem para evitar que lhes seja retirado o direito do merecimento.

“Se forem capazes de interpretar correctamente o interesse do Executivo em atribuir o crédito bancário para trabalharmos a terra, vão dar conta que tem de ser responsáveis nesta tarefa.

Vocês devem saber repor o dinheiro emprestado para ganhar credibilidade junto do banco, de maneira a habilitarem-se a outros valores mais elevados”, disse o governante, sublinhando que na tarefa de reconstrução do país cada um dos angolanos deve dar o seu contributo a partir da sua área de trabalho.

1.7 Estamos a reduzir a pobreza na província

Jornal de Angola
30 de Julho de 2011

A situação económica da província do Blé, durante o primeiro semestre, foi considerada razoável e houve grandes avanços nas áreas da saúde, educação, agricultura, assistência social, desporto, cultura e da família e promoção da mulher. Em entrevista ao Jornal de Angola, o vice-governador para a área política e social, Afonso Jorge Assafe, explica como foram possíveis os avanços registados e as áreas que merecem prioridade do governo para reduzir a pobreza na região.

Jornal de Angola - Que avaliação faz da situação social e económica da província?

Afonso Assafe - Assisti mos a um crescimento nos sectores sociais e produtivos. A agricultura, desenvolvimento rural e pescas, incluindo o sector do comércio e da

indústria têm avanços visíveis. Registamos crescimento de moagens, de carpintarias, serralharias, transportes e telecomunicações.

JA – *Que indicadores tem sobre este crescimento?*

AA - Os indicadores reais estão ligados às quantidades de projectos que estão a ser executados nos municípios. A estes podemos juntar os projectos que as Administrações Municipais estão a executar no âmbito do programa de combate à pobreza. Há também projectos em execução que estão melhorar as condições nas áreas da educação e da saúde

JA – *Já é possível falar da redução da pobreza no seio das populações?*

AA – Hoje já não depende da ajuda externa em termos da alimentação. Os apoios do Ministério da Agricultura aos camponeses e pequenos ou médios produtores estão a fazer com que a produção agrícola aumente e forneça alimentos para consumo interno e para exportar para outras regiões. Estamos até a criar reservas de sementes para a próxima campanha agrícola.

JA – *Qual é o resultado do programa de combate à pobreza?*

AA – Se tivermos em conta a produção das nossas, populações, por exemplo do município do Andulo, podemos dizer que no caso da agricultura é impressionante. Estou há mais de 15 anos a trabalhar no governo do Bié e fiquei impressionado com a quantidade de produtos que estiveram expostos na feira do Andulo. Os municípios do Chinguar, Catabola e Camacupa também demonstraram um enorme potencial agrícola. Os agricultores estão a mostrar a qualidade dos seus produtos e também os resultados do crédito de campanha do Executivo. Isso explica que a pobreza está a diminuir.

JA – *Ainda há casos de fome na província?*

AA² - Quanto à fome, seguramente que existem em alguns casos, porque há sempre pessoas que não querem produzir. O governo aposta nos que querem produzir. O nosso mercado está bem abastecido de produtos do campo com qualidade.

JA - *Quais os programas ligados ao combate à pobreza?*

AA – O grosso dos programas executados nos municípios tem a ver fundamentalmente com o combate à fome e à pobreza, porque têm maior suporte financeiro. As acções estão a incidir nos sectores da educação, saúde e na criação habitações para os quadros técnicos. As acções do programa foram identificadas pelas Administrações Municipais e aprovadas em reuniões locais de auscultação e concertação social.

JA – *Existem fundos específicos para estes projectos?*

AA – Sim. Há fundos para os programas municipalizados de saúde onde as administrações têm verbas para intervenções ligadas à saúde pública. Um representante da UNICEF afirmou que no continente africano, só em Angola é que há um fundo específico para o sector da saúde e que vai levar como experiência para os restantes países

JA – *Que políticas estão a ser executados para o escoamento?*

AA - Nas comunas o maior problema é o mau estado das estradas secundárias ou terciárias. A região de Sachinemuna, no município do Cuemba, está a produzir arroz, mas o acesso é precário principalmente na época chuvosa. O Andulo está a produzir café arábica, mas também encontra dificuldade para o seu escoamento.

Com o programa de reabilitação de algumas vias secundárias e terciárias levado a cabo pelo governo, sobretudo nos municípios de Catabola e Andulo. Com o avanço da reabilitação do Caminho-de-Ferro de Benguela, que entra em funcionamento em Setembro, pensamos que vai ser mais fácil escoar os produtos agrícolas. O CFB atravessa seis dos nove municípios do Bié.

JA – *Como está a produção de cereais?*

AA - Existem alguns parceiros privados interessados neste sector. Em Camacupa, na área da Catenga, próximo do rio Cuquema, temos mais de 2.500 hectares onde estão a ser produzidos cereais. Quando o embaixador do Japão visitou o Bié mostrou interesse em financiar a produção de cereais aqui na província. Temos bons indicadores nos municípios de Camacupa, Cuemba, Cuito e Catabola, que são grandes produtores de cereais. Há um projecto aprovado recentemente pelo Conselho de Ministros que apoia a produção em grande escala na região de camacupa.

JA – *É possível evitar as importações?*

AA - O objectivo é deixarmos de importar produtos que localmente temos capacidade de produzir. Estamos a consumir arroz, farinha de trigo e café importado, quando podemos produzir esses bens internamente. Dentro de três anos esta tendência vai ser invertida, porque temos potencial para isso e os bancos, através dos créditos de campanha, estão a facilitar o processo de produção agrícola.

JA – *Quais as principais dificuldades para o desenvolvimento da agricultura?*

AA - A principal dificuldade é o escoamento e o governo está preocupado com as vias de comunicação terrestres e ferroviária. Quando o comboio começar a circular a vida da população vai estar facilitada. Claro que os investidores, por aos meios, no ano passado tínhamos falta de ambulâncias. Agora distribuímos ambulâncias

em todos os municípios para facilitar o transporte de doentes.

JA – *Qual é a estratégia para reduzir o número de crianças fora do sistema de ensino?*

AA - Na área da educação também estamos bem. Muitas escolas foram reabilitadas e outras estão a ser construídas em todos os municípios ou comunas. Para solucionar o problema de crianças que estudam debaixo das árvores, o Governo Provincial adoptou o sistema da construção de estruturas com materiais pré-fabricados. As estruturas ligadas às instituições religiosas, como as missões, foram reabilitadas e transformadas em escolas para facilitar o ingresso de maior número de alunos. Actualmente temos mais de 600 mil alunos matriculados.

JA – *Que projectos existem para melhorar a distribuição da água potável e energia?*

AA - A distribuição de água potável já é razoável, mas é preciso fazer ainda mais. Aumentámos o número de perfurações e ligações domiciliárias na cidade do Cuito. Em termos da energia não teremos muitas dificuldades, porque estamos à espera da energia da barragem do Gove e da central de Caluapanda, que entra em funcionamento em breve. Com a falta de indústrias, a maior quantidade de energia vai para os domicílios.

JA – *Como está o projecto de construção de condomínios na província?*

AA – Existem empresas privadas que têm projectado a construção de condomínios para venda ao público através de crédito bancário, tal como acontece em outras localidades do país. Além dos projectos do governo, há igualmente interesse do sector privado em fazer construções para minimizar o problema da habitação.

JA – *O que está a ser feito para a promoção do turismo?*

AA - Reconhecemos que o turismo ainda está fraco. Há pouco investimento e temos enormes potenciais, muitas belezas naturais. Temos belas margens de rios, cascatas, lindas paisagens que devemos aproveitar. Podemos citar como referência a localidade de Camacupa, que tem a reserva natural do Cuemba, os rios Luando e Ngumba, com quedas longas, o Chitembo, onde nasce o rio Kwanza. São lugares que devem ser aproveitados para o turismo.

1.8 Bolsa família a favor dos mais pobres

*Revista economia e mercado
Julho – de 2011*

Embora ainda não exista nenhum projecto palpável, e atendendo o alargamento do fosso que separa os milhões que vivem extrema pobreza e os pouquíssimos endinheirados, a Bolsa Família, um programa de assistência Social, por via do qual se pretende transferir dinheiros do Estado às famílias mais pobres do país, é sem sombra de dúvida mais uma ferramenta de combate, não tanto às desigualdades sociais, mas sobretudo à pobreza que ainda grassa na maioria dos lares angolanos.

Segundo o Semanário Novo Jornal, que veiculou a notícia, foi remetido ao Secretariado do Bureau Político do MPLA, um Memorando sobre o programa social de Transferência directa de recursos financeiros para a população em situação de pobreza extrema, que prevê prestar mais atenção às áreas rurais, por serem as mais afectadas. Ainda não foram adiantadas datas para o início do referido programa, no entanto, segundo a mesma fonte, o projecto movimentará mensalmente 40 milhões de dólares, sendo que a implementação da iniciativa será precedida de um cadastro, a ser efectuado por brigadistas, com apoio dos serviços da Administração local. Sendo que, segundo estimativas internacionais, 37% da população angolana vive com menos de dois dólares americanos por dia, os valores a transferir poderão chegar até aos 120 dólares norte americanos por cada agregado familiar, o que de facto fará alguma diferença na vida destas pessoas.

No entanto, como se tem dito, de boas intenções anda o inferno cheio. Deste modo, espera-se que este programa não seja só mais um mecanismo de desvio do erário público, sendo necessária uma fiscalização rigorosa do Tribunal de Contas e de outras entidades responsáveis, para que de facto os beneficiários sejam os mais desfavorecidos e não, mais uma vez, os já abastados. A ver vamos.

1.9 Luanda cidade mais cara do mundo

*Jornal semanario factual
de 16 a 23 de Julho de 2011*

A capital de Angola foi considerada, pelo segundo ano consecutivo, a mais cara do mundo para expatriados, enquanto a de Carachi, no Paquistão, é a mais barata, apurou um estudo divulgado segunda-feira, 11, pela AFP.

O estudo, que analisou 214 cidades e que tem por referência a cidade de Nova Iorque, é baseado em critérios como custo de habitação, transporte, alimentação, vestuário, entretenimento electrodomésticos.

O objectivo do estudo é ajudar os governos e empresas multinacionais a avaliar o montante dos prémios a dar aos seus funcionários que estão em mobilidade internacional.

Num ranking dominado por países de África, Europa e Ásia, a cidade de Carachi, no Paquistão, foi considerada aquela com menor custo de vida, três vezes mais barata do que Luanda. As cidades de Tóquio, Ndjamena (Chade), Moscovo e Genebra são as outras cidades que fazem parte do top cinco. Brasil.

1.10 Luanda é a city mais cara do mundo

*Jornal folha 8
16 de Julho de 2011*

A capital de Angola foi considerada, pelo segundo ano consecutivo, a cidade mais cara para expatriados, enquanto a de Carachi, no Paquistão, é a mais barata, apurou um estudo. O estudo analisou 214 cidades, e tem como referência a cidade de Nova Iorque. É baseado em critérios como custo de habitação, transporte, alimentação, vestuário, entretenimento e electrodomésticos. O objectivo do estudo é ajudar os governos e empresas multinacionais a avaliar o montante dos prémios a dar aos seus funcionários que estão em mobilidade internacional. Num ranking dominado por países de África, Europa e Ásia, a cidade de Carachi, no Paquistão, foi considerada aquela com menor custo de vida, três vezes mais barata do que Luanda. As cidades de Tóquio, Ndjamena (Chade), Moscovo e Genebra, são as outras cidades que fazem parte do top cinco.

Alassane Ouattara enxota Sonangol

A vontade de vender as acções da Sonangol é também ditada, pelo apoio demonstrado pelo governo Angolano para ex-Presidente ivoiriense Laurent Gbagbo. Presidente da Costa do Marfim Alassane Ouattara solicitou que a Sonangol venda as acções que tem na refinaria nacio-

nal da Costa do Marfim (CRS). Resta agora encontrar o comprador. Insatisfeito com a falta de capacidade de resposta da Sonangol na empresa de refinaria nacional da Costa do Marfim (CRS) desde que entrou em Março de 2008, o novo ministro da energia, Adama Toungara e o chefe do CRS, Joel Dervain foram encomendado pelo presidente da Costa do Marfim de encontrar compradores para as acções da Sonangol. Alassane Ouattara criticou especificamente a Sonangol, que detém 22% do CRS (Empresa de Refinaria nacional da Costa do Marfim), de nunca ter refinado petróleo (crude) na refinaria nacional

“- (CRS) para abastecer petróleo refinado para Angola como foi previsto quando da assinatura do contrato com Manuel Vicente em Março 2008. Luanda, teoricamente, levaria o crude angolano para a refinação em Abidjan.

Camponeses do Capungo em dificuldades

Os camponeses de Capungo, na comuna de Massangano (Kwanza Norte) enfrentam dificuldades para transporte e comercialização dos produtos agrícolas, por causa do mau estado da via que liga à aldeia aos principais mercados do município.

Em declarações à imprensa, o líder da agremiação dos camponeses de Capungo, Moisés Francisco, informou que o actual estado do troço km 34/ Capungo, numa extensão de 10 quilómetros, tem dificultado os clientes a chegarem à aldeia para a compra dos produtos, como laranjas, limões, banana, tangerinas e hortícolas. A Associação dos Camponeses da Aldeia de Capungo tem 45 associados que, na presente época agrícola, produziram laranja, limão, tangerina e banana, produtos que estão a deteriorar por falta de compradores. O responsável salientou que a localidade da Capungo é potencialmente agrícola. Anualmente é cultivados, em grande escala, banana, milho, mandioca, feijão citrina, entre outros produtos, mas que acabam por deteriorar devido a dificuldades de escoamento, por causa das condições das vias.

Solos aráveis sobproveitados

A pensar de ausência de análises laboratoriais recentes, os solos no Kwanza-Norte são considerados aráveis e abundam os cursos de água. Estes aspectos são imprescindíveis agriculturas em geral e, em particular, para a horticultura alcançar patamares industriais, sobretudo nos municípios de Cazengo, Kambambe e do Lucala, favorecidos pelo relevo que ostentam. Impões E’, assim, uma nova mentalidade para os produtores, baseada na visão empresarial, atraindo técnicos para o campo e aquisição de tecnologia. O agrónomo Paulo Sungo sugere a escolha dos períodos de cultivo, por exemplo, em montanha com declive tecnicamente aceitável, no

tempo de maior regularidade das chuvas (Fevereiro, Março e Abril), para se efectuar a comercialização a partir de Maio.

I.11 Catambor: a favela da maianga

Jornal angolense
30 de Julho de 2011

Nesta semana fomos até ao bairro do Catambor conhecido como “condomínio da alta segurança”, isto ainda no Município da Maianga. Para quem sai do largo 1º de Maio em direcção a ponte do Zamba Dois, antes existe uma paragem chamada Mulembeira (é assim denominada porque existe uma empresa no local com o mesmo nome). Em frente a esta empresa que encontramos o acesso a entrada do Catambore.

Logo na entrada, encontramos uma praça onde vendem roupa usada. Os escassos metros da praça existe um fontanário que actualmente não funciona, segundo os munícipes da zona. Até este perímetro que radiografamos, ainda passam carros, pois que mais adiante já não é possível, por causa dos vários becos existentes devido as construções desordenadas.

No interior do bairro, é visível a falta de saneamento básico por toda sua extensão, disseram os munícipes que está situação se verifica por falta de esgotos, valas, e ausência de contentores de lixo no interior do bairro, pois os que existem estão postos na beira da estrada na entrada do bairro e, muitas moradoras que vivem na parte baixa por vezes não transportam o lixo ao contentar Há Centro de saúde Público, quatro escolas primárias em funcionamentos, sendo que uma delas estar ser reabilitada.

Segundo Márcia José, a criminalidade no bairro continua intensa e, actualmente, são grupos de crianças dos dez anos em diante que fazem desmandos na área usando como armas “garrafas” as mães desses miúdos são muitas vezes ameaçadas pelos mesmos.

Márcia disse ainda que o bairro é seguro para os munícipes que vivem na zona, mas para aqueles não vivem só podem circular até as vinte horas, porque após este horário são assaltados. “Os meliantes são conhecidos, mas ninguém têm coragem de denunciar, porque os mesmos fazem ameaças. Todos têm medo aqui, ninguém quer morrer”, afirmou, tendo acrescentado que por conta desta situação o único Centro de Saúde da área encerra as portas cedo, com medo dos delinquentes, porque, segundo a fonte que temos vindo a citar, os mesmos pulam o muro do Centro entram e utilizam o quintal como ginásio “até o guarda é ameaçado”,

contou. Quanto a diversão frisou que para os munícipes não há fins - de semana “ aqui bebem de segunda há segunda” caracterizou o bairro como sendo” horrível” .

Já Augusta Joaquim, munícipe, o bairro é um ótimo local para viver, porque não têm problema de energia e nem falta de água. No que toca a criminalidade, disse que existe, mas em porção pequena comparado com os anos anteriores.

Augusta realçou que os meliantes que fazem desmandos não são os moradores da zona, mas sim provenientes do bairro Chaba (bairro que fica por detrás da Clínica do Prenda) e praticam as suas acções as madrugadas.

“Aqui em todos os fins-de-semana os Jovens organizam festas ao ponto de importunarem os vizinhos e que por vezes termina em confusão, não conseguimos dormir por causa do barulho”, lamentou.

O morador Nelson Alfredo louvou o trabalho da polícia, porque havia uma escola que agora está a ser reabilitada, onde os delinquentes se escondiam a noite, para praticar as suas acções, mas a polícia desmantelou este grupo, minimizando os índices de criminalidade.

Por outro lado, disse que o fornecimento de energia eléctrica é regular e que o único problema é falta de postos de iluminação. Quanto a educação, disse que o bairro carece centros de formação profissional. educação, Glose que o Oa11TO carece centros de formação profissional.

Guilherme Simão, morador, descreveu o Catambor como sendo uma “favela”, onde existem grupos como “ Goiabas, Lambe Botas, Havaianas entre outros”, que de quando em vez tiram o sossego as pessoas. As acções que mais praticam vão desde assaltos de motos rápidas a violações. De acordo com o mesmo, existe muita união por parte dos munícipes. Quanto a formação existem apenas dois centros de formação profissional, “Os Peregrino e Sekuia” que disponibilizam os cursos de Informática, Inglês e Contabilidade. Demonstrou a sua satisfação em relação à água potável “ o Governo apostou bem aqui”, frisou. Guilherme afirma que o único problema que afecta os moradores é a falta de saneamento básico. “ Os homens da Elisal não fazem limpeza no interior do bairro e, em tempos de chuva ninguém consegue transitar por causa das águas paradas e excesso de lixo”, denunciou.

Por outro lado, Guilherme salientou que muitos jovens consomem bebidas alcoólicas os jovens estão todos no alcoólicas por estarem desempregados. “Bebem para esquecer as frustrações, sublinhou, tendo acrescentado que existem no bairro dois salões de festas. No final, apelou o Governo da Província de Luanda a construir mais escolas, reabilitar o Centro de Saúde e aumentar o número dos enfermeiros para melhor servir a população.

Já Marcela Félix, outra munícipe, disse que a criminalidade no Catambor não abrange todas as ruas, porque, segundo a munícipe, as áreas mais perigosas são a parte baixa denominada de “Namuangongo” e a parte de cima conhecida como “Mulembeira”, onde ficam alguns jovens a lavar carros durante o dia e que a noite fazem assaltos.

Fomos até a parte conhecida como Rio Seco, tivemos muita dificuldade no acesso a algumas residências, porque os becos são bastante estreitos e perigosos para quem não conhece, porque segundo contou Vladimir de Oliveira, morador, são locais onde os meliantes têm ficado para fazer assalto a quem passa seja de dia como a noite. Realçou que a criminalidade já havia desaparecido, mas que agora intensificou-se. “Todos os fins-de-semana, a partir das vinte e três horas, é perigoso passar por aqui”, informou, tendo acrescentado que em casos de assaltos, a Polícia quando é solicitada não a parece. “Não aceitam entrar nos becos, ficam com medo”, acusou.

Para Carla Simão, moradora, a falta de esgotos é a causa principal para falta de saneamento básico e também a não colaboração dos próprios moradores, que colocam o lixo nas pequenas valas existentes. No que toca a educação, referiu que muitas crianças do bairro ficam por conta própria, porque as mães saem de casa pela manhã para comercializar os seus produtos e só regressam a noite.

2 MICROFINAÇAS

2.1 Bornito de Sousa pede adesão das mulheres ao micro-crédito

Jornal de Angola
08 de Julho de 2011

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmou-se preocupado com a fraca adesão das mulheres ao crédito de campanha, no quadro do Programa do Executivo de Combate à Fome e à Pobreza. Bornito de Sousa fez esta declaração na terça – feira, durante uma visita que realizou ao município de Porto Amboim, à margem do encontro nacional que aprovou o Plano Nacional de Ordenamento da Orla Costeira Angolana (PNOOC), realizada no Sumbe.

O ministro salientou que a fraca adesão a este programa torna as mulheres pouco competitivas na produção e comercialização de produtos agrícolas, empurrando-as para uma maior dependência dos homens.

Para alterar esta situação, pediu aos dirigentes e responsáveis dos diversos sectores da economia para terem mais atenção com as mulheres que, segundo ele, são as que mais enfrentam os desafios na criação e educação dos filhos.

Bornito de Sousa tomou conhecimento dos principais problemas que afectam o município, como a falta de escolas, hospital e de infra-estruturas técnicas, como valas de drenagem das águas.

Outra situação que inquietou o ministro e a sua comitiva prende-se com a falta de apoio aos pescadores e à empresa Peskwanza, por a pesca ser uma das principais fontes de sustento das famílias.

O excesso crescente de alunos fora do sistema de ensino, actualmente na ordem dos 30 mil, foi outra preocupação manifestada pelas autoridades do município do Porto Amboim, tendo o titular do Ministério da Administração do Território (MAT) dado algumas orientações.

“Só proporcionando ensino e conhecimento de qualidade às crianças e adolescentes, vamos poder, de forma segura, preparar urna nova Angola para os angolanos”, defendeu.

O titular do MAT considerou ser necessário haver mais intercâmbio entre o Executivo e os membros dos Conselhos de Auscultação e Concertação Social.

2.2 Camponeses satisfeitos com crédito agrícola

Semanário Factual
De 09 a 16 de Julho de 2011

A cidade do Uíge completou 94 anos de existência. A centralidade encontra-se em franco crescimento, a julgar pelos investimentos em curso. As principais ruas da cidade do Uíge beneficiaram de obras de reabilitação, no quadro de uma iniciativa do Governo Provincial local, que recuperam cerca de 25 quilómetros de estradas. A cidade ganhou infra-estruturas, nomeadamente supermercados e institutos médios. Nos arredores, estão em curso obras de grande impacto.

O governador do Uíge, Paulo Pombolo, solicitou segunda-feira, 4, aos camponeses da localidade do Tange, dois quilómetros a sudeste da cidade da província, para aderirem ao programa Crédito Agrícola de Campanha, com vista a aumentar a produção agrícola e a combater a pobreza na comunidade.

Paulo Pombolo, que falava aos habitantes locais, no quadro de uma visita de campo, inserida nas comemorações das festas da cidade do Uíge, informou o Governo ter disponível cerca de 350 milhões de dólares para efeitos de crédito aos camponeses do País.

“Colocou-se aqui o problema dos camponeses que precisam de instrumentos de trabalho. Não se esqueçam que os mesmos estão à vossa disposição. Há um projecto de crédito agrícola de campanha, criado pelo chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, que está a apoiar todos os camponeses para desenvolverem a produção”, disse.

O governante, que não precisou o número de beneficiários e as localidades já beneficiadas pelo projecto, disse o projecto crédito agrícola já estar a ser implementado nalguns municípios da província.

Paulo Pombolo recordou que os beneficiários não estão a receber dinheiro, mas instrumentos de trabalho. O mesmo disse que a aquisição dos instrumentos de trabalho não é grátis, porque deverá ser reembolsado num período de 10 meses.

Tange conta com uma população estimada em quatro mil e 565 habitantes, com uma cooperativa agrícola, com 185 associados e igual número de associação camponesa que se debate com a falta de meios de trabalho.

Governador entrega viaturas

O governador da província do Uíge, Paulo Pombolo, procedeu, quarta-feira, 6, à entrega de três viaturas de marca Silluki e outros bens essenciais a três quadros que exerceram cargos de direcção na província e que se encontram actualmente doentes.

O gesto de solidariedade do governador da província está enquadrado no programa das festas do Uíge que

celebra os 94 anos da sua elevação à categoria de cidade. Trata-se do ex-administrador municipal adjunto de Ambuila, Alfredo Ernesto, do ex-presidente da Associação das Autoridades Tradicionais, Jaime Neto e do professor e antigo dirigente do secretariado provincial da JMPLA, Vicente Sanda.

Falando a termo da visita realizada nas suas respectivas residências, o governante reconheceu o contributo que os contemplados deram para o desenvolvimento da cultura e de outros sectores da vida da província.

“Contaremos sempre com a vossa colaboração na qualidade de serem os mais velhos que conhecem melhor a história da cidade do Uíge”, disse.

Na sua deslocação, o governador foi acompanhado pelos vice-governadores, administrador municipal do Uíge, comandante da Polícia Nacional e deputados à Assembleia Nacional.

Os beneficiários manifestaram a sua satisfação e comprometeram-se continuar a dar a sua contribuição para o bem da região, apesar das actuais limitações.

Projecto água para todos custa três milhões de dólares

O governo investiu cerca de três milhões e 100 mil dólares americanos para a reabilitação do projecto complementar do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável para a cidade “do Uíge, cujo acto de consignação foi feito quarta-feira, 6, nas imediações do rio Loé, onde se situa o empreendimento por reabilitar.

O chefe de Departamento de Abastecimento de Água e Saneamento do Mistério de Energia e Agua, António Quaresma, que avançou a informação durante o acto de consignação, disse que o projecto, a ser executado pela empresa chinesa CEIEC, está inserido nos esforços do Executivo, através do programa “Água para Todos”.

A nível da cidade do Uíge, realçou, o Executivo levou a cabo, em 2007/2008, a primeira fase da construção de raiz do sistema de produção, tratamento e distribuição de água, com capacidade de produzir oito mil metros cúbicos de água por dia.

“Com estas acções complementares, pretendemos aduzir mais seis mil metros cúbicos de água potável por dia à cidade do Uíge, perfazendo 14 mil metros cúbicos”, disse, adiantando que a melhoria de abastecimento da água passa, necessariamente, pelo cuidado na distribuição.

António Quaresma frisou que esforços vão ser empreendidos, no sentido da montagem da tubagem no sistema de distribuição a ser complementada com a colocação ainda de cerca de mil ligações domiciliárias e de alguns chafarizes na periferia mais carente.

Habitantes satisfeitos com acções do Executivo

Os habitantes da cidade do Uíge enaltecem, sábado, 2, os esforços que o Governo Provincial está a envidar para a melhoria das condições de vida da população.

Os interlocutores foram unânimes em afirmar que o Executivo está a corresponder, satisfatoriamente, às necessidades dos habitantes.

Como afirmaram, o fornecimento de energia eléctrica 24/h por dia, distribuição regular de água potável, melhoria do tapete asfáltico e sinalização das principais artérias da urbe, pintura de alguns edifícios e outras acções levadas a cabo pela administração municipal, são ganhos que satisfazem os cidadãos.

O estudante do ISCED local, Ernesto Joaquim Panzo, disse que a abertura da Universidade Kimpa Vita, que corresponde à Sétima Região Académica, abrangendo as províncias do Cuanza-Norte e do Uíge, é um ganho a considerar, tendo em conta que, dentro de cinco anos, poderá lançar ao mercado de trabalho os primeiros licenciados nos cursos de Direito, Enfermagem, Ciências Agrárias, Informática, Contabilidade e Gestão. “Reconhecemos que nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo, mas também há de se fazer mais para atender às necessidades dos cidadãos. No caso do fornecimento de energia eléctrica e de água potável, já há melhorias em relação aos anos transactos”, disse.

Reconhece o empenho do Executivo local e central na distribuição de água e de energia eléctrica aos moradores dos bairros periféricos.

O Uíge está a comemorar o seu 94º aniversário desde que foi elevado à categoria de cidade, por Manuel Pereira e Júlio Tomás Berberan, a 1 Julho de 1917. Diversas actividades culturais, desportivas e recreativas decorrem em prol da data.

Segundo fonte do Comando Municipal da Polícia Nacional, foram mobilizados cerca de 800 efectivos da corporação, para garantir a ordem e a tranquilidade durante as festas que encerraram na quinta-feira, 7.

2.3 Jovens empreendedores fazem sucesso na huila

Jornal de angola .

10 de julho 2011

Miguel Francisco e Antónia Tchinosole têm em comum as idades, 26 anos, e o sucesso no desenvolvimento de pequenos negócios de produtos alimentares nas zonas urbanas e suburbanas do Lubango, Humpata e Chibia, graças à aplicação do programa “Micro-crédito Amigo”. As pequenas lojas, construídas na parte frontal do quintal de casa e nos bairros, estão apetrechadas com mercadorias muito procuradas pelas donas de casa e não só. Há legumes, frutas e bens da cesta básica. Também não faltam as bebidas alcoólicas e refrigerantes.

As condições postas à disposição dos clientes tornaram os recintos comerciais pontos muito frequentados e lotados. Estas performances são responsáveis pelo sucesso dos dois jovens empreendedores das terras da

Chela, que foram capazes de planificar, aplicar e gerir bem as suas acções.

Miguel Francisco recebeu a crédito, em finais de Fevereiro, 500 dólares, do Banco de Comércio e Indústria (BCI), para fortalecer as suas economias e realizar a sua actividade comercial sem grandes contrariedades. “As minhas economias somavam 35 mil kwanzas e era pouco para ampliar o negócio”, explicou o jovem empreendedor.

O financiamento surgiu em boa altura, porque estava a começar o negócio de batata rena, adquirida na Matala e Humpata, além de mariscos do Namibe. O valor recebido “serviu para duplicar a quantidade de mercadorias, vender e ganhar mais, e projectar a criação de pequenas infra-estruturas”. O jovem, que elogia o programa de capitalização dos empreendedores, levado a cabo pelos bancos comerciais e pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS), já se considera um homem de sucesso: “tenho quatro botequins repartidos pelo Lubango e Humpata”.

Não confirmou o reembolso feito ao banco credor, mas, com algum entusiasmo, confessou estar já no segundo crédito, com um valor acima do anterior. O segredo reside em “saber exactamente o que os clientes procuram mais, praticar preços acessíveis e fazer com que não falte nada”.

Antónia Tchinosole apostou num salão de beleza e já tem dois empreendimentos com estruturas ainda improvisadas. “Tenho dois salões, um aqui no bairro da Nossa Senhora do Monte e outro no mercado paralelo João de Almeida. Todos eles recebem muitos clientes por causa da diversidade de serviços, eficiência e bons preços”.

Tchinosole conseguiu fazer o reembolso antes do prazo e perspectivar já uma segunda tranche. “Agora vou pedir três mil dólares para comprar novas máquinas na Namíbia, alargar o negócio nos mercados paralelos do Lubango e da Chibia, no bairro onde vive a minha mãe”. Nos seus salões consegue facturar diariamente 15 a 20 mil kwanzas, com excepção para as sextas-feiras e sábados, dias em que afirma ganhar “muito mais”. O facto de o mercado estar a prosperar dia-a-dia anima António Tchinosole a alargar o negócio a outros pontos. Os dois jovens empreendedores do Lubango empregam 20 pessoas. Mas este número é maior, devido a dezenas de botequins espalhados em vários pontos da província da Huíla, prestando vários serviços que, de facto, encurtam as distâncias e estão ao dispor dos clientes, até noite dentro. O Executivo está apostado na disponibilização de recursos financeiros para fazer com que os jovens empreendedores da Huíla, e de outros pontos do país, concretizem os seus projectos, com o propósito de os lançar no ramo empresarial, gerar empregos e diversificar a prestação de serviços.

O envolvimento de mais pessoas na constituição de pequenos negócios e fortalecimento da economia familiar, entre outros benefícios, já contemplou, na província da Huíla, 150 empreendedores, empenhados em acções de agropecuária, comércio e artes e ofícios.

O Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) e o Banco de Comércio e Indústria (BCI) executam a acção ligada ao projecto “Micro-crédito Amigo”. Os financiadores almejam que cada contemplado “aplique o fundo inicial nas acções previstas e te a sucesso”.

O financiador centra o microcrédito no programa de combate à fome e à pobreza no seio das comunidades, criado pelo Executivo, e que garante aos jovens empreendedores a possibilidade de alcançarem sucesso, com empréstimos que têm uma subida gradual até atingirem os 20 mil dólares. Ao esclarecer os propósitos do projecto “Micro-crédito Amigo”, o director nacional de Emprego e Formação Profissional do MAPESS, Leonel Bernardo, afirmou que “a sua execução pretende fazer com que as pessoas com ideias promissoras de desenvolver alguma actividade útil à sociedade o façam sem terem de se preocupar com a busca de pequenos financiamentos”.

A comerciante Ana Florinda defende a continuidade do programa para abranger cada vez mais jovens, haver um ponto de partida para o início de qualquer actividade comercial e fomentar o auto-emprego. “É preciso ter em conta que as coisas grandes partiram do pequeno. Por isso, estamos apostados a não decepcionar os financiadores e chegarmos à grandeza”.

Várias províncias abrangidas no apoio o apoio financeiro concedido através deste programa pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social e o Banco de Comércio e Indústria (BCI), começou há três anos e reanimou a prática do comércio, agro-pecuária, artes e ofícios e a criação de pequenas indústrias.

Os dados da incubadora de empresas do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social atestam que foram contemplados dois mil empreendedores das províncias do Uíge, Luanda, Zaire, Lunda-Sul, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Bié, Huíla e Namibe. Em termos de apoios indirectos, como disse o director da incubadora de empresas do MAPESS, Jacinto Ferreira, na fase de entrega dos financiamentos, realizada no Lubango, em Março, foram beneficiadas mais de cinco mil famílias de dez províncias. O Banco do Comércio e Indústria aplica uma taxa bonificada de 1,67 por cento ao mês.

Os contemplados ficam três meses sem pagar juros nem fazer a restituição do equivalente a 500 dólares que cada um recebeu. O reembolso só é feito a partir do quarto e até ao 12º mês.

O administrador nacional para a área comercial do

Banco do Comércio e Indústria, Adriano da Silva, informou que já foram gastos no processo de concessão de micro-créditos a jovens empreendedores mais de um milhão de dólares.

2.4 Camponeses insatisfeitos com crédito agrícola

Jornal folha 8

16 de Julho de 2011

Os camponeses reclamam a falta de apoio quanto o escoamento da produção agrícola, dentro do âmbito da ajuda prestada pelo governo ao atribuir ou converter os valores em instrumentos agrícola e fertilizantes. Os mesmos acham retrógrado e desnecessário quanto ao modelo de ajuda.

Apesar de o valor não facilitar uma outra modalidade de uso, os camponeses precisam de adquirir meios para possibilitar e facilitar o escoamento dos produtos aos pontos de distribuição ou venda.

E de realçar que esta ajuda financeira, ronda numa média de cem mil kwanzas por camponês e é reembolsada num prazo inferior a dez meses, e muitos agricultores sentem - se incapacitados de cumprir com o contrato acordado com o Banco por falta de transporte.

No quadro do programa ao combate a fome e a pobreza, o governo está a forçar a família camponesa a alargar as suas áreas de produção para permitir o aumento da produção e criar riquezas para as famílias e o País. Os agricultores que se encontram na condição de empréstimo, dizem acarretar dividas por falta de meios que possibilidade se ainda com várias dificuldades para a distribuição de seus produtos, sem o apoio do Estado, e sem créditos bancário os camponeses têm de desembolsar aproximadamente 130 mil Kz, no aluguer de um camião concernente a transportação dos produtos do campo às cidades.

Dina Feliciano, de 38 anos de idade, é empresária agrícola há dez anos, e possui uma fazenda no município do Cassongue, província do Kwanza-Sul e conta com quinze funcionários, a mesma diz desempenhar uma actividade muito difícil “só continuo, por ser camponesa há muito tempo”. Desabafou. Para distribuição de seus produtos como tomates, pepinos e outros produtos ao interior de todo país, “dona” Dina tem gasto 100 mil Kz para o escoamento de sua mercadoria do Kwanza-Sul a Luanda. Durante o percurso “ainda temos de pagar mil kwanzas aos polícias em cada controle dos quinze em que passamos”. Contou a mesma.

A empresária diz necessitar de uma viatura, tractor e electro-bomba para melhor desenvolver as suas actividades, de acordo a nossa interlocutora as zonas do Pamangala, Kassongue e Waku kungo são as localidades que se encontram

2.5 Camponeses associados procuram empréstimos

Jornal de Angola

20 de Julho de 2011

Um total de 47 associações de camponeses, filiadas na Confederação das Associações dos Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (Unaca), na província do Bié, solicitaram este ano crédito agrícola de campanha aos bancos Sol e de Poupança e Crédito.

A informação foi avançada na segunda-feira à Angop, na cidade do Cuito, pelo presidente da Unaca no Bié, Mariano Sassoma, que sublinhou que o governo provincial, em parceria com os beneficiários, encaminhou os processos para o crédito agrícola em tais bancos.

Mariano Sassoma acrescentou ainda que o governo da província do Bié tem trabalhado com as agências desses dois bancos para continuarem a apoiar os camponeses e pequenos agricultores. Associados, através do programa Crédito de Campanha Agrícola.

O crédito de campanha, afirmou, facilitará os beneficiários na obtenção de fertilizantes, sementes, charruas e gado para tracção animal.

O Executivo angolano está a implementar um programa de crédito agrícola de campanha para ajudar os camponeses a adquirirem os meios necessários para cada época, permitindo lhes produzir.

2.6 Camponeses beneficiam de crédito

Jornal de Angola

20 de Julho de 2011

Centenas de camponeses de dez cooperativas agrícolas do município de Cangola, receberam, na segunda-feira, do Banco Poupança e Crédito (BPC) vários instrumentos de trabalhos, no âmbito programa “Crédito de Campanha Agrícola”.

Tractores, charruas, moinhos, carros de mão, botas de borracha, pás, machados, catanas, limas, rolos de arames farpados, motos serras moto bombas, pulverizadores, capas de chuva, adubos e sementes de tomate, repolho e de cebola fazem parte dos instrumentos recebidos pelos agricultores.

O gerente coordenador das agências do BPC no Uige disse que, nesta primeira fase, foram disponibilizados cerca de 40 milhões de Kwanzas aos associados de Cangola. José Teca afirmou que o município tem 18

cooperativas - com 623 associados no total mas que agora vão ser atendidas apenas dez.

O administrador de. Cangola, Luís dos Santos afirmou estar satisfeito por município ter sido primeiro escolhido no quadro do projecto de desenvolvimento agrícola que, referiu, vai fortalecer e dinamizar os pequenos e médios agricultores.

Artur Augusto, um dos agricultores que beneficiou do empréstimo, disse que com os meios que recebeu vai poder contribuir para desenvolvimento da cooperativa de que faz parte e ajudar a minimizar a fome na região.

Marcus Kissanga, outro agricultor, também afirmou que os meios recebidos vão contribuir para aumentar a produção na localidade.

2.7 Camponeses associados procuram empréstimos

Jornal de Angola
20 de Julho de 2011

Um total de 47 associações de camponeses, filiadas na Confederação das Associações dos Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (Unaca), na província do Bié, solicitaram este ano crédito agrícola de campanha aos bancos Sol e de Poupança e Crédito.

A informação foi avançada na segunda-feira à Angop, na cidade do Cuito, pelo presidente da Unaca no Bié, Mariano Sassoma, que sublinhou que o governo provincial, em parceria com os beneficiários, encaminhou os processos para o crédito agrícola em tais bancos.

Mariano Sassoma acrescentou ainda que o governo da província do Bié tem trabalhado com as agências desses dois bancos para continuarem a apoiar os camponeses e pequenos agricultores. Associados, através do programa Crédito de Campanha Agrícola.

O crédito de campanha, afirmou, facilitará os beneficiários na obtenção de fertilizantes, sementes, charruas e gado para tracção animal.

O Executivo angolano está a implementar um programa de crédito agrícola de campanha para ajudar os camponeses a adquirirem os meios necessários para cada época, permitindo lhes produzir.

2.8 Pequenos ofícios estão em vias de extinção

Jornal de Angola
25 de Julho de 2011

A dificuldade de acesso ao crédito às pequenas e médias empresas tem afectado a produção e desenvolvimento de algumas profissões, muitas delas em vias de extinção, na cidade de Ndalatando, como as sapatarias e alfaiatarias, integrantes da cooperativa Maria Nguabi.

“Vontade de fazermos mais não nos falta, mas não temos por onde começar, visto que o material que temos é insuficiente e adquirido com muito esforço”, lamentou o sapateiro Jerónimo Manuel Sebastião, responsável da cooperativa.

Mais conhecido por “Man Gegé”, de 60 anos, Jerónimo Manuel Sebastião iniciou a sua profissão em 1965. Centenas de jovens já passaram por ele, como ajudantes e aprendizes, mas todos trocaram a profissão por outra ocupação mais rentável.

“Man Gegé” revela que a sapataria que dirige emprega seis pessoas, entre mestres e ajudantes, que no dia-a-dia enfrentam muitas dificuldades.

Para rentabilizar o negócio, tenciona obter crédito bancário. “Pretendemos pelo menos 10 mil dólares. Caso esse dinheiro seja disponibilizado, deixaríamos apenas de consertar sapatos e passaríamos igualmente a fabricar”, disse.

A falta de valores, segundo disse, não possibilita a compra de sola seca e de borracha, capas de homem e mulher, cabedal com diferentes cores e qualidades, fivelas, botões rápidos, furadores para os cintos; projectores de sapatos e outros meios.

Rendimentos baixos

Jerónimo Manuel Sebastião diz que o material é na sua maioria adquirido em Luanda. A caixa de fivelas de calçado, composta por 200 unidades, custa três mil Kwanzas, ao passo que dois metros de cabedal e material para o fabrico de solas custam 30 mil Kwanzas.

Apesar das dificuldades, que vão desde a falta de matéria-prima, condições de trabalho e dívidas dos clientes, os seis artesãos continuam a realizar o seu ofício, como coser, colar, colocar novas solas, ou mesmo furar um cinto, a fim de ganharem diariamente entre 1.000 e 2.000 Kwanzas. Pela reparação de sola seca cobram 200 Kwanzas. A sola de borracha custa 1.500 Kwanzas, a costura varia entre 300 e 600 Kwanzas, a colocação de fivela ou botão rápido custa 100 Kwanzas. As únicas máquinas para coser sapatos são de pedal e neste momento encontram-se avariadas. José João Francisco, 44. Anos, e Pedro Pereira Manuel, 35 anos, estão enquadrados na cooperativa Maria Nguabi. Os sapateiros dizem que o dinheiro que ganham não é suficiente para cobrir as despesas familiares.

O material que possuem, composto por solas, cabedal, cola e linhas, foi adquirido recentemente, graças à ajuda financeira do Ministério da Assistência e Reinserção Social, no valor de 40 mil Kwanzas.

Além deles, Joaquim Sebastião, 68 anos, deficiente físico, conserta sapatos defronte ao portão da sua residência, na rua da Missão, por ser mais movimentada e angariar mais clientes. Pertence à cooperativa de moto-táxi da associação Maria Nguabi, mas como a motorizada encontra-se avariada preferiu voltar a trabalhar como sapateiro, profissão que conhece desde 1974, com o objectivo de ganhar algum dinheiro, entre 200 e 500 Kwanzas diariamente.

Os artesãos, na sua maioria deficientes físicos, dizem que este ofício está ameaçado de extinção, porque os jovens não querem abraçá-lo, achando que é para velhos e deficientes.

Eles querem apenas ter dinheiro o mais rápido possível, não gostam de aprender nenhum ofício e não suportam esperar o salário até ao fim dos três”, disse o sapateiro “Man Gegé”.

A cooperativa Maria Nguabi também possui alfaiataria, relojoaria, técnico de rádio, artesanato e um salão de beleza, que enfrentam problemas financeiros.

Costureiros perdem clientes

De acordo com o alfaiate Celestino Cabango, 47 anos, as roupas confeccionadas localmente são pouco procuradas, pois as pessoas preferem o pronto-a-vestir importado, o que deixa preocupados os costureiros. Celestino Cabango confecciona roupas de estilo africano, como “boubous”, fatos para senhoras, camisas, batas escolares, saias e de vez em quando também é solicitado para fazer alguns apertos, diminuir tamanhos, colocar botões e fechos.

“Trabalho quase todos os dias”, diz Celestino Cabango, acrescentando que a entrega de uma obra depende muito do estilo do traje que o cliente solicitar. “Se for um fato ‘boubou’, por exemplo, são necessárias duas semanas para a confecção”, adiantou.

Os preços praticados pelos costureiros da cidade oscilam entre os 250 e os 5.000 Kwanzas. “Do pouco que conseguimos, dá para sustentar a família, manter a máquina a funcionar e caso haja boa gestão somos capazes de mensalmente angariar 50 mil Kwanzas”, revela.

A jovem Teresa Dias é cliente assídua de uma das boutiques da cidade, que vende roupas provenientes do Brasil. Segundo ela, os preços praticados nesses locais são altos, o que força as pessoas com poucas posses a recorrer aos préstimos das costureiras.

Outros jovens e adultos afirmaram que já não existe o hábito de comprar tecido e mandar confeccionar qualquer tipo de roupa, a julgar pelo número de boutiques a venderem roupas da moda, provenientes da Europa e até do Congo Brazaville

Roupa e calçado usado

O aumento do comércio de roupa e calçado usado no mercado informal do município de Cazengo, Kwanza-Norte, está a criar embaraços aos alfaiates e sapateiros locais, uma vez que a população opta por produtos acabados.

Os baixos preços dos artigos usados fazem com que a população dispense os serviços dos alfaiates e sapateiros, pondo em risco as suas profissões, pois a concorrência retira-lhes a capacidade de subsistência.

Preocupados com a situação, solicitam a concessão de micro-credito, para manter a sua actividade e garantir o sustento das famílias, porque os trabalhos de alfaiataria, por exemplo, resumem-se a pequenos arranjos de costura .

. A fim de colmatar a situação, recomendam a reactivação das fábricas de tecidos na província do Kwanza-Norte, porque permitiria a execução de obras com qualidade e a baixo custo.

2.9 Camponeses beneficiam de crédito

Jornal de Angola
30 de Julho de 2011

Mais de três mil famílias, camponesas da província do Bié beneficiaram de crédito de campanha, avaliado em mais de 900 milhões de Kwanzas, informou aos governadores municipais para coordenador Boavida Neto.

Falando durante a VI Reunião Técnica do governo provincial, realizada no município da Nharea Boavida Neto disse aos administradores municipais para coordenarem os comités de pilotagem, afim de permitirem que mais famílias possam receber o crédito na próxima época agrícola e aumentar os índices de produção.

2.10 Penduras por falta de crédito

Revista economia e negocio
Julho 2011

Na nossa edição nº 82, referente ao mês de Junho de 2011, publicámos uma reportagem sobre o Centro de Empreendedorismo de Viana (CEV), intitulada “Pendurados por falta de crédito”, em que, para além de contactarmos os formandos, entrevistámos igualmente um dos analistas de crédito da dependência do BAI Micro-Finanças (BMF) naquele município, que no:, informou sobre o processo de crédito aos alunos do CEV.

De facto, tal como lamenta o Presidente da Comissão Executiva do BMF, numa carta Ghogada à nossa redacção, somos a lamentar a falta de confrontação de fontes e o contacto com a direcção desta instituição bancária,

para que pudéssemos dispor de um caudal de informação pertinente mais largo e detalhado sobre o programa “Micro Crédito Amigo”, no âmbito do qual são financiados os alunos de empreendedorismo dos centros de Viana, Cacucaco e Cazenga. Assim, pedimos as nossas mais sinceras e profundas desculpas ao BAI Micro-Finanças, cujos dirigentes sempre se mostraram abertos aos nossos pedidos de entrevista, daí que, ainda na presente edição e apesar do ocorrido, nos tenham fornecido dados sobre o volume de crédito cedido de Junho de 2010 a Abril de 2011, que supera os 16 milhões de dólares, com uma taxa de reembolso avaliada em 95%, segundo informação prestada pelo administrador da instituição, Ludgero Fernandes.

2.11 Níveis de reembolso são satisfactorios

*Revista economia e mercado
Julho-agosto de 2011*

Considerado unanimemente como um instrumento eficaz de combate à pobreza, o micro-crédito foi tema de debate durante o mês de Maio de 2010 aquando da visita a Angola do economista e banqueiro do Bangladesh, Muhammad Yunus, para uma conferência sobre o assunto, sendo que na altura o ministro angolano da Economia, Manuel Nunes Júnior, apresentou aos participantes o programa governamental de crédito agrícola. Contra os segmentos da sociedade que questionaram a viabilidade do projecto, salientando os riscos de o mesmo se traduzir em incentivo à ineficiência dos beneficiários, os resultados financeiros dos bancos constatam um elevado nível de reembolso.

Há pouco mais de um ano, o director executivo da Kixicredito, instituição vocacionada para actuar na área da micro-finanças, Sebastião Vemba finança, Joaquim Catinda, defendeu que a intenção do Governo angolano de cobrir em 80% os empréstimos considerados incobráveis, no âmbito do crédito agrícola, poderia desincentivar a acuidade na gestão dos recursos por parte dos seus beneficiários.

“Isto parece-me um incentivo à ineficiência”, sustentou o responsável, avançando que qualquer banco que estivesse a implementar um programa de crédito com tal garantia poderia não fazer o devido esforço para ter o dinheiro de volta, por parte dos beneficiários, porque sabia que o Estado pagaria em caso de incumprimento dos primeiros.

No entanto, para Isabel Miguel, directora de Micro Finanças do Banco de Poupança e Crédito (BPC), cuja instituição apresenta um nível de reembolso na casa

dos 90%, o segredo consiste em não passar nenhuma informação ao cliente que o conduza à ineficiência. “É claro que, se tivéssemos passado esta mensagem ao beneficiário, os níveis de reembolso seriam muito inferiores aos que alcançámos. Ele sabe apenas que o banco lhe concede um crédito, e que deverá reembolsá-lo no prazo de dez meses para garantir a continuidade do investimento, e mais nada. Portanto, para voltar a beneficiar de um segundo empréstimo, tem que liquidar o primeiro”, revela a responsável.

Até ao presente momento, o BPC já concedeu micro empréstimos na ordem de 100 milhões de dólares, com destaque para as modalidades do crédito agrícola, com cerca de 20 milhões de dólares, e dos bairros sociais da juventude, com um valor de aproximadamente 50 milhões, estando o remanescente ligado aos diferentes programas de micro crédito desenvolvidos pela instituição.

Destes programas destacam-se os “bancos comunitários” cuja experiência piloto teve lugar na província do Huambo, sendo que actualmente a mesma está a ser implementada em mais três províncias, nomeadamente Cabinda, Namibe e Kwanza Sul.

Altos níveis de reembolso

As primeiras operações no âmbito do crédito agrícola tiveram lugar em Setembro e Outubro de 2010 e ainda não se atingiu a fase de reembolso, que acontece dez meses depois, mas a directora de Micro Finanças do BPC garante que existem províncias em que os camponeses já começaram a fazer a devida liquidação, atendendo que muitos deles carregam experiências de outros programas de micro-crédito e, portanto, estão acostumados a este exercício.

“Acredito que até final de Agosto venhamos a ter os créditos reembolsados na totalidade pelos camponeses, conforme demonstram os nossos serviços de monitorização, pese embora ter havido algumas calamidades naturais em determinadas regiões do país”, prevê a directora de micro finanças do BPC. Ainda para garantir o reembolso dos empréstimos, a responsável afirma que o BPC criou dependências a nível dos municípios e com umas do país, onde o seu programa se faz presente, para além de dois a três técnicos destacados em cada localidade para gerir o micro -crédito nestas áreas. “Os nossos profissionais têm as condições necessárias que lhes permitem deslocar-se para as zonas rurais sempre que necessário”, garante a responsável.

A par do Huambo, e em termos dos altos níveis de liquidação dos créditos, Isabel Miguel cita o sucesso verificado no Namibe e no Kwanza Sul, mas apresenta Luanda

como a região onde o BPC tem tido mais dificuldades a este nível. “Luanda é uma província muito complicada porque, na prática, fazemos um micro-crédito urbano, onde o montante pode ultrapassar os 20 mil dólares”, desvenda, esclarecendo que, apesar do montante concedido ser maior, esta modalidade de crédito se enquadra nas micro-finanças por se tratar de pessoas sem estruturas compatíveis com uma pequena empresa.

No contexto desta dificuldade, e para alterar o quadro, o banco pretende conceder formação a estes beneficiários, nomeadamente para os incentivar a constituírem empresas e assarem para a banca clássica, onde a grande dificuldade tem a ver com a ausência de garantias reais. De salientar que a nível do crédito jovem foram concedidos 5 milhões de dólares para um universo de 6 400 beneficiários em todo o país, organizados em cooperativas. “Neste aspecto, temos a realçar alguns casos de sucesso de jovens que começaram por receber 2 500 dólares e que hoje ascenderam para a banca convencional em função do aumento do volume de crédito que lhes é concedido. Alguns deles têm micro empresas que empregam 15 a 20 funcionários”, patenteia Isabel Miguel.

Banco Sol privilegia comércio

Até ao 10 trimestre do corrente ano, o Banco Sol concedeu, em micro-crédito, um montante acumulado de 160 milhões de dólares norte-americanos para 133 000 beneficiários, distribuídos por diversos sectores de actividade, sendo perto de 125 milhões de dólares para o sector comercial e pouco mais de 35 milhões para o sector rural.

O nível de penetração territorial abrange todas as províncias do país, excepto as Lundas Norte e Sul, e os seus beneficiários directos são todas as populações economicamente activas que não se encontram contemplados pela banca tradicional.

Dos valores concedidos no micro-crédito até ao período em referência, o Banco Sol regista cerca de 120 milhões já reembolsados, que correspondem a 75% do total do empréstimo.

No âmbito do programa de crédito de campanha agrícola, a instituição cedeu, numa primeira fase, cerca de 17 milhões de dólares para 7 900 beneficiários, abrangendo para o efeito as províncias de Malanje, Huambo, Bié, Kwanza Sul, Bengo, Uíge, Huila e Benguela, estando em análise o lançamento do mesmo programa nas províncias do Namibe e Cabinda.

Os números do BAI Micro Finanças

O BAI Micro-Finanças (BMF), que existe no mercado angolano há seis anos, concedeu cerca de 1, 5 mil milhões de kwanzas, o equivalente a pouco mais de 16 milhões de dólares norte-americanos, durante o período de Junho de 2010 a Abril do corrente ano, abrangendo 1 972 beneficiários directos.

Com cerca de 60 mil clientes, o BMF regista um retorno dos créditos na ordem dos 95%, o que o seu administrador, Ludgero Fernandes, considera “muito positivo”, sendo que a carteira de créditos da instituição evoluiu de pouco mais de 7,5 milhões de dólares para 16 milhões, 929 mil e 828 dólares norte-americanos, o que corresponde a um crescimento de 113%. Para Ludgero Fernandes, o incremento do volume do negócio do BMF resulta de novas dinâmicas empreendidas, apresentando ao mercado diferentes formas e oportunidades de negócios, sendo que, no seguimento deste desafio, a instituição projecta abrir novos balcões nas províncias de Cabinda, Huíla, Uíge e Luanda, assim como tenciona apresentar o cartão Multicaixa do BMF aos clientes, o que, na opinião do responsável, permitirá o , realizar outras operações fora I dos balcões.

A aposta na qualidade e na formação contínua dos quadros do banco constitui outra prioridade da I instituição.

Em relação ao crédito de campanha, de salientar que desde o princípio que Ludgero Fernandes se manifesta contrário a ideia que caracteriza esta iniciativa como um incentivo à ineficiência bancária e dos camponeses devido à cobertura pelo Governo de 80% dos empréstimos considerados incobráveis.

I Lembre-se que, em entrevista a Economia & Mercado de Junho de 2010, o administrador do BMF organização dos camponeses em cooperativa estimularia o cumprimento do acordo entre as partes, tendo em vista que estes constituiriam grupos solidários para facilitar o pagamento das dívidas.

Por outro lado, Ludgero, Fernandes defendia igualmente que, o facto de os créditos individuais, avaliados em 5 mil dólares não serem pagos em dinheiro, mas em meios de produção, constitui de igual modo um factor de sucesso para o programa. “Cada um dos camponeses , apresentará ao banco facturas ou propostas das empresas fornecedoras desses instrumentos de trabalho, nós pagamos ao fornecedor e enviamos uma guia ao cliente para ir levantar os meios que precisa”, esclareceu, salientando que este método de trabalho evitaria que os beneficiários desviassem as ajudas para outros gastos.

As deficiências do crédito agrícola

Segundo o Ministro da Economia, e também coordenador do Comité de Coordenação do Crédito Agrícola, Abraão Gourgel, mais de 20 mil famílias, de diversas províncias, beneficiaram do crédito de campanha.

Embora considere esta cifra como razoável, em função do ainda curto tempo de vida do projecto, o director geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental (ADRA), Sérgio Calundungo, defende um maior esforço do executivo para beneficiar cada vez mais camponeses, uma vez que, num total de 22 municípios de cinco províncias onde a instituição actua, apenas 5% dos camponeses acederam ao crédito.

O responsável aponta como causa do baixo acesso ao crédito a pouca extensão bancária, a falta de serviços de assistência aos agricultores, o alto nível de iliteracia no meio rural, e ainda a especulação de preços pelos fornecedores, exemplificado nos municípios da Cacula e Caconda, província da Huíla, onde o quilo da semente de feijão subiu de 100 kz para 300kz.

Por sua vez, o presidente da União Nacional dos Camponeses de Angola (UNACA), Paulo Wine, revela que os agricultores têm enfrentado muitas dificuldades na aquisição de meios de produção como adubos, fertilizantes, tubagem, sementes melhoradas, moto-bombas, enxadas e tracção animal, devido à ausência de fornecedores dos produtos.

“A maioria dos fornecedores está em Luanda”, explica Paulo Wine, acrescentando que o outro constrangimento assenta no atraso da cedência de crédito. “A campanha agrícola começa em Agosto e o crédito só é concedido em Fevereiro, depois da fase da sementeira e da chuva terem passado”, clarifica.

A falta de créditos para a reparar os equipamentos é, para Sérgio Calundungo, outro empecilho ao sucesso da actividade agrícola a par da falta de formação dos camponeses sobre técnicas de produção. “Durante a guerra muita gente foi deslocada e daí se ter perdido muito conhecimento e competência sobre como lidar com a terra”, sustenta, defendendo o melhoramento I e I ou construção de estradas secundárias e da rede de comercialização para o escoamento dos produtos.

“A inexistência de investimentos na fase pós-produção, armazéns de logística, cadeias de frio para conservação, embalagem, assim como a falta de um sistema aduaneiro que proteja a produção agrícola concorre para a redução da qualidade e da competitividade dos produtos nacionais. É por estas deficiências que se pode concluir que o programa de crédito de campanha está a promover a ineficiência e incompetência, podendo criar a ideia nos próprios agricultores de que nada funcionará”, argumenta o director-geral da ADRA.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Transferência do roque Um autentico fiasco

*Jornal folha 8 do dia 2
de Julho de 2011*

De acordo com um estudo efectuado nas cercanias e noutros locais de praça, com o desmantelamento do Roque, os vendedores que arrecadavam cerca de 100 a 150 mil Kwanzas por dia, baixaram consideravelmente, apenas 1. 500 Kwanzas, dia. Arrasados financeiramente, os mesmos decidiram abandonar o local de transferência Panguila e optaram por afluir as pequenas praças distribuídas em vários bairros. Diz o estudo, das 10 mil bancadas existentes no mercado municipal do Panguila, só 2 mil bancadas encontram-se ocupadas. E, a inactividade dos restantes oito mil lugares, fruto de suas políticas irracionais o Estado angolano perde aproximadamente 21 milhões de Kwanzas em cada mês. Com a fuga dos negociantes, o referido mercado sem concorrência, perde diariamente 800 mil Kwanzas de receitas fiscais devido ao elevado número de bancadas desocupadas.

A fuga dos comerciantes que viemos a citar, resume-se ainda pela escassez de clientes por um lado, e por outro, o difícil acesso ao mercado. Agora a batata quente será, que medidas a tomar por formas a convencer os vendedores refugiados noutras praças a voltarem ao Panguila? Analistas afirmam que a solução passa por encerrar as pequenas praças tais como as do Kikolo, Vila de Cacucaco, Kifangondo, Sabadão, Pombinha e a da Cuca que parecem nos últimos dias possuírem mais adesão de clientes. Dominadas pela falência e fome, muitas das vendedoras preferiram regressar a zunga onde permitelhes obter rendimentos na ordem de 12 a 20 mil

Kwanzas por dia, pese embora ser bastante cansativo. A triste situação parece longe de ter fim, o mercado municipal do Panguila continua a fechar as portas as 16 horas para limpeza, tal acto tem sido motivo de contestação por parte dos comerciantes, pelo facto da Segunda-feira ser um dia exclusivo para limpeza do mercado. A outra problemática estende-se pelo simples facto de não haver armazéns e lojas grossistas nas imediações do mercado, de modo a dirimir avultadas somas concernente ao transporte das mercadorias, para além do tempo desperdiçado no trânsito devido ao mau estado da via. Tudo isso devia ser previsto se houvesse o mínimo de interesse em se servir o povo que se governa. Isto não acontece, pois a prática nunca o demonstrou. O mais grave e que não deixa de ser surpreendente e o melindre que envolve o à-vontade dos membros do governo de Luanda em não se compadecerem com a borrada provocada. Neste

estádio, está a ser já aborrecido tolerar a infâmia, dizem muitos dos assolados, desesperados. A cada dia que o Sol nasce, a esperança de se vir a suplantar a situação se evapora e cada vez mais ficamos descrentes, quando eles dizem repetidas vezes que tudo fazem para melhorar a vida dos cidadãos; está cada vez mais pior, remarcam algumas vendedoras do mercado do Kikolo que fazem seus movimentos das províncias: muito sacrifício, pouco rendimento. Tem sido recorrente estes investimentos no vazio, milhares de dólares que se tem gasto, mas sem proveito. O Roque Santeiro não está só. O governo não velou pelos objectivos do geral, resumiu-se a olhar pelo particular que prejudica os milhões e nada se faz para compensar os que foram assolados.

3.2 Antigos armazéns transformados em colégios

*Semanário Agora
09 de Julho de 2011*

Depois da medida tomada no tempo da antiga governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, os proprietários dos armazéns daquela circunscrição tiveram de encontrar uma saída para continuar a rentabilizar os seus negócios, transformando-os em estabelecimentos de ensino e igrejas.

“Sabe-se muito bem que no 30 é distante e fica difícil investir seriamente naquela zona por causa da longa distância e o hábito dos clientes. Por isso, transformei isso (armazém) em colégio para sobreviver”, disse Álvaro Ernesto, proprietário de um armazém situado na rua do Parque sem condições básicas para o ensino.

Isso acontece por falta de fisca.lização da direcção da educação. É uma aberração”, constata outro morador que pediu anonimato.

“Isso só acontece porque ninguém se importa com um ensino de qualidade. Estudar num armazém é um atropelo às regras pedagógicas. O futuro das nossas crianças está comprometido, sublinha Augusto Manuel.

A Igreja Universal do Reino de Deus também se instalou num dos armazéns, no mesmo local eps moradores dizem que as autoridades devem por ordem no circo. •

3.3 GPL Apresenta resultados da arrecadação de receitas

Jornal angolense
de 09 a 16 de Julho de 2011

Mais de 749 milhões de Kwanzas na Conta Única do Tesouro

O Governo Provincial de Luanda (GPL) arrecadou e depositou na Conta Única do Tesouro, no primeiro semestre deste ano, 749 milhões, 294 mil e 363 kwanzas contra os 37 milhões, 665 mil e 627 kz do mesmo período de 2010.

A informação foi prestada esta semana pelo vice-governador de Luanda para área produtiva, Miguel Catraio. O município de Viana, segundo o responsável, destacou-se tendo arrecadado cerca de 53 milhões, seguido por Cacuaco e Cazenga com 41 milhões e 548 mil kwanzas e 32 milhões e 300 mil kz.

O dinheiro, de acordo com o responsável, que falava em conferência de imprensa, foi arrecadado no âmbito do regime financeiro local em operações com a receita aprovada na tabela de taxas, licenças (mercados e feiras, de licenciamento de obras), multas e outras receitas cobradas pelos órgãos da poder local. Mais adiante informou que, as administrações municipais delegação das finanças e Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda tornaram possível a transição de mudanças acentuadas no modelo de gestão em curso, tendo considerado haver melhoria, comparando com os níveis anteriores.

Na ocasião, referiu que o município da Maianga é o único que, desde 2007, mantém uma informação regular da arrecadação da sua receita, tendo em conta os comprovantes de depósitos na Conta Única do Tesouro.

Por seu turno, o governador de Luanda, José Maria dos Santos, considerou a política de recadação de receitas públicas como uma das tarefas principais do executivo na contribuição para o Orçamento Geral do Estado (OGE). “Quando iniciamos o nosso mandato transformamos esta tarefa como um cavalo de batalha, no sentido de contribuímos para uma alavanca no volume de receitas para o OGE”, disse.

Na óptica de José Maria, foi possível transformar a gestão da província transparente e capaz de respeitar as posições legais do OGE.

Note-se que estas medidas foram adoptadas em conformidade com o Decreto Presidencial nº 30/10 de 09 de Abril, sobre o regime financeiro local.

3.4 Fiscalização apertada das actividades comerciais

Jornal de Angola
16 de Julho de 2011

A administração municipal de Kamacupa, na província do Bié, criou uma comissão fiscalizadora para a implementação, até finais do corrente mês, de novas medidas para combater as irregularidades que se registam em vários estabelecimentos comerciais existentes naquela localidade. Em entrevista ao “Jornal de Angola”, a administradora Maria Domingos, explicou que a referida comissão, composta por técnicos dos serviços fiscais e administrativos, vai promover acções formativas, palestras e conferências. De acordo com a administradora, a introdução de novas estratégias deve-se ao crescimento do exercício ilegal das actividades comerciais, o que constitui infracção prevista e punida, nas leis vigentes no país. Maria Domingos revelou que muitos moradores, sem a devida autorização, fazem das suas residências estabelecimentos comerciais. A Comissão terá um papel fiscalizador permanente

3.5 Actividade de moto-táxi ganha expressão

Jornal de Angola
17 de Julho de 2011

Há sensivelmente dois anos as motorizadas eram, em Ndalatando, um meio de transporte pessoal. Hoje são vistas como uma fonte de rendimentos, razão pela qual o seu número cresceu a olhos vistos em várias ruas e bairros da cidade. São os denominados moto-táxis.

O negócio é relativamente novo, mas ganha corpo. Muitas famílias encontram nesta actividade uma fonte de rendimento e meio de subsistência.

Por falta de outro tipo de serviço de transporte rápido, os moto-táxis constituem a alternativa viável para as pessoas da cidade se deslocarem com maior rapidez, para o serviço, escola, mercados, ou qualquer outro sítio. Não há paragens definidas para carregar e descarregar os passageiros. Os moto-taxistas percorrem a cidade de um lado ao outro à procura de passageiros e, tão logo vislumbrem alguém necessitado, este é levado até ao destino que pretender. Por cada corrida, cobram 100 Kwanzas e pedem mais uma nota ao passageiro quando ele é transportado para locais mais distantes da cidade. Os taxistas possuidores de motorizadas com três pneus e carroçaria cobram 50 Kwanzas por pessoa e 100 pela carga.

De 62 anos de idade, o soba do bairro Camundai, Daniel Kanzela, pai de oito filhos, é moto-taxista. Apesar da idade e dos perigos que a estrada acarreta, optou por esta actividade. “Sou soba. Ganho mensalmente dez

mil Kwanzas, mas esse dinheiro não satisfaz as despesas caseiras. Para além do trabalho do campo, dedico-me a esta actividade”, afirmou.

Muita gente no negócio

Para Daniel Kamzele, a facilidade na aquisição das peças de reposição encoraja-o a prosseguir com a actividade, uma vez que, no fim de cada jornada, leva sempre dinheiro para casa.

José Barradas, de 23 anos, disse estar neste negócio há mais de um ano. Conta que começa o dia do seu ganho-pão às cinco da manhã, com um pequeno trabalho de manutenção da motorizada. Uma hora depois, começa a actividade, que só termina às 19 horas.

José Barradas afirmou que, este ano, não está a estudar. Por isso, ocupa o tempo a trabalhar como moto-taxista. “Fiz anona classe. Este ano, por ter reprovado no teste de admissão, ingressei no Instituto Nacional de Educação, INE. Farei tudo para conseguir uma vaga no próximo ano,” disse. Todos os dias, faz trajectos diferentes. Reconhece que o trabalho é cansativo, mas aos 23 anos não tem outra alternativa para ganhar a vida. “Prefiro fazer este trabalho do que roubar”, sublinhou.

O trabalho “dá para aguentar a cozinha”, acrescenta. Diariamente factura cinco a seis mil Kwanzas. No fim de cada mês contabiliza 150 mil Kwanzas. Antes, trabalhava para alguém. Era obrigado a entregar diariamente dois mil Kwanzas ao proprietário da motorizada. “Consegui comprar a minha própria motorizada, trabalho sem pressão e ganho o dinheiro sem problemas”, clarificou.

O funcionário público Pedro Miranda, morador no bairro Carreira de Tiro, adquiriu, em Luanda, cinco motorizadas que foram legalizadas para a prática de serviço de táxi. Há dois meses que andam a trabalhar e nunca mais passou por dificuldades. Confessa que, diariamente, recebe 10 mil Kwanzas e se sente aliviado, pois o montante permite-lhe ajudar a família nas despesas diárias e fazer alguma poupança, antes de receber o salário”, realçou.

O taxista Evaristo Sebastião, estudante da oitava classe, exerce a actividade há quase dois anos e consegue obter, diariamente, cerca de dois mil Kwanzas, dinheiro que, no fim da jornada, entrega ao patrão. “Durante a semana também tenho o meu dia. Às vezes fazemos mais de dois mil Kwanzas, mas o contrato está estipulado para entregarmos apenas este valor e, caso resta sobre algum é, sem dúvida, meu”, precisou.

João Francisco, pai de dois filhos, desempregado há mais de um ano, refere que para sustentar a família, não teve alternativa senão comprar uma motorizada que é utilizada para a actividade de táxi. “Este trabalho possibilita-me sustentar a família e não só”. Revela que, apesar do trabalho ser massacrante, vai prosseguir com a actividade, pois é metade do sustento familiar.

Beneficiários satisfeitos

Madalena Mazaila disse que, para se deslocar de casa ao serviço e vice-versa, todos os dias apanha uma motorizada para não se atrasar. Não tem dúvidas em afirmar que, desde o surgimento do serviço de moto-táxi, a deslocação das pessoas ficou mais facilitada, mas aconselha os proprietários a tirarem as respectivas licenças, para realizarem o seu trabalho sem problemas.

Para o passageiro Andrade Kissunda, os moto-táxis têm sido, muitas vezes, a tábua de salvação. Mora no bairro \lieta e trabalha como pedreiro numa obra. Como também é estudante e não tem transporte próprio, sem eles dificilmente conseguiria cumprir os seus horários.

O chefe de secção da Viação e Trânsito no Kwanza-Norte, Benedito Santana, assinalou que, durante o período de actividade dos moto-táxis nestas paragens, a direcção emitiu mais de mil livretes e procedeu à distribuição de 339 aos proprietários.

Esclareceu que a maioria das motorizadas tem 50 centímetros cúbicos de cilindrada e grande parte dos proprietários emergentes não estão habilitados a conduzi-las, não pagam taxa de circulação e não usam capacete.

3.6 As leis e os munícipes

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

PERANTE AQUILO que os meus olhos têm vindo a observar, não será demasiado abusivo acreditar que, a polícia municipal (será assim que se chamam os agentes fardados de preto que se transportam em carrinhas e fiscalizam a ordem pública nas ruas de Luanda?), está a levar longe de mais as suas competências. Aliás, em Luanda, não há munícipe que se preze que não tenha já criticado os seus métodos de actuação, começando mesmo a ridicularizar-se os seus comportamentos.

O que aflige é verificar como um grupo de agentes da autoridade local, não sabendo interpretar condignamente o seu papel de moralizador da sociedade, se transforma em gente insolente e, não raras vezes, brutal e vulgar. Mesmo sabendo que no nosso

país se dá uma preferência generalizada à mediocridade, não é correcto nem tolerável ver homens a desfraldar as bandeiras da lei e da, ordem e em nome delas, tratar semelhantes seus de modo desrespeitador . e insultuoso.

O que é confrangedor é a população ver o modo como esses ditos agentes se apropriados bens que, supostamente, são ilegalmente comercializados na via pública por gente da mais humilde da nossa população que faz dessa actividade, mercantil diária a única forma de sobrevivência que a sociedade lhe oferece. Mais do que a apropriação, é o método incivilizado e demaneriado como despejam as miseráveis mercadorias na carroçaria dos carros, a forma, ao mesmo tempo subtil e desumana

como interpelam as pessoas em falta.

Não é simpático e também revolta constatar como um determinado sector da Polícia de Trânsito, trabalhando, suponho, em associação com uma estrutura municipal se vem encarregando, de há uns tempos a esta parte, de uma caça aos carros mal estacionados, quase igual às lendárias caças às bruxas. Fazendo valer a sua lei que é só deles e não tem contestação, lá vão rebocando os mais variados carros, sendo que, e daí a revolta que me assiste, grande parte deles, não se encontram a infringir qualquer aspecto da lei.

Considero-me um cidadão cumpridor e sou adepto da ordem. Acho, sim, que não se devem permitir que se instalem kitandas em todos os cantos da cidade, vendas públicas que incluem do tomate às sandes de ovo, da cerveja à jimboa, à porta de escritórios, de fábricas ou de hospitais, tal como aconteceu na cena que acima descrevo sobre o cassumbulango das mercadorias feitas às mulheres que se dedicavam a essa tarefa do comércio ambulante. De igual modo, não me agrada nada ver a nossa cidade pejada de viaturas em {constante movimento na busca de um espaço de estacionamento, tal como não suporto ver carros estacionados em locais proibidos. Mas, o que é certo e é necessário que se tenha plena noção disso, é que não vivemos numa cidade normal, onde todas as regras de civilidade podem ser exigidas ao cidadão. ‘

E não podem ser exigidas por não ser ele, o cidadão, o culpado de prevalecerem entre nós, situações absolutamente a normais são situações que batem de frente com essa obrigatoriedade que nos impingem e para cujo cumprimento não estamos preparados, já que não se conseguiram até aos dias de hoje, as condições mínimas para o efeito. Quero referir-me apenas à descontrolada importação de veículos automóveis e a sua circulação desregrada, bem como à ausência de parques de estacionamento e o aniquilamento de alguns que existiram e, mais ainda, à falta de civismo da autoridade, para falar somente dos casos mais evidentes.

Por tudo quanto atrás fica dito, julgo que é chegada a altura dessa gente, intérprete sem culpas de políticas mal concebidas e distantes da realidade social angolana ser, ao menos desmascarada nos seus desígnios. É preciso que, ao menos, se saiba o que fazem dos artigos apreendidos e para onde vão os dinheiros das multas: uma vez que há casos em que os mil dólares (espantoso) de cada carro multado, são negociados com os funcionários do parque onde os mesmos são recolhidos.

Nesta matéria sensível, a resposta não está, não poderá estar, na arrogância dos que pensam ter absorvido todas as capacidades ausentes nos demais. Terão de começar a ter outras atitudes, sempre amparadas na lei, porém conscientes de que todos nós pugnamos, nesta fase crucial das nossas vidas pelo mesmo objectivo de ver o país desenvolvido.

3.7 Furtos da fiscalização

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

Estranha a sensação, de ir na rua e de repente ver rapazes, homens, senhoras todos a fugirem, cada um para seu lado, sem eira, nem beira sem direcção sem rumo, poeira no, armas afinal o que se passa? Assalto? Bomba? Não. Nada disso. É a fiscalização!!! De quê? De, onde? Do GPL não poder ser! Então esses “camaradas” não permitem que os mais pobres, os honestos, os sacrificados os “escravos da vida” ganhem honestamente o seu pão? Na semana passada vou a passar de carro na chamada ponte molhada-Talatona, e deparo com rapazes, homens, senhoras tudo a fugir cada um na sua direcção. Mas o que é isto? É o diabo ou quê? Fiquei a observar e logo percebi que era a fiscalização, uma carrinha tipo Toyota Dina cheia, repleta de artigos “furtados”. Furtados como, Furtados sim, não foram apreendidos. *Mas quem vem com ÔS artigos são os elementos da fiscalização, do GPL?*

Comete crime de furto previsto no ali 412 do Código Penal, toda aquela pessoa de subtrair fraudulentamente (de forma não legal) uma coisa que não lhe pertença, podendo ser condenado com uma pena de prisão maior, de oito a doze anos. Ora se os elementos da dita fiscalização se apropriam de forma indevida dos bens de um cidadão que por acaso é um “pobre” vendedor ambulante comete no mínimo um crime de furto.

Dirão: pois, mas os vendedores ambulantes não podem vender fora dos locais devidamente estabelecidos pelo GPL e têm de estar devidamente credenciados para desenvolverem uma actividade comercial. É verdade. E se não o fizerem incorrem numa pena de multa, de acordo com a Lei 6/99 (lei das infracções contra a economia). Agora vamos comparar a pena de multa com a pena de prisão maior que pode ir até 12 anos. Veja-se a desproporção de uma e outra, com a agravante de que a primeira (furto) é cometida por agentes do Estado e devidamente premeditada e a segunda é cometida por aqueles que procuram dinheiro para comprar comida sem recorrer ao crime.

Seria com que a sociedade e nomeadamente as entidades competentes elucidassem as suas forças preventivas (fiscalização) que vender fora de locais apropriados não é crime, é uma contravenção mas a apropriação indevida de bens que é aquilo que se assiste todos os dias a fiscalização fazer é crime e duro.

E os bens furtados vão para onde? Teoricamente deveriam reverter a favor do Estado, mas como são furtados, certamente não revertem para o Estado, porque o Estado é uma pessoa de bem e não comete crimes de receptação, (quando alguém compra ou aceita bens furtados ou roubados) logo presumo que esses bens que os ditos agentes

de fiscalização se apropriam só podem reverter para eles próprios ou para vender.

Desses ditos bens é feito algum auto de notícia e entregue alguma cópia /guia/talão ao agente infractor para que este se assim o entender pague a respectiva multa e vá reaver os seus bens? É que o potencial infractor não furtou, comprou os bens, mas depois vê-se furtado por quem detêm a força.

A sociedade, muitas vezes é que cria os seus próprios problemas.

Então Sr. Governador, chame lá os homens da Fiscalização e diga-lhes que furtar NÃO, actuar SIM!

3.8 Clientes indiferentes

22 de Julho de 2011

Novo Jornal

DIANTE DESSE cenário, de caos, quem parece indiferente são os clientes que são de classes diversificadas, desde a baixa à média. Há inclusive quem provenha das classes altas, preferindo esses lugares para comprar porque os descontos permitem fazer uma ginástica mais favorável na matemática dos bens em casa.

Para os que estão ocupados nas horas normais de expediente, o período das 12h00 às 14h00 ou das 16h00 às 19h00 são os eleitos pelos funcionários públicos ou de instituições privadas. Para outros menos ocupados, todo o dia é útil e muitos destes afluem em massa estes lugares, como os Congolenses, escola do Pedalé, Grafanil, São Paulo e Vila do Gamek.

Estes últimos sem uma ponte, mais com uma movimentação semelhante ao comércio ambulante, alguns dos quais num espaço tangente a faixas de rodagem das viaturas, colocando as suas vidas em risco, detalhe que nem sequer os clientes reparam.

Para muitos deles, o cenário que presenciam, protagonizado pelos polícias e vendedores, ajuda a ordenar o espaço público, mas obriga a quem compra algo a andar mais alguns metros em direcção ao mercado para comprar o que já estava bem perto, pela mão das zungueiras.

Lixo no fim da jornada

As pontes, nosso foco principal, trazem um cenário no final do dia, idêntico às ruas onde ficam as “nossa;” comerciantes. Aquelas agentes do mercado informal, depois de tudo, não observam aspectos higiénicos básicos, como o local em que vendem antes e depois de processo de venda, pensando que a limpeza é da responsabilidade das operadoras que CircuíaQ1 pela zona em serviços de saneamento.

Acrescido a este pormenor, a manutenção dessas estruturas metálicas é outro pormenor que passa qp .. lado do pensamento de quem usa aquele meio.

3.9 Pontes de sobrevivência

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

Madrugada fria, 04h00, uma nuvem de neblina tenta tomar conta do clima frio que Luanda recebe nos últimos meses. Os candongueiros, ou melhor, taxistas, já começam a fazer a recolha do pessoal, rasgando com os faróis o nevoeiro que ofusca a estrada, que há muito clama por iluminação. Apesar dos postes erguidos, estes não “dão luz” desde que foram inaugurados.

Dos arredores para os diversos pontos da cidade, os taxistas em movimento estão sobrelotados. Furam o trânsito e encurtam as vias para dobrarem a conta no final do dia e terem mais alguma “massa” extra no bolso. Na procura destes meios de locomoção estão os vendedores ambulantes que vivem nos subúrbios e que se deslocam para a cidade na expectativa de venderem melhor os seus bens, que são vários e de grande utilidade para quem quer ter uma casa bem decorada ou satisfazer outras necessidades. As zungueiras lideram o grosso de vendedores que

. sai desses pontos urbanos. Entre elas está Suzana, conhecida como a “Suzana do Grafanil”, embora não viva lá.

A jovem rapariga, de 32 anos e mãe solteira, levanta-se cedo e deixa as crianças com a filha mais velha, de 12 anos, que vê a sua infância a encontrar responsabilidades precoces porque tem que cuidar dos mais novos, dando o mata-bicho, o banho e preparando-os para a escola. Estranhamente, a pequena Zola estuda de tarde, período impróprio para a sua idade.

Fora de casa já está Suzana, que vai com a banheira azul cheia de produtos para vender e um megafone, este não é para vender, mas sim para anunciar o que ele traz na bagagem. Feijão manteiga, massa, esfregão, Orno, dragão insecticida e outros bens vendidos a um preço que ainda pode ser discutido.

Suzana do Grafanil é conhecida por este nome, mas vive no Capalanga, bairro de Viana, localizado nos arredores da Universidade Jean Piaget. O Grafanil é o ponto onde permanece grande parte do seu tempo a fazer as vendas. Se tudo estiver parado a solução é zungar. Do grafanil até aos Congolenses.

Naquele mercado, localizado no bairro Nelito Soares, a jovem mãe encontra a concorrência de outras vendedoras que tudo fazem para conquistar os Kwanzas de um cliente, seja de que idade ele for, “desde que tenha com que pagar é o mais importante” .

A afluência de vendedores e clientes concorre com o mercado antigo que está mais para dentro do bairro, fazendo lembrar um pouco do extinto Roque Santeiro. Barulho, taxistas e cobradores, armazéns, polícia a controlar os movimentos estranhos. Um ambiente que, para Suzanilla, é natural porque faz parte da sua jornada, de

segunda-feira a sábado, já que o Domingo é reservado à Igreja do Bom Deus, onde ela faz os seus cultos ao Senhor.

Além da concorrência dos vendedores, os lugares para venda também são outra luta a travar. Para Suzana, o problema está resolvido porque já há algum tempo que “instalou-se” na ponte de travessia da zona do mercado para o largo da Cimex ao bairro Neves Bendinha.

Usando a ponte para a reportagem atravessar, a realidade da nossa protagonista é a mesma de muita gente. Hoje, estas infra-estruturas concebidas para evitar atropelamentos, devido à largura da estrada que está dividida por um separador que impede a travessia de peões, serve também como mercado ambulante, diante dos olhos dos agentes da Brigada Canina e de Auto da Polícia Nacional, destacados para aquele lugar.

A pressão sobre aquela estrutura metálica que, segundo alguns entrevistados, já mexeu em algumas ocasiões devido à força do vento, principalmente no tempo chuvoso, é um perigo eminente. Igual realidade teve a ponte da avenida Pedro de Castro Van Dúnem “Loy”, que liga a zona da Vila do Gamek à escola do Pedalé, arredores do Nova Vida. Para outros são apenas rumores, porque estas pontes feitas de aço estão preparadas para qualquer embate natural proveniente de ventos tempestuosos.

Suzana permanece ali até ao sol se pôr. A seguir, vem a luta do táxi que vai até à Estalagem para, conseguir um outro que chega até à Vila de Viana. Só assim é possível chegar a casa para, no dia seguinte, regressar à “jornada da ponte”, que se repete com maior ou menor margem de lucros, garantindo o pão para os mais n

3.10 Criminalidade nas escolas junta educação e política

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

Cenas de desmaios devido à inalação de gases, presumivelmente, tóxicos e relatos de indivíduos que têm estado a picar os estudantes com agulha de seringas para a transmissão propositada do VIR/ Sida, são os episódios mais comuns que se ouvem nos últimos tempos em quase todas as instituições de ensino de Luanda. Apesar de alguns relatos não passarem de boatos, segundo as autoridades policiais e responsáveis escolares, outros são confirmados como verídicos, como é o caso de desmaios que têm assombrado as escolas de Luanda.

. André Soma, director Provincial da Educação, falando à margem do encontro, que visou traçar os mecanismos do combate ao crime nas escolas, disse que, no total, cerca de 107 estudantes desmaiaram nas escolas devido à inalação de um gás de origem até ao momento desconhecida. Deste número, segundo aquele responsável

máximo da educação em Luanda, quatro são do sexo masculino.

“Os resultados dos desmaios continuam a ser aguardados e, a qualquer momento, órgãos competentes vão se pronunciar sobre o assunto. Mas devo dizer que são gases estranhos é, por isso, estamos a trabalhar para que isto não aconteça em mais nenhuma escola” r disse André Soma que pediu igualmente maior vigilância por parte de todos os intervenientes escolares.

“Queremos buscar um ponto comum para que a, partir deste encontro, as escolas tenham um único modelo de segurança e que as nossas crianças se sintam à vontade. E este ponto é o cumprimento escrupuloso do regulamento que já existe nas escolas”, disse o director provincial.

Por sua vez, a comandante provincial de Luanda, Elisabeth Rank Frank, disse que a sua corporação está a trabalhar para restaurar o sistema de segurança nas escolas e prometeu mesmo apresentar resultados da nova actuação policial até ao dia 30 do corrente mês.

“Penso que já estamos atrasados, temos pouco tempo para restaurar a segurança escolar. Mas devo dizer que não vamos fazer isto sozinhos, porque é um trabalho que compete a todos nós”, disse a comissária-chefe, afirmando mais adiante que alguns casos de desmaios foram provocados por estudantes curiosos que imitam cenas de filmes na televisão e Internet

“Pedimos aos pais e encarregados de educação para que sejam vigilantes e tenham mais atenção com aquilo que os seus filhos vê em na Internet e televisão. A origem do desmaio no Cazenga foi provocado por um estudante, de 19 anos, que activou um spray que continha uma mistura de pimenta e desodorizante”, disse a comandante.

Por outro lado, a comissária garantiu que a sua corporação continua a estudar o fenómeno dos desmaios para, posteriormente, apresentar resultados palpáveis. Elisabeth Raiuc Frank desmentiu igualmente as informações sobre a veiculação de boatos de infecção do VIR/ SIDA, através de seringas nas escolas. “Não há ninguém a infectar pessoas, tudo não passa de boatos”, concluiu a comandante da Polícia em Luanda.

Por fim, os directores de escolas prometeram cumprir escrupulosamente o regulamento escolar ao mesmo tempo que solicitaram a colaboração de todos os pais e alunos para a devolução da segurança nas escolas. Participaram na reunião de quarta-feira, dia 20, representantes de várias escolas públicas, participadas e colégios. Para sexta-feira, dia 22, está prevista a realização em cada escola de uma reunião com todos os professores, e no sábado, os responsáveis escolares deverão reunir com os pais e encarregados de educação.

3.11 Retirada do Roque Santeiro afectou a economia nacional

Jornal Terra Angolana
25 de Julho de 2011

A “corrupção” “clientelismo político” e dependência do petróleo são três dos vícios da economia angolana referidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico OCDE no relatório sobre África, divulgado recentemente em Lisboa.

Numa análise individual à economia de Angola - que se estende aos outros quatro mercados lusófonos africanos -, a organização destaca o efeito negativo no crescimento dos atrasos de Luanda em pagar ao sector da construção e as limitações recorrentes do investimento no país.

Por um lado, no investimento público “marcado por clientelismo político” e “corrupção”, apesar de estar em curso um “ambicioso” plano de infra-estruturas. Destaca-se ainda, a capacidade “problemática” do sector público angolano em atrair mais investimento privado. “Angola tem um problema muito grave, que é a falta de recursos humanos em todas as áreas”, comenta Laura Recurso Virto, economista do OCDE, ao Diário Económico.

O sector não-petrelífero de Angola cresceu 14% nos últimos quatro anos, segundo a OCDE, mas a “diversificação económica continua a ser fraca”.

A economista da OCDE acredita que a “bolsa de valores não deve avançar” tão cedo e critica a decisão de Luanda em “mudar fisicamente de lugar o maior mercado da região”, o Roque Santeiro. Esta deslocação provocou, de acordo com os técnicos da OCDE, uma “perturbação” no comércio e uma quebra acentuada na produção agrícola.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) foi fundada em 1961, tem a sua sede na cidade de Paris, em França.

3.12 Preço do oleo alimentar dirpara no mercado paralelo

Jornal angolense
30 de julho de 2011

Em mais uma ronda feita por este jornal, apurou que o preço do óleo alimentar sobe cada dia que passa, mas os vencedores afirmam não saberem das causas, limitando-se a comprar ao preço dos armazenistas e estabelecer a devida margem de lucros, e no meio de incertezas quanto as causas e efeitos da subida dos preços e a sua legislação, conversamos com o economista e docente universitário, Precioso Domingos e antigo vice-ministro do Comércio, Gomes Cardoso, para os devidos esclarecimentos.

Para o economista Precioso Domingos, o facto de Angola ser mais comerciante do que produtor faz com que os preços subam cada vez mais, por a aquisição dos produtos envolverem muitos custos, de entre os quais, os aduaneiros e de transportação. “Quanto mais dificuldades os comerciantes tiverem para tirar os bens de um sitio que se considera a base (armazém) para os locais de venda, maior será o preço desse bem”, esclareceu, tendo salientado que, o curioso em Angola, sendo um país importador, é que ocorre uma série de transacções, que o primeiro vendedor de um desses bens, que podem ser considerados básicos, não está em Angola, se calhar, está no estrangeiro.

Sobre as causas da subida dos preços, o também membro óleo por mês, aumentando o causas, limitando-se a comprar do CEIC – Centro de Estudos preço do óleo e este mantendo ao preço dos armazenistas e Investigação Científica, disse com o mesmo rendimento, estabelecer a devida margem que o grossista estabelece o obviamente, deixa de adquirir de lucros, e no meio de incerteza preço de um bem em função menos quantidades de óleo”, com certeza quanto as causas e efeitos do preço com o qual o adquire exemplificou. Por outro lado, da subida dos preços e a sua importação e do alfandegamento. Há acrescenta, “se do meu rende legislação, conversamos com o ainda retalhistas que adquirem muito havia a possibilidade de economista e docente universitário os produtos dos armazéns, e ter algum excedente, realizar sitário, Precioso Domingos e o associam ao custo de tirar do alguma poupança, deixa de antigo vice-ministro do Comércio armazém para as suas lojas, ocorrer, simplesmente, porque o comércio, Gomes Cardoso, para sendo que, até os consumidos eu vou ter que afectar aquilo os devido esclarecimentos respondeu encontrarem o bem num que era considerado uma pouco.

Para o economista Precioso mercado qualquer, “já teremos pança para o mesmo bem que Domingos, o facto de Angola aí envolvido uma série de se apresenta mais caro”. Do ser mais comerciante do que intermediários, que no final de ponto de vista do produtor, produtor faz com os preços tudo quem paga, caro, somos acrescenta, há um ganho, na subida cada vez mais, por a todos nós, porque o vendedor pois os preços altos aquisição dos produtos envolvendo não está muito preocupado beneficiam os produtores, e os verem muitos custos, de entre com o custo, já estabelece uma mais baixos beneficiam os connosco quais, os aduaneiros e de margem de lucro em função do consumidores. Sobre a especula transportação. “Quanto mais preço de compra”. São dos preços, o nosso entre dificuldade os comerciantes tiveram. Continuando, o nosso entrevistado esclareceu que o Estado verem para tirar os bens de um interlocutor concordou com a deve intervir quando os produto

que se considera a base ideia segundo a qual, a subida dos produtores praticam preços exagerados (armazém) para o locais de dos preços acaba por se reflectir altamente altos, por já ter ficado provado que o mercado em si tem dificuldades de auto-regulação, mas alerta que quando se fala de bem-estar não se pode somente olhar para o consumidor, deve-se também olhar para o produtor, para que haja equilíbrio no mercado.

“A legislação sobre os preços já existe, o que falta é a sua aplicabilidade”

E o antigo vice-minisrro do Comércio e actual presidente do Codex Angola, um organismo nacional que tem de entre outras funções elaborar e velar pela harmonização e cumprimento de normas, códigos de uso internacionalmente aceites, e incentivar as práticas leais no comércio, Gomes Cardoso, disse ao Angolense haver em Angola legislação sobre os preços, dividida em três regimes, nomeadamente regime de preço livre, de preço com mais de comercialização e de preço fixado. Segundo Gomes Cardoso, que é ainda o assessor principal do ministério do Comércio, para toda gama de produtos e serviços ao nível do sector do comércio são preços livres, mas estes preços livres têm regras, e esclarece haver na cadeia de venda de produtos três ciclos de comercialização: o primeiro tem a ver com o produtor ou importador grossista. Neste ciclo, o lucro máximo determinado é até vinte e cinco, mais até vinte por cento de encargo ao nível dos grossistas; o segundo ciclo, diz respeito a venda de bens e serviços do grossista ao retalhista, onde o retalhista tem encargos até dezassete por cento e o lucro máximo vai até vinte e cinco por cento; o terceiro ciclo, tem a ver com a venda de bens e serviços do retalhista ao consumidor final, onde o mesmo tem um lucro até vinte e cinco por cento.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, se esta cadeia não for cumprida os agentes económicos vão se apoderar dos três tipos de comercialização de setenta e cinco por cento mais os encargos e outras despesas, o que vai provocar preços bastante altos. “Para além disso, nós sabemos que no nosso mercado, para além de haver um certo equilíbrio na oferta de bens e serviços, há o açambarcamento de mercadorias e o espírito de especulação dos agentes económicos. Então, os preços, em alguns seguimentos do mercado, são os mais altos do mundo”, esclareceu, tendo acrescentado que “algum exercício que fizemos, chegamos à conclusão de que um produto comprado na Europa, por exemplo, ao preço FOB ou nos outros mercados mundiais, às vezes, aqui, em Angola, nós assistimos um incremento de mais de quinhentos por cento, o que agrava o produto”.

O principal assessor do Ministério do Comércio, reitera haver legislação suficiente para fazer face à especulação, estando somente a faltar mais eficiência do ponto de vista da sua aplicação, e reafirma as coisas estarem a caminhar nesse sentido e punir os prevaricadores.

3.13 Aumenta receita na delegação das finanças de luanda

Fornal folha 8

16 de Julho de 2011

De acordo com alguns funcionários da direcção. Provincial dos serviços de fiscalização, registou-se um aumento de receitas arrecadadas na ordem de noventa bilhões de kwanzas, em relação ao primeiro semestre de 2010.

As receitas resultaram na cobrança de impostos, taxas e outros emolumentos, pelas repartições fiscais de todos os municípios de Luanda, assim como pelas instâncias aduaneiras na região.

Este crescimento deu – se a contratação de mais de 300 novos funcionários, que impulsionaram novo ritmo de trabalho aquele órgão.

Com a contratação destes novos profissionais, os antigos funcionários encontram - se descontentes, vendo estes como usurpadores e atrapalhadores dos seus business.

Esta contratação deve - se também a insuficiência de resultados satisfatórios em que muitos trabalhadores mostravam na gestão anterior, em que iam ao terreno e não mostravam resultados das transgressões fiscais.

Todas as multas provenientes das transgressões fiscais, segundo o regulamento interno do governo provincial, os autores actuantes directos e indirectos, têm o direito a uma cota parte das participações, na ordem de mais de 10 por centos da multa.

Estes estímulos servem para que o agente de fiscalização não cometa erros ao actuar o transgressor, mais como sempre encontram - se elementos que nunca estão satisfeitos.

Segundo alguns funcionários novo, todos encontram - se insatisfeito com o modelo de distribuição das participações, sentindo - de ate como estivadores de carga fiscal e usados para o aumento das receitas pessoais.

Também, lamentam as cláusulas impostas no contrato entre ambas, “é triste quando um técnico médio e com formação específica para esta área, terá um salário tão insignificante, na ordem dos vinte mil kwanzas. Se não fosse as participações acredito que os novos já estariam a trabalhar aqui, o que também é transformado para nossa insatisfação” As repartições fiscais funcionam em todos municípios da província de Luanda, notando-se a presença destes serviços nas circunscrições.

3.14 À margem do desenvolvimento

*Revista economia e mercado nº83
Julho de 2011*

Angola situa-se na 6ª posição entre os 21 países em desenvolvimento que gastam mais em orçamentos militares do que na educação primária, com 3,6% do total da despesa pública, revela o relatório da UNESCO “A crise oculta: conflitos armados e educação”. Apesar dos discursos governamentais apontarem a educação como sector chave para o desenvolvimento do país, na prática é um sector marginalizado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), e enquanto a educação e o ensino público não se transformarem numa preocupação, e num desígnio nacional, o país não avançará para o desenvolvimento, defendem os especialistas.

A percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinada à Educação mantém-se em torno dos 8% das despesas locais, e analisando num período mais longo, verifica – se um mínimo de 3,8% do OGE em 2006 e um máximo de 5,3% em 2009, a maior fatia jamais recebida entre a série de orçamentos anuais que se iniciou em 2000, conforme o “Relatório Social Angola 2010” da Universidade Católica de Angola.

Por outro lado, o estudo feito pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da mesma Universidade, constata que entre os anos 2008 e 2011, as despesas públicas com a Educação têm apresentado uma tendência de ligeiro aumento, tendo passado de 2,68 mil milhões de dólares norte-americanos para 3,46 mil milhões.

Traduzido em valores por capita, temos que, entre 2008 e 2009, as despesas com a educação situaram-se à volta dos 125 dólares, valor insignificante, sendo que, este ano, a verba do Orçamento Geral do Estado alocada para este sector é de 8,2%.

“Com este valor não se está a ter em conta as reais despesas da educação, pois a verba é irrisória e além disso, a inflação consumiu-a. O ideal seria um valor não inferior a 20%”, defende o coordenador da Rede da Sociedade Civil de Educação Para Todos até 2015 (EPT), Victor Barbosa. Segundo o activista, o que está em causa não são só os números, mas também saber como é determinado o valor, e o circuito da colocação da verba até à execução, já que “muitas das vezes o valor existe em numérico, mas não se consegue utilizar porque cai naquilo que antes se chamava exercícios findos, quer dizer, não é utilizada no tempo”, explica o coordenador da Rede (EPT).

Pinda Simão, Ministro da Educação corrobora a posição de Victor Barbosa, aclarando que “a questão de facto é que os recursos atribuídos são insuficientes para fazer

face aos desafios com que o sector se defronta”, pois, segundo o governante, “para que isso fosse possível, os actuais 3,4 mil milhões de dólares teriam de ascender a 8 mil milhões, o que, no conjunto das outras necessidades urgentes que afectam directamente a vida das populações, representa um grande peso para o Estado”. Por conseguinte, “é preciso adoptar estratégias que permitam que, ao mesmo tempo que a educação e saúde beneficiem de meios para funcionar convenientemente, possa haver recursos suficientes para a reconstrução do país, ou para a agricultura”, esclarece o Ministro em entrevista ao jornal Expansão. Sobre este assunto, convém salientar que endereçámos uma carta ao ministro da Educação a solicitar esclarecimentos sobre os investimentos do Governo no sector, mas, volvido um mês, não obtivemos nenhuma resposta, apesar das sucessivas tentativas que levámos a cabo, quer junto do gabinete do próprio titular, quer da vice-Ministra, quer do Ensino Geral, quer ainda do Gabinete de Estudos e Projectos.

De Angola fica na cauda

Para o economista Vicente Pinto de Andrade, os 8,2% que o OGE destina à educação reflectem a falta de seriedade com que se encara este cedo “Angola é o país, na região África Austral, que menos h investido na educação e saúde”, sustenta o economista, explicando que a prova do pouco investimento público nesta área é o facto de uma parte significativa da educação (e até da saúde) ser garantida pelo sector privado.

Se esta situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, adverte Vicente Pinto de Andrade.

Situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, garante.

N a mesma linha, o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) sustenta que este fraco investimento em capital humano se deve “à falta de uma estratégia nesse domínio”.

De salientar que em sociedades desenvolvidas, a produtividade depende cada vez mais das habilidades aprendidas na escola.

Daí que, segundo Victor Barbosa, “para que haja um desenvolvimento sustentável em Angola, deve-se investir na educação, desde a primeira infância à formação de jovens e adultos”.

Já Vicente Pinto de Andrade explica que o baixo investimento na educação compromete todos os projectos sociais do Executivo. Logo, “ se não houver durante alguns anos uma intensificação na escolarização e na

qualificação, as pessoas não terão emprego”, alerta o economista, revelando que no país “muitas pessoas saem dos institutos médios e universidades escolarizadas, mas muito mal qualificadas, o que diminui a improbabilidade dos cursos que estes têm feito”.

Qualidade ainda não satisfaz Contrariamente ao desejável pela Reforma Educativa em curso desde 2004 - um ensino de qualidade com altos níveis de rendimento escolar, rede escolar ampliada e remodelada -, a realidade, segundo o presidente do Sindicato dos Professores de Angola (Sinprof), Guilherme Silva, é que “desde 1975 ao presente momento, a qualidade de ensino decaiu bastante. Prova disso é o nível de conhecimento dos alunos actuais comparado com os da década de 80. Hoje existem alunos da 12a classe que não sabem escrever”, aponta o sindicalista, adiantando que são vários os factores que influenciam para a má qualidade do ensino em Angola.

De acordo com o presidente do Sinprof, entre estes factores está o elevado número de professores primários sem qualificação pedagógica, a superlotação das salas de aulas, a escassez de material didáctico, a falta de condições de trabalho e a desmotivação dos docentes.

Na já aludida entrevista, o Ministro da Educação refere que os dados que estão a ser verificados depois da implementação do novo sistema educativo mostram que os níveis de rendimento escolar estão a evoluir positivamente, mas acrescenta que “não basta que os alunos tenham bom aproveitamento. É preciso que eles se tornem competentes e úteis”, explica o governante, reconhecendo que “existem algumas dificuldades nestes aspectos, nos quais se deve trabalhar para que a pertinência do ensino seja a mais indicada possível”, conclui. “De notar que esta reforma educativa está a ser implementada num contexto muito precário, em que os investimentos na educação são praticamente nulos, face ao mar de necessidades e • dificuldades. A rede escolar não conheceu aumento significativo. Têm sido apenas remodeladas algumas dezenas de escolas e construídas outras tantas, especialmente na província de Luanda”, atesta a especialista do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), Maria J. Octávio, na introdução do Currículo do 10 ciclo do ensino secundário. Guilherme Silva avança ainda que em termos de infra-estrutura as escolas construídas não correspondem às exigências da Reforma Educativa, pois não têm espaços desportivos, ou áreas para as crianças se recrearem nos intervalos ou nas aulas de educação física. “Em várias escolas do ensino secundário, construídas com a linha de crédito da China, os laboratórios não funcionam por falta de técnicos especializados, e outros há que se estão a degradar por falta de uso ou por falta de

manutenção. A qualidade das obras de algumas também é questionável, tendo em conta os elevados custos anunciados” .

Recorde-se ainda que, em 2004 se dá a implementação da 2a Reforma Educativa, com três fases de implementação -experimentação, avaliação e generalização. A fase de experimentação teve início com três classes apenas 1a, 7a e 10a, que se vão generalizar em 2012 O filósofo Domingos da Cruz no seu livro” Quando a Guerra é Necessária e Urgente” afirma que a Reforma Educativa, não cumpriu com todas as fases que ela comporta, em particular a que diz respeito à avaliação, que permitiria a generalização da reforma ou não, mas que, até ao momento não produziu efeitos.

Para Guilherme Silva, avaliação da Reforma Educativa não deve ser feita nos gabinetes, mas antes junte dos professores, porém, para já, vai rematando que “foi-no imposto um novo sistema, sem estarmos preparados para o efeito”.

3.15 Universidade Agostinho Neto divulga estudos sobre empresas

Jornal de Angola
03 de Julho de 2011

O Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Universidade Agostinho Neto vai, na próxima quarta-feira, em Luanda, proceder ao lançamento do primeiro estudo sobre as cinco maiores empresas públicas de Angola.

Com a duração de dois meses, o estudo enquadra-se na perspectiva do referido centro de pesquisa, de pôr a ciência ao serviço do desenvolvimento do país, propondo políticas e soluções concretas para os problemas reais no domínio das políticas governamentais.

Estudar projectos associados à criatividade, inovação e performance no sector empresarial do Estado, analisar os factores de sucesso e de liderança das empresas em ambiente competitivo e identificar as boas práticas e as capacidades de uma administração de sucesso, são alguns dos objectivos do estudo.

A cerimónia de lançamento do estudo, segundo um comunicado do Centro de Pesquisa da Universidade, vai decorrer na sala de conferências da Faculdade de Direito.

O trabalho, que numa primeira fase vai cobrir 15 empresas públicas sedeadas em Luanda, propõe-se também analisar os factores críticos de sucesso e insucesso da actividade empresarial do Estado, com vista ao aperfeiçoamento dos instrumentos de política de gestão pública estatais. Por considerar a actividade empresarial do Estado uma preocupação académica, o Centro de

Pesquisa vai, no próximo mês, iniciar um curso de pós-graduação em gestão pública e empresarial do Estado, dirigido a gestores, técnicos e quadros de empresas e institutos públicos.

Tendo em conta a importância que a iniciativa representa para a melhoria das políticas estratégicas governamentais para o sector empresarial público angolano, os seus promotores esperam uma melhoria significativa nos mais variados e complexos sistemas de organização, gestão pública, estratégia de competitividade e inovação. Criado em 2009, o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local é uma instituição de investigação científica, ensino e pesquisa aplicada.

No seguimento do seu ciclo de palestras académicas, iniciadas a 11 de Maio, promove, na próxima quarta-feira, uma palestra sobre a reforma do sector público em Angola. A dissertação do referido tema estará a cargo de um grupo de estudantes do curso de mestrado de Governação e Gestão Pública, que decorre na Faculdade de Direito. O ciclo de palestras, segundo uma nota de imprensa da instituição a que o Jornal de Angola teve acesso, visa a apresentação das pesquisas conduzidas pelos mestrandos.

3.16 Para lá do petróleo

*Revista economia e mercado
julho-2011*

O Governo decidiu avançar com o Projecto do Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e uma das estratégias passa pela diminuição da generalidade dos impostos, levando a que os contribuintes se venham a sentir mais predispostos a abrir os cordões à bolsa. No entanto, na essência, a grande preocupação é diminuir a dependência que a economia nacional tem das receitas oriundas do sector petrolífero, que se tem mantido na ordem dos 75%. E que, para além de outras distorções económicas, sendo este um recurso escasso, esta dependência torna-se perigosa.

A estrutura fiscal de Angola tem beneficiado excessivamente do petróleo. Os números relativos aos últimos anos indicam que os impostos petrolíferos rendem ao Estado angolano, e na média dos últimos anos, cerca de 75% do total das receitas fiscais e 30% do Produto Interno Bruto (Pffi), enquanto o sector não petrolífero contribui, respectivamente, com 20% e mais ou menos 7%.

“ A dependência das finanças públicas relativamente ao sector petrolífero é um factor de instabilidade do ciclo de negócios. Em resultado de variações do preço do petróleo, as despesas têm enfrentado flutuações elevadíssimas que transmitem elevada incerteza para os empre-

sários”, avança o Relatório Económico de Angola 2010, do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica.

O documento acrescenta que esta situação dificulta “o desenvolvimento de sectores importantes da economia do país”. Assim, o “processo de reforma terá que conseguir o mérito de, ao mesmo tempo, diversificar as receitas fiscais e melhorar o ambiente de negócios, o que permitirá maior e melhor investimento, maiores níveis de emprego e um melhor desempenho no combate à pobreza”, lê-se no relatório.

Sendo que as principais receitas orçamentais advêm dos impostos petrolíferos que têm características muito especiais, quer no plano fiscal, quer no plano administrativo, os analistas aconselham os Estados produtores de petróleo a preparem novas fontes de receita para sustentar os níveis de despesas futuras. A reforma fiscal tem estado na agenda do Governo angolano desde 2002, uma acção urgente, visto que a legislação é antiga e a economia é muito dependente do petróleo.

Com vista a dar resposta aos novos desafios, o país tem de diversificar a sua base fiscal e é neste quadro que o Presidente da República avançou com a aprovação do Programa do Executivo para Reforma Tributária (PERT), por intermédio do Decreto Presidencial N°115 / 10.

Sistema fiscal ineficiente Segundo o referido Decreto Presidencial, o actual sistema tributário, em particular na área dos impostos internos, é ineficaz, pois não admite atingir os objectivos constitucionais ou de política tributária que lhe são atribuídos. Ou seja, não dá resposta aos planos de desenvolvimento, nem estimula a desejada diversificação das fontes de receita do Estado.

O jurista Miguel Ângelo elucida que o problema do actual sistema tributário nacional é que “privilegia de forma muito acentuada os impostos sobre o sector petrolífero e sobre a despesa”, o que faz com que se explore pouco, fontes como o rendimento e o património. “Tal característica assume um carácter perverso, uma vez que os impostos sobre a despesa dissociam o contribuinte legal de contribuinte de facto”, explica. Luís Magalhães, da área de auditoria fiscal na KPMG, entende que tendo apenas • em consideração o sector não petrolífero, “a actual carga fiscal (receita e peso) é reduzida mas muito competitiva”. O que é louvável, no seu entender, é que o reforço da receita fiscal nas áreas não petrolíferas seja uma preocupação actual, acreditando no sucesso da reforma fiscal em curso.

O fiscalista Gracione

Paulo frisa que os níveis de fiscalidade praticados no país são “altos”, tendo em conta a carga tributária que os contribuintes têm de suportar nos diferentes tipos de imposto. “Só para exemplificar, o Imposto Industrial tem a taxa de 35%, que incide sobre o lucro líquido das empresas, sem contar os outros encargos, como o imposto de consumo, o imposto de selo”, conclui.

A realização de alguns estudos evidenciam que, além de uma excessiva burocracia, esses encargos têm funcionado como um factor inibidor da formalização de macro e pequenas empresas, da participação de todos no processo como está consagrado para que sejam revistas todas as necessidades do sistema e seus valores.

Já o economista Cristóvão Neto considera que só agora o sector fiscal angolano vai entrar numa fase crucial, com a implementação do PERT, por termos uma legislação do tempo colonial. Assim, a reforma trará benefícios não só em termos de arrecadação fiscal, mas também sociais, sendo este último um factor crítico para o país.

Quanto à dependência que se tem das receitas petrolíferas, o especialista considera um “perigo as economias dependerem do petróleo”, acrescentando que não é segura, porque cria limitação e acomodação. “As receitas tributárias dão mais capital ao Estado para melhorar sectores como a educação, saúde e estradas, o que não pode ser apenas desenvolvido com o dinheiro do petróleo”, sustenta.

Gracione Paulo lembra que uma reforma tributária traduz-se, na verdade, numa alteração profunda de todo o sistema fiscal, desde alteração legislativa, supressão, modificação ou introdução de novos tipos de impostos, melhoria de procedimentos, reforma dos serviços e do respectivo pessoal, entre outras questões.

“Actualmente a maior percentagem da receita fiscal é originária do sector petrolífero, este cenário poderá mudar, se concretizar o desejado alargamento da base tributária, com o alcance de um número considerável de contribuintes fora do domínio dos petróleos”, realça Gracione Paulo.

Sectores prioritários para arrecadação de receitas Nesta primeira fase, a actividade tributária vai incidir mais sobre os grandes contribuintes, segundo o Ministro das Finanças, Carlos Lopes. Questionado pela Economia & Mercado em relação aos sectores prioritários, o responsável fez saber que para “alavancar o processo de desenvolvimento nacional” a aposta deve ser a agricultura.

“É através da agricultura que nós vamos potenciar a agro-industrial e por aí promover o desenvolvimento industrial robusto do país”, reforçou, à margem do acto de formação sobre o Imposto Predial Urbano. A nível nacional o Ministro revelou ainda que Luanda representa hoje 90% das receitas fiscais do país e avançou que para alargar o leque contributivo o Estado vai apostar mais na sua modernização e da administração.

Neste contexto, a reforma vai alargar a base tributária, a racionalização dos incentivos, o aumento do controlo do pagamento voluntário dos impostos, a implementação de um efectivo sistema de cobranças coercivas, a simplificação do sistema legal, a penalização das infracções tributárias, de forma a combater a evasão e a fraude, e a proporcionar as receitas necessárias ao financiamento público.

Em contra partida, o fiscalista Gracione Paulo aposta em sectores como o comércio e os serviços. “A agricultura e a indústria nacionais precisam de alguns benefícios fiscais, taxas de impostos reduzidas, isenção, em alguns casos, para promover o seu crescimento. O desenvolvimento económico do país passa por estes sectores primários”, lembra.

No mesmo diapasão, o economista Cristóvão Neto considera que os sectores que podem ser mais rentáveis para o Estado são as bebidas, sobretudo bebidas alcoólicas, uma vez que registam um alto consumo. O sector imobiliário é outro apontado pelo especialista porque “tem sido muito dinâmico”, assim como a educação privada, que, na sua opinião, cobra valores exorbitantes e as receitas angariadas poderiam servir para melhorar o ensino público.

Por sua vez, Luís Magalhães, especialista da KPMG, avança, pela experiência que conhece, que os sectores prioritários para quem quer angariar receitas fiscais são os que geram rendimentos mais elevados. Porém, “deve-se dar a primazia ao alargamento da base tributável, sem focalizar a reforma tributária em sectores específicos de actividade”, observa.

Uma reforma em cinco anos Numa primeira fase, a curto prazo, a reforma tributária vai tratar com primazia da correcção das situações menos justas ou as mais burocráticas existentes nos actuais impostos, sem pôr em causa as intervenções profundas no desenho da tributação dos rendimentos, do consumo ou do património.

Assim, a sua implementação nos vários domínios do sistema fiscal, incluindo o aduaneiro, da para Hospitalidade, da administração, da justiça tributária e da tributação internacional deve obedecer a um quadro

de prioridade e de acções que serão projectadas para o curto e médio prazos. Luís Magalhães acredita que daqui a cinco anos o sistema fiscal “será mais eficaz que o vigente, sem dúvida alguma”, uma vez que terá removido os factores geradores de ineficiência que minam o actual quadro tributário, como a desactualização das regras e das normas face à realidade socioeconómica.

“O estudo e o período de implementação propostos deverão permitir avaliar as condições particulares actuais da economia angolana e a sua previsível evolução, tendo também em conta a experiência de outros países que tenham implementado reformas semelhantes, desenhando-se um quadro fiscal moderno, actual e competitivo no panorama internacional”, adivinha o auditor.

Na mesma senda, Cristóvão Neto pensa que dentro destes cinco anos o sistema fiscal será mais activo, mas defende a criação de uma base de dados para que haja maior controlo e melhor conhecimento de quem são os contribuintes. Mais cauteloso Gracione Paulo explica que a reforma é um processo com várias fases e cada uma delas com a sua complexidade. “Acredito que os cinco anos previstos constituem uma etapa deste processo. E outras se seguirão necessariamente, por se tratar de mudança de hábitos, introdução de novos procedimentos e, eventualmente, novas tecnologias, o que não é sempre fácil de realizar”, reflecte.

O fiscalista acrescenta ainda que na doutrina se diz, a propósito, que “a reforma fiscal é uma preocupação permanente”, um fenómeno sempre na ordem do dia. “O importante”, acrescenta, “é ter a coragem para expurgar os elementos obsoletos”.

Ganhos para os contribuintes Segundo Gracione Paulo o impacto junto dos contribuintes será positivo se os efeitos da reforma tributária resultarem na melhoria dos serviços fiscais (celeridade, bom atendimento, menos burocracia, etc.) e na redução dos encargos tributários (menos impostos).

Já para Luís Magalhães, os contribuintes (tanto as empresas como os cidadãos) passarão a ter ao seu dispor regras mais actuais e adaptadas à realidade socioeconómica do país, permitindo uma melhor e mais justa arrecadação de receita e a manutenção do reforço da qualidade de vida dos cidadãos, designadamente através de investimentos públicos em infra-estruturas. O economista Cristóvão Neto fala dos benefícios que as cobranças das taxas municipais podem trazer em termos de abastecimento de água, luz eléctrica e outros serviços nas localidades.

Mas Gracione Paulo lembra que os contribuintes, organizadamente, devem participar, enquanto as políticas da reforma estão a ser formuladas, para que os seus direitos sejam devidamente acautelados. “Não convém esperar, para depois reclamar da injustiça do sistema fiscal. Todavia, a lei consagra um conjunto de medidas garantias dos contribuintes, que os protegem contra eventuais agressões dos seus direitos e interesses”, faz saber. Luís Magalhães acredita que a reforma trará mais-valias em termos da repartição dos rendimentos e a melhor distribuição da riqueza, sendo que esses objectivos políticos, adianta, serão facilitados com o alargamento da base de incidência e o conseqüente aumento das receitas fiscais. Para já, e no plano jurídico, aguardam-se ainda por profundas revisões e actualizações de diplomas paralelos aos diversos impostos, como o Código Geral Tributário de 1968. Espera-se que a partir do modelo existente se elabore uma lei fundamental da tributação, com funções reguladoras de base do sistema fiscal.

Várias medidas aprovadas têm como finalidade combater as práticas de fraude e evasão fiscal na economia nacional. Tais medidas compreendem a restrição da possibilidade de realização de determinadas operações por parte dos contribuintes faltosos, nomeadamente, a remessa de divisas para o exterior através dos Bancos Comerciais, a concessão ou renovação de vistos de trabalho junto do Serviço de Migração e Estrangeiros, ou operações aduaneiras junto do Serviço Nacional de Alfândegas. Todos os contribuintes em risco de verem a sua inscrição suspensa pelo não cumprimento das suas obrigações tributárias há mais de 12 meses serão notificados pela Administração Tributária para regularizar a sua situação, caso contrário serão suspensos ficando sujeitos às restrições anteriormente referidas. Fortalecimento das relações bilaterais entre Estados.

No que toca à Dupla Tributação Internacional, o relatório económico da Universidade Católica de Angola aconselha o Governo a elaborar “uma estratégia para a preparação de quadros, tendo em vista a negociação e celebração de acordos sobre dupla tributação com os países com os quais Angola mantém relações económicas mais estreitas”

O documento sugere também que sejam “acauteladas as obrigações que Angola assumiu ou se verá confrontada no futuro, ao nível da integração económica na SADC”, no quadro de uma progressiva harmonização fiscal, incluindo a aduaneira. Gracione Paulo pensa que Angola podia avançar acordos com países com que tem maior nais dos :ária rão volume de negócios, tanto africanos, como europeus, asiáticos e latinos americanos. Cristóvão Neto não defende, por enquanto, a realização

destes acordos na zona da SADC porque pensa não ser ainda uma prioridade. “O país não se pode dar ao luxo de desperdiçar contribuições sob pena de continuarmos a depender das receitas do petróleo”, sustenta.

Já Luís Magalhães é defensor dos Acordos de Dupla Tributação para o fortalecimento das relações bilaterais entre Estados no plano económico, avançando Portugal, Brasil, África do Sul, Estados Unidos, China e a Holanda, como potenciais parceiros prioritários, enquanto importantes plataformas internacionais.

Um modelo de sistema tributário próprio Angola tem a possibilidade de introduzir modelos de tributação distintos dos existentes, permitindo assim a criação, de raiz, de um novo sistema fiscal. Para o economista Cristóvão Neto “é possível ter um modelo.

4 OGE INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARENCIA

4.1 Estudo sobre empresas públicas é apresentado hoje em Luanda

Jornal de Angola
06 de Julho de 2011

Um estudo sobre as cinco maiores empresas públicas angolanas, entre 15 observadas, é hoje apresentado em Luanda, pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Ontem, era ainda desconhecido nome das cinco empresas alvo daquele que é o primeiro trabalho elaborado por aquele centro, mas tudo indica tratar-se do concessionário nacional de hidrocarbonetos, Sonangol, a diamantífera Endiama, a seguradora Ensa, a transportadora aérea TAAG, a companhia de telecomunicações Angola Telecom e a Empresa Nacional de Navegação aérea, Enana.

Segundo um comunicado do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, o objectivo do estudo é o de analisar os factores de sucesso e de insucesso da actividade empresarial do Estado, com vista ao aperfeiçoamento dos instrumentos de política para uma gestão pública de serviços do Estado eficientes e capazes.

Com este estudo, o centro pretende identificar as melhores práticas que conduzem ao desempenho crescente, através de uma constante actualização e reorientação das opções estratégicas das empresas, de forma a que atinjam maiores e melhores níveis de desempenho e fomentem o sentido de competitividade e liderança no mercado.

O estudo enquadra-se na visão do centro de colocar a ciência ao serviço do desenvolvimento do país, com base na ideia que “não existe um modelo único para uma gestão eficiente, mas todos podemos contribuir para uma eficiência na gestão”.

Nesse sentido, o estudo pretende analisar os níveis e mecanismos de controlo da gestão, principalmente dos Conselhos Fiscais, na sua missão de assegurar a qualidade e avaliar os indicadores, metas e critérios de desempenho, em busca da maximização dos resultados, dentro dos indicadores financeiros, de gestão de processos internos, de crescimento organizacional e de desempenho corporativo.

Sendo a actividade empresarial do Estado uma preocupação académica, o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local anunciou já, para o próximo mês de Agosto, o início de um curso de pós-graduação em Gestão Pública e Empresarial do Estado, dirigido a administradores e gestores, técnicos e quadros das empresas públicas e institutos públicos.

4.2 Presidente para investimentos públicos direccionadas para a saúde e a educação

Jornal de Angola
07 de Julho de 2011

O Programa de Investimentos Públicos deste ano contempla, para a província do Huambo, a construção e reabilitação de escolas e hospitais nos 11 municípios, disse, ontem, o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Victor Chissingui declarou que, num orçamento avaliado em 6,15 mil milhões de kwanzas, as acções estão a ser direccionadas para programas de desenvolvimento do ensino primário e secundário e no melhoramento dos serviços hospitalares. Em execução, referiu, estão 14 programas repartidos em 43 projectos, quatro dos quais referentes à construção de escolas.

“Temos em execução quatro projectos de construção de escolas do segundo ciclo nos municípios do Tchinja, Ekunha, Tchicala Tcholohanga e Mungo”, declarou, acrescentando que os programas estão direccionados para a melhoria das condições sociais da população.

Prioridades

Outras prioridades do governo provincial para este ano recaem em projectos nos sectores da energia e águas, urbanismo, ambiente e obras públicas.

Victor Chissingui revelou que, do orçamento recebido, 40 por cento se destina ao ordenamento do território e que o dinheiro vai ser aplicado em infra-estruturas dos planos urbanísticos em todas as reservas fundiárias da província.

Os trabalhos, garantiu, estão “bastante avançados” e o programa de desenvolvimento habitacional a ser executado em todos os municípios. O programa “Água para Todos” é, acentuou, outra aposta do governo provincial. As autoridades estão empenhadas em projectos de energia renovável, com a instalação de sistemas solares e mini hídricas em todos os municípios, comunas e aldeias.

Ainda na área dos investimentos públicos para 2011, o governo provincial prevê executar o projecto de reabilitação de infra-estruturas administrativas em 30 comunas. No sector das obras públicas, para este ano, disse, foram disponibilizadas apenas verbas para o programa

“cimento e tinta”, cujo objectivo é mudar a imagem dos edifícios das cidades e das sedes municipais.

Victor Chissingui revelou que o governo provincial está á a preparar o Programa de Investimento Públicos para 20 12, que espera venha a contemplar tudo o que foi proposto para 20 11 e outros que não foram concretizados em anos anteriores.

“Existem projectos de 2010 que só agora estão a ser concretizados, principalmente os de âmbito central, como a reabilitação do aeroporto Albano Machado e da barragem do Ngove”, referiu. A província do Huambo vai dispor de um centro cultural, cujo concurso para a consignação da obra foi realizado recentemente.

Pólo industrial

O governo provincial tem traçado um plano estratégico para fomentar investimentos no pólo industrial, que vai ser construído, no município da Caála, numa área de 1.800 hectares.

A execução do projecto para o pólo industrial, que começa no próximo ano, é de âmbito central e vai ser sustentado pela energia a ser gerada pela central hidroeléctrica do Ngove.

4.3 Contribuintes que não pagam impostos correm o risco de uma suspensão fiscal

Jornal O PAIS

08 de Julho de 2011

Os contribuintes que não pagam impostos há mais de um ano, têm até ao dia vinte e dois de Julho, para regularizarem a sua situação fiscal. Caso contrário poderá ver suspenso o seu número de contribuinte à partir do dia vinte e cinco e não vão poder importar ou exportar mercadorias, fazer remessas de dinheiro, para além de outras limitações da sua actividade, noticiou a RNA.

Esta medida de suspensão fiscal dos contribuintes em falta está prevista no decreto presidencial 66/11, de 18 de Abril que já está em vigor.

Com tal suspensão o contribuinte sofre um conjunto de limitações na sua actividade. E se no prazo de um ano não regularizar a situação o seu número fiscal poderá ser apagado da base de dados conforme esclarece a especialista do projecto de reforma tributária Alice Neves.

“Todo o contribuinte que tiver o seu número de contribuinte suspenso terá a sua actividade limitada e não poderá efectuar exportações e importações de mercadoria, nem muito menos endossar toda a sua situação a terceiros isso a nível do serviço nacional das alfândegas ele não poderá fazer remessas para o exterior isto a nível do BNA, e bancos comerciais, e ainda não poderá requerer visto de trabalho junto de entidades diplomáticas e consulares.

4.4 Luanda arrecada A Kz 749 milhões em seis meses

Jornal O PAÍS

08 de Julho de 2011

O Governo Provincial de Luanda arrecadou e depositou na Conta Única do Tesouro, no primeiro semestre deste ano, 749 milhões, 294 mil e 363 kwanzas contra os 37 milhões, 665 mil e 627 Akz do mesmo período em 2010, noticiou a Angop

O vice-governador de Luanda para área produtiva, Miguel Catraio, disse quarta-feira em conferência de imprensa que o município de Viana destacou -se tendo arrecadado cerca de 53 milhões, seguido por Cacucaco e Cazenga com 41 milhões e 548 mil kwanzas e 32 milhões e 300 mil kz respectivamente.

Segundo o responsável, o dinheiro foi arrecadado no âmbito do regime financeiro local em operações com a receita aprovada na tabela de taxas, licenças (mercados e feiras, de licenciamento de obras), multas e outras

4.5 Fuga ao fisco com dias contados

Semanário Agora

09 de Julho de 2011

A partir do dia 25 deste mês, as empresas públicas e privadas que se encontrem em situação de irregularidade reiterada terão as suas contas bancárias e imóveis penhorados .

A medida vem dar cumprimento ao decreto presidencial que estipula medidas excepcionais para o controlo dos contribuintes em circunstância de fuga ao fisco permanentemente e enquadra-se também no Programa de Reforma Tributária em curso que já permitiu detectar várias transgressões, particularmente nas declarações de impostos dos contribuintes.

A evasão fiscal que ainda, de olhos vistos, enferma a administração fiscal está a contribuir negativamente na ingestão financeira equilibrada do país. E para atenuar a situação, o Executivo desenvolve um conjunto de mecanismos para desencorajar tais práticas, para além dos já anunciados pagamentos coercivos de impostos.

A Justiça Tributária do Ministério das Finanças destaca que o fundamental nesse processo é o combate à fraude fiscal, através de vários instrumentos, nomeadamente a retenção na fonte, quando um terceiro é chamado a entregar ao Estado o valor do imposto devido, substituindo-se ao devedor original ou ainda a verificação das declarações dos contribuintes sempre que sejam estes a fazer o pagamento dos impostos, uma circunstância que geralmente requer correcções ou a emissão de notas de liquidação adicionais.

A acção compulsiva assenta na instauração da execução fiscal, a qual tem lugar no caso do incumprimento das

obrigações tributárias no decurso do prazo estabelecido por lei para o pagamento voluntário.

Segundo o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (Pert), cerca de 70 mil empresas de capital público e privado estão em situação irregular, um número que indica, para já, os velhos vícios das transgressões na administração fiscal.

As penalizações a adoptar vão até a proibição de realizar operações e serviços ou ainda a suspensão do número de identificação fiscal, caso, num período de 12 meses a contar da data que está obrigado, a entidade em causa não apresente qualquer declaração de liquidação de imposto. Aqueles que insistirem com tais práticas, sofrerão várias restrições como a proibição de importação e exportação de mercadorias, impossibilidade de endossar as respectivas mercadorias a um terceiro, proibição de efectuar remessas de pagamentos ao exterior junto dos bancos comerciais.

Caberá, para todos os efeitos, ao Banco Nacional de Angola (Bna) operacionalizar e fiscalizar o cumprimento desta medida, uma vez que os incumpridores ficam sujeitos a serem recusados os vistos de trabalho requeridos junto das entidades diplomáticas, consulares e dos Serviços de Migração e Estrangeiros (5ME).

Por isso, para evitar constrangimentos, uma vez que a medida é de cumprimento imediato, os contribuintes em falta são chamados a contactarem os serviços de Registo e Cadastro nas repartições fiscais antes do dia estabelecido. Para pôr ordem no círculo, o Pert será desenvolvido em cadeia através do Bna, Alfândegas e 5ME.

Criado pelo Executivo, o projecto é um órgão para conceber e executar as linhas da reforma tributária e tomar mais eficiente, do ponto de vista da arrecadação de receitas para o Estado e da prestação de serviços, a administração tributária.

O órgão está a desenvolver um conjunto de ajustes à legislação no sentido de acabar com as distorções fiscais. A prioridade vai para a Lei Geral de Taxas, revisão de impostos, como o predial urbano e o regime simplificado das execuções fiscais. •

4.6 À margem do desenvolvimento

*Revista economia e mercado nº83
Julho de 2011*

Angola situa-se na 6ª posição entre os 21 países em desenvolvimento que gastam mais em orçamentos militares

do que na educação primária, com 3,6% do total da despesa pública, revela o relatório da UNESCO “A crise oculta: conflitos armados e educação”. Apesar dos discursos governamentais apontarem a educação como sector chave para o desenvolvimento do país, na prática é um sector marginalizado pelo Orçamento Geral do Estado

(OGE), e enquanto a educação e o ensino público não se transformarem numa preocupação, e num desígnio nacional, o país não avançará para o desenvolvimento, defendem os especialistas.

A percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinada à Educação mantém-se em torno dos 8% das despesas totais, e analisando num período mais longo, verifica-se um mínimo de 3,8% do OGE em 2006 e um máximo de 5,3% em 2009, a maior fatia jamais recebida entre a série de orçamentos anuais que se iniciou em 2000, conforme o “Relatório Social Angola 2010” da Universidade Católica de Angola.

Por outro lado, o estudo feito pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da mesma Universidade, constata que entre os anos 2008 e 2011, as despesas públicas com a Educação têm apresentado uma tendência de ligeiro aumento, tendo passado de 2,68 mil milhões de dólares norte-americanos para 3,46 mil milhões.

Traduzido em valores por capita, temos que, entre 2008 e 2009, as despesas com a educação situaram-se à volta dos 125 dólares, valor insignificante, sendo que, este ano, a verba do Orçamento Geral do Estado alocada para este sector é de 8,2%.

“Com este valor não se está a ter em conta as reais despesas da educação, pois a verba é irrisória e além disso, a inflação consumi-la-á. O ideal seria um valor não inferior a 20%”, defende o coordenador da Rede da Sociedade Civil de Educação Para Todos até 2015 (EPT), Victor Barbosa. Segundo o activista, o que está em causa não são só os números, mas também saber como é determinado o valor, e o circuito da colocação da verba até à execução, já que “muitas das vezes o valor existe em numérico, mas não se consegue utilizar porque cai naquilo que antes se chamava exercícios findos, quer dizer, não é utilizada no tempo”, explica o coordenador da Rede (EPT).

Pinda Simão, Ministro da Educação corrobora a posição de Victor Barbosa, aclarando que “a questão de facto é que os recursos atribuídos são insuficientes para fazer face aos desafios com que o sector se defronta”, pois, segundo o governante, “para que isso fosse possível, os actuais 3,4 mil milhões de dólares teriam de ascender a 8 mil milhões, o que, no conjunto das outras necessidades urgentes que afectam directamente a vida das populações, representa um grande peso para o Estado”. Por conseguinte, “é preciso adoptar estratégias que permitam que, ao mesmo tempo que a educação e saúde beneficiem de meios para funcionar convenientemente, possa haver recursos suficientes para a reconstrução do país, ou para a agricultura”, esclarece o Ministro em entrevista ao jornal Expansão. Sobre este assunto, convém

salientar que endereçámos uma carta ao ministro da Educação a solicitar esclarecimentos sobre os investimentos do Governo no sector, mas, volvido um mês, não obtivemos nenhuma resposta, apesar das sucessivas tentativas que levámos a cabo, quer junto do gabinete do próprio titular, quer da vice-Ministra, quer do Ensino Geral, quer ainda do Gabinete de Estudos e Projectos.

De Angola fica na cauda

Para o economista Vicente Pinto de Andrade, os 8,2% que o OGE destina à educação reflectem a falta de seriedade com que se encara este cedo “Angola é o país, na região África Austral, que menos h investido na educação e saúde”, sustenta o economista, explicando que a prova do pouco investimento público nesta área é o facto de uma parte significativa da educa, (e até da saúde) ser garanti pelo sector privado.

Se esta situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, adverte Vicente Pinto de Andrade.

Situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, garante.

Na mesma linha, o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) sustenta que este fraco investimento em capital humano se deve “à falta de uma estratégia nesse domínio”.

De salientar que em sociedades desenvolvidas, a produtividade depende cada vez mais das habilidades apreendidas na escola.

Daí que, segundo Victor Barbosa, “para que haja um desenvolvimento sustentável em Angola, deve-se investir na educação, desde a primeira infância à formação de jovens e adultos”.

Já Vicente Pinto de Andrade explica que o baixo investimento na educação compromete todos os projectos sociais do Executivo. Logo, “ se não houver durante alguns anos uma intensificação na escolarização e na qualificação, as pessoas não terão emprego”, alerta o economista, revelando que no país “muitas pessoas saem dos institutos médios e universidades escolarizadas, mas muito mal qualificadas, o que diminui a improbabilidade dos cursos que estes têm feito”.

Qualidade ainda não satisfaz Contrariamente ao desejável pela Reforma Educativa em curso desde 2004 - um ensino de qualidade com altos níveis de rendimento escolar, rede escolar ampliada e remodelada -, a realidade, segundo o presidente do Sindicato dos Professores de Angola (Sinprof), Guilherme Silva, é que “desde

1975 ao presente momento, a qualidade de ensino decaiu bastante. Prova disso é o nível de conhecimento dos alunos actuais comparado com os da década de 80. Hoje existem alunos da 12a classe que não sabem escrever”, aponta o sindicalista, adiantando que são vários os factores que influenciam para a má qualidade do ensino em Angola.

De acordo com o presidente do Sinprof, entre estes factores está o elevado número de professores primários sem qualificação pedagógica, a superlotação das salas de aulas, a escassez de material didáctico, a falta de condições de trabalho e a desmotivação dos docentes.

Na já aludida entrevista, o Ministro da Educação refere que os dados que estão a ser verificados depois da implementação do novo sistema educativo mostram que os níveis de rendimento escolar estão a evoluir positivamente, mas acrescenta que “não basta que os alunos tenham bom aproveitamento. É preciso que eles se tornem competentes e úteis”, explica o governante, reconhecendo que “existem algumas dificuldades nestes aspectos, nos quais se deve trabalhar para que a pertinência do ensino seja a mais indicada possível”, conclui. “ De notar que esta reforma educativa está a ser implementada num contexto muito precário, em que os investimentos na educação são praticamente nulos, face ao mar de necessidades e • dificuldades. A rede escolar não conheceu aumento significativo. Têm sido apenas remodeladas algumas dezenas de escolas e construídas outras tantas, especialmente na proVÚlcia de Luanda”, atesta a especialista do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), Maria J. Octávio, na introdução do Currículo do 10 ciclo do ensino secundário. Guilherme Silva avança ainda que em termos de infra-estrutura as escolas construídas não

correspondem às exigências da Reforma Educativa, pois não têm espaços desportivos, ou áreas para as crianças se recrearem nos intervalos ou nas aulas de educação física. “Em várias escolas do ensino secundário, construídas com a linha de crédito da China, os laboratórios não funcionam por falta de técnicos especializados, e outros há que se estão a degradar por falta de uso ou por falta de manutenção. A qualidade das obras de algumas também é questionável, tendo em conta os elevados custos anunciados” .

Recorde-se ainda que, em 2004 se dá a implementação da 2a Reforma Educativa, com três fases de implementação -experimentação, avaliação e generalização. A fase de experimentação teve início com três classes apenas 1a, 7a e 10a, que se vão generalizar em 2012 O filósofo Domingos da Cruz no seu livro” Quando a Guerra é Necessária e Urgente” afirma que a Reforma Educativa,

não cumpriu com todas as fases que ela comporta, em particular a que diz respeito à avaliação, que permitiria a generalização da reforma ou não, mas que, até ao momento não produziu efeitos.

Para Guilherme Silva, avaliação da Reforma Educativa não deve ser feita nos gabinetes, mas antes junte dos professores, porém, para já, vai rematando que “foi-no imposto um novo sistema, sem estarmos preparados para o efeito”.

4.7 Universidade Agostinho Neto divulga estudos sobre empresas

Jornal de Angola
03 de Julho de 2011

O Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Universidade Agostinho Neto vai, na próxima quarta-feira, em Luanda, proceder ao lançamento do primeiro estudo sobre as cinco maiores empresas públicas de Angola.

Com a duração de dois meses, o estudo enquadra-se na perspectiva do referido centro de pesquisa, de pôr a ciência ao serviço do desenvolvimento do país, propondo políticas e soluções concretas para os problemas reais no domínio das políticas governamentais.

Estudar projectos associados à criatividade, inovação e performance no sector empresarial do Estado, analisar os factores de sucesso e de liderança das empresas em ambiente competitivo e identificar as boas práticas e as capacidades de uma administração de sucesso, são alguns dos objectivos do estudo.

A cerimónia de lançamento do estudo, segundo um comunicado do Centro de Pesquisa da Universidade, vai decorrer na sala de conferências da Faculdade de Direito.

O trabalho, que numa primeira fase vai cobrir 15 empresas públicas sedeadas em Luanda, propõe-se também analisar os factores críticos de sucesso e insucesso da actividade empresarial do Estado, com vista ao aperfeiçoamento dos instrumentos de política de gestão pública estatais. Por considerar a actividade empresarial do Estado uma preocupação académica, o Centro de Pesquisa vai, no próximo mês, iniciar um curso de pós-graduação em gestão pública e empresarial do Estado, dirigido a gestores, técnicos e quadros de empresas e institutos públicos.

Tendo em conta a importância que a iniciativa representa para a melhoria das políticas estratégicas governamentais para o sector empresarial público angolano, os seus promotores esperam uma melhoria significativa nos mais variados e complexos sistemas de organização, gestão pública, estratégia de competitividade e inovação. Criado em 2009, o Centro de Pesquisa em Políticas

Públicas e Governação Local é uma instituição de investigação científica, ensino e pesquisa aplicada.

No seguimento do seu ciclo de palestras académicas, iniciadas a 11 de Maio, promove, na próxima quarta-feira, uma palestra sobre a reforma do sector público em Angola. A dissertação do referido tema estará a cargo de um grupo de estudantes do curso de mestrado de Governação e Gestão Pública, que decorre na Faculdade de Direito. O ciclo de palestras, segundo uma nota de imprensa da instituição a que o Jornal de Angola teve acesso, visa a apresentação das pesquisas conduzi das pelos mestrados.

4.8 Para lá do petróleo

Revista economia e mercado
Julho-2011

O Governo decidiu avançar com o Projecto do Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e uma das estratégias passa pela diminuição da generalidade dos impostos, levando a que os contribuintes se venham a sentir mais predispostos a abrir os cordões à bolsa. No entanto, na essência, a grande preocupação é diminuir a dependência que a economia nacional tem das receitas oriundas do sector petrolífero, que se tem mantido na ordem dos 75%. E que, para além de outras distorções económicas, sendo este um recurso escasso, esta dependência torna-se perigosa.

A estrutura fiscal de Angola tem beneficiado excessivamente do petróleo. Os números relativos aos últimos anos indicam que os impostos petrolíferos rendem ao Estado angolano, e na média dos últimos anos, cerca de 75% do total das receitas fiscais e 30% do Produto Interno Bruto (Pffi), enquanto o sector não petrolífero contribui, respectivamente, com 20% e mais ou menos 7%.

“ A dependência das finanças públicas relativamente ao sector petrolífero é um factor de instabilidade do ciclo de negócios. Em resultado de variações do preço do petróleo, as despesas têm enfrentado flutuações elevadíssimas que transmitem elevada incerteza para os empresários”, avança o Relatório Económico de Angola 2010, do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica.

O documento acrescenta que esta situação dificulta “o desenvolvimento de sectores importantes da economia do país”. Assim, o “processo de reforma terá que conseguir o mérito de, ao mesmo tempo, diversificar as receitas fiscais e melhorar o ambiente de negócios, o que permitirá maior e melhor investimento, maiores níveis de emprego e um melhor desempenho no combate à pobreza”, lê-se no relatório.

Sendo que as principais receitas orça mentais advêm dos impostos petrolíferos que têm características muito especiais, quer no plano fiscal, quer no plano administrativo, os analistas aconselham os Estados produtores de petróleo a preparem novas fontes de receita para sustentar os níveis de despesas futuras. A reforma fiscal tem estado na agenda do Governo angolano desde 2002, uma acção urgente, visto que a legislação é antiga e a economia é muito dependente do petróleo.

Com vista a dar resposta aos novos desafios, o país tem de diversificar a sua base fiscal e é neste quadro que o Presidente da República avançou com a aprovação do Programa do Executivo para Reforma Tributária (PERT), por intermédio do Decreto Presidencial N°115 / 10.

Sistema fiscal ineficiente Segundo o referido Decreto Presidencial, o actual sistema tributário, em particular na área dos impostos internos, é ineficaz, pois não admite atingir os objectivos constitucionais ou de política tributária que lhe são atribuídos. Ou seja, não dá resposta aos planos de desenvolvimento, nem estimula a desejada diversificação das fontes de receita do Estado.

O jurista Miguel Ângelo elucida que o problema do actual sistema tributário nacional é que “privilegia de forma muito acentuada os impostos sobre o sector petrolífero e sobre a despesa”, o que faz com que se explore pouco, fontes como o rendimento e o património. “Tal característica assume um carácter perverso, uma vez que os impostos sobre a despesa dissociam o contribuinte legal de contribuinte de facto”, explica. Luís Magalhães, da área de auditoria fiscal na KPMG, entende que tendo apenas • em consideração o sector não petrolífero, “a actual carga fiscal (receita e peso) é reduzida mas muito competitiva”. O que é louvável, no seu entender, é que o reforço da receita fiscal nas áreas não petrolíferas seja uma preocupação actual, acreditando no sucesso da reforma fiscal em curso.

O fiscalista Gracione

Paulo frisa que os níveis de fiscalidade praticados no país são “altos”, tendo em conta a carga tributária que os contribuintes têm de suportar nos diferentes tipos de imposto. “Só para exemplificar, o Imposto Industrial tem a taxa de 35%, que incide sobre o lucro líquido das empresas, sem contar os outros encargos, como o imposto de consumo, o imposto de selo”, conclui.

A realização de alguns estudos evidenciam que, além de uma excessiva burocracia, esses encargos têm funcionado como um factor inibidor da formalização de macro e pequenas empresas, da participação de todos no processo como está consagrado para que sejam revistas todas as necessidades do sistema e seus valores.

Já o economista Cristóvão Neto considera que só agora o sector fiscal angolano vai entrar numa fase crucial, com a implementação do PERT, por termos uma legislação do tempo colonial. Assim, a reforma trará benefícios não só em termos de arrecadação fiscal, mas também sociais, sendo este último um factor crítico para o país.

Quanto à dependência que se tem das receitas petrolíferas, o especialista considera um “perigo as economias dependerem do petróleo”, acrescentando que não é segura, porque cria limitação e acomodação. “As receitas tributárias dão mais capital ao Estado para melhorar sectores como a educação, saúde e estradas, o que não pode ser apenas desenvolvido com o dinheiro do petróleo”, sustenta.

Gracione Paulo lembra que uma reforma tributária traduz-se, na verdade, numa alteração profunda de todo o sistema fiscal, desde alteração legislativa, supressão, modificação ou introdução de novos tipos de impostos, melhoria de procedimentos, reforma dos serviços e do respectivo pessoal, entre outras questões.

“Actualmente a maior percentagem da receita fiscal é originária do sector petrolífero, este cenário poderá mudar, se concretizar o desejado alargamento da base tributária, com o alcance de um número considerável de contribuintes fora do domínio dos petróleos”, realça Gracione Paulo.

Sectores prioritários para arrecadação de receitas Nesta primeira fase, a actividade tributária vai incidir mais sobre os grandes contribuintes, segundo o Ministro das Finanças, Carlos Lopes. Questionado pela Economia & Mercado em relação aos sectores prioritários, o responsável fez saber que para “alavancar o processo de desenvolvimento nacional” a aposta deve ser a agricultura.

“É através da agricultura que nós vamos potenciar a agro-industrial e por aí promover o desenvolvimento industrial robusto do país”, reforçou, à margem do acto de formação sobre o Imposto Predial Urbano. A nível nacional o Ministro revelou ainda que Luanda representa hoje 90% das receitas fiscais do país e avançou que para alargar o leque contributivo o Estado vai apostar mais na sua modernização e da administração.

Neste contexto, a reforma vai alargar a base tributária, a racionalização dos incentivos, o aumento do controlo do pagamento voluntário dos impostos, a implementação de um efectivo sistema de cobranças coercivas, a simplificação do sistema legal, a penalização das infracções tributárias, de forma a combater a evasão e a fraude, e a proporcionar as receitas necessárias ao financiamento público.

Em contra partida, o fiscalista Gracione Paulo aposta em sectores como o comércio e os serviços. “A agricultura e a indústria nacionais precisam de alguns benefícios fiscais, taxas de impostos reduzidas, isenção, em alguns casos, para promover o seu crescimento. O desenvolvimento económico do país passa por estes sectores primários”, lembra.

No mesmo diapasão, o economista Cristóvão Neto considera que os sectores que podem ser mais rentáveis para o Estado são as bebidas, sobretudo bebidas alcoólicas, uma vez que registam um alto consumo. O sector imobiliário é outro apontado pelo especialista porque “tem sido muito dinâmico”, assim como a educação privada, que, na sua opinião, cobra valores exorbitantes e as receitas angariadas poderiam servir para melhorar o ensino público.

Por sua vez, Luís Magalhães, especialista da KPMG, avança, pela experiência que conhece, que os sectores prioritários para quem quer angariar receitas fiscais são os que geram rendimentos mais elevados. Porém, “deve-se dar a primazia ao alargamento da base tributável, sem focalizar a reforma tributária em sectores específicos de actividade”, observa.

Uma reforma em cinco anos. Numa primeira fase, a curto prazo, a reforma tributária vai tratar com primazia da correcção das situações menos justas ou as mais burocráticas existentes nos actuais impostos, sem pôr em causa as intervenções profundas no desenho da tributação dos rendimentos, do consumo ou do património.

Assim, a sua implementação nos vários domínios do sistema fiscal, incluindo o aduaneiro, da para Hospitalidade, da administração, da justiça tributária e da tributação internacional deve obedecer a um quadro de prioridade e de acções que serão projectadas para o curto e médio prazos. Luís Magalhães acredita que daqui a cinco anos o sistema fiscal “será mais eficaz que o vigente, sem dúvida alguma”, uma vez que terá removido os factores geradores de ineficiência que minam o actual quadro tributário, como a desactualização das regras e das normas face à realidade socioeconómica.

“O estudo e o período de implementação propostos deverão permitir avaliar as condições particulares actuais da economia angolana e a sua previsível evolução, tendo também em conta a experiência de outros países que tenham implementado reformas semelhantes, desenhando-se um quadro fiscal moderno, actual e competitivo no panorama internacional”, adivinha o auditor.

Na mesma senda, Cristóvão Neto pensa que dentro destes cinco anos o sistema fiscal será mais activo, mas

defende a criação de uma base de dados para que haja maior controlo e melhor conhecimento de quem são os contribuintes. Mais cauteloso Gracione Paulo explica que a reforma é um processo com várias fases e cada uma delas com a sua complexidade. “Acredito que os cinco anos previstos constituem uma etapa deste processo. E outras se seguirão necessariamente, por se tratar de mudança de hábitos, introdução de novos procedimentos e, eventualmente, novas tecnologias, o que não é sempre fácil de realizar”, reflecte.

O fiscalista acrescenta ainda que na doutrina se diz, a propósito, que “a reforma fiscal é uma preocupação permanente”, um fenómeno sempre na ordem do dia. “O importante”, acrescenta, “é ter a coragem para expurgar os elementos obsoletos”.

Ganhos para os contribuintes Segundo Gracione Paulo o impacto junto dos contribuintes será positivo se os efeitos da reforma tributária resultarem na melhoria dos serviços fiscais (celeridade, bom atendimento, menos burocracia, etc.) e na redução dos encargos tributários (menos impostos).

Já para Luís Magalhães, os contribuintes (tanto as empresas como os cidadãos) passarão a ter ao seu dispor regras mais actuais e adaptadas à realidade socioeconómica do país, permitindo uma melhor e mais justa arrecadação de receita e a manutenção do reforço da qualidade de vida dos cidadãos, designadamente através de investimentos públicos em infra-estruturas. O economista Cristóvão Neto fala dos benefícios que as cobranças das taxas municipais podem trazer em termos de abastecimento de água, luz eléctrica e outros serviços nas localidades.

Mas Gracione Paulo lembra que os contribuintes, organizadamente, devem participar, enquanto as políticas da reforma estão a ser formuladas, para que os seus direitos sejam devidamente acautelados. “Não convém esperar, para depois reclamar da injustiça do sistema fiscal. Todavia, a lei consagra um conjunto de medidas garantias dos contribuintes, que os protegem contra eventuais agressões dos seus direitos e interesses”, faz saber. Luís Magalhães acredita que a reforma trará mais-valias em termos da repartição dos rendimentos e a melhor distribuição da riqueza, sendo que esses objectivos políticos, adianta, serão facilitados com o alargamento da base de incidência e o conseqüente aumento das receitas fiscais. Para já, e no plano jurídico, aguardam-se ainda por profundas revisões e actualizações de diplomas paralelos aos diversos impostos, como o Código Geral Tributário de 1968. Espera-se que a partir do modelo existente se elabore uma lei fundamental da tributação, com funções reguladoras de base do sistema fiscal.

Várias medidas aprovadas têm como finalidade combater as práticas de fraude e evasão fiscal na economia nacional. Tais medidas compreendem a restrição da possibilidade de realização de determinadas operações por parte dos contribuintes faltosos, nomeadamente, a remessa de divisas para o exterior através dos Bancos Comerciais, a concessão ou renovação de vistos de trabalho junto do Serviço de Migração e Estrangeiros, ou operações aduaneiras junto do Serviço Nacional de Alfândegas. Todos os contribuintes em risco de verem a sua inscrição suspensa pelo não cumprimento das suas obrigações tributárias há mais de 12 meses serão notificados pela Administração Tributária para regularizar a sua situação, caso contrário serão suspensos ficando sujeitos às restrições anteriormente referidas. Fortalecimento das relações bilaterais entre Estados.

No que toca à Dupla Tributação Internacional, o relatório económico da Universidade Católica de Angola aconselha o Governo a elaborar “uma estratégia para a preparação de quadros, tendo em vista a negociação e celebração de acordos sobre dupla tributação com os países com os quais Angola mantém relações económicas mais estreitas”

O documento sugere também que sejam “acauteladas as obrigações que Angola assumiu ou se verá confrontada no futuro, ao nível da integração económica na SADC”, no quadro de uma progressiva harmonização fiscal, incluindo a aduaneira. Gracione Paulo pensa que Angola podia avançar acordos com países com que tem maior nível de comércio, tanto africanos, como europeus, asiáticos e latinos americanos. Cristóvão Neto não defende, por enquanto, a realização destes acordos na zona da SADC porque pensa não ser ainda uma prioridade. “O país não se pode dar ao luxo de desperdiçar contribuições sob pena de continuarmos a depender das receitas do petróleo”, sustenta.

Já Luís Magalhães é defensor dos Acordos de Dupla Tributação para o fortalecimento das relações bilaterais entre Estados no plano económico, avançando Portugal, Brasil, África do Sul, Estados Unidos, China e a Holanda, como potenciais parceiros prioritários, enquanto importantes plataformas internacionais.

Um modelo de sistema tributário próprio Angola tem a possibilidade de introduzir modelos de tributação distintos dos existentes, permitindo assim a criação, de raiz, de um novo sistema fiscal. Para o economista Cristóvão Neto “é possível ter um modelo.

4.9 Preço do óleo alimentar dispara no mercado paralelo

jornal angolense
30 de julho de 2011

Em mais uma ronda feita por este jornal, apurou que o preço do óleo alimentar sobe cada dia que passa, mas os vencedores afirmam não saberem das causas, limitando-se a comprar ao preço dos armazenistas e estabelecer a devida margem de lucros, e no meio de incertezas quanto as causas e efeitos da subida dos preços e a sua legislação, conversamos com o economista e docente universitário, Precioso Domingos e antigo vice-ministro do Comércio, Gomes Cardoso, para os devidos esclarecimentos.

Para o economista Precioso Domingos, o facto de Angola ser mais comerciante do que produtor faz com que os preços subam cada vez mais, por a aquisição dos produtos envolverem muitos custos, de entre os quais, os aduaneiros e de transportação. “Quanto mais dificuldades os comerciantes tiverem para tirar os bens de um sítio que se considera a base (armazém) para os locais de venda, maior será o preço desse bem”, esclareceu, tendo salientado que, o curioso em Angola, sendo um país importador, é que ocorre uma série de transacções, que o primeiro vendedor de um desses bens, que podem ser considerados básicos, não está em Angola, se calhar, está no estrangeiro.

Sobre as causas da subida dos preços, o também membro óleo por mês, aumentando o causas, limitando-se a comprar do CEIC – Centro de Estudos preço do óleo e este mantendo ao preço dos armazenistas e Investigação Científica, disse com o mesmo rendimento, estabelecer a devida margem que o grossista estabelece o obviamente, deixa de adquirir de lucros, e no meio de incerteza preço de um bem em função menos quantidades de óleo”, com certeza quanto as causas e efeitos do preço com o qual o adquire exemplificou. Por outro lado, da subida dos preços e a sua importação e do alfandegamento. Há acrescenta, “se do meu rende legislação, conversamos com o ainda retalhistas que adquirem muito havia a possibilidade de economista e docente universitário os produtos dos armazéns, e ter algum excedente, realizar sítário, Precioso Domingos e o associam ao custo de tirar do alguma poupança, deixa de antigo vice-ministro do Comércio armazém para as suas lojas, ocorrer, simplesmente, porque o comércio, Gomes Cardoso, para sendo que, até os consumidos eu vou ter que afectar aquilo os devido esclarecimentos respondeu encontrarem o bem num que era considerado uma pouco.

Para o economista Precioso mercado qualquer, “já teremos pança para o mesmo bem que Domingos, o facto de Angola aí envolvido uma série de se apresenta

mais caro”. Do ser mais comerciante do que intermediários, que no final de ponto de vista do produtor, produtor faz com os preços tudo quem paga, caro, somos acrescenta, há um ganho, na subida cada vez mais, por a todos nós, porque o vendedor pois os preços altos aquisição dos produtos envolvendo não está muito preocupado beneficiam os produtores, e os verem muitos custos, de entre com o custo, já estabelece uma mais baixos beneficiam os connosco quais, os aduaneiros e de margem de lucro em função do consumidores. Sobre a especulação transportação. “Quanto mais preço de compra”. São dos preços, o nosso entre dificuldade os comerciantes tiveram. Continuando, o nosso entrevistado esclareceu que o Estado verem para tirar os bens de um interlocutor concordou com a deve intervir quando os produto que se considera a base ideia segundo a qual, a subida dos produtores praticam preços exagerados (armazém) para o locais de dos preços acaba por se reflectir altamente altos, por já ter ficado provado que o mercado em si tem dificuldades de auto-regulação, mas alerta que quando se fala de bem-estar não se pode somente olhar para o consumidor, deve-se também olhar para o produtor, para que haja equilíbrio no mercado.

“A legislação sobre os preços já existe, o que falta é a sua aplicabilidade”

E o antigo vice-minisrro do Comércio e actual presidente do Codex Angola, um organismo nacional que tem de entre outras funções elaborar e velar pela harmonização e cumprimento de normas, códigos de uso internacionalmente aceites, e incentivar as práticas leais no comércio, Gomes Cardoso, disse ao Angolense haver em Angola legislação sobre os preços, dividida em três regimes, nomeadamente regime de preço livre, de preço com mais de comercialização e de preço fixado. Segundo Gomes Cardoso, que é ainda o assessor principal do ministério do Comércio, para toda gama de produtos e serviços ao nível do sector do comércio são preços livres, mas estes preços livres têm regras, e esclarece haver na cadeia de venda de produtos três ciclos de comercialização: o primeiro tem a ver com o produtor ou importador grossista. Neste ciclo, o lucro máximo determinado é até vinte e cinco, mais até vinte por cento de encargo ao nível dos grossistas; o segundo ciclo, diz respeito a venda de bens e serviços do grossista ao retalhista, onde o retalhista tem encargos até dezassete por cento e o lucro máximo vai até vinte e cinco por cento; o terceiro ciclo, tem a ver com a venda de bens e serviços do retalhista ao consumidor final, onde o mesmo tem um lucro até vinte e cinco por cento.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, se esta cadeia não for cumprida os agentes económicos vão se apoderar dos três tipos de comercialização de setenta e

cinco por cento mais os encargos e outras despesas, o que vai provocar preços bastante altos. “Para além disso, nós sabemos que no nosso mercado, para além de haver um certo equilíbrio na oferta de bens e serviços, há o açambarcamento de mercadorias e o espírito de especulação dos agentes económicos. Então, os preços, em alguns seguimentos do mercado, são os mais altos do mundo”, esclareceu, tendo acrescentado que “algum exercício que fizemos, chegamos à conclusão de que um produto comprado na Europa, por exemplo, ao preço FOB ou nos outros mercados mundiais, às vezes, aqui, em Angola, nós assistimos um incremento de mais de quinhentos por cento, o que agrava o produto”.

O principal assessor do Ministério do Comércio, reitera haver legislação suficiente para fazer face à especulação, estando somente a faltar mais eficiência do ponto de vista da sua aplicação, e reafirma as coisas estarem a caminhar nesse sentido e punir os prevaricadores.

4.10 GPL Apresenta resultados da arrecadação de receitas

*jornal angolense
de 09 a 16 de julho de 2011*

Mais de 749 milhões de Kwanzas na Conta Única do Tesouro

O Governo Provincial de Luanda (GPL) arrecadou e depositou na Conta Única do Tesouro, no primeiro semestre deste ano, 749 milhões, 294 mil e 363 kwanzas contra os 37 milhões, 665 mil e 627 kz do mesmo período de 2010.

A informação foi prestada esta semana pelo vice-governador de Luanda para área produtiva, Miguel Catraio. O município de Viana, segundo o responsável, destacou-se tendo arrecadado cerca de 53 milhões, seguido por Cacuaco e Cazenga com 41 milhões e 548 mil kwanzas e 32 milhões e 300 mil kz.

O dinheiro, de acordo com o responsável, que falava em conferência de imprensa, foi arrecadado no âmbito do regime financeiro local em operações com a receita aprovada na tabela de taxas, licenças (mercados e feiras, de licenciamento de obras), multas e outras receitas cobradas pelos órgãos da poder local. Mais adiante informou que, as administrações municipais delegação das finanças e Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda tornaram possível a transição de mudanças acentuadas no modelo de gestão em curso, tendo considerado haver melhoria, comparando com os níveis anteriores.

Na ocasião, referiu que o município da Maianga é o único que, desde 2007, mantém uma informação regular da arrecadação da sua receita, tendo em conta os comprovantes de depósitos na Conta Única do Tesouro.

Por seu turno, o governador de Luanda, José Maria dos Santos, considerou a política de recadação de receitas públicas como uma das tarefas principais do executivo na contribuição para o Orçamento Geral do Estado (OGE). “Quando iniciamos o nosso mandato transformamos esta tarefa como um cavalo de batalha, no sentido de contribuímos para uma alavanca no volume de receitas para o OGE”, disse.

Na óptica de José Maria, foi possível transformar a gestão da província transparente e capaz de respeitar as posições legais do OGE.

Note-se que estas medidas foram adoptadas em conformidade com o Decreto Presidencial nº 30/10 de 09 de Abril, sobre o regime financeiro local.

4.11 José Maria dos Santos satisfeito com a recadação de receitas

Jornal O Independente
09 de Julho de 2011

O governador de Luanda, José Maria Ferraz dos Santos, considerou a política de arrecadação de receitas públicas, como uma das tarefas principais do executivo na contribuição para o Orçamento Geral do Estado (OGE). “Quando iniciamos o nosso mandato transformamos esta tarefa como um cavalo de batalha, no sentido de contribuímos para uma alavanca no volume de receitas para o OGE”, sublinhou.

O chefe do executivo de Luanda fez estas considerações na sede do Governo Provincial, (município da Ingombota) na abertura de um encontro que serviu para a apresentação do balanço geral da arrecadação de receita dos serviços comunitários, a nível local.

De acordo com José Maria, o Governo Provincial de Luanda adoptou um conjunto de medidas que vêm sendo implementadas, com apoio de organismos como direcções provinciais e administrações municipais, tendo considerado como um compromisso de honra assumido por todos seus integrantes.

No princípio do ano, referiu, o Executivo adoptou uma série de medidas, para que, a nível da província de Luanda, fossem implantados nas administrações municipais mecanismos legais, com visto a arrecadar mais receitas para financiar todos os projectos de sua subordinação.

Estas medidas foram adaptadas em conformidade com o Decreto Presidencial nº30/10 de 09 de Abril, sobre

o regime financeiro local em operacionalidade com a recente aprovada tabela de taxas, licença, multas e outras receitas a cobrar pelos órgãos do poder local, sustentou. Por este facto, prosseguiu, foi possível transformar a gestão da província numa gestão transparente, capaz de respeitar as posições legais do OGE.

4.12 Fuga ao fisco com dias contados

Semanário Agora
09 de Julho de 2011

A partir do dia 25 deste mês, as empresas públicas e privadas que se encontrem em situação de irregularidade reiterada terão as suas contas bancárias e imóveis penhorados

A medida vem dar cumprimento ao decreto presidencial que estipula medidas excepcionais para o controlo dos contribuintes em circunstância de fuga ao fisco permanentemente e enquadra-se também no Programa de Reforma Tributária em curso que já permitiu detectar várias transgressões, particularmente nas declarações de impostos dos contribuintes.

A evasão fiscal que ainda, de olhos vistos, enferma a administração fiscal está a contribuir negativamente na ingestão financeira equilibrada do país. E para atenuar a situação, o Executivo desenvolve um conjunto de mecanismos para desencorajar tais práticas, para além dos já anunciados pagamentos coercivos de impostos.

A Justiça Tributária do Ministério das Finanças destaca que o fundamental nesse processo é o combate à fraude fiscal, através de vários instrumentos, nomeadamente a retenção na fonte, quando um terceiro é chamado a entregar ao Estado o valor do imposto devido, substituindo-se ao devedor original ou ainda a verificação das declarações dos contribuintes sempre que sejam estes a fazer o pagamento dos impostos, uma circunstância que geralmente requer correcções ou a emissão de notas de liquidação adicionais.

A acção compulsiva assenta na instauração da execução fiscal, a qual tem lugar no caso do incumprimento das obrigações tributárias no decurso do prazo estabelecido por lei para o pagamento voluntário.

Segundo o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (Pert), cerca de 70 mil empresas de capital público e privado estão em situação irregular, um número que indica, para já, os velhos vícios das transgressões na administração fiscal.

As penalizações a adoptar vão até a proibição de realizar operações e serviços ou ainda a suspensão do número de identificação fiscal, caso, num período de 12 meses a contar da data que está obrigado, a entidade em causa não apresente qualquer declaração de liquidação de imposto. Aqueles que insistirem com tais práticas, sofrerão várias restrições como a proibição de impor-

tação e exportação de mercadorias, impossibilidade de endossar as respectivas mercadorias a um terceiro, proibição de efectuar remessas de pagamentos ao exterior junto dos bancos comerciais.

Caberá, para todos os efeitos, ao Banco Nacional de Angola (Bna) operacionalizar e fiscalizar o cumprimento desta medida, uma vez que os incumpridores ficam sujeitos a serem recusados os vistos de trabalho requeridos junto das entidades diplomáticas, consulares e dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Por isso, para evitar constrangimentos, uma vez que a medida é de cumprimento imediato, os contribuintes em falta são chamados a contactarem os serviços de Registo e Cadastro nas repartições fiscais antes do dia estabelecido. Para pôr ordem no círculo, o Pert será desenvolvido em cadeia através do Bna, Alfândegas e SME.

Criado pelo Executivo, o projecto é um órgão para conceber e executar as linhas da reforma tributária e tomar mais eficiente, do ponto de vista da arrecadação de receitas para o Estado e da prestação de serviços, a administração tributária.

O órgão está a desenvolver um conjunto de ajustes à legislação no sentido de acabar com as distorções fiscais. A prioridade vai para a Lei Geral de Taxas, revisão de impostos, como o predial urbano e o regime simplificado das execuções fiscais. •

4.13 Aumenta receita na delegação das finanças de Luanda

*Fornal folha 8
16 de Julho de 2011*

De acordo com alguns funcionários da direcção Provincial dos serviços de fiscalização, registou-se um aumento de receitas arrecadadas na ordem de noventa biliões de kwanzas, em relação ao primeiro semestre de 2010.

As receitas resultaram na cobrança de impostos, taxas e outros emolumentos, pelas repartições fiscais de todos os municípios de Luanda, assim como pelas instâncias aduaneiras na região.

Este crescimento deu – se a contratação de mais de 300 novos funcionários, que impulsionaram novo ritmo de trabalho aquele órgão.

Com a contratação destes novos profissionais, os antigos funcionários encontram - se descontentes, vendo estes como usurpadores e atrapalhadores dos seus business. Esta contratação deve - se também a insuficiência de resultados satisfatórios em que muitos trabalhadores mostravam na gestão anterior, em que iam ao terreno e não mostravam resultados das transgressões fiscais.

Todas as multas provenientes das transgressões fiscais, segundo o regulamento interno do governo provincial, os autores actuantes directos e indirectos, têm o direito a uma cota parte das participações, na ordem de mais de 10 por centos da multa.

Estes estímulos servem para que o agente de fiscalização não cometa erros ao actuar o transgressor, mais como sempre encontram - se elementos que nunca estão satisfeitos.

Segundo alguns funcionários novo, todos encontram - se insatisfeito com o modelo de distribuição das participações, sentindo - de ate como estivadores de carga fiscal e usados para o aumento das receitas pessoais.

Também, lamentam as cláusulas impostas no contrato entre ambas, “é triste quando um técnico médio e com formação específica para esta área, terá um salário tão insignificante, na ordem dos vinte mil kwanzas. Se não fosse as participações acredito que os novos já estariam a trabalhar aqui, o que também é transformado para nossa insatisfação” As repartições fiscais funcionam em todos municípios da província de Luanda, notando-se a presença destes serviços nas circunscrições.

4.14 Para lá do petroleo

*Revista economia e mercado
julho-2011*

O Governo decidiu avançar com o Projecto do Executivo para a Reforma Tributária (PERT) e uma das estratégias passa pela diminuição da generalidade dos impostos, levando a que os contribuintes se venham a sentir mais predispostos a abrir os cordões à bolsa. No entanto, na essência, a grande preocupação é diminuir a dependência que a economia nacional tem das recitas oriundas do sector petrolífero, que se tem mantido na ordem dos 75%. E que, para além de outras distorções económicas, sendo este um recurso escasso, esta dependência torna-se perigosa.

A estrutura fiscal de Angola tem beneficiado excessivamente do petróleo. Os números relativos aos últimos anos indicam que os impostos petrolíferos rendem ao Estado angolano, e na média dos últimos anos, cerca de 75% do total das receitas fiscais e 30% do Produto Interno Bruto (Pffi), enquanto o sector não petrolífero contribui, respectivamente, com 20% e mais ou menos 7%.

“ A dependência das finanças públicas relativamente ao sector petrolífero é um factor de instabilidade do ciclo de negócios. Em resultado de variações do preço do petróleo, as despesas têm enfrentado flutuações elevadís-

simas que transmitem elevada incerteza para os empresários”, avança o Relatório Económico de Angola 2010, do Centro de Investigação Científica da Universidade Católica.

O documento acrescenta que esta situação dificulta “o desenvolvimento de sectores importantes da economia do país”. Assim, o “processo de reforma terá que conseguir o mérito de, ao mesmo tempo, diversificar as receitas fiscais e melhorar o ambiente de negócios, o que permitirá maior e melhor investimento, maiores níveis de emprego e um melhor desempenho no combate à pobreza”, lê-se no relatório.

Sendo que as principais receitas orça mentais advêm dos impostos petrolíferos que têm características muito especiais, quer no plano fiscal, quer no plano administrativo, os analistas aconselham os Estados produtores de petróleo a preparem novas fontes de receita para sustentar os níveis de despesas futuras. A reforma fiscal tem estado na agenda do Governo angolano desde 2002, uma acção urgente, visto que a legislação é antiga e a economia é muito dependente do petróleo.

Com vista a dar resposta aos novos desafios, o país tem de diversificar a sua base fiscal e é neste quadro que o Presidente da República avançou com a aprovação do Programa do Executivo para Reforma Tributária (PERT), por intermédio do Decreto Presidencial N°115 / 10.

Sistema fiscal ineficiente Segundo o referido Decreto Presidencial, o actual sistema tributário, em particular na área dos impostos internos, é ineficaz, pois não admite atingir os objectivos constitucionais ou de política tributária que lhe são atribuídos. Ou seja, não dá resposta aos planos de desenvolvimento, nem estimula a desejada diversificação das fontes de receita do Estado.

O jurista Miguel Ângelo elucida que o problema do actual sistema tributário nacional é que “privilegia de forma muito acentuada os impostos sobre o sector petrolífero e sobre a despesa”, o que faz com que se explore pouco, fontes como o rendimento e o património. “Tal característica assume um carácter perverso, uma vez que os impostos sobre a despesa dissociam o contribuinte legal de contribuinte de facto”, explica. Luís Magalhães, da área de auditoria fiscal na KPMG, entende que tendo apenas • em consideração o sector não petrolífero, “a actual carga fiscal (receita e peso) é reduzida mas muito competitiva”. O que é louvável, no seu entender, é que o reforço da receita fiscal nas áreas não petrolíferas seja uma preocupação actual, acreditando no sucesso da reforma fiscal em curso.

O fiscalista Gracione

Paulo frisa que os níveis de fiscalidade praticados no país são “altos”, tendo em conta a carga tributária que os contribuintes têm de suportar nos diferentes tipos de imposto. “Só para exemplificar, o Imposto Industrial tem a taxa de 35%, que incide sobre o lucro líquido das empresas, sem contar os outros encargos, como o imposto de consumo, o imposto de selo”, conclui.

A realização de alguns estudos evidenciam que, além de uma excessiva burocracia, esses encargos têm funcionado como um factor inibidor da formalização de macro e pequenas empresas, da participação de todos no processo como está consagrado para que sejam revistas todas as necessidades do sistema e seus valores.

Já o economista Cristóvão Neto considera que só agora o sector fiscal angolano vai entrar numa fase crucial, com a implementação do PERT, por termos uma legislação do tempo colonial. Assim, a reforma trará benefícios não só em termos de arrecadação fiscal, mas também sociais, sendo este último um factor crítico para o país.

Quanto à dependência que se tem das receitas petrolíferas, o especialista considera um “perigo as economias dependerem do petróleo”, acrescentando que não é segura, porque cria limitação e acomodação. “As receitas tributárias dão mais capital ao Estado para melhorar sectores como a educação, saúde e estradas, o que não pode ser apenas desenvolvido com o dinheiro do petróleo”, sustenta.

Gracione Paulo lembra que uma reforma tributária traduz-se, na verdade, numa alteração profunda de todo o sistema fiscal, desde alteração legislativa, supressão, modificação ou introdução de novos tipos de impostos, melhoria de procedimentos, reforma dos serviços e do respectivo pessoal, entre outras questões.

“Actualmente a maior percentagem da receita fiscal é originária do sector petrolífero, este cenário poderá mudar, se concretizar o desejado alargamento da base tributária, com o alcance de um número considerável de contribuintes fora do domínio dos petróleos”, realça Gracione Paulo.

Sectores prioritários para arrecadação de receitas Nesta primeira fase, a actividade tributária vai incidir mais sobre os grandes contribuintes, segundo o Ministro das Finanças, Carlos Lopes. Questionado pela Economia & Mercado em relação aos sectores prioritários, o responsável fez saber que para “alavancar o processo de desenvolvimento nacional” a aposta deve ser a agricultura.

“É através da agricultura que nós vamos potenciar a agro-industrial e por aí promover o desenvolvimento industrial robusto do país”, reforçou, à margem do acto de formação sobre o Imposto Predial Urbano. A nível nacional o Ministro revelou ainda que Luanda representa hoje 90% das receitas fiscais do país e avançou que para alargar o leque contributivo o Estado vai apostar mais na sua modernização e da administração.

Neste contexto, a reforma vai alargar a base tributária, a racionalização dos incentivos, o aumento do controlo do pagamento voluntário dos impostos, a implementação de um efectivo sistema de cobranças coercivas, a simplificação do sistema legal, a penalização das infracções tributárias, de forma a combater a evasão e a fraude, e a proporcionar as receitas necessárias ao financiamento público.

Em contra partida, o fiscalista Gracione Paulo aposta em sectores como o comércio e os serviços. “A agricultura e a indústria nacionais precisam de alguns benefícios fiscais, taxas de impostos reduzidas, isenção, em alguns casos, para promover o seu crescimento. O desenvolvimento económico do país passa por estes sectores primários”, lembra.

No mesmo diapasão, o economista Cristóvão Neto considera que os sectores que podem ser mais rentáveis para o Estado são as bebidas, sobretudo bebidas alcoólicas, uma vez que registam um alto consumo. O sector imobiliário é outro apontado pelo especialista porque “tem sido muito dinâmico”, assim como a educação privada, que, na sua opinião, cobra valores exorbitantes e as receitas angariadas poderiam servir para melhorar o ensino público.

Por sua vez, Luís Magalhães, especialista da KPMG, avança, pela experiência que conhece, que os sectores prioritários para quem quer angariar receitas fiscais são os que geram rendimentos mais elevados. Porém, “deve-se dar a primazia ao alargamento da base tributável, sem focalizar a reforma tributária em sectores específicos de actividade”, observa.

Uma reforma em cinco anos. Numa primeira fase, a curto prazo, a reforma tributária vai tratar com primazia da correcção das situações menos justas ou as mais burocráticas existentes nos actuais impostos, sem pôr em causa as intervenções profundas no desenho da tributação dos rendimentos, do consumo ou do património.

Assim, a sua implementação nos vários domínios do sistema fiscal, incluindo o aduaneiro, da para Hospitalidade, da administração, da justiça tributária e da tributação internacional deve obedecer a um quadro

de prioridade e de acções que serão projectadas para o curto e médio prazos. Luís Magalhães acredita que daqui a cinco anos o sistema fiscal “será mais eficaz que o vigente, sem dúvida alguma”, uma vez que terá removido os factores geradores de ineficiência que minam o actual quadro tributário, como a desactualização das regras e das normas face à realidade socioeconómica.

“O estudo e o período de implementação propostos deverão permitir avaliar as condições particulares actuais da economia angolana e a sua previsível evolução, tendo também em conta a experiência de outros países que tenham implementado reformas semelhantes, desenhando-se um quadro fiscal moderno, actual e competitivo no panorama internacional”, adivinha o auditor.

Na mesma senda, Cristóvão Neto pensa que dentro destes cinco anos o sistema fiscal será mais activo, mas defende a criação de uma base de dados para que haja maior controlo e melhor conhecimento de quem são os contribuintes. Mais cauteloso Gracione Paulo explica que a reforma é um processo com várias fases e cada uma delas com a sua complexidade. “Acredito que os cinco anos previstos constituem uma etapa deste processo. E outras se seguirão necessariamente, por se tratar de mudança de hábitos, introdução de novos procedimentos e, eventualmente, novas tecnologias, o que não é sempre fácil de realizar”, reflecte.

O fiscalista acrescenta ainda que na doutrina se diz, a propósito, que “a reforma fiscal é uma preocupação permanente”, um fenómeno sempre na ordem do dia. “O importante”, acrescenta, “é ter a coragem para expurgar os elementos obsoletos”.

Ganhos para os contribuintes. Segundo Gracione Paulo o impacto junto dos contribuintes será positivo se os efeitos da reforma tributária resultarem na melhoria dos serviços fiscais (celeridade, bom atendimento, menos burocracia, etc.) e na redução dos encargos tributários (menos impostos).

Já para Luís Magalhães, os contribuintes (tanto as empresas como os cidadãos) passarão a ter ao seu dispor regras mais actuais e adaptadas à realidade socioeconómica do país, permitindo uma melhor e mais justa arrecadação de receita e a manutenção do reforço da qualidade de vida dos cidadãos, designadamente através de investimentos públicos em infra-estruturas. O economista Cristóvão Neto fala dos benefícios que as cobranças das taxas municipais podem trazer em termos de abastecimento de água, luz eléctrica e outros serviços nas localidades.

Mas Gracione Paulo lembra que os contribuintes, organizadamente, devem participar, enquanto as políticas da reforma estão a ser formuladas, para que os seus direitos sejam devidamente acautelados. “Não convêm esperar, para depois reclamar da injustiça do sistema fiscal. Todavia, a lei consagra um conjunto de medidas garantias dos contribuintes, que os protegem contra eventuais agressões dos seus direitos e interesses”, faz saber. Luís Magalhães acredita que a reforma trará mais-valias em termos da repartição dos rendimentos e a melhor distribuição da riqueza, sendo que esses objectivos políticos, adianta, serão facilitados com o alargamento da base de incidência e o conseqüente aumento das receitas fiscais. Para já, e no plano jurídico, aguardam-se ainda por profundas revisões e actualizações de diplomas paralelos aos diversos impostos, como o Código Geral Tributário de 1968. Espera-se que a partir do modelo existente se elabore uma lei fundamental da tributação, com funções reguladoras de base do sistema fiscal.

Várias medidas aprovadas têm como finalidade combater as práticas de fraude e evasão fiscal na economia nacional. Tais medidas compreendem a restrição da possibilidade de realização de determinadas operações por parte dos contribuintes faltosos, nomeadamente, a remessa de divisas para o exterior através dos Bancos Comerciais, a concessão ou renovação de vistos de trabalho junto do Serviço de Migração e Estrangeiros, ou operações aduaneiras junto do Serviço Nacional de Alfândegas. Todos os contribuintes em risco de verem a sua inscrição suspensa pelo não cumprimento das suas obrigações tributárias há mais de 12 meses serão notificados pela Administração Tributária para regularizar a sua situação, caso contrário serão suspensos ficando sujeitos às restrições anteriormente referidas. Fortalecimento das relações bilaterais entre Estados

No que toca à Dupla Tributação Internacional, o relatório económico da Universidade Católica de Angola aconselha o Governo a elaborar “uma estratégia para a preparação de quadros, tendo em vista a negociação e celebração de acordos sobre dupla tributação com os países com os quais Angola mantém relações económicas mais estreitas”

O documento sugere também que sejam “acauteladas as obrigações que Angola assumiu ou se verá confrontada no futuro, ao nível da integração económica na SADC”, no quadro de uma progressiva harmonização fiscal, incluindo a aduaneira. Gracione Paulo pensa que Angola podia avançar acordos com países com que tem maior volume de negócios, tanto africanos, como europeus, asiáticos e latinos americanos. Cristóvão Neto não defende, por enquanto, a realização

destes acordos na zona da SADC porque pensa não ser ainda uma prioridade. “O país não se pode dar ao luxo de desperdiçar contribuições sob pena de continuarmos a depender das receitas do petróleo”, sustenta.

Já Luís Magalhães é defensor dos Acordos de Dupla Tributação para o fortalecimento das relações bilaterais entre Estados no plano económico, avançando Portugal, Brasil, África do Sul, Estados Unidos, China e a Holanda, como potenciais parceiros prioritários, enquanto importantes plataformas internacionais.

Um modelo de sistema tributário próprio Angola tem a possibilidade de introduzir modelos de tributação distintos dos existentes, permitindo assim a criação, de raiz, de um novo sistema fiscal.

Para o economista Cristóvão Neto “é possível ter um modelo de tributação próprio ou diferente dos existentes”, o que “não seria nada novo, já que vários países têm o seu modelo em função da ambição e desenvolvimento que pretende alcançar”. O especialista pensa que, neste momento, o mais viável não é ter um sistema tributário caro, porque é necessário atrair investidores para a diversificação da economia e seu desenvolvimento. “Para nós adaptam-se as duas teses de criar um modelo próprio ou de adoptar um já existente, o importante é sermos flexíveis quanto aos investimentos que o país precisa”, aclara.

Gracione Paulo vinca que o mais interessante é pensar na simplificação do actual sistema fiscal com a criação de impostos do tipo único, quer para as pessoas singulares como as colectivas, isto é, um imposto que tribute todos os rendimentos auferidos por uma pessoa ou uma empresa ao longo do ano fiscal, como existe em Portugal, acabando, assim com os chamados “impostos cedulares”. Aguarda-se então que a reforma fiscal em implementação permita “a libertação do Estado da armadilha dos recursos naturais”, escreve-se no Relatório Económico da Universidade Católica, assim como a fortificação da relação entre o Estado e o cidadão.

Os estudos realçam que adiar o objectivo da diversificação das receitas fiscais é o pior caminho a seguir para diversificar a economia, pois, este é o principal motor de dependência e de novos procedimentos e, eventualmente, novas tecnologias, o que não é sempre fácil de realizar”, reflecte.

O fiscalista acrescenta ainda que na doutrina se diz, a propósito, que “a reforma fiscal é uma preocupação permanente”, um fenómeno sempre na ordem do dia. “O importante”, acrescenta, “é ter a coragem para expurgar os elementos obsoletos”.

Ganhos para os contribuintes Segundo Gracione Paulo o impacto junto dos contribuintes será positivo se os efeitos da reforma tributária resultarem na melhoria dos serviços fiscais (celeridade, bom atendimento, menos burocracia, etc.) e na redução dos encargos tributários (menos impostos).

Já para Luís Magalhães, os contribuintes (tanto as empresas como os cidadãos) passarão a ter ao seu dispor regras mais actuais e adaptadas à realidade socioeconómica do país, permitindo uma melhor e mais justa arrecadação de receita e a manutenção do reforço da qualidade de vida dos cidadãos, designadamente através de investimentos públicos em infra-estruturas. O economista Cristóvão Neto fala dos benefícios que as cobranças das taxas municipais podem trazer em termos de abastecimento de água, luz eléctrica e outros serviços nas localidades.

Mas Gracione Paulo lembra que os contribuintes, organizadamente, devem participar, enquanto as políticas da reforma estão a ser formuladas, para que os seus direitos sejam devidamente acautelados. “Não convém esperar, para depois reclamar da injustiça do sistema fiscal. Todavia, a lei consagra um conjunto de medidas garantias dos contribuintes, que os protegem contra eventuais agressões dos seus direitos e interesses”, faz saber. Luís Magalhães acredita que a reforma trará mais-valias em termos da repartição dos rendimentos e a melhor distribuição da riqueza, sendo que esses objectivos políticos, adianta, serão facilitados com o alargamento da base de incidência e o consequente aumento das receitas fiscais. Para já, e no plano jurídico, aguardam-se ainda por profundas revisões e actualizações de diplomas paralelos aos diversos impostos, como o Código Geral Tributário de 1968. Espera-se que a partir do modelo existente se elabore uma lei fundamental da tributação, com funções reguladoras de base do sistema fiscal.

Várias medidas aprovadas têm como finalidade combater as práticas de fraude e evasão fiscal na economia nacional. Tais medidas compreendem a restrição da possibilidade de realização de determinadas operações por parte dos contribuintes faltosos, nomeadamente, a remessa de divisas para o exterior através dos Bancos Comerciais, a concessão ou renovação de vistos de trabalho junto do Serviço de Migração e Estrangeiros, ou operações aduaneiras junto do Serviço Nacional de Alfândegas. Todos os contribuintes em risco de verem a sua inscrição suspensa pelo não cumprimento das suas obrigações tributárias há mais de 12 meses serão notificados pela Administração Tributária para regularizar a sua situação, caso contrário serão suspensos ficando sujeitos às restrições anteriormente referidas.

Fortalecimento das relações bilaterais entre Estados

No que toca à Dupla Tributação Internacional, o relatório económico da Universidade Católica de Angola aconselha o Governo a elaborar “uma estratégia para a preparação de quadros, tendo em vista a negociação e celebração de acordos sobre dupla tributação com os países com os quais Angola mantém relações económicas mais estreitas”

O documento sugere também que sejam “acauteladas as obrigações que Angola assumiu ou se verá confrontada no futuro, ao nível da integração económica na SADC”, no quadro de uma progressiva harmonização fiscal, incluindo a aduaneira. Gracione Paulo pensa que Angola podia avançar acordos com países com que tem maior dos : volume de negócios, tanto africanos, como europeus, asiáticos e latinos americanos. Cristóvão Neto não defende, por enquanto, a realização destes acordos na zona da SADC porque pensa não ser ainda uma prioridade. “O país não se pode dar ao luxo de desperdiçar contribuições sob pena de continuarmos a depender das receitas do petróleo”, sustenta.

Já Luís Magalhães é defensor dos Acordos de Dupla Tributação para o fortalecimento das relações bilaterais entre Estados no plano económico, avançando Portugal, Brasil, África do Sul, Estados Unidos, China e a Holanda, como potenciais parceiros prioritários, enquanto importantes plataformas internacionais.

Um modelo de sistema tributário próprio Angola tem a possibilidade de introduzir modelos de tributação distintos dos existentes, permitindo assim a criação, de raiz, de um novo sistema fiscal.

Para o economista Cristóvão Neto “é possível ter um modelo de tributação próprio ou diferente dos existentes”,

o que “não seria nada novo, já que vários países têm o seu modelo em função da ambição e desenvolvimento que pretende alcançar”. O especialista pensa que, neste momento, o mais viável não é ter um sistema tributário caro, porque é necessário atrair investidores para a diversificação da economia e seu desenvolvimento. “Para nós adaptam-se as duas teses de criar um modelo próprio ou de adoptar um já existente, o importante é sermos flexíveis quanto aos investimentos que o país precisa”, aclara.

Gracione Paulo vinca que o mais interessante é pensar na simplificação do actual sistema fiscal com a criação de impostos do tipo único, quer para as pessoas singulares como as colectivas, isto é, um imposto que tribute todos os rendimentos auferidos por uma pessoa ou uma empresa ao longo do ano fiscal, como existe em Portugal, acabando, assim com os chamados “impostos

cedulares”. Aguarda-se então que a reforma fiscal em implementação permita

“a libertação do Estado da armadilha dos recursos naturais”, escreve-se no Relatório Económico da Universidade Católica, assim como a fortificação da relação entre o Estado e o cidadão.

Os estudos realçam que adiar o objectivo da diversificação das receitas fiscais é o pior caminho a seguir para diversificar a economia, pois, este é o principal motor de dependência e de instabilidade para o ambiente de negócios.

4.15 Benguela: gb mostra ao governo o caminho da transparencia

Jornal angolense

30 de Julho a agosto de 211

Aparentemente afastado do discurso direccionado à transparência, por via do qual arrancou rasgados elogios, inclusive de sectores conhecidos pela sua veia crítica, o governador de Benguela, Armando da Cruz Neto, volta a ter razões mais do que suficientes para um puxão de orelhas aos gestores de unidades orçamentais que chumbaram em mais um teste da GB/Consultores Reunidos, uma das mais conceituadas empresas de consultoria do país. Os resultados do exame, apresentados num seminário sobre o desfecho das auditorias, há pouco mais de uma semana, não podiam ter sido mais desoladores, indicando, pasme-se, que muitos dos pupilos do general não apresentam fundamentação dos gastos da sua instituição. O Angolense sabia, à partida, que a comunicação social ficaria longe de questões bastante sensíveis», algumas, pouquíssimas quando analisadas situações de fundo, descortinadas no pronunciamento público feito pelo consultor João Beleza. Antes, note-se, fonte conhecedora das falhas como a palma das suas próprias mãos alertava para o que viria a ser confirmado horas depois: os jornalistas acabaram mesmo por ser empurrados para bem longe da sala que testemunhou o lavar da roupa suja. Sem nunca ter destapado o véu que encobre o rosto das unidades orçamentais, João Beleza falou de reincidência em erros crassos, fundamentalmente em casos de contratação. «Mesmo em rubricas elevadas, raramente é facultada a fundamentação das despesas. Com um ou outro problema a mais, é assim na maior parte destas unidades», sublinhou o consultor. Não se trata, segundo a fonte, de projectos com algum peso, mas de aspectos muito simples, como é, a título elucidativo, a aquisição de papel e de outros materiais gastáveis. O técnico da GB recordou que a Lei da Probidade Pública impõe a apresentação do documento que justifica os gastos, até pela protecção do próprio gestor.

Com que a mostrar o lado pedagógico da sua firma, que nada tem a ver com o trabalho de órgãos fiscalizadores, afirmou que a aquisição de bens e serviços exige a criação de orçamentos alternativos, com vista ao equilíbrio entre a qualidade e o preço. Em muitos os casos, repito, não são facultados contratos de fornecimento, certamente porque as atribuições são feitas de forma oral., sustentou. Ciente de que esta reincidência denota alguma fragilidade da Assessoria Económica do Governo de Benguela, João Beleza considera que o Executivo deve despertar os órgãos que têm a missão de sancionar. Quanto ao planeamento financeiro, disse aos presentes que é errado pensar que a execução orçamental começa apenas quando há disponibilidade de dinheiro, urna uma que se impõe urna análise preliminar sobre como e onde gastar. São perguntas que devemos colocar», reforçou o consultor, pouco antes de ter dado a conhecer a existência de guias de marcha com despesas como estadia e dormidas, mas sem dados quanto ao funcionário a quem foi concedido o apoio. A guia de marcha não é urna performance administrativa, ela serve para proteger», finalizou o auditor. Refira-se que a GB/Consultores Reunidos opera com duas unidades de serviço, sendo uma na área financeira e outra na de engenharia. A primeira, direccionada ao apoio à gestão de empresas, trata de auditoria e contabilidade, ao passo que a segunda se ocupa de estudos, projectos e fiscalização de obras.

4.16 Estudo sobre empresas públicas é apresentado hoje em luanda

jornal de angola

06 de julho de 2011

Um estudo sobre as cinco maiores empresas públicas angolanas, entre 15 observadas, é hoje apresentado em Luanda, pelo Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Ontem, era ainda desconhecido nome das cinco empresas alvo daquele que é o primeiro trabalho elaborado por aquele centro, mas tudo indica tratar-se do concessionário nacional de hidrocarbonetos, Sonangol, a diamantífera Endiama, a seguradora Ensa, a transportadora aérea TAAG, a companhia de telecomunicações Angola Telecom e a Empresa Nacional de Navegação aérea, Enana.

Segundo um comunicado do Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local, o objectivo do estudo é o de analisar os factores de sucesso e de insucesso da actividade empresarial do Estado, com vista ao aperfeiçoamento dos instrumentos de política

para uma gestão pública de serviços do Estado eficientes e capazes.

Com este estudo, o centro pretende identificar as melhores práticas que conduzem ao desempenho crescente, através de uma constante actualização e reorientação das opções estratégicas das empresas, de forma a que atinjam maiores e melhores níveis de desempenho e fomentem o sentido de competitividade e liderança no mercado.

O estudo enquadra-se na visão do centro de colocar a ciência ao serviço do desenvolvimento do país, com base na ideia que “não existe um modelo único para uma gestão eficiente, mas todos podemos contribuir para uma eficiência na gestão”.

Nesse sentido, o estudo pretende analisar os níveis e mecanismos de controlo da gestão, principalmente dos Conselhos Fiscais, na sua missão de assegurar a qualidade e avaliar os indicadores, metas e critérios de desempenho, em busca da maximização dos resultados, dentro dos indicadores financeiros, de gestão de processos internos, de crescimento organizacional e de desempenho corporativo.

Sendo a actividade empresarial do Estado uma preocupação académica, o Centro de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local anunciou já, para o próximo mês de Agosto, o início de um curso de pós-graduação em Gestão Pública e Empresarial do Estado, dirigido a administradores e gestores, técnicos e quadros das empresas públicas e institutos públicos.

4.17 Presidente para investimentos públicos direccionadas para a saúde e a educação

Jornal de Angola
07 de Julho de 2011

O Programa de Investimentos Públicos deste ano contempla, para a província do Huambo, a construção e reabilitação de escolas e hospitais nos 11 municípios, disse, ontem, o director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística.

Victor Chissingui declarou que, num orçamento avaliado em 6,15 mil milhões de kwanzas, as acções estão a ser direccionadas para programas de desenvolvimento do ensino primário e secundário e no melhoramento dos serviços hospitalares. Em execução, referiu, estão 14 programas repartidos em 43 projectos, quatro dos quais referentes à construção de escolas.

“Temos em execução quatro projectos de construção de escolas do segundo ciclo nos municípios do Tchinnenje, Ekunha, Tchicala Tcholohanga e Mungo”, declarou,

acrescentando que os programas estão direccionados para a melhoria das condições sociais da população.

Prioridades

Outras prioridades do governo provincial para este ano recaem em projectos nos sectores da energia e águas, urbanismo, ambiente e obras públicas.

Victor Chissingui revelou que, do orçamento recebido, 40 por cento se destina ao ordenamento do território e que o dinheiro vai ser aplicado em infra-estruturas dos planos urbanísticos em todas as reservas fundiárias da província.

Os trabalhos, garantiu, estão “bastante avançados” e o programa de desenvolvimento habitacional a ser executado em todos os municípios. O programa “Água para Todos” é, acentuou, outra aposta do governo provincial. As autoridades estão empenhadas em projectos de energia renovável, com a instalação de sistemas solares e mini hídricas em todos os municípios, comunas e aldeias.

Ainda na área dos investimentos públicos para 20 11, o governo provincial prevê executar o projecto de reabilitação de infra-estruturas administrativas em 30 comunas. No sector das obras públicas, para este ano, disse, foram disponibilizadas apenas verbas para o programa “cimento e tinta”, cujo objectivo é mudar a imagem dos edifícios das cidades e das sedes municipais.

Victor Chissingui revelou que o governo provincial está á a preparar o Programa de Investimento Públicos para 20 12, que espera venha a contemplar tudo o que foi proposto para 20 11 e outros que não foram concretizados em anos anteriores.

“Existem projectos de 2010 que só agora estão a ser concretizados, principalmente os de âmbito central, como a reabilitação do aeroporto Albano Machado e da barragem do Ngove”, referiu.

A província do Huambo vai dispor de um centro cultural, cujo concurso para a consignação da obra foi realizado recentemente.

Pólo industrial

O governo provincial tem traçado um plano estratégico para fomentar investimentos no pólo industrial, que vai ser construído, no município da Caála, numa área de 1.800 hectares.

A execução do projecto para o pólo industrial, que começa no próximo ano, é de âmbito central e vai ser sustentado pela energia a ser gerada pela central hidroeléctrica do Ngove.

4.18 Contribuintes que não pagam impostos correm o risco de uma suspensão fiscal

Jornal O PAÍS

08 de Julho de 2011

Os contribuintes que não pagam impostos há mais de um ano, têm até ao dia vinte e dois de Julho, para regularizarem a sua situação fiscal. Caso contrário poderá ver suspenso o seu número de contribuinte à partir do dia vinte e cinco e não vão poder importar ou exportar mercadorias, fazer remessas de dinheiro, para além de outras limitações da sua actividade, noticiou a RNA.

Esta medida de suspensão fiscal dos contribuintes em falta está prevista no decreto presidencial 66/11, de 18 de Abril que já está em vigor.

Com tal suspensão o contribuinte sofre um conjunto de limitações na sua actividade. E se no prazo de um ano não regularizar a situação o seu número fiscal poderá ser apagado da base de dados conforme esclarece a especialista do projecto de reforma tributária Alice Neves.

“Todo o contribuinte que tiver o seu número de contribuinte suspenso terá a sua actividade limitada e não poderá efectuar exportações e importações de mercadoria, nem muito menos endossar toda a sua situação a terceiros isso a nível do serviço nacional das alfândegas ele não poderá fazer remessas para o exterior isto a nível do BNA, e bancos comerciais, e ainda não poderá requerer visto de trabalho junto de entidades diplomáticas e consulares.

4.19 Luanda arrecada A Kz 749 milhões em seis meses

Jornal O PAÍS

08 de Julho de 2011

O Governo Provincial de Luanda arrecadou e depositou na Conta Única do Tesouro, no primeiro semestre deste ano, 749 milhões, 294 mil e 363 kwanzas contra os 37 milhões, 665 mil e 627 Akz do mesmo período em 2010, noticiou a Angop

O vice-governador de Luanda para área produtiva, Miguel Catraio, disse quarta-feira em conferência de imprensa que o município de Viana destacou -se tendo arrecadado cerca de 53 milhões, seguido por Cacuaco e Cazenga com 41 milhões e 548 mil kwanzas e 32 milhões e 300 mil kz respectivamente.

Segundo o responsável, o dinheiro foi arrecadado no âmbito do regime financeiro local em operações com a receita aprovada na tabela de taxas, licenças (mercados e feiras, de licenciamento de obras), multas e outras

4.20 Fuga ao fisco com dias contados

Semanário Agora

09 de Julho de 2011

A partir do dia 25 deste mês, as empresas públicas e privadas que se encontrem em situação de irregularidade reiterada terão as suas contas bancárias e imóveis penhorados.

A medida vem dar cumprimento ao decreto presidencial que estipula medidas excepcionais para o controlo dos contribuintes em circunstância de fuga ao fisco permanentemente e enquadra-se também no Programa de Reforma Tributária em curso que já permitiu detectar várias transgressões, particularmente nas declarações de impostos dos contribuintes.

A evasão fiscal que ainda, de olhos vistos, enferma a administração fiscal está a contribuir negativamente na ingestão financeira equilibrada do país. E para atenuar a situação, o Executivo desenvolve um conjunto de mecanismos para desencorajar tais práticas, para além dos já anunciados pagamentos coercivos de impostos.

A Justiça Tributária do Ministério das Finanças destaca que o fundamental nesse processo é o combate à fraude fiscal, através de vários instrumentos, nomeadamente a retenção na fonte, quando um terceiro é chamado a entregar ao Estado o valor do imposto devido, substituindo-se ao devedor original ou ainda a verificação das declarações dos contribuintes sempre que sejam estes a fazer o pagamento dos impostos, uma circunstância que geralmente requer correcções ou a emissão de notas de liquidação adicionais.

A acção compulsiva assenta na instauração da execução fiscal, a qual tem lugar no caso do incumprimento das obrigações tributárias no decurso do prazo estabelecido por lei para o pagamento voluntário.

Segundo o Projecto Executivo para a Reforma Tributária (Pert), cerca de 70 mil empresas de capital público e privado estão em situação irregular, um número que indica, para já, os velhos vícios das transgressões na administração fiscal.

As penalizações a adoptar vão até a proibição de realizar operações e serviços ou ainda a suspensão do número de identificação fiscal, caso, num período de 12 meses a contar da data que está obrigado, a entidade em causa não apresente qualquer declaração de liquidação de imposto. Aqueles que insistirem com tais práticas, sofrerão várias restrições como a proibição de importação e exportação de mercadorias, impossibilidade de endossar as respectivas mercadorias a um terceiro, proibição de efectuar remessas de pagamentos ao exterior junto dos bancos comerciais.

Caberá, para todos os efeitos, ao Banco Nacional de Angola (Bna) operacionalizar e fiscalizar o cumprimento desta medida, uma vez que os incumpridores ficam sujeitos a verem recusados os vistos de trabalho requere-

ridos junto das entidades diplomáticas, consulares e dos Serviços de Migração e Estrangeiros (SME).

Por isso, para evitar constrangimentos, uma vez que a medida é de cumprimento imediato, os contribuintes em falta são chamados a contactarem os serviços de Registo e Cadastro nas repartições fiscais antes do dia estabelecido. Para pôr ordem no círculo, o Pert será desenvolvido em cadeia através do Bna, Alfândegas e SME.

Criado pelo Executivo, o projecto é um órgão para conceber e executar as linhas da reforma tributária e tomar mais eficiente, do ponto de vista da arrecadação de receitas para o Estado e da prestação de serviços, a administração tributária.

O órgão está a desenvolver um conjunto de ajustes à legislação no sentido de acabar com as distorções fiscais. A prioridade vai para a Lei Geral de Taxas, revisão de impostos, como o predial urbano e o regime simplificado das execuções fiscais. •

4.21 Aumenta receita na delegação das finanças de Luanda

Fornal folha 8

16 de Julho de 2011

De acordo com alguns funcionários da direcção. Provincial dos serviços de fiscalização, registou-se um aumento de receitas arrecadadas na ordem de noventa biliões de kwanzas, em relação ao primeiro semestre de 2010.

As receitas resultaram na cobrança de impostos, taxas e outros emolumentos, pelas repartições fiscais de todos os municípios de Luanda, assim como pelas instâncias aduaneiras na região.

Este crescimento deu – se a contratação de mais de 300 novos funcionários, que impulsionaram novo ritmo de trabalho aquele órgão.

Com a contratação destes novos profissionais, os antigos funcionários encontram - se descontentes, vendo estes como usurpadores e atrapalhadores dos seus business.

Esta contratação deve - se também a insuficiência de resultados satisfatórios em que muitos trabalhadores mostravam na gestão anterior, em que iam ao terreno e não mostravam resultados das transgressões fiscais.

Todas as multas provenientes das transgressões fiscais, segundo o regulamento interno do governo provincial, os autores actantes directos e indirectos, têm o direito a uma cota parte das participações, na ordem de mais de 10 por centos da multa.

Estes estímulos servem para que o agente de fiscalização não cometa erros ao actuar o transgressor, mais como sempre encontram - se elementos que nunca estão satisfeitos.

Segundo alguns funcionários novo, todos encontram - se insatisfeito com o modelo de distribuição das participações, sentindo - de ate como estivadores de carga fiscal e usados para o aumento das receitas pessoais. Também, lamentam as cláusulas impostas no contrato entre ambas, “é triste quando um técnico médio e com formação específica para esta área, terá um salário tão insignificante, na ordem dos vinte mil kwanzas. Se não fosse as participações acredito que os novos já estariam a trabalhar aqui, o que também é transformado para nossa insatisfação” As repartições fiscais funcionam em todos municípios da província de Luanda, notando-se a presença destes serviços nas circunscrições.

4.22 Preço do óleo alimentar dirpara no mercado paralelo

jornal angolense

30 de julho de 2011

Em mais uma ronda feita por este jornal, apurou que o preço do óleo alimentar sobe cada dia que passa, mas os vencedores afirmam não saberem das causas, limitando-se a comprar ao preço dos armazenistas e estabelecer a devida margem de lucros, e no meio de incertezas quanto as causas e efeitos da subida dos preços e a sua legislação, conversamos com o economista e docente universitário, Precioso Domingos e antigo vice-ministro do Comércio, Gomes Cardoso, para os devidos esclarecimentos.

Para o economista Precioso Domingos, o facto de Angola ser mais comerciante do que produtor faz com que os preços subam cada vez mais, por a aquisição dos produtos envolverem muitos custos, de entre os quais, os aduaneiros e de transportação. “Quanto mais dificuldades os comerciantes tiverem para tirar os bens de um sitio que se considera a base (armazém) para os locais de venda, maior será o preço desse bem”, esclareceu, tendo salientado que, o curioso em Angola, sendo um país importador, é que ocorre uma série de transacções, que o primeiro vendedor de um desses bens, que podem ser considerados básicos, não está em Angola, se calhar, está no estrangeiro.

Sobre as causas da subida dos preços, o também membro óleo por mês, aumentando o causas, limitando-se a comprar do CEIC – Centro de Estudos preço do óleo e este mantendo ao preço dos armazenistas e Investigação Científica, disse com o mesmo rendimento, estabelecer a devida margem que o grossista estabelece o obviamente, deixa de adquirir de lucros, e no meio de incerteza preço de um bem em função menos quantidades de óleo”, com certeza quanto as causas e efeitos do preço com o qual o adquire exemplificou. Por outro lado, da subida dos preços e a sua importação e do alfandegamento. Há

acrescenta, “se do meu rende legislação, conversamos com o ainda retalhistas que adquirem muito havia a possibilidade de economista e docente universitário os produtos dos armazéns, e ter algum excedente, realizar sitário, Precioso Domingos e o associam ao custo de tirar do alguma poupança, deixa de antigo vice-ministro do Comércio armazém para as suas lojas, ocorrer, simplesmente, porque o comércio, Gomes Cardoso, para sendo que, até os consumidos eu vou ter que afectar aquilo os devido esclarecimentos respondeu encontrarem o bem num que era considerado uma pouco.

Para o economista Precioso mercado qualquer, “já teremos pança para o mesmo bem que Domingos, o facto de Angola aí envolvido uma série de se apresenta mais caro”. Do ser mais comerciante do que intermediários, que no final de ponto de vista do produtor, produtor faz com os preços tudo quem paga, caro, somos acrescenta, há um ganho, na subida cada vez mais, por a todos nós, porque o vendedor pois os preços altos aquisição dos produtos envolvendo não está muito preocupado beneficiam os produtores, e os verem muitos custos, de entre com o custo, já estabelece uma mais baixos beneficiam os connosco quais, os aduaneiros e de margem de lucro em função do consumidores. Sobre a especula transportação. “Quanto mais preço de compra”. São dos preços, o nosso entre dificuldade os comerciantes tiveram. Continuando, o nosso entrevistado esclareceu que o Estado verem para tirar os bens de um interlocutor concordou com a deve intervir quando os produto que se considera a base ideia segundo a qual, a subida dos produtores praticam preços exagerados (armazém) para o locais de dos preços acaba por se reflectir altamente altos, por já ter ficado provado que o mercado em si tem dificuldades de auto-regulação, mas alerta que quando se fala de bem-estar não se pode somente olhar para o consumidor, deve-se também olhar para o produtor, para que haja equilíbrio no mercado.

“A legislação sobre os preços já existe, o que falta é a sua aplicabilidade”

E o antigo vice-minisrro do Comércio e actual presidente do Codex Angola, um organismo nacional que tem de entre outras funções elaborar e velar pela harmonização e cumprimento de normas, códigos de uso internacionalmente aceites, e incentivar as práticas leais no comércio, Gomes Cardoso, disse ao Angolense haver em Angola legislação sobre os preços, dividida em três regimes, nomeadamente regime de preço livre, de preço com mais de comercialização e de preço fixado. Segundo Gomes Cardoso, que é ainda o assessor principal do ministério do Comércio, para toda gama de produtos e serviços ao nível do sector do comércio são preços livres, mas estes preços livres têm regras, e esclarece haver na

cadeia de venda de produtos três ciclos de comercialização: o primeiro tem a ver com o produtor ou importador grossista. Neste ciclo, o lucro máximo determinado é até vinte e cinco, mais até vinte por cento de encargo ao nível dos grossistas; o segundo ciclo, diz respeito a venda de bens e serviços do grossista ao retalhista, onde o retalhista tem encargos até dezassete por cento e o lucro máximo vai até vinte e cinco por cento; o terceiro ciclo, tem a ver com a venda de bens e serviços do retalhista ao consumidor final, onde o mesmo tem um lucro até vinte e cinco por cento.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, se esta cadeia não for cumprida os agentes económicos vão se apoderar dos três tipos de comercialização de setenta e cinco por cento mais os encargos e outras despesas, o que vai provocar preços bastante altos. “Para além disso, nós sabemos que no nosso mercado, para além de haver um certo equilíbrio na oferta de bens e serviços, há o açambarcamento de mercadorias e o espírito de especulação dos agentes económicos. Então, os preços, em alguns seguimentos do mercado, são os mais altos do mundo”, esclareceu, tendo acrescentado que “algum exercício que fizemos, chegamos à conclusão de que um produto comprado na Europa, por exemplo, ao preço FOB ou nos outros mercados mundiais, às vezes, aqui, em Angola, nós assistimos um incremento de mais de quinhentos por cento, o que agrava o produto”.

O principal assessor do Ministério do Comércio, reitera haver legislação suficiente para fazer face à especulação, estando somente a faltar mais eficiência do ponto de vista da sua aplicação, e reafirma as coisas estarem a caminhar nesse sentido e punir os prevaricadores.

4.23 Á margem do desenvolvimento

Revista economia e mercado nº83
Julho de 2011

Angola situa-se na 6a posição entre os 21 países em desenvolvimento que gastam mais em orçamentos militares

do que na educação primária, com 3,6% do total da despesa pública, revela o relatório da UNESCO “A crise oculta: conflitos armados e educação”. Apesar dos discursos governamentais apontarem a educação como sector

chave para o desenvolvimento do país, na prática é um sector marginalizado pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), e enquanto a educação e o ensino público não se transformarem numa preocupação, e num desígnio nacional, o país não avançará para o desenvolvimento, defendem os especialistas.

A percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE) destinada à Educação mantém-se em torno dos 8% das despesas totais, e analisando num período mais longo, verifica-se um mínimo de 3,8% do OGE em 2006 e um máximo de 5,3% em 2009, a maior fatia jamais recebida entre a série de orçamentos anuais que se iniciou em 2000, conforme o “Relatório Social Angola 2010” da Universidade Católica de Angola.

Por outro lado, o estudo feito pelo Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da mesma Universidade, constata que entre os anos 2008 e 2011, as despesas públicas com a Educação têm apresentado uma tendência de ligeiro aumento, tendo passado de 2,68 mil milhões de dólares norte-americanos para 3,46 mil milhões.

Traduzido em valores por capita, temos que, entre 2008 e 2009, as despesas com a educação situaram-se à volta dos 125 dólares, valor insignificante, sendo que, este ano, a verba do Orçamento Geral do Estado alocada para este sector é de 8,2%.

“Com este valor não se está a ter em conta as reais despesas da educação, pois a verba é irrisória e além disso, a inflação consumiu-a. O ideal seria um valor não inferior a 20%”, defende o coordenador da Rede da Sociedade Civil de Educação Para Todos até 2015 (EPT), Victor Barbosa. Segundo o activista, o que está em causa não são só os números, mas também saber como é determinado o valor, e o circuito da colocação da verba até à execução, já que “muitas das vezes o valor existe em numérico, mas não se consegue utilizar porque cai naquilo que antes se chamava exercícios findos, quer dizer, não é utilizada no tempo”, explica o coordenador da Rede (EPT).

Pinda Simão, Ministro da Educação corrobora a posição de Victor Barbosa, aclarando que “a questão de facto é que os recursos atribuídos são insuficientes para fazer face aos desafios com que o sector se defronta”, pois, segundo o governante, “para que isso fosse possível, os actuais 3,4 mil milhões de dólares teriam de ascender a 8 mil milhões, o que, no conjunto das outras necessidades urgentes que afectam directamente a vida das populações, representa um grande peso para o Estado”. Por conseguinte, “é preciso adoptar estratégias que permitam que, ao mesmo tempo que a educação e saúde beneficiem de meios para funcionar convenientemente, possa haver recursos suficientes para a reconstrução do país, ou para a agricultura”, esclarece o Ministro em entrevista ao jornal Expansão. Sobre este assunto, convém salientar que endereçámos uma carta ao ministro da Educação a solicitar esclarecimentos sobre os investimentos do Governo no sector, mas, volvido um mês, não obtivemos nenhuma resposta, apesar das sucessivas tentativas que levámos a cabo, quer junto do gabinete do

próprio titular, quer da vice-Ministra, quer do Ensino Geral, quer ainda do Gabinete de Estudos e Projectos.

De Angola fica na cauda

Para o economista Vicente Pinto de Andrade, os 8,2% que o OGE destina à educação reflectem a falta de seriedade com que se encara este cedo “Angola é o país, na região África Austral, que menos h investido na educação e saúde”, sustenta o economista, explicando que a prova do pouco investimento público nesta área é o facto de uma parte significativa da educação, (e até da saúde) ser garantida pelo sector privado.

Se esta situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, adverte Vicente Pinto de Andrade.

Situação não for invertida, o país dificilmente poderá evoluir no sentido de transformar aquilo que tem sido o crescimento económico em desenvolvimento humano”, garante.

Na mesma linha, o Observatório Político e Social de Angola (OPSA) sustenta que este fraco investimento em capital humano se deve “à falta de uma estratégia nesse domínio”.

De salientar que em sociedades desenvolvidas, a produtividade depende cada vez mais das habilidades apreendidas na escola.

Daí que, segundo Victor Barbosa, “para que haja um desenvolvimento sustentável em Angola, deve-se investir na educação, desde a primeira infância à formação de jovens e adultos”.

Já Vicente Pinto de Andrade explica que o baixo investimento na educação compromete todos os projectos sociais do Executivo. Logo, “se não houver durante alguns anos uma intensificação na escolarização e na qualificação, as pessoas não terão emprego”, alerta o economista, revelando que no país “muitas pessoas saem dos institutos médios e universidades escolarizadas, mas muito mal qualificadas, o que diminui a improbabilidade dos cursos que estes têm feito”.

Qualidade ainda não satisfaz Contrariamente ao desejável pela Reforma Educativa em curso desde 2004 - um ensino de qualidade com altos níveis de rendimento escolar, rede escolar ampliada e remodelada -, a realidade, segundo o presidente do Sindicato dos Professores de Angola (Sinprof), Guilherme Silva, é que “desde 1975 ao presente momento, a qualidade de ensino decaiu bastante. Prova disso é o nível de conhecimento dos alunos actuais comparado com os da década de 80. Hoje existem alunos da 12a classe que não sabem escrever”, aponta o sindicalista, adiantando que são vários os

factores que influenciam para a má qualidade do ensino em Angola.

De acordo com o presidente do Sinprof, entre estes factores está o elevado número de professores primários sem qualificação pedagógica, a superlotação das salas de aulas, a escassez de material didáctico, a falta de condições de trabalho e a desmotivação dos docentes.

Na já aludida entrevista, o Ministro da Educação refere que os dados que estão a ser verificados depois da implementação do novo sistema educativo mostram que os níveis de rendimento escolar estão a evoluir positivamente, mas acrescenta que “não basta que os alunos tenham bom aproveitamento. É preciso que eles se tornem competentes e úteis”, explica o governante, reconhecendo que “existem algumas dificuldades nestes aspectos, nos quais se deve trabalhar para que a pertinência do ensino seja a mais indicada possível”, conclui. “De notar que esta reforma educativa está a ser implementada num contexto muito precário, em que os investimentos na educação são praticamente nulos, face ao mar de necessidades e • dificuldades. A rede escolar não conheceu aumento significativo. Têm sido apenas remodeladas algumas dezenas de escolas e construídas outras tantas, especialmente na província de Luanda”, atesta a especialista do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), Maria J. Octávio, na introdução do Currículo do 10 ciclo do ensino secundário. Guilherme Silva avança ainda que em termos de infra-estrutura as escolas construídas não

correspondem às exigências da Reforma Educativa, pois não têm espaços desportivos, ou áreas para as crianças se recrearem nos intervalos ou nas aulas de educação física. “Em várias escolas do ensino secundário, construídas com a linha de crédito da China, os laboratórios não funcionam por falta de técnicos especializados, e outros há que se estão a degradar por falta de uso ou por falta de manutenção. A qualidade das obras de algumas também é questionável, tendo em conta os elevados custos anunciados” .

Recorde-se ainda que, em 2004 se dá a implementação da 2a Reforma Educativa, com três fases de implementação -experimentação, avaliação e generalização. A fase de experimentação teve início com três classes apenas 1a, 7a e 10a, que se vão generalizar em 2012 O filósofo Domingos da Cruz no seu livro “Quando a Guerra é Necessária e Urgente” afirma que a Reforma Educativa, não cumpriu com todas as fases que ela comporta, em particular a que diz respeito à avaliação, que permitiria a generalização da reforma ou não, mas que, até ao momento não produziu efeitos.

Para Guilherme Silva, avaliação da Reforma Educativa não deve ser feita nos gabinetes, mas antes junto dos professores, porém, para já, vai rematando que “foi-no imposto um novo sistema, sem estarmos preparados para o efeito”.

4.24 Preço do óleo alimentar dirpara no mercado paralelo

Jornal angolense
30 de julho de 2011

Em mais uma ronda feita por este jornal, apurou que o preço do óleo alimentar sobe cada dia que passa, mas os vencedores afirmam não saberem das causas, limitando-se a comprar ao preço dos armazenistas e estabelecer a devida margem de lucros, e no meio de incertezas quanto as causas e efeitos da subida dos preços e a sua legislação, conversamos com o economista e docente universitário, Precioso Domingos e antigo vice-ministro do Comércio, Gomes Cardoso, para os devidos esclarecimentos.

Para o economista Precioso Domingos, o facto de Angola ser mais comerciante do que produtor faz com que os preços subam cada vez mais, por a aquisição dos produtos envolverem muitos custos, de entre os quais, os aduaneiros e de transportação. “Quanto mais dificuldades os comerciantes tiverem para tirar os bens de um sitio que se considera a base (armazém) para os locais de venda, maior será o preço desse bem”, esclareceu, tendo salientado que, o curioso em Angola, sendo um país importador, é que ocorre uma série de transacções, que o primeiro vendedor de um desses bens, que podem ser considerados básicos, não está em Angola, se calhar, está no estrangeiro.

Sobre as causas da subida dos preços, o também membro óleo por mês, aumentando o causas, limitando-se a comprar do CEIC – Centro de Estudos preço do óleo e este mantendo ao preço dos armazenistas e Investigação Científica, disse com o mesmo rendimento, estabelecer a devida margem que o grossista estabelece o obviamente, deixa de adquirir de lucros, e no meio de incerteza preço de um bem em função menos quantidades de óleo”, com certeza quanto as causas e efeitos do preço com o qual o adquire exemplificou. Por outro lado, da subida dos preços e a sua importação e do alfandegamento. Há acrescenta, “se do meu rende legislação, conversamos com o ainda retalhistas que adquirem muito havia a possibilidade de economista e docente universitário os produtos dos armazéns, e ter algum excedente, realizar sitário, Precioso Domingos e o associam ao custo de tirar do alguma poupança, deixa de antigo vice-ministro do Comércio armazém para as suas lojas, ocorrer, simplesmente, porque o comércio, Gomes Cardoso, para sendo

que, até os consumidores eu vou ter que afectar aquilo os devido esclarecimentos respondeu encontrarem o bem num que era considerado uma pouco.

Para o economista Precioso mercado qualquer, “já teremos pança para o mesmo bem que Domingos, o facto de Angola aí envolvido uma série de se apresenta mais caro”. Do ser mais comerciante do que intermediários, que no final de ponto de vista do produtor, produtor faz com os preços tudo quem paga, caro, somos acrescenta, há um ganho, na subida cada vez mais, por a todos nós, porque o vendedor pois os preços altos aquisição dos produtos envolvendo não está muito preocupado beneficiam os produtores, e os verem muitos custos, de entre com o custo, já estabelece uma mais baixos beneficiam os connosco quais, os aduaneiros e de margem de lucro em função do consumidores. Sobre a especulação transportação. “Quanto mais preço de compra”. São dos preços, o nosso entre dificuldade os comerciantes tiveram. Continuando, o nosso entrevistado esclareceu que o Estado verem para tirar os bens de um interlocutor concordou com a deve intervir quando os produto que se considera a base ideia segundo a qual, a subida dos produtores praticam preços exagerados (armazém) para o locais de dos preços acaba por se reflectir altamente altos, por já ter ficado provado que o mercado em si tem dificuldades de auto-regulação, mas alerta que quando se fala de bem-estar não se pode somente olhar para o consumidor, deve-se também olhar para o produtor, para que haja equilíbrio no mercado.

“A legislação sobre os preços já existe, o que falta é a sua aplicabilidade”

E o antigo vice-ministro do Comércio e actual presidente do Codex Angola, um organismo nacional que tem de entre outras funções elaborar e velar pela harmonização e cumprimento de normas, códigos de uso internacionalmente aceites, e incentivar as práticas leais no comércio, Gomes Cardoso, disse ao Angolense haver em Angola legislação sobre os preços, dividida em três regimes, nomeadamente regime de preço livre, de preço com mais de comercialização e de preço fixado. Segundo Gomes Cardoso, que é ainda o assessor principal do ministério do Comércio, para toda gama de produtos e serviços ao nível do sector do comércio são preços livres, mas estes preços livres têm regras, e esclarece haver na cadeia de venda de produtos três ciclos de comercialização: o primeiro tem a ver com o produtor ou importador grossista. Neste ciclo, o lucro máximo determinado é até vinte e cinco, mais até vinte por cento de encargo ao nível dos grossistas; o segundo ciclo, diz respeito a venda de bens e serviços do grossista ao retalhista, onde o retalhista tem encargos até dezassete por cento e o lucro máximo vai até vinte e cinco por cento; o terceiro ciclo,

tem a ver com a venda de bens e serviços do retalhista ao consumidor final, onde o mesmo tem um lucro até vinte e cinco por cento.

De acordo com a fonte que temos vindo a citar, se esta cadeia não for cumprida os agentes económicos vão se apoderar dos três tipos de comercialização de setenta e cinco por cento mais os encargos e outras despesas, o que vai provocar preços bastante altos. “Para além disso, nós sabemos que no nosso mercado, para além de haver um certo equilíbrio na oferta de bens e serviços, há o açambarcamento de mercadorias e o espírito de especulação dos agentes económicos. Então, os preços, em alguns seguimentos do mercado, são os mais altos do mundo”, esclareceu, tendo acrescentado que “algum exercício que fizemos, chegamos à conclusão de que um produto comprado na Europa, por exemplo, ao preço FOB ou nos outros mercados mundiais, às vezes, aqui, em Angola, nós assistimos um incremento de mais de quinhentos por cento, o que agrava o produto”.

O principal assessor do Ministério do Comércio, reitera haver legislação suficiente para fazer face à especulação, estando somente a faltar mais eficiência do ponto de vista da sua aplicação, e reafirma as coisas estarem a caminhar nesse sentido e punir os prevaricadores.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Municípios pedem exoneração do administrador

*Novo Jornal
01 de Julho de 2011*

OS MUNICÍPIES DO CAZENGA estão insatisfeitos com o trabalho prestado pelo administrador Tany Narciso. Dizem mesmo não entender como é que o governador de Luanda, José Maria dos Santos, não exonerou o administrador, depois das reclamações dos municípios.

Na semana passada, foram exonerados 19 elementos do Governo da Província de Luanda, entre eles três administradores: Suzana de Melo, administradora da Ingombota, Marcial Neto, administrador do Rangel, e Pedro Fançony, da Samba.

Os municípios do Cazenga não entendem como é que Tany Narciso e o seu elenco não “caíram”.

Maria Cândida, moradora no município, considera que o governador de Luanda cometeu “uma injustiça”.

“Não entendemos como é que ele tirou Marciel Neto e deixou Tany Narciso, que não fez nada para o desenvolvimento do município. Ele aqui não faz nada e todos sabem disso. Mais uma vez o governador de Luanda provou que não tem poder de decisão, porque é do conhecimento de todos que o nome do administrador do Cazenga estava na lista dos exonerados, mas enquanto ele tiver influência continua no posto”.

A nossa fonte é de opinião que as coisas em Angola não mudam, porque tudo funciona à base da amizade. “Não sei se os nossos governantes não estão a ver o que é que se está a passar no Cazenga, nós estamos a sofrer e o culpado de tudo é o administrador”, insistiu a munícipe. Segundo ainda a fonte, um dos motivos que fez com que Tany Narciso não fosse exonerado do cargo é o facto de gozar influência a nível da super-estrutura. “Todos sabem que ele não ficou no cargo por competência. Só está aqui porque a mulher é governadora e a cunhada ministra. Ele se fosse um bom chefe pedia demissão, mas em África isso não acontece”.

João António, também morador, disse que a situação do município é bastante preocupante, mas que a culpa não é só da administração. “O problema do Cazenga não depende só do administrador, é um problema do GPL. As verbas que as administrações recebem não são suficientes para

resolver os problemas, então não podemos dizer que o culpado é o administrador”.

O nosso interlocutor disse ainda que no município as estradas estão todas cheias de buracos e o responsável não é o administrador. “A situação das estradas não é competência dele. As pessoas têm de saber separar as coisas, reconheço que o administrador falhou muito, mas também temos que reconhecer que fez alguma coisa”.

O lixo continua a ser a grande preocupação dos habitantes do Cazenga. “Só para as pessoas verem, até o problema do lixo ele não consegue resolver, já não queremos aqui este administrador,

a nossa situação está cada vez pior, falta água e luz”.

Segundo os municípios, na rua travessa do Funchal, há uma semana que jorra água por causa de uma rotura numa das condutas, já comunicada à administração municipal, mas nada feito.

Quem partilha a mesma opinião é Joana Costa que diz não saber qual é o trabalho do administrador. “Todos os municípios pensavam que o administrador não ficaria mais no Cazenga”, referiu.

O aumento da criminalidade é outra queixa, pois os marginais não têm hora para actuar e quando são presos pela polícia rapidamente são soltos, em troca de alguns valores

5.2 Desordenamento autárquico

*Jornal Agora
02 de Julho de 2011*

Como é sabido, a democracia envolve regras de comportamento das partes do convénio, no caso o dirigente e os mandatários do poder temporário, que respeitem com tolerância a aplicação das leis.

Não compete somente aos dirigentes cumprir as deliberações de representantes políticos em câmara própria, subestimando os direitos de outras instituições do quadro complexo de um Estado constituído para o funcionamento universal da missão para que está mandatado.

Tentaremos abordar um dos problemas sociais que respondem em parte pela desorganização político-administrativo das províncias de Luanda e do Bengo detentoras da maior densidade de população comparadas ao conjunto das restantes dezasseis de Angola. Acolhe mais de sete milhões.

Antes, porém, anunciaríamos a superfície geográfica de Luanda para avaliação da disparidade dimensional exígua que suporta mais de um terço da população nacional, distribuída nos bairros de Cassequel, Rangel, Marçal, Popular, Palanca, Hoji-ía-Henda, Kicolo, Sambizanga e Samba e constituem garrote asfíxiante do centro urbano, responsáveis pelo desordenamento da capital a partir das guerras fratricidas alimentadas pelos

partidos políticos legitimados no Acordo de Alvor. Ninguém de boa fé deve ignorar que Luanda foi condenada a morrer de asfixia pela redução do espaço geográfico a um terço da superfície da província de Cabinda e se obriga a abrigar cerca de cinco milhões de habitantes sob a fictícia alegação da guerra fratricida, finda com a paz de 2001 que foi festejada por todo o país.

Mas, nos anos seguintes à proclamação da Independência de Angola, havia sentenciada a mutilação substancial da sua biodiversidade geográfica encurralada no espaço vinte vezes inferior à província do Bengo, que sempre pertenceu à área da capital de Angola.

Assim, a nova divisão saltou as margens do rio que o cognomina, fazendo de Caxito sua pertença com a anexação de grande superfície dos Dembos, zona conflituosa desde os tempos do general António Victor “Kinjango”, capitão João de Almeida “Kingando” e dos oficiais de 2ª linha, coronel João de Sousa e do capitão Jacinto de Carvalho progenitor de importantes cidadãos da actualidade.

Nas ciências políticas, cremos não existirem métodos curandeiros para o ordenamento da geografia e da densidade populacional, factores responsáveis dos desequilíbrios dos bairros periféricos do Sambizanga, Kazenga, Kicolo, Boavista, Palanca, Kassequele e Samba transformados garrote asfixiante da urbe luandense. Ao alargarmos o horizonte visual, pasma constatar os núcleos da Boavista e da Kinanga (Samba) sobreviventes de casebres pendurados no pico dos morros de argila que as chuvas e os ventos derretem com consequências desastrosas, sem os cuidados necessários das autoridades municipais e do próprio governo provincial.

A falta de ordenamento disciplinado e da responsabilidade imputável na venda ilícita de talhões pesa na desgovernação dos municípios e na desobediência das populações locais.

Tornando-se previdente a reformulação da divisão geográfica de algumas províncias, com início de Luanda e Bengo que contemplem as carências resultantes de previsões inaceitáveis a orçamentação dos municípios, exigem transparência e permanente fiscalização de quadros competente que respondam pela aplicação dos planos directores.

É imperiosa a revisão da vitima província de Luanda renegada i 2.200 Km2 e mutilada de riso minhas vilas do Ambriz, Caxito, Catete, Muxima, das paisagem cinegéticas da Kissama, o parque animal daquela que a guerra fratricida havia destruído.

Concretamente, Luanda carece de estatuto autónomo dependente directamente do Chefe do Governo, apoiada por um orçamento substancial rigorosa mente fiscalizado e um governa dor competente apostada, higiene, saúde da urbe e segurança contra os fora de lei.

Merece a sua presença histórico que não dispensa as estátuas retiradas, factores inesquecíveis da subordinação à

soberania secula de Portugal e testemunho da Rainha Jinga desaparecida sem conhecimento público .•

5.3 A batalha de ideia sobre o Conceito de rádios comunitária

*Jornal angolense do dia 2
e Julho de 2011*

Ter liberdade de expressão é um direito humano que ninguém pode tirar de ninguém. As rádios comunitárias devem ser criadas para proporcionar informação, cultura e divertimento para as suas comunidades, sem fins lucrativos. As manifestações artísticas devem estar sempre presentes a fim de valorizar cada vez mais a cultura regional e local, sem distinção de raça, crença, sexo, convicções político-partidária e condições sociais.

Do ponto de vista filosófico, o conceito de Rádio Comunitária tem sido debatido e aceite com algum entusiasmo ao nível de alguns sectores sociais do país, uma vez que os benefícios comunitários seriam:

Assegura o espírito comunitário ao criar uma plataforma para debates locais e consensos sobre questões;

Proporciona comunicação interactiva entre as comunidades e os governos locais a vários níveis e sobre questões locais;

Actua como porta-voz para todos os segmentos da comunidade; Pode contribuir na educação dos eleitores;

- Informa as comunidades sobre as formas de acesso e participação na gestão de recursos (terra, água, etc.).

Em suma, a Rádio Comunitária é tudo sobre as preocupações mais imediatas e de longo prazo de uma certa comunidade e serve de meio de desenvolvimento. Assim, a partir dos mais variados conceitos de Rádio Comunitária, o que mais reúne consenso é aquele segundo o qual, a Rádio Comunitária é da e é para a comunidade.

Esta definição levanta a questão da propriedade da rádio comunitária e como facilmente se pode concluir, o dono da Rádio Comunitária é a comunidade, constituída por um grupo de pessoas com Interesses comuns.

Partindo do conceito de sociedade civil, enquanto arena ou espaço público de cidadania e participação de organizações, grupos e indivíduos, lembrei-me que, nos últimos anos e meses, entidades do Governo, secundados pela propaganda dos meios de comunicação social pública, esforçavam-se passar a ideia que em Angola estavam a ser criadas e desenvolvidas rádios comunitárias que estão a ser instituídas pelo estado em alguns municípios do país.

Depois surgiram várias pessoas em círculos privados ou públicos mas não mediatizados, comentando e analisando o mesmo assunto. Houve ainda outras pessoas que rebateram esta concepção de rádios comunitárias nos meios de comunicação escnta, mas o Impacto na

sociedade, em termos de criar uma consciência pública sobre o assunto não foi tanto. Nos últimos dois meses, o tal conceito foi rebatido em discordância por um analista que participou no programa semanal “TPA Actualidade” que é apresentado aos Domingos às 19H30. O impacto foi maior pelo alcance que este meio de comunicação social possui. Há duas semanas a Rádio Ecclésia promoveu um debate e um dos participantes também questionou a concepção de rádio comunitária tutelada e gerida pelo estado. Durante processo de consulta sobre pacote legislativo sobre a comunicação social no Namibe, o pessoal da Huíla voltou a levantar e discordar da tal concepção de rádio comunitária. A Rádio Nacional passou enxertos das questões colocadas pelos participantes e os comentários dos especialistas que moderavam a sessão.

A contribuição da sociedade Civil para o pacote legislativo da comunicação social resultante de três encontros realizados em Luanda, Malange e Benguela, nos dias 8, 13 e 14 de Junho, com cerca de 20 diferentes organizações da Sociedade Civil, sobre estes assuntos rádios comunitárias defenderam o seguinte: “o conceito de rádio comunitária que nos oferece o art. 7º do Projecto de Lei, não parece concordar com o ensinado nas academias de jornalismo e adoptado pela UNESCO e propõem outro, que mais se aproxima e retrata a realidade, ressaltando e salvaguardando que é do espírito comunitário que emanam essa categoria de rádios, e isso deve ficar bem claro, para não continuarmos a confundir, por exemplo, Rádio Viana, Rádio Cazenga com rádios comunitárias, porque não o são, quer pela fonte de criação (poder público) quer pelos meios de gestão (pública). Quando muito, podem ser rádios locais. O critério geográfico, só por si, não é suficiente para que seja considerada comunitária.

Ao preparar uma formação sobre Comunicação em Extensão Rural, voltei a reflectir sobre o assunto, tomando como referência que o nosso País é tão vasto, tão extenso, pouco habitado, com dificuldades de mobilidade que geram imensos problemas de comunicação, sobretudo no meio rural do interior e do interior profundo. A meu ver, as rádios comunitárias seriam um poderoso instrumento de mitigar o isolamento, de reduzir as distâncias e assimetrias, de dinamizar a comunicação na horizontal, o equilíbrio de género, enfim, de promover o acesso à informação local, que é parte integrante do desenvolvimento e da democracia. A hesitação política do Executivo de Angola em promover de forma rápida e com celeridade os outros meios de comunicação social, mormente as rádios comunitárias, é um falso problema, se se tiver que escolher entre o secundário e o essencial, entre o maior e o menor.

A sociedade civil pode contribuir através da batalha de ideias e outras formas de articulação e influenciar políticas públicas e decisões políticas, superando barreiras,

estruturais, ideológicas, jurídicas e outras.

A identidade conceptual sobre rádios comunitárias nem sempre é e será consensual e depende de vários factores, mas os pressupostos universais desta devem ser válidos também no nosso país. Se tais pressupostos foram aplicados no nosso contexto, certamente que vão contribuir na melhoria da articulação entre o governo e comunidades/cidadãos ao nível local. Todavia, se a rádio comunitária for politizada e partidarizada para fins de ganhos imediatos, será mais uma armadilha ao desenvolvimento de Angola.

5.4 Mídia comunitária na promoção da cidadania

*Jornal folha 8 do dia 2
de Julho de 2011*

Com a mídia comunitária, poderá reviver a cultura e a memória local, reforçá-la, mantê-la e transmiti-la para outras gerações para puderem perenizarse. A mídia comunitária é resistência,

é mais do que necessária se quiserdes existir como povo e cultura singulares. A existência no global pressupõe a promoção do local (FUSER, 2002, p.54.) e a criação de “micro globalizações” como diria S. Elias Ngoenha.

Neoliberalismo. O neoliberalismo está estritamente ligado a globalização. São diferentes faces da mesma moeda. O neoliberalismo promoveu vítimas. Tal como o projecto é global as vítimas também, prova disto é a taça de champanhe de ricos e pobre à escala mundial. (SELLA, 2003; VIGIL, 1994, p.55 e TONELLI, 2000). Não é por acaso que P. Neruda afirma que esta é “a época nocturna”. Kof Anan por sua vez disse que neste projecto existem globalizados e globalizadores, ou seja, uns são vítimas e outros beneficiários.

A mídia comunitária é marcada por fins não lucrativos, diferente da grande Mídia, da mídia comercial. (SIQUEIRA, p.60). Esta dimensão económica, de lucro da mídia comercial é típica do neoliberalismo que joga com a lógica da maximização do lucro (OLIVEIRA, 1996, p.135) e tem grande influência no tipo e qualidade do jornalismo que é feito. Por causa da publicidade, da fusão, periga a verdade e a imparcialidade (se existem), põe em risco o pluralismo e a diversidade, propicia a auto censura. Neste quadro, onde a grande mídia já não é digna de confiança pelas razões acima elevadas, não resta outro caminho por enquanto se não a promoção, prática e difusão da mídia comunitária.

pós-modernidade. Basicamente, ela é a era do distenso, da diversidade, do fim das metas narrativas e dos dogmas, em fim do niilismo. Ora, se nada é o caminho definitivo, cada povo deve construir as suas referências e formas de comunicar sem se fechar ao mundo. Neste contexto, a mídia comunitária é uma boa opção para

a promoção do caos no bom sentido. Para a promoção dos diversos “Eus” e grupos sociais. De diversas municipalidades. Estado Democrático, Social e de Bem-estar. Habitualmente a literatura das ciências sociais fala em Estado Democrático e de Direito. Sem qualquer desmerecimento, não agrada ao autor da presente pesquisa porque entende que é uma autêntica redundância, por um lado. Por outro, esta caracterização terminológica não distingue a Democracia participativa ou representativa dos outros sistemas de governo. Porque Estado Democrático e de Direito se qualquer Estado é de Direito? Totalitários, Oligárquico, Marxista, Fascista, todos são de Direito. Todo Estado assenta sobre o Direito como instrumento para o seu funcionamento. O Direito emana do político em parte. Se este Direito é justo ou não, se está ao serviço do cidadão ou do Estado, esta é outra questão.

Prefere-se aqui Estado Democrático, Social e de Bem-estar, porque entedese que quando se promove o bem-estar e a democracia os direitos estarão certamente salvaguardados.

Num Estado de bem-estar pressupõe que a mídia funcione e esteja ao serviço da pessoa concreta, ali onde ela estiver. Recebendo e promovendo a criação de dados, por isso, se quer uma sociedade verdadeiramente democrática, participativa e de bem-estar social, a mídia comunitária é um factor imprescindível.

Mídia e desenvolvimento hoústico

A dimensão da comunicação nos permite exercitar outra faceta humana: a sociabilidade. Sem o exercício destas dimensões que compõe o homem não se pode falar de desenvolvimento pleno. Claro, com outros aspectos sobre os quais não compete a presente abordagem. Negar ao indivíduo a linguagem e a agregação é a morte do homem. A comunicabilidade concretiza a sociabilidade e reforça o Eu singular e colectivo, assim como a dimensão da liberdade, por isso, não há desenvolvimento pleno da pessoa se a sociedade não permitir o acesso aos meios para a elasticidade da linguagem e a ampliação da participação no areópago da vida moderna: o debate democrático.

Outros aspectos que provam a influência da mídia comunitária como factor de desenvolvimento são:

1. Pode viabilizar a desobediência civil (COELHO e SILVEIRA, 1995, p.19);
2. Pode viabilizar o exercício do direito à resistência (COELHO e SILVEIRA, 1995, p.20);
3. Pode permitir a libertação dos oprimidos e excluídos
4. Inviabiliza a subalternidade e deixa cair por terra a comunicação vertical da grande mídia ao serviço do grupo dominante proporcionando a horizontalidade e conseqüente humanização;
5. Valorização da cultura local para a elaboração de projectos de desenvolvimento

fundados na realidade endógena e mandadores da identidade;

6. Preservação da memória local que permite avançar de forma segura, tendo a historicidade como fonte de sabedoria e trampolim para o futuro; etc. A Igreja Católica, Apostólica Romana tem uma tradição rica de ensinamento.

5.5 José Maria é dos santos mas não faz milagres...

Jornal semanario Angolense
02 de julho de 2011

Se existissem pesquisas com estatísticas que pudessem ratificá-lo, seria ótimo, mas pode-se afirmar, sem medo de adentrar a margem de erro que toda sondagem comporta, que o governador de Luanda, José Maria dos Santos, somou pontos e subiu alguns «pés» na altitude da avaliação que a população certamente faz quanto ao desempenho das suas competências.

O efeito deve-se à exoneração que o mandatário da capital «deu à luz» quando mandou para fora dos cargos os administradores municipais da Samba, Rangel e Ingombota. No fundo, o governador só «atendeu» a uma «insistência» dos próprios auxiliares. Pedro Fancony, Suzana Melo e Maciel Neto há muito tempo que «pediam» para que fossem «mandados embora» para casa. Na verdade, eles e outros também que, agora, ainda não tiveram a mesma sorte. Por enquanto...

Mas no fundo, no fundo mesmo, José Maria dos Santos pode não ter feito mais do que atender às conveniências do Comité Central do partido no poder, ao qual pertence e está subordinado. Recorde-se que se dependesse apenas do governador, provavelmente todos os administradores incompetentes já teriam sido «ruados». Quando assumiu o cargo, assim prometeu proceder com os funcionários públicos que se mostrassem incapazes no exercício das suas funções, e chegou até a expressar um ultimato nesse sentido.

Agora o partido, que se supõe ter antes impedido o governador de retirar os administradores municipais por pseudo-razões « eleitoleiras », deve ter dado o sinal verde para as exonerações que aconteceram. Deve ter entendido que os seus motivos contra a austeridade que José Maria dos Santos começou por aplicar não passavam de uma estratégia caçadora de votos longe de qualquer eficiência. O partido terá entendido também, finalmente, que as mudanças necessárias são que fazem os votos. O « camaradismo » não se coaduna com a falta ao mais importante que é « resolver os problemas do povo »

– não é isso que dizia o «Camarada Presidente» Agostinho Neto?

É difícil crer que o motivo dessa medida tenha a ver simplesmente com alguma autonomia que o governo central surtamente resolveu aceitar que o mandatário luandense assumisse. Isso daria a José Maria dos Santos o aval para fazer o que a sua competência entendesse como o mais certo para a administração da capital, e com o direito até de falhar também. Afinal, ele, embora seja «dos santos», também é humano. Se assim é, há muito mais coisas para fazer que só a simples exoneração de administradores não vai resolver.

Entretanto, é admissível que o partido do governador de Luanda, o MPLA, também tenha ganho a sua cota de confiança nessa operação exonerativa e pode conseguir mais ainda se fizer a municipalização implementar-se conforme manda a política de descentralização, que é sinónimo de autonomia de poder para as bases mais próximas da população, a começar pelo poder provincial.

Luanda tem problemas tão gigantes -quanto capitais. E um dos maiores, dos mais visíveis e que constitui uma grande mancha em qualquer cartão postal da «Terra da Kianda», é o problema do lixo. Luanda é uma cidade suja, e quando chove até chega a ser uma cidade porca. De um modo geral, cada habitante dessa urbe é responsável por essa situação. E o primeiro a quem se pede as contas dessa vergonha é sempre o governador - com ou sem a desculpa de algum partido a «telecomandá-lo».

José Maria dos Santos chegou com toda a força à frente do governo provincial, foi para as ruas, viu o lixo, a lama e toda a sorte de imundície que ninguém merece, cobrou a eficiência do trabalho das empresas prestadoras de serviço nessa área. E assim, como no caso do funcionalismo público inerte, o governador engrossou a voz e ameaçou rescindir contratos com as prestadoras acomodadas «à sombra da mulembeira» do governo da província de Luanda.

A rigidez com a com o governador começou o seu mandato parece ter sido já abortada, já que quase não se fala mais disso e como talos resultados estão por vir, tanto para a questão do lixo, como para outros dilemas luandenses. Faz-se crer que, se já há administradores sendo exonerados, talvez esteja aberto também agora o caminho para uma revisão ou até a rescisão dos contratos com as empresas de lixo a serviço do GPL que nada mostram fazer. De quem será essa investida? De José Maria ou do Comité Central do MPLA? Tudo indica que José Maria pode ser «dos santos», mas não é milagreiro o suficiente para realizar por si só uma «proeza» dessas...

5.6 Primeira rádio comunitária é instalada em Catchiungo

Jornal de Angola
05 de Julho 2011

A primeira estação de Rádio Comunitária do município do Catchiungo vai ser construída num prazo de 60 dias. A informação foi prestada ontem, ao Jornal de Angola, pelo administrador municipal.

José Manuel dos Santos assegurou ter recebido esta garantia do construtor responsável pela obra, a empresa de construção de direito angolano “Titans”. A obra custa aos cofres do Estado 11 milhões de kwanzas.

A Rádio Comunitária da vila de Catchiungo vai dispor de dois estúdios com revestimentos acústicos, redacção, uma sala de conferências, zona verde e área social, perfazendo 11 compartimentos.

A construção cobre um espaço de 182 metros quadrados, e esta orçada em onze milhões de kwanzas, valores estes suportados totalmente pelo orçamento da Administração Municipal do Catchiungo.

A obra representa um ganho para as populações do Catchiungo, segundo o responsável máximo da vila, que referiu que com a abertura da rádio os cidadãos residente na localidade ficam melhor informados sobre as acções que se desenvolvem no município e também ajuda a resgatar os valores morais e cívicos. A futura

5.7 Luanda administradores municipais recém-exonerados a caminho do tribunal

Semanário Internet
08 de Julho de 2011

A lista é encabeçada por Suzana de Meio, secundada por Maciel Neto “Makavulu”, respectivamente, antigos administradores municipais da Ingoubota e Rangel, respectivamente. A primeira, ao que se sabe, está distante de ser ilibada da acusação que pesa sobre si, reactiva às irregularidades na gestão de fundos destinados ao pelouro que dirigiu.

As acusações contra Suzana de Meio foram levantadas logo após a sua exoneração, sendo algumas queixas-crime sido apresentadas as autoridades pelos munícipes, na sequência da incompatibilidade entre estes e a antiga administradora, em relação às demolições de residências levadas a cabo no município, bem como o reboque de viaturas que foram, posteriormente, sabotadas.

Outra acusação foi feita por Ex-funcionários da administração municipal que a acusam de despedimentos anárquicos, tendo, alegadamente, enquadrado elementos do seu núcleo familiar e amigos; assim como a criação de empresas privadas que, ao longo do seu consulado prestaram serviços a instituição.

Maciel Neto “Makavulu”, por seu lado, está igualmente a ser citado como sendo, também, um dos que poderão ser convocados pelo TC, para prestar esclarecimentos da gestão de dois milhões, duzentos e vinte e três mil dólares, novecentos e oitenta e quatro (2.223,984.00) disponibilizados para asfaltar as ruas do município. Segundo consta, Maciel Neto terá celebrado, a 16 de Maio de 2008, um contrato com a empresa de construção civil Casa Kebo, a quem o ex-governante acusa de ter desaparecido com o dinheiro, sem ter concluído os trabalhos requisitados pela administração municipal. As partes teriam acordado que a Casa Kebo se dedicasse a reabilitação das ruas do Alentejo e da Estremadura, no bairro Terra Nova, cujo compromisso era de que num espaço de dois meses a empreiteira entregaria, pelo menos, a rua do Alelutejo, para ajudar a descongestionar o trânsito na Avenida Brasil. O contrato entre as partes era de que no acto de adjudicação da obra, a administração municipal do Rangel pagaria 50% do valor global e, depois, a meio dos trabalhos, 25%, sendo outros 25% entregues no fim da obra.

Ao que se sabe, Maciel Neto terá pago uma tranche a 16 de Maio daquele ano, com a assinatura do contrato e a 3 de Junho teria entregue a segunda parte, tendo adiantado com mais uma tranche a 22 de Setembro, alegadamente para assegurar o acordo e para o aceleramento das obras na Rua da Estremadura.

As três tranches terão sido entregues sem que a Casa Kebo, avançasse com os trabalhos, tendo a direcção da empresa respondido a inquietação de Maciel Neto, que os mesmos (trabalhos) retomariam “tão logo quanto breve possível”, não tendo acontecido até agora.

Cogita-se que o golpe aplicado pela

Casa Kebo seja propositado e terá as impressões digitais de “Makavulu”, uma vez que esta empresa já fez vida cara as autoridades, tendo, igualmente, abandonado obras na cidade do Kuito, Bié, depois de ter sido pago certa percentagem do valor total da obra.

Por outro lado, o antigo administrador municipal do Rangel é também acusado de durante o seu consulado não ter concluído os trabalhos de reabilitação da Rua da Vaidade, onde se situa a sede da administração comunal do Rangel, apesar de ter recebido verbas para o efeito.

Esquema montado por “Makavulu”, para justificar o dinheiro, envolveu jovens biscateiros, sob liderança de Carlos Gourgel “Casão”, destituído do cargo de administrador comunal, que fizeram um trabalho paliativo, estando hoje à que (a rua em pior estado de degradação. Até à sua exoneração, as ruas do Ngola Mbandi e as principais que dão para o bairro da Precol, também não foram asfaltadas, bem como aquela que sai do lar da terceira idade, vulgo Beiral, tendo sido apenas terraplana. Maciel Neto está sem “defesa”, na medida em que as suas relações com a direcção do partido em Luanda estão em águas turvas, clamando-se pela sua saída do

cargo de primeiro secretário da organização no Rangel. Depois da sua exoneração os jovens do município realizaram várias actividades, entre passeata para saudar a medida tomada pelo governador de Luanda.

Tal como os dois ex-dirigentes acima citados, os outros, como José Tavares e Pedro Façony, este último que esteve a frente do município da Samba, respectivamente, assim como Tany Narciso, “sobrevivente”, da recém-vassourados de José Maria, deverão, igualmente, responder em tribunal nas sequências da gestão desastrosa das verbas entregues pelo Executivo, à luz do programa de descentralização municipal, tendo sido entregue, na primeira experiência, cinco milhões de dólares a cada administração municipal.

Devido à falta de transparência na gestão das verbas, e tendo o TC notado anomalias por parte dos administradores, o ano passado apenas foram entregues às administrações municipais um terço do valor anterior (cinco milhões de dólares), tendo de seguida o TC mandado suspender, temporária mente, a locação das referidas verbas. Estas instituições (administrações municipais), sempre sobreviveram dos fundos produzidos através da arrecadação de impostos dos mercados e multas, sendo 10% deste valor para o consumo interno, enquanto o restante é canalizado para o OGE, através do Ministério das Finanças.

Casos idênticos no Kwanza-Sul e Benguela resultaram em prisões de administradores municipais, bem como do director da Saúde no Kwanza-Sul, acusado de desvio de 135 milhões de kwanzas, em 2008.

Adão Castelo António, o acusado, foi condenado a oito anos de prisão efectiva, por peculato.

de acordo com a nota do tribunal provincial, ficou provada a acusação que pesava sobre o réu, tendo o valor roubado sido dissimulado na compra de medicamentos para as unidades sanitárias da região.

Em Cabinda foram, igualmente, condenados funcionários públicos e titulares de cargos, por desvios de fundos públicos.

Entre eles consta os nomes dos funcionários das secretarias provinciais da educação, ciência e tecnologia, nomeadamente Venâncio Maria Bungo, Adré Gime Luemba e um da delegação da justiça.

5.8 Falta de bancos nos municípios dificulta pagamento dos salários

Jornal de Angola

11 de Julho de 2011

A falta de agências bancárias nos municípios do Mungo, Katchiungo, Tchicala Tcholohanga, Ekunha, Tchindjendje, Ukuma e Longonjo, na província do Huambo, está a dificultar o pagamento dos salários dos funcionários públicos e privados. A preocupação foi manifestada no sábado por professores, enfermeiros, agentes da Policia Nacional e trabalhadores do sector privado residentes naquelas localidades, que se deslocam à cidade do Huambo para poderem levantar os seus salários. Em declarações ao Jornal de Angola, vários funcionários defenderam a necessidade urgente de se instalarem agências bancárias nos municípios em que residem, para evitar deslocações e gastos desnecessários com viagens à cidade do Huambo para o levantamento dos seus salários.

Ricardo Chivela, professor do município do Longonjo, afirmou que esta situação afecta, em certa medida, os próprios alunos, já que mensalmente tem que se deslocar à

sede da província. “Quando venho à cidade levantar os salários, naturalmente os alunos perdem aulas e neste caso eles são os mais prejudicados”, enfatizou. Avelina Lourdes, proveniente do Tchindjenje, é da mesma opinião e solicitou às autoridades competentes que dêem solução a esta situação.

O administrador municipal do Katchiungo, José Manuel dos Santos, lamenta a situação mas afirma que o governo está ao corrente. O governantes acredita que a situação

será resolvida em breve.

5.8 Nasceu a nova província de Luanda

Jornal agora do dia 14

de Julho de 2011

O aumento de habitantes na capital do país, os problemas técnicos que a sua administração suscita, o valor do património público e as infra-estruturas justificaram uma nova divisão administrativa.

Durante a apresentação do documento à plenária da segunda sessão extraordinária da Assembleia Nacional (An), o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, explicou que a alteração resulta de estudos feitos no âmbito do ordenamento do território, planeamento da orla marítima e do desenvolvimento do perímetro Luanda-Bengo. “A medida, surge da necessidade de se proceder a uma alteração da divisão territorial e político-administrativa das duas províncias, de maneira a dar resposta aos imperativos colocados

pelas respectivas dinâmicas de desenvolvimento destas regiões”.

A nova divisão administrativa vai desanexar do Bengo os municípios de Colo e Bengo e Quissama, passando a capital do país a ter sete municípios: Luanda, Cacuaco, Belas (Kilamba), Viana, Cazenga (comuna de Tala Hadi), Icolo e Bengo (Catete) e Quissama (Muxima).

De acordo com o novo ordenamento territorial, Maianga, Ingombota, Rangel, Kilamba Kiaxi, Sambizanga e Samba perdem o estatuto de municípios, embora a actual proposta não o refira expressamente.

Enquanto isso, Bengo passa a integrar seis (contra os anteriores oito municípios), compreendendo o Ambriz, Bula-Atumba, Dande (Caxito), Dembos (Quibaxi), Nambuanguo (Muxaluando) e Pango- Aluquém.

Segundo Bornito de Sousa, o aumento de habitantes na capital do país, os problemas técnicos que a sua administração suscita, o valor do património público e as infra-estruturas estiveram na base de uma nova divisão administrativa de Luanda.

“A integração destes dois municípios visa sobretudo garantir o enquadramento e a coordenação dos novos projectos de desenvolvimento urbana na malha infraestrutural de Luanda e Bengo”.

O governante realçou que o Executivo pretende dar resposta à necessidade de assegurar uma maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços, face ao crescimento urbano que se vem registando nas respectivas circunscrições.

Recorde-se que na última, reunião da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, tinha sido apreciada a proposta de Lei que eleva à categoria de município as comunas de Catumbela, em Benguela, e Cacula, na Huíla.

No quadro do plano director dos transportes de Luanda, este órgão consultivo do Chefe do Executivo apreciou igualmente a proposta que estabelece um modelo integrado de transporte colectivo para os novos centros urbanos com vista a encontrar soluções que descongestionem e façam fluir o trânsito intermunicipal e, ao mesmo tempo, dê resposta à dinâmica das necessidades das pessoas e dos agentes económicos.

O regime jurídico da divisão político-administrativa de Luanda e Bengo consta da Lei nº3 / 80,26 de Abril e do Decreto Executivo nº36/ 81, de 23 de Setembro.

Por sua vez, a deputada Clarice Caputo, da UNITA, recordou na ocasião que o seu Partido tinha sugerido ao Executivo elevar Luanda como região metropolitana, proposta que seria recusada.

O presidente e deputado do PRS, Eduardo Kuangana, mostrou-se céptico sobre a divisão de Luanda, abrindo um parêntesis para questionar o Executivo sobre para quando o regresso dos animais selvagens levados do parque da Ilha para a África do Sul. “Os problemas de Luanda não têm a ver com os quadros, mas sim com

excessivas interferências internas e externas das pessoas, não deixando os governadores trabalharem”, defendeu. Já Makuta Nkondo, da UNITA, defendeu como urgente a mudança dos nomes europeus por africanos nas ruas, ruelas, largos e praças

5.9 Cinco administradores de Luanda perdem estatuto

Jornal o país do dia 15 de Julho de 2011

Cerca de 20 dias depois de nomeados e empossados pelo governador provincial de Luanda, José Maria dos Santos, os administradores da Samba, Rangel e Ingombota perderam o estatuto de edis, por força da aprovação, na terça-feira, 12, pelo Conselho de Ministros, da nova divisão político administrativa da província.

A nova divisão político-administrativa de Luanda teve como principal novidade a alteração para sete municípios, ao invés de nove, como vigorou durante mais de trinta anos, desde que se fez a rectificação dos limites geográficos dessa região do país. Por deliberação da Comissão Permanente do Conselho de Ministros, o figurino desta província passou a comportar os municípios de Luanda, Belas (com sede na cidade do Kilamba), Cacuaco, Cazenga, Viana, Colo e Bengo (com sede em Catete) e Quissama (com sede na Muxirna).

Assim sendo, Adão Malungo, da Samba, Pedro Júnior, da Ingombota, Maria Clementina da Silva, do Rangel, nomeados a 23 de Junho último, perdem os estatutos de administradores municipais, em pouco menos de 20 dias, sem contudo terem “aquecido a cadeira”.

Embora não tenham sido mexidos na recente remodelação efectuada pelo governador de Luanda, os actuais administradores do Sambizanga, José Tavares e do Kilamba Kiaxi, José Correia, e da Maianga, Manuel Marta, também acabam por perder o estatuto por força da deliberação do órgão de consulta do titular do Executivo. “O que dá mais gozo nesse processo”, segundo uma fonte de o país, é exactamente o facto de os novos administradores não terem tido tempo suficiente para conhecerem as respectivas casas, trocar as assinaturas nos bancos comerciais e mais do que isso, nem sequer receberam viaturas novas, como acontece sempre que se é promovido para um cargo dessa natureza.

Quem deverá estar a esfregar as mãos de contente é Manuel Cafussa, que embora tenha sido nomeado recentemente para o Cacuaco, a área que administra não foi colhida pelos ventos da mudança.

Sorte do género teve Victor Nataniel Narciso, do Cazenga, praticamente o único que, estando dentro da Luanda Metropolitana, conseguiu manter-se como edil, e que poderá, conduzir o projecto de requalificação daquela urbe, em curso desde o início do ano.

Agora, estão por se definir as funções a exercer por cada um dos elementos abrangidos por essa medida do Executivo, a julgar pelas alterações feitas, já que estas edilidades comportam uma série de estruturas que, por via disso, deixarão de ter a dimensão e amplitude que detém actualmente.

Em função dessa alteração, o Governo Provincial de Luanda ver-se-á obrigado a alterar também o seu organograma, para” conforma-lo com o novo figurino adoptado pelo Executivo.

Fontes ouvidas por o país aludem que a maneira “apressada” com que o Executivo aprovou a alteração da divisão político-administrativa de Luanda e o seu consequente envio à Assembleia Nacional, para a sua discussão e aprovação urgente, foi A uma forma implícita de desautorizar nist o despacho de nomeação do governador José Maria dos Santos. foi (

Segundo a mesma fonte, havia a intenção de se anular aquele despacho do governador, pelo facto de não ter dado a conhecer o seu desejo às esta estruturas superiores, quer do partido, quer do Ministério da Administração do Território, mas apenas ao do Presidente da República, que anuiu ao pedido.

O seu envio para à Assembleia Nacional foi a solução mais à mão para se reparar os danos causados pela acção “inadvertida” do governador José Maria dos Santos.

No meio de tudo isso, o que fica subjacente é que os administradores municipais recentemente nomeados não farão mais de trinta dias no cargo, tempo insuficiente para “aquecer uma cadeira”, por razões alheias à sua vontade.

5.10 Administração da Ingombota define prioridades

Jornal de Angola 13 de Julho de 2011

O novo administrador municipal da Ingombota, Pedro Júnior, definiu como prioridades os sectores da saúde, educação, saneamento básico, energia e águas.

Pedro Júnior referiu ontem, em entrevista à Angop, que todos os projectos serão executados com base no programa integrado municipal de desenvolvimento rural e combate à pobreza, previsto para 2011.

O seu programa de acção, a administração delineou a reabilitação de chafarizes e o aumento do fornecimento de água através de cisternas em áreas suburbanas, a incidir nos bairros da Chicala- I e II, estando também prevista a normalização do abastecimento em áreas urbanizada, através da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL).

Para o sector da electricidade, a administração da Ingombota vai trabalhar com a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) no sentido de melhorar o abastecimento da rede pública e domiciliária.

Samuel Júnior assegurou que a administração vai direccionar o seu trabalho para a limpeza permanente de sarjetas, valas de drenagem e de evacuação de águas residuais e fluviais para o mar. Além disso, defendeu a necessidade de se disciplinar a venda ambulante e o estacionamento de viaturas.

Mas para que os problemas locais sejam resolvidos, considerou ser fundamental a participação dos cidadãos na gestão do município, pedindo por isso uma maior aproximação entre os diferentes organismos representados na administração municipal, como as comissões de moradores e de condóminos, além de outras organizações estatais e privadas. “O nosso objectivo consiste em levar junto das comunidades os equipamentos sociais básicos”, afirmou. Nesse sentido, realçou que irá proceder à reabilitação e apetrechamento de escolas primárias e centros de saúde.

O município da Ingombota tem uma população estimada em, aproximadamente, 600 mil habitantes e ocupa uma, área de 13 mil metros quadrados. E composto pelas comunas da Ingombota (sede), Patrice Lumumba, Ilha do Cabo, Kinanga e Maculusso. Limitado pelo Oceano Atlântico e pelos municípios da Samba, Sambizanga, Rangel e Maianga, ocupa mais de 50 por cento da zona urbana da capital angolana.

5.11 Cidade do Kilamba foi escolhida para ensaiar o modelo autárquico

Jornal de Angola
13 de julho de 2011

O ministro da Administração do Território admitiu, ontem, ao Jornal de Angola, que o modelo de gestão administrativa adoptado para a cidade do Kilamba pode inspirar o processo de execução gradual das autarquias locais no país.

Bornito de Sousa confirmou que a cidade do Kilamba, no município de Belas, foi escolhida para uma experiência piloto de execução das autarquias locais.

O modelo administrativo escolhido compreende a inclusão da cidade do Kilamba, aberta à população, na segunda-feira, pelo Presidente da República, ao município de Belas.

A mais nova cidade de Angola tem uma comissão administrativa dirigida por uma espécie de presidente da

câmara municipal, enquanto Belas tem um administrador municipal.

Bornito de Sousa referiu que o presidente da câmara tem como competências tratar dos serviços municipalizados, como água, energia eléctrica, recolha de lixo e coloca à disposição dos cidadãos os principais serviços.

“Provavelmente, da estruturação e do funcionamento desta cidade vão sair algumas lições para as futuras autarquias”, declarou. O processo de desenvolvimento gradual das autarquias no país começa a funcionar depois das eleições de 2012. O novo modelo de eleição do poder local pode ajudar, em grande medida, a resolver os problemas das comunidades e municípios. A transformação dos municípios em unidades orçamentais e a execução dos programas de desenvolvimento rural são alguns instrumentos decisivos para elevar os serviços essenciais das comunidades e promover do progresso.

O Ministério da Administração do Território tem recolhido experiências de países, como Portugal e Moçambique, sobre o financiamento das autarquias locais, gestão dos serviços municipalizados, prestação e aproximação de serviços ao: cidadãos, atenção às camadas mais vulneráveis e o relacionamento entre o poder local e a administração central do Estado.

5.12 Governadores e administradores municipais passam “a pente fino”

Jornal semanario factual
de 16 a 23 de Julho de 2011

Angola está a conhecer um desenvolvimento acelerado nos últimos seis meses, desde que o Executivo se decidiu a descentralizar verbas ao nível dos municípios.

E desde Janeiro que os administradores municipais já mexem verbas, situação que está a contribuir “rapidamente” para a boa fisionomia das regiões.

A iniciativa de descentralização financeira consta do Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza.

No País, o número de infra-estruturas de raiz cresceu. Vê-se, em muitas regiões, a construção de escolas, hospitais, reabilitação de pontes, estradas, enfim, uma série de realizações que, em seis meses, começam por mudar a sua imagem.

A gestão destes fundos é acompanhada, a par e passo, pela Casa Civil da Presidência da República. Na opinião de alguns analistas políticos, o novo sistema de governação é um modelo adequado para o desenvolvimento de Angola.

O presidente do Partido Angolano para o Progresso Social e Democracia, Maunda Sebastião, diz que o Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza já deveria ter sido aprovado há muito tempo.

“O dinheiro está disponibilizado. Esperemos que os senhores administradores municipais não caíam na rota de esbanjamento do erário público e mostrem bom trabalho”, advertiu.

Para o presidente da Partido Progresso e Desenvolvimento, Nsemo José Paxi, convocar administradores e governadores provinciais é uma rica iniciativa do Executivo.

“Isso facilita desmascarar todas as falcatruas”, resumiu, salientando que “muitos administradores municipais, com um curriculum invejável, são barrados pelos governadores.

“-las, assim, todos sentados à mesma mesa, ninguém consegue aldrabar”, concluiu.

O Conselho Consultivo do Ministério da Administração do Território (MAT), com os governadores provinciais, decorreu segunda-feira, 11, numa das unidades hoteleiras de Luanda, sob orientação do ministro de Estado e chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó.

O encontro teve por objectivo avaliar a implementação das orientações dadas pelo Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, para as actividades que devem ser realizadas pela administração local do Estado, particularmente dos governos provinciais e das administrações municipais.

Os participantes fizeram análise sobre o programa de comércio rural, crédito rural permanente e crédito comercial assim como a rede de distribuição e comercialização.

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, justificou a razão do encontro com os governadores, pela necessidade de se criar uma ponte entre as instruções gerais dadas pelo Chefe do Executivo (algumas directamente, outras através dos departamentos ministeriais) aos governos provinciais e administrações municipais. Bornito de Sousa lembrou que os governos provinciais e as administrações municipais são os órgãos mais próximos dos cidadãos e que têm a tarefa de resolver os problemas que lhes são imediatos e, sobretudo, de preparar as condições para a elevação da melhoria da q

5.13 Cidade do kilamba já tem gestores

Jornal de angola
13 de julho de 2011

O governador da província de Luanda, José Maria dos Santos, conferiu ontem posse ao presidente da Cidade do Kilamba, Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques, que vai ter a seu cargo a responsabilidade de criar a gestão da nova centralidade, através de um regime organizativo e administrativo específico.

A nova figura de presidente de uma cidade surge em função das novas autarquias criadas em Decreto Lei, no contexto de um modelo de descentralização administrativa no âmbito do qual não existem administradores. O agora presidente da Cidade do Kilamba disse aos jornalistas que a nova centralidade é uma experiência piloto no impulsionar deste modelo administrativo.

“Vamos criar uma gestão autónoma”, adiantou Joaquim Israel, que será coadjuvado por um vice-presidente e vários chefes de repartição, podendo a estrutura administrativa mudar em função do número de moradores da cidade.

Segundo explicou Joaquim Marques, o modelo de gestão da nova cidade vai ser realizado de acordo com a lei.

- “Vamos cobrar taxas normais de condomínio, mas antes da aquisição do imóvel realizaremos um processo de sensibilização dos moradores, para que tenham acesso à regulamentação das normas de convivência. E nossa intenção criar um ambiente saudável para que todos vivam em harmonia”, disse o presidente da Cidade do Kilamba.

Ontem, foram ainda empossados o director provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade de Luanda, Jorge Bengue Calumbo, e as chefes de repartição de Estudos e Planeamento Urbanístico da Cidade do Kilamba, Epani Antónia dos Santos Van-Dúnellí e Djamila Marisa Kandume Franco, para a gestão urbanística da cidade.

5.14 Executivo propõe integração em Luanda das regiões de Icolo e Bengo e Quissama

jornal de angola

13 de julho de 2011

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros apreciou, ontem, em sessão extraordinária orientada pelo Presidente da República, uma proposta de Lei que altera a divisão político-administrativa das províncias de Luanda e Bengo. O diploma a ser submetido à Assembleia Nacional, propõe a desanexação dos municípios de Icolo e Bengo e da Quissama, da província do Bengo, passando para Luanda.

O projecto, cujas ideias gerais haviam sido avançadas pelo Presidente da República, no discurso pronunciado aquando da inauguração da Cidade do Kilamba, segunda-feira, vai resultar numa nova divisão administrativa da província de Luanda que passa a ter apenas sete municípios, como sendo Luanda, Cacuaco, Viana, Cazenga, Belas, com sede na cidade do Kilamba, Icolo e Bengo, com sede em Catete, e Quissama, com sede na Muxima.

Na mesma esteira, a Comissão permanente do Conselho de Ministros apreciou uma proposta de Lei que eleva à categoria de município as actuais comunas de Catumbela, na província de Benguela, e de Cacula, na Huíla.

Um comunicado divulgado no final da reunião, decorrida no Palácio da Cidade Alta, revela que foi também analisado um modelo integrado de transporte colectivo para os novos centros urbanos da cidade, com o objectivo de buscar soluções para o descongestionamento do trânsito intermunicipal, e dar resposta à dinâmica das necessidades das pessoas e dos agentes económicos.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros procedeu, também, à avaliação do estado de aplicação do programa integrado para o desenvolvimento rural e combate à pobreza. O núcleo restrito do órgão consultivo do Presidente da República considerou positivo o trabalho desenvolvido no âmbito do referido programa, que engloba as acções e projectos em todos os municípios do país, nos domínios da saúde, educação, saneamento básico e abastecimento de energia e água às populações.

O comunicado avança ainda que engloba o programa integrado para o desenvolvimento rural e combate à pobreza contempla ainda acções e projectos concretos no domínio da construção de diversas infra-estruturas, vias de acesso e comunicações, assim como da agro-pecuária e comércio rural.

A Comissão Permanente do Conselho de Ministros procedeu, igualmente, à análise de um subprograma de construção de casas em todos de 121 novas escolas, com capacidade para cerca de 500 alunos.

O programa contempla igualmente o reassentamento de 150 mil pessoas, dentre ex-militares, nos municípios de Mavinga e Rivungo, o apoio às actividades de natureza produtiva com vista à criação emprego.

Outra matéria que mereceu atenção dos membros da Comissão Permanente do Conselho de Ministro foi o estado de aplicação do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT). O comunicado da comissão permanente do Conselho do Ministros avança que, em consequência da execução do PERT, registou-se uma melhoria substancial nos procedimentos para arrecadação de receitas.

Ainda sobre o PERT, o órgão consultivo do Presidente da República salientou que essa melhoria nos procedimentos para arrecadação de receitas permitiu o incremento no novo volume de receitas durante o primeiro semestre do corrente ano, assim como a formação de pessoal qualificado

Com o objectivo de dar sequência ao processo de consolidação da participação de empresas angolanas no sector petrolífero, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros deu aval positivo a uma proposta que engloba um conjunto de incentivos diversos às empresas nacionais a operarem nesta área de actividade económica.

Os trabalhos incidiram ainda sobre o projecto de requalificação da Ilha de Luanda. O comunicado da comissão permanente do Conselho de Ministros indica que o projecto de requalificação da Ilha e Luanda visa “assegurar melhor qualidade de vida dos habitantes, garantir o ordenamento moderno do território, o cuidado com as questões ecológicas e o desenvolvimento planeado do potencial turístico”.

Os municípios do país, tendo recomendado o contínuo aperfeiçoamento da articulação logística entre as várias entidades intervenientes. Essa recomendação vai no sentido de garantir, em tempo útil, a aquisição, transporte e distribuição dos kits de construção aos beneficiários das diversas localidades.

O órgão apreciou um programa operativo que contém um cronograma de acções complementares ao programa do governo provincial do Kuando-Kubango, que visa contribuir para a melhoria das condições de vida dos habitantes. O conjunto de acções, que resulta das deliberações da reunião de Menongue, dá enfoque às que se reflectem directamente na redução da pobreza,

no aumento da assistência médica e medicamentosa e no incremento da taxa de frequência escolar através da construção.

5.15 Administrador pede o apoio da comunidade

Jornal de Angola do dia 18 de julho de 2011

O administrador municipal do KilambaKiaxi, José Correia, apelou na sexta-feira, em Luanda, às comissões de moradores para identificarem os problemas nas comunidades, a fim de ajudarem as administrações a solucionarem os problemas que a comunidade enfrenta. Falando na cerimónia de tomada de posse das direcções comunais, José Correia acrescentou que, a nível do Executivo, está a ser elaborado um regulamento interno que vai esclarecer as reais competências das comissões de moradores.

José Correia aconselhou os empossados a terem uma conduta exemplar, ajudando a resgatar os valores éticos e cívicos no seio dos munícipes.

O administrador municipal do Kilamba Kiaxi reconhece que só com o esforço e colaboração de todos podem ser resolvidos os problemas fundamentais da população. O responsável da administração municipal do Kilamba Kiaxi manifestou-se, por isso, aberto às opiniões e sugestões que contribuam para o bemestar das populações

A administradora comunal, Filomena de Jesus, encorajou os presentes a continuarem o trabalho em prol dos moradores, sublinhando que as comissões são porta-vozes das dificuldades das populações junto da administração comunal e municipal.

5.16 Poder tradicional reforça identidade

Jornal de Angola do dia 18 de julho de 2011

O sociólogo Paulo de Carvalho destacou no Sumbe o papel das autoridades tradicionais no reforço da identidade e reconciliação nacional, promoção dos direitos de cidadania, redução da pobreza e na resolução dos problemas comunitários.

Paulo da Carvalho, que dissertava sobre “a situação dos valores Cívicos, morais e culturais na sociedade e as suas dinâmicas no seio da família”, num encontro, na sexta-feira, sobre o resgate dos valores morais e Cívicos, promovido pelo Gabinete para a Cidadania e Sociedade Civil do Comité Central do MPLA, realçou que o Estado deve facilitar e valorizar o exercício do poder tradicional, sobretudo nos domínios político, econó-

mico, social, no uso da terra e noutros aspectos da vida comunitária.

No encontro estiveram autoridades tradicionais, representantes de organizações não governamentais, associações, instituições religiosas, administradores municipais, entidades governamentais e dirigentes do MPLAe das suas organizações sociais.

O docente universitário defendeu o envolvimento das autoridades tradicionais em todas esferas da vida nacional, por serem parte integrante na busca de soluções para os grandes desafios que a sociedade enfrenta, com realce para a recuperação dos valores morais e culturais.

5.17 Cassequel do buraco “está pior”

Jornal angolense de 16 a 23 de julho de 2011

Já se passam dois anos desde que o projecto Kaluanda visitou este bairro pela primeira vez. Na altura os munícipes reclamavam de quase tudo, desde a falta de energia eléctrica na zona que em consequência criava uma grande poluição sonora, por conta dos geradores “ não dá para dormir”, frisou um dos munícipes nessa ocasião. Em relação à criminalidade, a situação era aterrorizante, porque segundo os moradores, a partir das vinte e uma hora ninguém podia circular nas três zonas acima referidas “entram pelo tecto das casas”, denunciou um outro munícipe.

A manhã estava cinzenta quando chegamos ao Cassequel do Buraco. Logo a entrada um alvoroço de taxistas que chamavam por diferentes rotas, nos dirigimos Na edição passada estivemos a falar também do município da Maianga, mas radiografamos a Avenida Deolinda Rodrigues e a Hochi-Min. Nesta vamos falar do bairro Cassequel que está subdividido em três zonas (Cassequel do Lourenço, Buraco e do Embondeiro) a rua 51 conhecida como rua da “Travessa” passando também pelas demais.

No interior do bairro é visível a falta de saneamento básico, há pequenas valas nas laterais das ruas feitas pelos próprios munícipes. Quanto as instituições ficamos a saber que existe uma esquadra, maternidade, centro de saúde e duas escolas estatais.

No que toca a água potável e a energia eléctrica, alguns munícipes disseram que não há problema nenhum. Ana Maria, uma das moradoras disse que o Cassequel melhorou muito em ralação ao ano de 2009, porque na altura havia muita criminalidade na zona “ havia muitos casos de violação aqui”, frisou, acrescentando em seguida que ainda existem alguns grupos de marginais, mas por medo, não os mencionou durante a reportagem.

A moradora explicou também que existe uma vala que sai do Cassequel do Buraco até ao bairro Popular, onde os meliantes se agrupam no cair da noite para efectuarem assaltos a quem passa. “Eles ficam lá a fumar liamba”, informou.

Diversão. Neste capítulo o bairro dispõe de uma discoteca e algumas vezes são organizadas festas pelos próprios munícipes.

Nela João, outra munícipe disse o bairro estar agora mais calmo devido a intensificação da acção policial. “A polícia efectua mais rondas neste momento”, assegurou.

Já Xavier Joaquim, também um dos moradores, realçou que a criminalidade diminuiu. “Ainda existe, mas em pouca escala”, adiantou, salientando ainda que hoje as pessoas circulam à vontade a noite, mas, às vezes, aproveitam fazer das suas quando há cortes de energia.

5.18 Demógrafo estima população angolana em 20 milhões de habitantes

*Jornal semanario factual
de 16 a 23 de julho de 2011*

O especialista, um dos menos de 10 existentes em Angola, falou ao Semanário Factual a propósito do 11 de Julho, data consagrada mundialmente ao Dia da População, este ano sob lema “Sete Bilhões de Pessoas, Sete Bilhões de Acções”.

De salientar que, segundo estimativas, a população mundial deve atingir, este ano, sete bilhões de pessoas.

Quanto ao número exacto de angolanos, José Ribeiro lembra que só será conhecido após o censo populacional a ser realizado pelo Executivo, em 2013.

“Apesar do crescimento anual, o número de angolanos ajusta-se, perfeitamente, ao espaço territorial, embora a população esteja geograficamente mal distribuída, com um litoral muito povoado, enquanto o interior despovoado”, lamentou.

Segundo o demógrafo, a aposta do Executivo na construção de novas centralidades, zonas económicas especiais e outros projectos em curso, visam, entre outros objectivos, corrigir, inclusive, as assimetrias na distribuição da população, fazendo que se descongestionem determinadas áreas.

Para o especialista, o superpovoamento de determinada área, casos de Luanda e de Benguela, entre outras cidades, tem consequências adversas, sobretudo para

as terras aráveis que têm de ser sacrificadas para a construção habitacional ou submetidas a grandes pressões agrícolas, a fim de alimentar as pessoas destas regiões.

Nascem muitos porque morrem muitos. Numa explicação sucinta sobre o fenómeno do crescimento populacional em Angola, José Ribeiro sustenta que o Executivo tem desenvolvido esforços para baixar a taxa de mortalidade geral e infantil, mas os índices de fecundidade permanecem altos, e isto determina um rápido crescimento populacional.

“O normal seria que, com menor mortalidade infantil, também se registasse uma queda nos níveis de fecundidade. Em contrapartida, este não tem sido o caso de Angola e de outros Países, sobretudo nos menos desenvolvidos”, aclarou.

A crença popular é que “nascem muitos porque morrem muitos”. Isso resulta que as famílias tenham muitos filhos sem possibilidades de os sustentar.

Na opinião do Prof.

Doutor José Ribeiro, o número de cidadãos de determinados Países deve aumentar, à medida que o desenvolvimento seja suficiente para os sustentar.

“Vivemos num mundo de mudanças demográficas sem precedentes. Após um crescimento muito lento para a maioria da história a humanidade, a população mais que dobrou na última metade do século, atingindo seis bilhões de pessoas em 1999, elevou-se, em 2006, para 6,7 bilhões”, sublinhou.

Segundo o académico, contribuem para o rápido crescimento demográfico das últimas décadas a baixa mortalidade, a esperança de vida mais longa e uma maior população jovem nos Países onde a fecundidade permanece elevada.

O demógrafo acredita que a população mundial, ao elevar-se em 2050 a estrondosa cifra de nove bilhões de pessoas, reduzirá a quantidade de terra disponível por capita em 30 por cento, enquanto a produção terá de dobrar, para satisfazer a demanda.

“Isto é agravado pelos efeitos projectados das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da contínua urbanização”, alertou José Ribeiro, ao acrescentar que as comunidades rurais precisam de total apoio para aumentar a produção de alimentos e combustíveis, sem agredir o habitat natural.

Para o especialista, a segurança alimentar exige uma análise exaustiva do equilíbrio entre a terra disponível, a

água e a diversidade biológica que todos podem limitar à produtividade da agricultura.

José Ribeiro alertou que nunca se agrediu tanto a terra como nos últimos 200 anos.

“A protecção deste planeta exige, no presente, uma nova consciência e visão individual, nacional e global para o provir”, aconselhou, referindo-se às gerações vindouras. Haverá menos jovens

A população do mundo aumenta, anualmente, em 75 milhões, sendo que metade tem menos de 25 anos de idade. Jovens entre 15 e 24 anos somam um bilhão, o que significa existirem 17 jovens em cada grupo de 100. Em contrapartida, o número de pessoas com mais de 60 anos chega a 646 milhões, numa proporção de uma em cada 10. Esse número ainda é acrescido todo o ano em mais de 11 milhões, e isto caracteriza um envelhecimento da população mundial, sobretudo nos países desenvolvidos.

Conforme estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) para o ano de 2050, a percentagem de jovens com menos de 15 anos de idade deve diminuir de 30 para 20 por cento, enquanto a quantidade de idosos deve crescer 22, alcançando um total de dois bilhões de pessoas com idade avançada.

De acordo com estimativas da ONU, a população mundial era, em 2004, de cerca de seis bilhões e 379 milhões de pessoas, mais de um terço é encontrada, em dois países: China e Índia.

Apesar de a China ainda ser o país mais populoso, até 2045, a Índia já terá ultrapassado os chineses em quantidade populacional, de acordo com estimativas da ONU. Em 2016, teremos mais indianos no planeta do que todos os habitantes da Europa, Oceânia, Ásia e América. As nações mais populosas actualmente são a China, com aproximadamente um milhão e 285 mil pessoas, depois a Índia, com cerca de um milhão, 25 mil e 100 pessoas, seguidas dos Estados Unidos da América, da Indonésia e do Brasil.

Quando tudo começou, até mais ou menos o ano 1800 (que registava 1 bilhão de habitantes), o crescimento da humanidade era vagaroso. É no século XX que veio a ocorrer um “bom” nessa evolução.

Só para se ter uma ideia, o segundo bilhão é atingido 125 anos depois e o terceiro, em 33 anos, por volta de 1960. O quarto bilhão é alcançado, em 1974, no curto período de 14 anos, e o quinto, em 13 anos, no ano de 1987.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), uma mesma geração viu a população dobrar dos 3 bilhões, nos anos 60, para os 6, em fins da década de 90.

5.19 Deputados aprovam alteração administrativa

Jornal de Angola

20 de Julho de 2011

A Assembleia Nacional aprovou, ontem, em Luanda, a Proposta de Lei Proposta de Lei sobre Alteração da Divisão Político-Administrativa das províncias de Luanda e do Bengo, que estabelece para a província de Luanda os municípios de Luanda, Cazenga, Cacucaco, Icolo e Bengo, Viana, Belas e Quiçama.

O diploma passou, na generalidade, com 169 votos a favor do MPLA, PRS e FNLA, zero contra e 14 abstenções da UNITA e da Nova Democracia. O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, disse na ocasião que a proposta de lei visou fundamentalmente apresentar uma nova divisão político-administrativa das províncias de Luanda e do Bengo.

A província de Luanda é também ajustada com uma reestruturação interna dos municípios actualmente existentes. A localidade do Panguila deixa Luanda e passa a integrar a província do Bengo.

A província de Luanda, que integrou os municípios da Quiçama e do Icolo e Bengo, tem os municípios de Luanda, com sede na cidade de Luanda; de Cacucaco, com sede na cidade de Cacucaco; de Belas, com sede na cidade do Kilamba; de Viana, com sede na cidade de Viana; do Cazenga, com sede na comuna do Tala Hadi; do Icolo e Bengo, com sede na vila de Catete; e da Quiçama, com sede na vila da Muxima.

A província do Bengo mantém a sua sede em Caxito e integra os municípios de Ambriz, com sede na vila de Ambriz; Bula-Atumba, com sede na vila de Bula-Atumba; Dande, com sede em Caxito; Dembos, com sede na vila de Quibaxe; Nambuanguo, com sede na vila de Muxaluando; e Pangu-Aluquém, com sede na vila de Pangu-Aluquém.

Provas contrariam acusações

A Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar denúncias de casos de alegada intolerância política na província do Huambo, constatou que um conjunto de evidências contraria os argumentos apresentados pela UNITA à Assembleia Nacional.

O projecto de resolução sobre o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentado ontem pelo deputado Botelho de Vasconcelos, esclarece que os assassinos evocados pela UNITA, como tendo acontecido nos municípios do Bailundo, Kachiungo, Tchica-Tchiungo, E Cunha e Lunduimbale se tratam de crimes comuns relacionados com práticas de feitiçaria e não de intolerância política.

O membro da Comissão Parlamentar de Inquérito disse que os cidadãos Marcelino Pataca e Luciano Morna, dados como assassinados pelas autoridades estão vivos.

“Foram presentes e estabeleceram um contacto directo com a CPI no dia 20 de Julho deste ano, na sede da CPI no Huambo”, disse Botelho de Vasconcelos.

O deputado disse também que não foi provada a acusação da

UNITA, segundo a qual houve uma orientação por parte do governador da província do Huambo e de administradores municipais e comunais e das autoridades tradicionais, com o fim de promoverem a intolerância política.

Código Mineiro

Os deputados aprovaram, ainda na sessão de ontem, a proposta de Lei do Código Mineiro. O documento passou com 159 votos a favor, cinco contra e 14 abstenções.

O deputado Dumilde Rangel, que apresentou o documento, explicou que com aprovação da Constituição havia necessidade de se adequar toda a legislação avulsa sobre o sector.

Sublinhou que a actividade geológica e mineira não petrolífera, por razões ligadas à história económica e social e à realidade do sistema jurídico do país, tem sido regulada por um conjunto de legislação avulsa e dispersa por várias leis, decretos e actos normativos.

Dumilde Rangel justificou a decisão com a necessidade de se criar um sistema normativo moderno e abrangente, que juntasse um conjunto de regras e princípios jurídicos.

Mais duas refinarias

Foi igualmente aprovada a proposta de Lei sobre a Refinação, Armazenamento, Transporte, Distribuição e Comercialização de Produtos Petrolíferos. O relatório com o parecer, apresentado pelo deputado Ramos da Cruz, esclarece que a lei se enquadra no âmbito da política de governação aprovada pelo Executivo.

Com a aprovação desta Lei, o Executivo pretende adoptar novas formas de organização, estruturação e novas regras de acesso e de equidade para todos os intervenientes no mercado dos combustíveis, de modo a tomar o modelo proposto mais eficaz e eficiente, tendo em conta a realidade do país.

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, disse que a lei vai criar oportunidades aos empresários colectivos e individuais para poderem participar com o sector no desenvolvimento desta actividade.

A lei, disse, vem dar uma abertura para que os empresários possam desenvolver actividade no sector. Relativamente à estratégia de refinação, afirmou que o Executivo prevê implantar mais duas refinarias no Lobito e 1;10 Zaire.

5.20 Divisão de Luanda Bengo levou 2 anos a discutirem intensamente

*Jornal o capital do dia 22
de Julho de 2011*

Depois de dois anos de intensas discussões, quer ao nível do Ministério da Administração do Território, quer ao nível do Bureau Político do MPLA, e quer, ainda, ao nível das estruturas provinciais e das comunidades locais visadas, o processo de desanexação de territórios significativos da Província do Bengo, a favor de Luanda, chegou ao fim com a aprovação pelo Conselho de Ministros e consequentemente pela Assembleia Nacional, na terça-feira, 19.

Se ao nível da Assembleia Nacional, o processo que envolveu a sua discussão e aprovação foi mais ou menos pacífico, o que espelha os 169 votos a favor, zero contra e 14 abstenções, o mesmo já não se poderá dizer de outros segmentos da sociedade, também eles alvos de consultas prévias.

Preocupado em fazer um trabalho com o pendor de inclusão de todas as forças vivas das regiões abrangidas, O Ministério da Administração do Território, com o titular Bornito de Sousa à testa, procurou, ao máximo, sentar-se à mesma mesa com os segmentos representativos da população para ouvir deles as suas aspirações e expectativas.

Foram chamados para as diversas sessões de auscultação as entidades locais (governadores, administradores municipais e comunais), representantes dos partidos políticos e membros da sociedade civil, que iam recebendo as notas explicativas dos meandros do processo.

Ao longo desses dois anos, a discussão em tomo da divisão político administrativa de Luanda e Bengo não foi assim tão pacífica como muitos poderão pensar, a começar por dentro do Bureau Político do MPLA, que em muitas das suas sessões analisou o dossier.

Fonte no MAT que prestou informação a O PAÍS revelou que as estruturas do ministério tinham plena consciência do clima que haveriam de encontrar em cada uma das sessões previstas, razão pela qual todas as reacções adversas foram sendo encaradas com a maior naturalidade possível. Ele disse que os responsáveis do Ministério da Administração do Território, “já esperavam por uma onda de resistência por parte de alguns círculos conservadores”, partindo do princípio que todo o processo de reforma é objecto de resistência inicialmente. O que mais ressaltou nos mais variados encontros, principalmente com as autoridades locais, foram as “incompreensões e receios de perderem os lugares”, por parte de alguns administradores, quer em Luanda, quer no Bengo, cujas áreas seriam integradas nos novos municípios. Tanto quanto O PAÍS soube, o documento que agora vigora, em formato de lei, circulou por inúmeras vezes no triângulo entre o Ministério da Administração

do Território (MAT), sede do MPLA e Palácio Presidencial, onde eram feitas as devidas correcções e emendas, a julgar pela especificidade e carácter que o dossier comportou. Todavia, as notas que dominaram os discursos dos técnicos do MAT prenderam -se com a importância do processo, bem como a perspectiva de harmonizar o desenvolvimento integrado e expansão urbana das províncias de Luanda e do Bengo. O que ajudou a compreender o processo levado a cabo, é que a malha infra-estrutural de desenvolvimento de Luanda já cobria há muito tempo partes significativas do Bengo, para além de estar subjacente a clarificação territorial para urna melhor gestão administrativa.

Mas os interesses do Estado falaram mais alto, embora muito boa gente defenda o contrário, aludindo ao facto de se estar a camuflar os verdadeiros propósitos, sendo a suspeita por interesses económicos, o pomo da discórdia no seio dos nativos, que viram as terras dos seus ancestrais a passarem para as reservas fundiárias.

A necessidade de se assegurar uma maior eficiência na organização e funcionamento das instituições e serviços nas respectivas circunscrições administrativas estão também na base das alterações propostas.

Limites de Luanda

Na parte Norte, Luanda começa seguindo o curso do rio Bengo, desde a sua foz no Oceano Atlântico até à sua confluência na albufeira da Quiminha.

A partir desta localidade, ela intercepta a divisão político-administrativa entre as províncias de Luanda e do Kwanza Norte, seguindo para direcção Sul até à confluência do rio Quitumbua, na albufeira da Quiminha, no rio Bengo ou Zenza. Por esta região Luanda apanha ainda o curso do rio Bengo para a jusante até à sua foz no oceano Atlântico, sendo o limite a Sul do município do Dande, aquele que segue o curso do rio Bengo, desde a sua confluência na albufeira da Quiminha, para a jusante, até à foz do majestoso Atlântico.

Dentro dos seus limites, Luanda vê-se ainda banhada por dezenas de rios e riachos, desde as respectivas nascentes, seguindo os seus cursos, até a vários pontos de confluências.

O rio Longa e a sua foz interceptam com a foz do rio Bengo, cujo curso desagua no Oceano Atlântico, na localidade da Barra do Kwanza, delimitando o Sul de Luanda.

5.21 Autarquias locais tema de palestra

Jornal de Angola
24 de Julho de 2011

Uma palestra sobre descentralização e autarquias locais realiza-se amanhã na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

A palestra sobre as autarquias locais aborda os estudos realizados no quadro do curso de mestrado em governação e gestão pública, como contributo da ciência no aprimoramento do processo e das opções estratégicas e normativas inerentes à reforma da governação local.

O colóquio, que marca o encerramento do ciclo de palestras académicas, promove o conhecimento científico aplicado, orientado para a transdisciplinaridade' do processo da descentralização e contribuir para a promoção das implicações e efeitos práticos decorrentes.

A palestra é orientada por Carlos Teixeira e Jacob Massuanganhe e conta com a participação de José Alexandrino, especialista em poder local e docente da Universidade de Lisboa.

5.22 Luanda desajustada

Jornal o país do dia 22
de Julho de 2011

O Ministério da Administração do Território apresentou como fundamentação para a alteração da divisão política administrativa de Luanda, o facto de a expansão do aglomerado urbano ter propiciado o crescimento da cidade, encontrando-se os limites territoriais dos municípios desajustados

Dito por outras palavras, significa que o aumento do número de habitantes em Luanda, associados aos problemas técnicos que a sua administração encerra, a quantidade e a variedade de pessoal, o valor do património público e as infra-estruturas suscitaram problemas técnicos de organização, divisão territorial e administrativa.

Por isso, a nova divisão administrativa de Luanda foi encarada como uma questão urgente e inadiável para mitigar e corrigir o problema histórico derivado da então divisão efectuada no passado.

Sem desprimor das razões da época, o Decreto nº 187/80 de 15 de Novembro, que ao regulamentar a Lei nº 3/80, de 16 de Abril, ao invés de estabelecer os limites dos três municípios de Luanda (porque não havia outros criados pela lei" do Conselho da Revolução), dividiu a então cidade de Luanda em nove municípios.

A divisão de Luanda em nove municípios, refere o documento a que nos socorremos, na qual fundamenta o processo de reforma administrativa, não indica, à partida, a volta de que entidade se unificavam os nove municípios da capital, que coincidiam com a cidade de Luanda, até então dividido em nove parcelas.

No documento que foi submetido a apreciação das autoridades do país, os nove municípios de Luanda surgem organizados de acordo com o actual estágio de crescimento urbano e populacional da província.

Agora, dos nove municípios, a capital do país passa a ter sete. Foi criado o ‘ município de Luanda, com o estatuto de sede da província, perdendo a categoria de município o Sambizanga, Rangel, Maianga, Ingombota e Samba. No conjunto, foi igualmente integrado o município de Icolo e Bengo (Catete), para atender à necessidade de desenvolvimento harmonizado da região de Luanda/Bengo.

Luanda viu ainda o município da Quissama a ser integrado nas suas estruturas, com o argumento de que será para evitar os constrangimentos de gestão administrativa da população daquela região com a sede da província.

Em definitivo, a divisão administrativa de Luanda compreende os municípios de Luanda, Cazenga, Cacucaco, Icolo e Bengo (com sede em Catete), Viana, Belas (com sede na centralidade do Kilamba) e Quissama (com sede na Muxima).

5.23 Parlamento debate divisão administrativa de Luanda e Bengo

*Jornal o país do dia 15
de Julho de 2011*

Assembleia Nacional apreciará e votará na generalidade, no próximo dia 19 do corrente, o Projecto de Lei de Divisão Administrativa das províncias de Luanda e do Bengo, soube O PAÍS de uma fonte parlamentar.

A última votação que consagrará a proposta legislativa como um documento com força de lei acontecerá no dia 26 de Julho.

Segundo a fonte deste jornal, num exercício de última hora, depois de os naturais do Bengo terem rechaçado a proposta de divisão da província, o MPLA optou por “abdicar” dos territórios banhados pelo Rio Bengo, para justificar a existência da província com o mesmo nome. Assim, a pronúncia do Bengo perde para Luanda os territórios de Quiçama e Catete, neste último estão a ser implantados importantes projectos de implantação e desenvolvimento industrial.

A província do Bengo, com sede em Caxito, passa a integrar os municípios de Ambriz, Bula-Atumba, Dande, Dembos, Nambuanguongo e Pango- Aluquém.

AN aprova cesta básica

De acordo com a fonte de O PAÍS, será ainda discutida na mesma ocasião urna proposta de Lei referente à Autorização Legislativa de Concessão de Isenções na Importação de Produtos de Cesta Básica, solicitada titular do Executivo, José Eduardo dos Santos.

Ao todo, fazem parte da referida cesta 13 produtos que

incluem o açúcar, arroz, carne seca, farinha de trigo doméstica, feijão, fubas de mandioca e de milho, leite em pó, massa alimentar, óleos de palma e de soja, sabão em pedra e sal.

De acordo com o decreto do chefe do Executivo, a medida visa a “obtenção de maiores níveis de bem-estar social”, cujos esforços “reivindicam a adequação de algumas disposições legais, focando-as para a redução dos custos dos produtos que compõem a cesta básica, de modo que estes produtos cheguem à população em geral a menores preços”.

Esta medida vigorará durante três meses, mas as mercadorias acima referidas não estarão isentas do pagamento do imposto de selo e dos emolumentos gerais.

Conclusões da CPI sobre intolerância política debatidas no Parlamento

A Assembleia Nacional discute, nos próximos dias, as conclusões a que chegou a Comissão Parlamentar de Inquérito que esteve no planalto central a auscultar as alegações de intolerância política levantadas pela UNITA.

Na mesma ocasião, a Assembleia Nacional discutirá e aprovará na generalidade a proposta de Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, entre outras.

A ordem de trabalhos inscreve para dia 26, a discussão e aprovação das três leis que comportam o pacote eleitoral remetidas inicialmente pelo MPLA ao plenário da Assembleia Nacional, bem como a que vai rever a Lei Orgânica do Funcionamento e do Processo Legislativo da Assembleia Nacional.

O restante do pacote eleitoral será discutido e aprovado na IV sessão extraordinária da Assembleia Nacional a ter lugar no dia 11 de Agosto do corrente, ao mesmo tempo que será feita a votação final dos três projectos dedicados à observação eleitoral, registo eleitoral e a orgânica sobre as eleições gerais.

Na mesma altura, o Parlamento discute as propostas de lei de Alteração da Lei das Associações Públicas,

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Luanda acolheu fera de casa própria

Novo Jornal
01 de Julho de 2011

SOB O LEMA “HABITAÇÃO é para todos” decorreu o II Salão Imobiliário de Angola (SIMA) entre 23 e 26 de Junho, em Luanda, numa promoção da Feira Internacional de Luanda (FIL) e da Associação de Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA).

O evento, que a organização considerou positivo, foi marcado por uma afluência reduzida de visitantes, mas que na fase final registou assinalável enchente, segundo constatou o Novo Jornal.

Falando aos jornalistas à margem da cerimónia de abertura do SIMA, o presidente do Conselho de Administração da FIL, Matos Cardoso, enalteceu os debates temáticos em torno do evento, frisando que além da componente de exposição, têm relevância os debates temáticos que visam, entre outros factores, encontrar soluções face às dificuldades do sector.

Nesse sentido afirmou que o sector imobiliário constitui uma plataforma importante de investimento, para o ordenamento do território nacional, a requalificação e a reconstrução do país.

De acordo com gestor, tal reconstrução tem sido executada por via de grandes projectos imobiliários, fundamentalmente de iniciativa público-privada.

Contando com a participação de empresas de Angola, Portugal, Brasil e China, sendo 70% das quais de direito angolano, que apresentaram projectos e serviços de mediação, promoção imobiliária, gabinetes de design, bancos, seguros, administração local e de imobiliário turístico.

A organização do Salão Imobiliário de Angola distinguiu as empresas do sector imobiliário Odebrecht, Escom, Parkgest e a província do Huambo. A Odebrecht, Escom e Parkgest foram distinguidas nas categorias de “Melhor Participação”, “Melhor Projecto Imobiliário Habitacional” e “Melhor Projecto Imobiliário Comercial”, respectivamente. Enquanto isso, a distinção de “Melhor Participação Provincial” foi atribuída à província do Huambo.

Várias empresas foram ainda destacadas com menções honrosas, como são os casos do Consórcio SCI (Melhor Projecto Social), a Adene de Portugal (Melhor Participação em Tecnologia) e a Mar Grandioso-Uniprev (Melhor Participação Internacional), tendo sido agraciados com estatuetas do Pensador e certificados de participação.

A encerrar o Salão Imobiliário de Angola, o vice-governador da província de Luanda, para área Produtiva e Económica, Manuel Catraio, afirmou que a II edição do SIMA serviu para proporcionar maior oportunidade à população na aquisição da casa própria.

“A feira foi importante na medida em que cresce o interesse da comunidade em adquirir a sua própria casa”, afirmou.

Feira exportar angola

Paralelamente, teve lugar no recinto da FIL a p edição da Feira Exportar Angola.

Foi uma promoção do Banco de Importação e exportação de África (Afreximbank), tendo na abertura a ministra do Comércio, Idalina Valente, considerado uma iniciativa de sustento à estratégia do Executivo para redireccionar a economia.

Essa estratégia segundo a governante, assenta no crescimento sustentado, com base no apoio ao sector privado e fomento da actividade de outros sectores, além da indústria extractiva.

No evento, que decorreu entre 23 e 25 de Junho, sob o lema “Internacionalização, Promoção e Atração de Investimentos - Factores de Inovação e Competitividade”, participaram 40 empresas e 500 expositores dos sectores da indústria mineira, lacticínios, alimentar, agrícola, seguros e águas.

6.2 Crise portuguesa reduz expositores da feira imobiliária de luanda

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

A actual crise financeira que assola Portugal não passou alheia nem despercebida pela segunda edição do Salão Imobiliário de Angola – SIMA 2011, realizado na Feira Internacional de Luanda (FIL), de 23 a 26 de Junho, já que «afectou» um bocado o evento, tendo-se reduzido o numero de empresas participantes em relação a presença registada no ano passado.

Segundo a gestora de feiras da FI L, Zola Ferreira, foi possível, no entanto, ultrapassar essa situação com a participação de «grandes potencializadoras do sector imobiliário, desde empresas de mediação, de construção de grandes projectos e de formação e gestão».

De acordo com informações disponibilizadas pela SIMA 2011, pouco mais de 40 empresas expuseram os seus projectos no Salão Imobiliário durante quatro dias.

Esse total representa mais de 50% de redução levando em conta os dados divulgados pela imprensa segundo os quais a primeira edição movimentou um total de cem expositores.

Uma escassez do acesso ao crédito tem se verificado no mercado tanto para a promoção como para a habitação, o que tem contribuído grandemente para a estagnação do sector imobiliário privado, considera Branca do Espírito Santo, presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), num informe veiculado pelo SIMA.

Entretanto, a gestora de feiras da FIL «acredita que com a redução do imposto predial as entidades financeiras vão avaliar e criar pacotes de incentivo que possam possibilitar a obtenção de crédito e fazer com que o sonho da casa própria se torne cada vez mais uma realidade».

É nessa linha de pensamento que se enquadra o lema de I, habitação para todos», sendo que as províncias marcaram presença no sentido de mostrarem o que estão a levar a cabo. «As administrações regionais, cada vez mais, tem mostrado o potencial de imobiliário que tem sido implementado nas suas localidades o que mostra que o país está a crescer não apenas ao nível de Luanda», salientou a responsável.

Ao *Semanário Angolense*, ao final do certame que foi organizado pela FIL e pela Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA), com a parceria da Feira Internacional de Lisboa, Zola Ferreira considerou o SIMA um sucesso por ter conseguido atingir o resultado que se pretendia não obstante as adversidades do mercado.

6.3 Pânico no projecto nova vida

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Moradores do projecto Nova Vida, bairro localizado no extremo sul de Luanda, estão em pânico, devido a ataques que tem vindo a sofrer de meliantes, procedentes de áreas circunvizinhas, soube o *Semanário Angolense* de fonte dos lesados.

Há já largos meses, os habitantes daquela circunscrição têm sido vítimas de jovens assaltantes dos bairros da Fubu, Camama e de outras áreas que fazem fronteira com o Nova Vida.

Segundo os queixosos, os assaltos têm ocorrido nos períodos diurno e nocturno, com particular frequência nos últimos dias. Os meliantes invadem até as residências dos moradores e furtam bens muito valiosos.

O bairro Nova Vida, um projecto habitacional da Presidência da República que visa acolher funcionários públicos, principalmente efectivos das Forças Armadas Angolanas, tem sido palco de situações adversas, principalmente assaltos, que não parecem ter fim.

Os assaltantes actuam à mão armada e chegam mesmo a mutilar cães de guarda de quintais, para que não sejam

denunciados pelo barulho do melhor amigo do homem. Um dos moradores revelou que, depois das vinte e três horas, a circulação pelas ruas torna-se perigosa, devido à presença dos assaltantes, ao passo que no passado não era assim, frequentava-se as ruas normalmente sem qualquer incómodo.

Um dos objectivos dos meliantes no Nova Vida, é exactamente a adquirir acessórios de viaturas, chegando os ladrões a desmontar pneus e outros acessórios de automóveis no interior de garagens, deixando os carros sobre pedras.

O projecto Nova Vida conta actualmente com uma esquadra policial, mas, segundo informação dos moradores lesados, a unidade só lá está como figura decorativa, pois ela não cumpre com o seu papel, que é de manter a ordem e tranquilidade no bairro.

«A minha residência foi assaltada três vezes, os assaltantes vieram dos bairros adjacentes ao nosso. São indivíduos que pensam que todo mundo que vive no projecto Nova Vida tem uma vida estável, tem dinheiro ou muita estabilidade económica. Não é isso, também sofremos muito, mas seria de bom-tom que os que necessitarem, em vez de assaltarem, solicitassem às pessoas, seria muito melhor». Aconselhou António de Castro.

Acrescentou que também são humanos, sentem a necessidade das pessoas. Já perdeu duas botijas de gás. furtaram-lhe quatro pneus de uma das suas viaturas além de outras coisas. Recordou que a segurança no local já foi melhor quando não tinham esquadilha. «O nosso ambiente aqui seria melhor sem a polícia. Porque com eles passamos mal». Desabafou.

Um outro lesado disse à nossa reportagem que nos últimos dias a Nova Vida tem sido «um Deus nos acuda». porque os meliantes usam tudo para conseguir o que almejam são quadrilhas bem organizadas. Fazem tudo nas barbas da polícia e quando apresentam queixa. Pedem-lhes para reunir uma série de papeladas sem qualquer importando. Consideram caótica a situação e rogam por um empenho da polícia.

Os edifícios de 40 a 56 são os que mais têm sofrido com os assaltos pois foi nesses onde há duas semanas há três viaturas foram retirados 05 pneus e outros acessórios ao passo que algumas residências dos prédios também foram vítimas.

Outras fontes que lá residem contaram que o destino das coisas roubadas tem sido o mercado dos Correios situado no Golfe 1 sendo as coisas reconhecidas com facilidade. «Porque são eles mesmo que vendem», esclareceu.

6.4 Build tem mil casas

Jornal o país
08 de Julho de 2011

Desde que foi lançada a primeira fase do projecto Nosso Lar, em Agosto 2010, a construtora Build Angola já tem em fase adiantada de construção 1.000 casas. O projecto, localizado na zona da Camama, próximo do Estádio 11 de Novembro, envolve um investimento da ordem dos USD 222 milhões.

O presidente do conselho de administração da empresa, Paulo Sodré, referiu, esta semana, tratar-se de um complexo residencial com vivendas do tipo T3 e T4, construídas em alvenarias cobrindo uma área de 90 a 129 metros quadrados, que serão comercializadas ao preço mínimo de USD 119 mil. “Aqui toda a infra-estrutura básica foi projectada, com água, luz e saneamento básico, bem como zonas verdes com áreas comuns de lazer”, adiantou. O responsável da Build Angola frisou ainda que o condomínio “Nosso Lar”   destinado a uma faixa da popula o que alimenta o sonho de viver em casa própria com um padrão de constru o de alta qualidade a um preço razoável.

Na carteira da construtora consta ainda o conceito habitacional, inovador, Bem Morar, localizado no bairro do Benfica, compreendendo urbaniza es abertas e condomínios fechados com moradias térreas, vivendas com um andar e edifícios de apartamentos de tipologia T3 e T4. O condomínio privado abrange ainda uma área comercial com lojas e serviços. O projecto foi lançado em Luanda, em Abril do ano passado, já se encontrando numa fase adiantada de constru o. Os preços v o dos USD 179 mil aos USD 279 mil, sendo que a entrega das habita es   feita, em regra, num período que pode ir até 12 meses.

The One!

O primeiro 10ft, um conceito surgido nos anos 60 em Nova Iorque e que não autoriza divisões entre ambientes, muito ao gosto de artistas e de pessoas criativas, em Angola traz também a assinatura da Build. Lançado no início de 2010 e albergando serviços chama-se lhe One e encontra-se localizado em Talatona. Os acabamentos são de alto nível e fazem jus ao nome lhe One  , de facto, ‘the one’!

Outro projecto da Build, o Nossa Villa, que está a ser erguido no bairro do Benfica, mais precisamente na via rápida Cacucaco-Cabolombo, reúne 150 moradias de tipologia T2, T3 e T4, com preços que vão dos USD 90 mil aos USD 150 mil, encontrando-se também em fase adiantada de constru o do projecto foi lançado em Luanda, em Abril do ano passado, já se encontrando numa fase adiantada de constru o. As primeiras 50 casas deverão ser entregues em Agosto e Setembro.

Finalmente, a Build Angola propõe uma “vida de rei” aos proprietários das Quintas do Rio Bengo, um mega projecto de luxo, lançado em 2009, localizado na Estrada do Cacucaco Catete, mais concretamente no quil metro56.

O empreendimento   um condomínio de quintas que vão dos 5 mil aos 15 mil metros quadrados de área, aos quais não falta equipamento. As casas são vivendas de tipologia T3, T4 e T5, com cerca viva e uma infra-estrutura completa de apoio às quintas.

A Build Angola, uma sociedade imobiliária de direito 100% angolana que está presente no nosso país há já sete anos compreende ainda empresas que operam nos segmentos da alimenta o e agro-indústria, além de deter outros activos e participa es em áreas igualmente importantes. Na restaura o destaca-se a Pastel ncia, a maior rede de restaurantes, pastéis, pizzas e massas, que conta já com seis unidades em Luanda e na cidade do Huambo e na agro-indústria sobreleva o projecto SAPI, um sistema de pecuária auto-sustentável e que desenvolve toda a rede de carnes, desde a produ o até   distribui o. O projecto abrange cerca de 10 fazendas distribuídas por cinco províncias do país: Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malange, Lunda Norte e Huambo. A Build Angola projecta, entretanto, novos empreendimentos com estudos de impacto ambiental e viabilidade em Luanda e noutras províncias do país.

6.5 Oness o de credito de campanha

Jornal de angola
10 de Julho de 2011

Quarenta e umas associa es e 16 cooperativas de camponeses na província do Bi  beneficiaram de 996,2 milhões de kwanzas no quadro do programa de crédito de campanha agrícola.

Estes números, apresentados pela Direc o Provincial da Agricultura durante a sexta reunião técnica do Governo Provincial do Bi  com os administradores municipais, indicam que o Banco de Poupança e Crédito (BPC) disponibilizou 634,6 milhões de kwanzas e o Banco So1331,8 milhões.

Desde a sua implementa o na província, em Outubro de 2010, os montantes para o crédito de campanha agrícola foram revertidos em sementes, fertilizantes, meios de produ o, animais de trac o e reprodu o, distribuídos a camponeses organizados em associa es e cooperativas.

Segundo a fonte, os camponeses associados beneficiaram de 1.313 toneladas de fertilizantes, 2.570 latas de sementes, 180 motobombas, 398 pulverizadores e 428 charruas de trac o animal. Beneficiaram ainda de 303

juntas de gado de tracção e 102· caprinos para reprodução. Foram lavrados mais de 212 hectares com meios mecânicos, 1.515 hectares com gado de tracção e 5.222 hectares de forma manual.

Com a implementação do crédito de campanha aumentaram as áreas de cultivo, onde a média por cada beneficiário foi de dois hectares e meio, tendo duplicado a produção de bens agrícolas, cuja comercialização facilita o reembolso.

6.6 Criadas regras para a venda das habitações

Jornal de Angola

12 de Julho de 2011

O Executivo angolano anunciou ontem, em comunicado oficial, que estão criadas as condições para o início da comercialização e venda de imóveis habitacionais e comerciais, e terrenos para iniciativas diversas.

O documento indica que o mercado imobiliário passa a contar com mais 3.180 novos fogos habitacionais, de um total de 30 mil a serem comercializados até Dezembro de 2012, 40 lojas de um total de 240, e milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, na Cidade de Kilamba e na vila do Cacucaco.

Para o efeito, prossegue o comunicado, o Executivo adoptou, como parte integrante do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, um regime financeiro e de comercialização que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação.

O referido regime estabelece critérios mínimos de admissão no acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que se resumem a: ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria e ter um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo.

Em relação ao regime financeiro e de comercialização, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação define o modo como o cidadão pode ter acesso à aquisição de uma casa, o modelo de registo da propriedade dos imóveis e obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação.

Segundo o comunicado, uma atenção especial está a ser dada ao registo de propriedade dos imóveis, através da definição do desenho e do modelo dos documentos, e à informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do título de propriedade.

A pensar na celeridade da tramitação do processo de aquisição de habitação, o Executivo criou o Guichet Único do Imóvel e está a instalar cartórios locais nas

proximidades das novas centralidades, com os quais espera “aliviar a pressão sobre as conservatórias já existentes, tomando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização”

No comunicado, o Executivo reafirma o compromisso desenvolver esforços para assegurar o “cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados”.

O documento divulgado precisamente no dia em que foi inaugurada a Cidade do Kilamba, dá ainda conta que compete à Sonangol, EP, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP) e à KORA Angola a divulgação dos pormenores sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200 mil fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país, conforme os seus respectivos programas e estratégia de comunicação.

6.7 Inaugurada cidade do Kilamba

Jornal de Angola

12 de Julho de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou, ontem, a Cidade do Kilamba, a cerca de 20 quilómetros do actual centro de Luanda.

Numa primeira fase foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada.

A nova Cidade do Kilamba, cujo projecto global contempla 71 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

Kilamba, com infra-estrutura e equipamentos sociais modernos, vem dar resposta, para já, a dois propósitos fundamentais do Executivo angolano - fazer face à carência habitacional e programar o crescimento urbano do país -, mas há ainda outro objectivo, apenas revelado ontem, que é o de colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo. “Não escondemos a nossa ambição de inserir Luanda no conjunto das maiores e mais belas cidades do mundo”, disse o Chefe de Estado, ao discursar numa cerimónia que juntou altos responsáveis do Gabinete da Presidência da República, deputados, membros do Executivo, representantes do poder local, diplomatas e entidades eclesásticas.

José Eduardo dos Santos, que após discursar recebeu as chaves da cidade das mãos do presidente do Conselho de Administração da Sonangol, Manuel Vicente, considerou a inauguração da cidade do Kilamba o pri-

meiro passo do Executivo para responder ao direito dos angolanos à “habitação com um mínimo de dignidade e de conforto”.

“É o maior projecto habitacional jamais construído em Angola e constitui, à escala global, um profundo exemplo da política social levada a cabo no país para resolver o défice habitacional”, disse.

José Eduardo dos Santos lembrou terem sido projectadas perto de uma dúzia de “centralidades ou cidades-satélites de diversos tamanhos pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional para serem construídas faseadamente nas 18 províncias do país”.

Dos cerca de 12 projectos, disse, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte. Na capital Luanda, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e, até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

A inauguração da cidade do Kilamba serviu para juntar empreendedores privados, de vários ramos de actividade, num encontro que pretendeu apresentar os projectos de novas centralidades, idênticas à do Kilamba, nas províncias do Zaire, Malange, Kuando-Kubango, Namibe, Huíla, Benguela e Lunda-Sul.

José Eduardo dos Santos sublinhou que a apresentação dos projectos teve o objectivo de convidar empreendedores a participarem no processo que vem introduzir um conceito diferente de cidade, não com um, mas com vários centros.

“A criação da Cidade do Kilamba inscreve-se, pois, na forma moderna de se pensarem as cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que tem hoje”, referiu.

Divisão administrativa de Luanda vai ser revista

O Presidente José Eduardo dos Santos anunciou a revisão da divisão administrativa de Luanda e Bengo e, com ela, o surgimento de novas centralidades urbanas na região. Trata-se, como disse, de um esforço que se insere no processo de desconcentração em curso, visando a descentralização político-administrativa.

“Essa descentralização vai permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo de Luanda, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes”, defendeu.

José Eduardo dos Santos sublinhou que os futuros habitantes da cidade do Kilamba, além de um lugar digno para morar, vão dispor de “diversos serviços administrativos e comerciais, escolas, centros de saúde e áreas de lazer, num espaço saudável e com segurança organizada”.

Apelo ao civismo e à boa conduta

O Presidente aproveitou a ocasião para fazer um apelo ao civismo, boa conduta e à colaboração, de modo a garantir a conservação e limpeza da nova cidade.

“Que todo este esforço do Estado seja correspondido pela nossa população, que deve adoptar um comportamento adequado a este tipo de habitação e colaborar para se assegurarem a conservação e a limpeza dos seus equipamentos e infra-estruturas”.

José Eduardo dos Santos expressou o desejo de ver um “convívio social harmonioso” entre todos os habitantes e observado o respeito pelos direitos dos vizinhos “para se evitarem incompreensões e desentendimentos provocados pela poluição sonora, a ocupação indevida de espaços alheios ou outras acções inconvenientes”. Em rigor, disse o Presidente, o que se pretende é ensaiar um modelo de gestão urbana “funcional, simples, racional, transparente e cumpridor das suas atribuições, capaz de encontrar as melhores soluções para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”.

“Os quadros que integrarem a futura administração da cidade têm de possuir as competências técnicas necessárias para o bom desempenho das suas funções e também sensibilidade para perceber quais as prioridades e as decisões mais acertadas, susceptíveis de contribuir para o aumento da eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos”, alertou, referindo que se o modelo for eficaz pode ser adoptado para outros centros urbanos.

Após assistir a um vídeo sobre o projecto da Cidade do Kilamba, o Presidente visitou a sede da administração da cidade alguns serviços, como o Guiché Único do Imóvel (GUI), e comprovou a qualidade de acabamentos dos fogos habitacionais, percorrendo os compartimentos de um dos apartamentos.

De acordo com o conceito de cidade perspectivado pelo Executivo, foram projectadas várias centralidades, entre as quais as do Lobito, Lubango e Namibe, cada uma com mais de cinco mil fogos habitacionais, para mais de 30 mil habitantes.

Também existem projectos para novas centralidades em Malange e Menongue, cada uma com mais de dez mil fogos habitacionais para mais de 60 mil habitantes.

A nova centralidade da Barra do Dande vai ter mais de cinco mil fogos habitacionais, onde se prevê venham a morar mais de 30 mil habitantes.

6.8 Depois do kilamba, futungo de belas é a cidade que se segue

*Jornal agora do dia 14
de Julho de 2011*

Luanda vai continuar a crescer para o sul.

Com efeito, um projecto de requalificação do perímetro desanexado do Futungo de Belas será levado a cabo nos próximos 10 anos e tem como objectivo proporcionar o estabelecimento de um novo padrão para a capital angolana, redefinindo e reordenando o uso residencial e turístico, propondo a construção de infra-estruturas, loteamentos residenciais, de comércio e serviços, equipamentos de lazer e de apoio ao turismo.

Este projecto foi dado a conhecer no passado dia 11, pelo director do gabinete de gestão do pólo de desenvolvimento turístico do Futungo de Belas e Mussulo, engenheiro Rodrigo dos Santos, aquando do lançamento, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, da primeira pedra, na ressaca da inauguração da cidade do Kilamba.

Três fases. Outrora responsável pela Empresa de Desenvolvimento Urbano de Luanda (Edurb), Rodrigo dos Santos fez saber que o plano será dividido em três fases. A primeira, com um orçamento estimado em 150 milhões de dólares, compreende uma área de 135 hectares e situa-se na zona central do perímetro, com todos os terrenos que contornam o núcleo histórico do Futungo de Belas. Nesta fase está prevista a construção das principais infra-estruturas de suporte, que incluem uma rede de esgotos, o abastecimento de água e energia eléctrica, e uma estação de tratamento de resíduos que visa atenuar o efeito provocado pelo despejo de dejectos na costa que banha o local.

A segunda fase adiciona 319 hectares, com os prédios situados na parte sul do perímetro, nomeadamente a zona da Praínha e o bairro do Futungo 11. A última fase acrescenta 83 hectares, com os terrenos situados a norte do perímetro, totalizando 537 hectares.

O perímetro desanexado tem uma área de 5.370.000 m² e será um bairro aberto à população. Está localizado no município que passará a chamar-se de Belas, a 11 quilómetros do centro da cidade e a nove do aeroporto internacional 4 de Fevereiro, com fácil acesso às vias estruturantes, nomeadamente a estrada da Samba, avenida 21 de Janeiro e estrada do Golfe. Ocupa uma privilegiada localização geográfica que se estende pela linha costeira numa extensão de 5 quilómetros, protegida pela baía do Mussulo e com acesso para a península com o mesmo nome e para as ilhas da Cazanga e do Desterro. Os estudos realizados para a elaboração da estratégia de desenvolvimento urbano daquela área tiveram em conta o meio ambiente, a estruturação urbana e a gestão e regularização jurídica de todos os prédios rústicos e urbanos ali existentes.

Taxa de ocupação. Com uma população prevista de 49.799 habitantes - sendo 30.309 residentes e 19.470 não residentes -, a taxa média de ocupação prevista é de 30%. O projecto de requalificação urbana apresenta uma mistura atractiva de áreas residenciais composta de lotes para a designada habitação uni familiar de 1.000 a 2.000 m², lotes para a construção de edifícios para apartamentos de até cinco pisos, construção de edifícios para comércio e serviços, bem como áreas dedicadas ao lazer, que incluem um hotel de praia, um de convenções, um resort e outros.

Está prevista igualmente a preservação e ampliação de espaços verdes, com a criação de parques temáticos e do eixo ecológico, a construção de marinas, atracadouros, espaços comerciais abertos, e espaços para estacionamento e uma variedade de equipamentos urbanos e de apoio à prática de desportos náuticos.

No Futungo de Belas encontrasse um dos espaços culturais mais importantes da cidade de Luanda, o seu núcleo histórico, espaço que acolheu durante décadas os órgãos do Governo de Angola, e onde será erguido o Museu da República, num conjunto que reunirá a residência e o escritório de Agostinho Neto, o primeiro presidente em 1975, da então República Popular de Angola, visando proporcionar a preservação de todo o acervo histórico desde a a formação do país até aos nossos dias.

Para dar corpo a este arrojado empreendimento, o Gabinete de Gestão do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Futungo de Belas e Mussulo conta com a parceria da Willers Arquitectos Associados, responsável pela primeira fase do projecto de urbanismo e infra-estruturas, e com a Prado Valadares, encarregue do plano director e do projecto de urbanismo nas suas fases 11 e ID.

Luanda recorde-se - viu nascer no passado dia 11 a primeira fase da cidade do Kilamba, o maior projecto habitacional até agora construído no país, localizada a 20 quilómetros a sul do centro da capital, uma centralidade com 3.180 apartamentos (serão 6.894 em Dezembro) e os mais diversos serviços administrativos e comerciais, escolas e centros de lazer, num espaço que inclui dez quilómetros de estrada e que deverá ocupar, depois de concluído, uma área de 54 km² e incluir 80.002 apartamentos

6.9 Cidade com cemitério

Novo Jornal

15 de Julho de 2011

ALGUMAS PESSOAS ouvidas pelo Novo Jornal louvam a iniciativa do Governo pela execução do projecto e por outro lado, enaltecem o facto de o projecto Kilamba contemplar um cemitério.

“A morte é algo inevitável e todos um dia vamos passar por ela. Então, é necessário que se pense também no lugar de nosso repouso final. As pessoas têm medo de ouvir falar de morte e cemitério, mas é uma realidade irreversível”, sublinharam. “Esta é uma cidade nova e de grande dimensão. Os futuros moradores devem ser enterrados aqui, porque em Luanda os cemitérios já estão repletos e alguns estão fechados”, disseram as nossas fontes, entre elas, alguns religiosos que não se quiseram identificar.

Refira-se que a cerimónia de segunda-feira ficou marcada pela, primeira, entrega formal de 3.180 apartamentos e 48 lojas, distribuídos por 115 edifícios e 10 quilo metros de estradas.

Para Dezembro deste ano, segundo o PCA da Sonangol, Manuel Vicente, que fez igualmente a entrega da “chave da cidade” ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está ainda programada a entrega de mais 218 edifícios, o que corresponde a seis mil 130 apartamentos e 78 lojas.

A conclusão da primeira fase do projecto está prevista para Outubro do próximo ano, com a construção de mais 377 edifícios, que vão permitir atingir mais 10 mil 692 apartamentos e 120 lojas.

6.10 Apartamentos na cidade do Kilamba podem custar até 300 mil dólares

Novo Jornal

15 de Julho de 2011

O Presidente da República inaugurou esta semana a primeira fase da construção da cidade do Kilamba. Os preços dos apartamentos ainda não foram revelados, mas estima-se andarão à volta dos 100 mil e os 300 mil dólares norte-americanos.

A ODADE DO KILAMBA é O maior projecto habitacional alguma vez construído no país, segundo os mentores do projecto. Reduzir o défice habitacional é o objectivo estratégico do Executivo.

A implantação do projecto coube ao então Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), com o auxílio da Sonangol na parte final, que em Outubro do ano passado transferiu a responsabilidade para a sua subsidiária - Sonangol Imobiliária, a quem também compete a comercialização dos apartamentos.

A cidade do Kilamba está localizada a aproximadamente 20 quilómetros a sul do centro da capital, Luanda. O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com a previsão de um total de 80.000 apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

A primeira fase desenvolve-se numa parcela de 906 hectares e contempla a construção de 20.002 apartamentos, 24 jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito secundárias. Possui ainda reserva de espaço para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de abastecimento de combustível, unidades e esquadras de polícia, quartéis de bombeiros, parques de estacionamento e outras estruturas.

A nova centralidade do Kilamba contempla ainda infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e águas residuais para 35.000 metros cúbicos por dia, tendo também subestações de energia eléctrica e rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

O projecto é uma parceria público-privada, que abrange diversas vertentes, incluindo projecto de engenharia, construção de edifícios, infra-estruturas viárias e hidráulicas.

No dia da inauguração, os presentes queriam ouvir explicações do Presidente do Conselho de Administração da Sonangol-PCA sobre os critérios e os preços a serem implementados para a aquisição dos imóveis, facto que não aconteceu, uma vez que Manuel Vicente, durante a sua apresentação, apenas se limitou a fazer uma breve resenha da evolução do projecto.

Nas conversas de bastidores no seio de membros do Executivo, e não só, presentes na cerimónia, o Novo Jornal apercebeu-se que os apartamentos poderão ser comercializados a valores que oscilam entre os 100 a 300 dólares norte-americanos.

Na expectativa de confirmar estes valores, a nossa reportagem procurou ainda ouvir o porta-voz da Sonangol, João Rosa Santos, que não confirmou nem desmentiu, limitando-se somente a dizer que não convinha passar qualquer informação, uma vez que o responsável máximo

6.11 GIKA engavetado na ANIP

NOVO Jornal

15 de Julho de 2011

O PROJECTO imobiliário Comandante Gika, em Luanda, está engavetado há três anos na Agência Nacional de Investimento Privado (ANIP). O investimento de 650 milhões de dólares é uma iniciativa do grupo Gema e contempla a construção de uma zona residencial, escritórios, um hotel e um centro comercial. Esta é uma situação que os promotores do projecto encaram com alguma insatisfação devido aos contratempos que a não aprovação do mesmo tem provocado a nível de angariamento de financiamento, o que tem contribuído para os atrasos que o Comandante Gika tem registado.

“Estes projectos, embora nacionais e de grande dimensão, dependem do apoio ou da concertação de várias estruturas”, disse ao Novo Jornal o presidente do conselho de administração do grupo Gema, José Leitão. O que não tem acontecido com a ANIP, entidade responsável pela aprovação ou não dos investimento de iniciativa privada feitos em Angola.

“Há mais de três anos que demos entrada do projecto na ANIP e até agora ainda não foi aprovado. O que naturalmente prejudica o recurso a financiamentos bancários quer nacionais, quer estrangeiros”, explicou o homem-forte do grupo Gema.

Apesar da não aprovação do referido projecto a construção não ficou dependente de uma assinatura e a edificação começou há cerca de dois anos com os riscos daí inerentes. “Tínhamos que começar. Assumimos os riscos”, frisa Leitão.

Um quadro sénior da ANIP disse a este semanário que, ao abrigo da anterior lei de investimento privado, os projectos desta dimensão eram aprovados pelo Conselho de Ministros. A Agência Nacional de Investimento Privado funcionava apenas para dar o seu parecer. Ou seja, o projecto entrava na ANIP e era discutido com o investidor, só depois de concluída favoravelmente a negociação é que era enviado ao Conselho de Ministro para a sua aprovação. “O que poderá ter acontecido neste caso é que a negociação entre a ANIP e o grupo Gema talvez não tenha sido concluída”, explicou o técnico da agência. Engana-se quem pensa que a responsabilidade dos atrasos na conclusão daquilo que é tido como o maior projecto imobiliário de iniciativa privada em construção no país é um exclusivo da ANIP. A falta de financiamento também obrigou a “reajustamentos estruturais no horizonte temporal (dois anos) em que o projecto deveria se desenvolver”. As taxas de juros proibitivas no país obrigaram a uma engenharia financeira com recurso a outros mercados onde os juros sejam mais aceitáveis. “As dificuldades na concessão de vistos de trabalho para os trabalhadores estrangeiros também dificultaram o

cumprimento dos prazos”, explica José Leitão.

Assim, o grupo Gema espera concluir parcialmente o projecto imobiliário Comandante Gika em Maio do próximo ano, com a excepção do hotel.

Gema e edifer consoudam parceria

O grupo Gema, liderado por José Leitão e o grupo de construção português Edifer assinaram um acordo de cooperação estratégica para reforçar as suas posições nas empresas em que já eram associadas. A ideia é desenvolver novos projectos de infra-estruturas para além dos que já estão a implementar no país. Com este pacto, deixa de existir um sócio maioritário nas sociedades criadas pelos dois grupos e que já operam no nosso mercado nas áreas da construção civil. A Edifer Angola, Construções Fortaleza, Tecnasol Angola e Edimetal Angola, passam a ser repetidas na sua titularidade em 50% cada pelos dois grupos (Gema e Edifer), o que não acontecia até então.

Quanto aos órgãos de gestão, a Edifer Angola e as Construções Fortaleza passam a ser comandadas por António Gomes Furtado.

Da parceria já existente entre os dois grupos resulta um volume de negócios em Angola de 174 milhões de dólares e uma carteira de encomendas até final do ano de 320 milhões de dólares.

O grupo Gema é uma sociedade de direito e capitais exclusivamente angolanos e tem um volume de negócios de 1,5 milhões de dólares. Tem participações activas na distribuição automóvel, indústria cervejeira, no sector imobiliário, logística e sector petrolífero. E conta com investimentos em curso na agro-indústria, indústria cerâmica, serviços petrolíferos especializados, cimenteiras, metalo-mecânica ligeira e indústria siderúrgica.

Por sua vez, o grupo Edifer é um dos principais grupos construtores portugueses, que desenvolve actividades nas áreas da construção civil e obras públicas, fundações e geotecnia, reabilitação, metalo-mecânica e carpintaria, construção ferroviária, espaços verdes, concessões e imobiliário.

O volume de negócios da Edifer ronda os 404 milhões de euros.

6.12 Regras para aquisição de habitações

Novo Jornal

15 de Julho de 2011

O EXECUTIVO ANGOLANO definiu as condições para o início da comercialização e venda de imóveis habitacionais e comerciais, e terrenos para iniciativas diversas.

No total serão 30 mil a serem comercializados até Dezembro de 2012, e milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, nas cidades de Kilamba e Cacucaco.

Para o efeito, o Executivo adoptou um regime financeiro e de comercialização que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação.

O referido regime estabelece critérios mínimos de admissão no acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que se resumem a: ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria e ter um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo.

Em relação ao regime financeiro e de comercialização, o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação define o modo como o cidadão pode ter acesso à aquisição de uma casa, o modelo de registo da propriedade dos imóveis e obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação. Segundo o comunicado, uma atenção especial está a ser dada ao registo de propriedade dos imóveis, através da definição do desenho e do modelo dos documentos, e à informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do titular.

A pensar na celeridade da tramitação do processo de aquisição de habitação, o Executivo criou o Guichet único do Imóvel e está a instalar cartórios locais nas proximidades das novas centralidades, com os quais espera “aliviar a pressão sobre as conservatórias já existentes, tornando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização”.

O Executivo reafirma o compromisso de desenvolver esforços para assegurar o “cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados”.

O documento esclarece que compete à Sonangol, EP, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP) e à KORA Angola a divulgação dos pormenores sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200 mil fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país.

Qdade tem presidente

Joaquim Baltazar de Oliveira é o presidente da cidade do Kilamba, naquilo que o ministro da Administração do Território considera um “ensaio de modelo autárquico”.

O gestor será coadjuvado por um vice-presidente e chefes de repartição, tendo sido já empossadas as de Estudos e Planeamento Urbanístico, Epandi Antónia Van-Dúnem, e de Gestão Urbanística, Djamilia Franco.

6.13 A cidade de Kilamba

Novo Jornal

15 de Julho de 2011

CONSTRUIR UMA CIDADE de raiz para fazer face aos problemas de urbanismo de Luanda é um grande passo. E nisso o Executivo (ou a designação que nos dias se usa em vez de governo) tem todas as razões para festejar. Kilamba é um projecto gigantesco que, do ponto de vista meramente urbano, só peca por ser tardio e insuficientemente ambicioso. Kilamba é desde a independência a primeira intervenção de vulto do Estado angolano na procura de uma solução consistente e duradoura para o problema urbano. Porém, Kilamba não é ainda a nova capital de Angola, ideia que tem circulado há vários anos (e que já foi inclusive apresentada em projecto pelo arquitecto fiofa Real).

O que me preocupa em toda essa febre à volta da cidade, porém, é a falta de reflexão sobre o que há-de se fazer com a mesma. Não existe quase informação nenhuma sobre a cidade (um projecto que consome milhões de dólares não disponibilizou dinheiro para a construção de uma página na Internet) e a informação que chega aos meios de comunicação social é contraditória. É difícil encontrar respostas, por exemplo, para perguntas respeitantes ao modelo de administração da cidade.

A motivação do executivo em construir Kilamba deve estar em consonância com uma importante tendência do urbanismo, muito em voga hoje em países em desenvolvimento. A ideia de construir de raiz gigantescas urbes é coisa do passado. O que mais se faz agora é intervir sobre pequenas parcelas e criar modernos pólos urbanos que ofereçam serviços para a mais sofisticada e activa parte da população. Ou seja, pólos com gestão autónoma que guindem o desenvolvimento de regiões inteiras. Cairo construiu dezenas de projectos dessa natureza (houve até um magnata Egipto que tentou há tempos vender uma dessas ideias ao Executivo, que foi anunciada como Sambizanga XXI, de que nunca mais se ouviu falar).

A Índia está a construir, por exemplo, o mais ambicioso desses projectos, uma cidade chamada Lavasa (podem ver aqui: www.lavasa.com), que será a primeira cidade do mundo toda ela construída à base do novo urbanismo - escola arquitectónica em voga nos anos vinte,

antes que a preocupação com o automóvel se tornasse a razão ser do planeamento urbano. É uma cidade ecológica, dominada por áreas verde extensos troços pedonais, baixo consumo de energia e transportes movidos à electricidade. O nosso vizinho Congo Democrático, por exemplo, está a desenvolver um projecto menos ambicioso, mais à linha do Dubai igualmente construído por chineses - chamado La Cité du Fteuve (que pode ser consultado aqui: www.lacitedufleuve.com)

Ao contrário de Kilamba, esses projectos são claramente guiados pelas leis do mercado. Lavassa vai ser a primeira cidade no mundo administrada por um consórcio internacional. Ou seja vai ser uma cidade privada. A Cité do Fteuve, por exemplo, está a ser desenvolvida por um grupo de empresas africanas de várias partes do mundo, particularmente de outros países africanos, como a Zâmbia .

As primeiras notícias postas a circular sobre Kilamba apontavam para a direcção do consórcio. Está adstrita à administração da Sonangol-Imobiliária, e quando se fez conhecer que teria um presidente (notícia que só chegou na semana da inauguração) deixou-se a ideia de que Kilamba teria um modelo administrativo diferente do resto do país. Só mais recentemente é que Bornito de Sousa, ministro da administração interna, veio a público dizer que se ia “ensaiar” em Kilamba o modelo autárquico (que se conforma com a constituição, mas que é quanto a mim apenas uma forma de adiar a eleição dos governadores provinciais por sufrágio universal).

As dúvidas que ainda tinha que Kilamba é mais um projecto político que económico dissiparam-se quando surgiu informação sobre as condições de acesso à propriedade. Os candidatos têm de ser angolanos e ter residência permanente em Angola (a gramática do texto não me permitiu saber se as duas orações tinham uma relação de subordinação ou coordenação, ou seja: diz o texto que é preciso ser simultaneamente angolano e viver em Angola, ou que é preciso ser angolano “ou” ter residência em Angola?). De qualquer forma o projecto afasta muito potenciais investidores, pessoas que - não viveram ou nunca estiveram em Angola sequer, mas que ainda assim podem julgar um bom negócio ter propriedade em Angola. Não parece, por outro lado, que Kilamba seja um projecto social. Lê-se também que as condições de acesso seja que os candidatos não tenham casa própria (afastando outros investidores angolanos) e sejam empregados e com -acesso a crédito bancário (afastando milhares de angolanos cujas casas foram destruídas para que esse empreendimento fosse erguido).

Ainda assim, acho que Kilamba é motivo para festa. Embora o mais importante seja que se termina a construção da cidade e sobretudo que se evite a maldição de Luanda: uma cidade que não foi construída por angolanos, e que entrou em crise mal foi abandonada pelas pessoas para as quais a cidade foi construída.

6.14 Executivo preconiza aumento gradual de novos focos

Jornal O Independente

16 de Julho de 2011

A Política Habitacional do Executivo da República de Angola preconiza o aumento gradual da oferta de novos focos habitacionais para progressivamente satisfazer a sua procura por todos os estratos sociais e níveis de rendimento dos cidadãos. Em 2010, a Sonangol E.P., através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol imobiliária e Propriedades, Lda. (Sonip), foimandatada para concluir tais projectos.

O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação inclui igualmente a construção em todo o país de casas económicas, a autoconstrução dirigida e a construção de casas evolutivas para os cidadãos de menor rendimento, no meio rural e na periferia dos centros urbanos. Assim estão criadas as condições necessárias para que se dê início à comercialização e venda de focos habitacionais (imobiliário habitacional); focos comerciais (imobiliário comercial) e terrenos para iniciativas diversas.

Deste modo, o mercado imobiliário passa a contar com mais 3.180 novos focos habitacionais, de um total de 30 mil que serão comercializados até Dezembro de 2012; com 40 lojas comerciais de um total de 240 e com milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, na Cidade de Kilamba e na vila de Cacuaco.

Para o efeito, o Executivo adoptou como parte integrante do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação um Regime Financeiro e de Comercialização, que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancários e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação. O referido regime estabelece critérios mínimos de admissibilidade de acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que se resumem a: ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria e ter um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo.

O Regime Financeiro e de Comercialização define igualmente o modo como o cidadão poderá ter acesso à aquisição de uma habitação, o modelo de registo da propriedade dos imóveis e como obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação. O Executivo presta uma atenção especial ao registo da propriedade dos imóveis, definindo o desenho e o modelo dos documentos e an informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do título de propriedade.

Inscribe-se também neste sentido a criação do Guichet Único do Imóvel e a instalação de cartórios locais nas proximidades das novas centralidades, a fim de se aliviar

a pressão sobre as conservatórias já existentes, tomando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização. É visível que o Executivo declara que desenvolverá esforços no sentido do cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados.

Entretanto, a Sonangol. Ep, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (Sonip) e a KORA Angola divulgarão, conforme os seus respectivos programas e estratégia de comunicação, os detalhes sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200.000 fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país.

6.15 Kilamba: a espera do mercado imobiliário

Jornal o País

16 de Julho de 2011

Cento e 15 prédios, com um total de 3180 apartamentos, foram entregues esta segunda - feira, no âmbito da inauguração da primeira fase da Cidade do Kilamba, numa cerimónia cujo corte da fita coube ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Prevê-se que os referidos imóveis, que estão situados no recém -criado município de Belas, beneficiem mais de 19 mil pessoas, de um total de ISO mil que poderão residir nesta nova centralidade.

Os prédios estão integrados em quatro quarteirões, equipados com quatro jardins-de-infância, duas escolas primárias e uma secundária. A arquitectura dos edifícios, segundo informações avançadas pelo Grupo de Revitalização e Execução da Comunicação institucional da Administração (GRECIA), incorpora suportes e canalização para os aparelhos de ar condicionados.

“A inauguração da Cidade do Kilamba é um motivo de orgulho e de grande satisfação, para mim e para todos os membros do executivo”, realçou o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, acrescentando que “é o maior projecto habitacional jamais construído em Angola e constitui, à escala global, um profundo exemplo da política social levada a cabo no país para resolver o défice habitacional”.

José Eduardo dos Santos salientou ainda que com a abertura do Kilamba os seus futuros habitantes irão dispor, além de um lugar para morar, de diversos serviços administrativos e comerciais, escolas, centros de

saúde e áreas de lazer, num espaço saudável e com segurança organizada.

“Vamos ensaiar aqui um novo modelo de gestão urbana, que seja funcional, simples, racional, transparente e cumpridor das suas atribuições, capaz de encontrar as melhores soluções para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”, acrescentou o Presidente da República. Prevê-se que, até Dezembro deste ano, sejam entregues mais 218 prédios, o que corresponde a mais oito quarteirões, que representam 6.894 apartamentos. Segundo estimativas, elas poderão beneficiar mais de 40 mil pessoas, numa zona onde haverá mais oito creches, quatro escolas primárias e duas secundárias, de acordo com informações avançadas no dia da inauguração.

A primeira fase da Cidade do Kilamba, inaugurada esta semana pelo Presidente da República, estará concluída apenas em Dezembro do próximo ano, quando totalizarem 20.002 apartamentos para um total de 120 mil pessoas.

Na segunda fase serão erguidos mais 40 mil apartamentos e na terceira e última fase mais 20 mil, totalizando um total de SOO mil beneficiários, que viverão em locais construídos na base de normas universais.

A referida circunscrição contará no final com um total de 24 jardins-de-infância, 17 escolas entre primárias e secundárias, áreas de lazer e desportivas, hotelaria e restauração. O projecto Cidade do Kilamba, que é uma parceria público privada, inclui ainda zonas reservadas para comércio disponíveis para o sector privado, vias primárias e secundárias, hospitais, clínicas e conta -se com um mínimo de 12 centros de saúde públicos.

Também já estão prontas para utilização as estações de tratamento de água potável e a de tratamento de águas residuais (ETAR), assim como duas subestações eléctricas para o fornecimento de energia à cidade.

Seleção de mão-de-obra

O presidente do conselho de administração da Sonangol e do conselho de gerência da SONIP, Manuel Vicente, conta que a construção do empreendimento começou em 2008, na sequência das orientações emanadas pelo Presidente José Eduardo dos Santos e coordenação do extinto Gabinete de Reconstrução Nacional, dirigido na altura pelo chefe da Casa Militar da Presidência, general Hélder Vieira Dias.

No segundo semestre de 2010, a SONIP, subsidiária da Sonangol para a área imobiliária assumiu a responsabilidade da coordenação da construção da Cidade do Kilamba. Manuel Vicente salientou que na cerimónia

desta segunda-feira estavam a ser entregues os edifícios e apartamentos já citados, assim como 10 quilómetros de estrada e 48 lojas.

“Devido aos prazos inicialmente definidos, o enquadramento de mão-de-obra nacional ficou aquém do que esperávamos, pelo que, não obstante a ligeira dilatação dos prazos de execução e de modo a aumentarmos o volume desta mão-de-obra e sua capacitação, temos confirmado para as próximas fases o aumento significativo da formação no local de trabalho, importando somente o pessoal expatriado para enquadramento”, garantiu Manuel Vicente.

O PCA da Sonangol, que hoje coordena o processo de construção dos edifícios e outras obras sociais naquela parcela de Luanda, reiterou a disponibilidade para tudo fazer para se vencerem os desafios que ainda se colocam.

A construção está a cargo da construtora chinesa CITIC, que conta com outros subempreiteiros e consultores neste desafio que só terminará com o alojamento no local de meio milhão de pessoas.

Mais centralidades à vista

O Presidente da República explicou que cerca de 12 centralidades ou cidades satélite de diversos tamanhos foram projectadas pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional para serem construídas faseadamente nas 18 províncias. Em curso, segundo o chefe do Executivo, estão as de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda Norte.

Os projectos das centralidades do Zaire, Malanje, Cuando Cubango, Namibe, Huíla, Benguela e Lunda Sul também foram apresentados a investidores privados.

6.16 Polícias negociam casa do zango

Jornal agora do dia 16
de Julho de 2011

Os ex-moradores da Boavista transferidos compulsivamente para uma zona baldia transformada em área habitacional no Zango, mas sem condições das que tinham antes do desalojamento, denunciam actos de intimidações perpetrados por elementos afectos à Investigação Criminal da esquadra policial daquela zona. Identificados apenas por Bruno e Machado, os agentes são acusados de desenvolver uma campanha de medo entre os beneficiários do Programa de Realojamento da População (Prp), do governo provincial de Luanda (Cpl) e da direcção provincial da Assistência e Reinserção Social (Dpars).

Em causa estará a venda de imóveis a pessoas estranhas e os moradores defendem-se com o facto de que o Prp, iniciado em 2003, não foi bem conduzido, visto que

muitos dos novos Íl:quilinos, em função do agregado familiar teriam de receber casas mais espaçosas.

“Somos da Boavista, Via Sonils. Quando chegamos aqui não encontramos o que nos prometeram durante as negociações e muitos tiveram de ocupar as casas e eu também ocupei uma, mas para a minha surpresa passados estes anos todos aparecem eventuais proprietários da casa com documentos duvidosos a justificar a sua titularidade”, disse um dos ofendidos.

Embora a situação se arraste há vários anos, em 2011, o quadro mudou com a entrada em cena de dois supostos agentes da autoridade a desempenhar o papel de negociadores e fiscalizadores em conluio com a Casa Técnica, entidade gestora de imóveis do Zango, a encabeçarem negócios de casas e terrenos na zona.

Os visados são unânimes, enquanto os supostos donos das casas não apresentarem documentos da Via Sonils e um certificado do Cpl e da Dpars, não arredamos o pé em nenhum destes imóveis, visto que todos os inquilinos têm uma nota de titularidade provisória.

“Fomos mal reassentados e já apresentamos várias reclamações e ninguém nos ouviu”, acrescenta Alfredo, como prefere ser tratada a nossa fonte, que ao mesmo tempo acredita que os dois alegados polícias, terão protagonizado inúmeros actos ilegais que culminaram com a soltura do ex-vice-presidente da Associação “N guami Maka”, um parceiro negocial entre os camponeses e a Casa Técnica, acusado de desvio de dinheiro dos camponeses da área.

O jogo remonta há anos, mas apenas em 2011 as reclamações subiram de tom, colocando no cenário aparentes agentes da autoridade como intermediários do negócio de imóveis.

“Vivo aqui desde que vim da Boavista e nunca apareceu ninguém a dizer que a casa era sua pertença, mas há uns meses apareceu um grupo de indivíduos com material de construção para fazer os acabamentos da casa. A esposa ligou para mim aflita e cheguei a casa e pedi as informações necessárias e o suposto proprietário percebeu que tinha sido uma burla, depois de ter pago 27 mil dólares por uma casa já habitada”, lembrou.

Assegurando que ficou a saber por outras fontes que o processo tinha a chancela de Bruno e Machado com o apoio de alguns membros da Casa Técnica, entidade sem poder de decisão na cedência das residências.

“Estão a vender muitas casas.

Como é que nós que saímos da Boavista ainda continuamos a minguar e os que estão na cidade recebem as casas, isso não pode ser”, concluiu.

O Cpl, conhecedor da situação, ainda não reagiu oficialmente, cabendo agora aos responsáveis pelo Zango a sua legalização consoante as listas existentes.

O comando municipal da Polícia de Viana prometeu esclarecer a situação nos próximos dias, visto que

as queixas dos moradores já se tornam frequentes, denunciando agentes policiais destacados naquela circunscrição.

6.17 “A cidade do kilamba vai beneficiar apenas os ricos”

jornal angolense
de 16 a 23 de 2011

Foi inaugurada, recentemente, a nova cidade do Kilamba, que tem 115 prédios com apartamentos prontos a habitar. É o maior projecto habitacional construído em Angola nos últimos anos e está a gerar muita expectativa, visto que são milhares os angolanos que têm o sonho de ter casa própria. Para medir a pulsação no que toca as expectativas demos voz a população

“A distribuição será desonesta, porque sempre foi assim”
Gervásio José, 30 anos, estudante de Direito .

“Nesta cidade não haverá casas para jovens, porque esta é a realidade do nosso país. A distribuição das moradias será desonesta, como sempre, os que já possuem são os mesmo que vão adquirir e os que não têm permanecerão assim. Para se reverter este quadro, a distribuição deveria ser feita para a camada mais desfavorecida, muitos jovens estão desempregados, acredito que o valor que devem estipular para as rendas deve ter em conta o salário mínimo”. “Esta cidade foi mal construída”
Guimarães da Silva, 29 anos .

“A cidade foi mal construída. Quem construiu não se certificou do que estava a fazer, porque os chineses têm o hábito de economizar e usam material de pouca qualidade. Em Angola não há um instituto que responde pela qualidade da mercadoria ou de matérias de construção. Estas residências não foram feitas a contar com as pessoas que não estão a comer e beber, mas é feita para aqueles que já estão no poder”.

“Tenho mais de cinquenta anos, mas até agora não tenho uma casa própria, por isso penso que essas casas deviam ser dos pobres, como eu, mas desconfio que a distribuição não será justa.

Sugiro que o Governo dê prioridade aos funcionários públicos, podemos pagar as casas por prestações, como nos outros países, deviam cobrar cinquenta dólares por mês”.

“O Governo tem que nos oferecer as casas” António Jorge, vendedor ambulante

“Acho que estas casas deveriam ser para os jovens, é isso que nós esperamos. Quanto a distribuição, não deveria pagar as residências porque quem construiu é o Governo e o Governo pertence ao povo. Muitos jovens, como são

desempregados, como é que nos vão cobrar? Será que também não temos direito de ter uma residência?”

“A distribuição não será transparente” Teresa Hebo, estudante.

Se o governo não poder oferecer as casas, pelo menos que faça um preço razoável, para que os jovens possam também obter estas residências. Sugiro que o pagamento seja a prestação no valor de cento e cinquenta dólares por mês, de acordo com o salário de cada um. Não acredito muito que a distribuição seja transparente, porque tenho colegas meus que já solicitaram casas, mas não lhes cederam.

“Tudo isso não passa de uma fachada” Amónio Francisco, 52 anos, comerciante

“Os beneficiários serão os próprios dirigentes, pôr a camada baixa será muito difícil, porque as casas estão n caras. Eles já sabem como vão fazer a distribuição, vão favorecer os seus familiares. Tudo isso não passará de uma f da, é apenas para dizer que o governo está a fazer alguma coisa para o povo.

“Deveriam dar oportunidades aos jovens” Ana Correia, trabalhadora

Seria bom que dessem Oportunidade aos jovens para adquirir essas residências e, principalmente, as pessoas de baixo nível. Para uma pessoa que aufere cem mil kwanzas, pagaria quarenta e cinco mensalmente e se ganhar trezentos dólares pagaria no mínimo cem dólares de prestação.

“Acho que é um bom projecto” Domingas Maravilha, 43 anos, trabalhadora

“Acho que é um bom projecto e gostaria que essas casas chegassem para rodas as pessoas que vivem em condições precárias, porque muitos possuem muitos filhos e não cabem todos por falta de espaço e isso poderá provocar outros problemas. O Governo deveria adoptar o sistema de pagamento de prestações, para apoiar as pessoas que não têm possibilidades”.

“Os nossos governantes são muitos oportunistas” José Carlos, 50 anos, Funcionário público

“Peço que haja transparência no acto da distribuição das residências, porque nas questões de casas o estado a atribuir sempre casas que constrói para as pessoas amigas e familiares, pessoas que já têm. Por isso, peço que desta vez haja mais transparência e honestidade na altura das vendas, apesar de não acreditar muito nisso, Dor, governantes são muito oportunistas”.

“Já começaram a campanha eleitoral” Aurélio Isaac, 35 anos .

“Tudo isso não passa de uma política para convencer o povo a votar nas eleições do ano que vêm. Porquê que só esperam quando as eleições estão próximas para fazer isso? Estas casas deveriam ser oferecidas, onde vamos tirar dinheiro para pagar? o direito é para todos”.

“Tudo isso não passa de uma propaganda para conseguir votos” Samuel Victor, 38 anos

“Tudo isso não passa de uma propaganda para conseguir votos. Na minha opinião, cada casa deveria ser vendida a mil e quinhentos dólares ou dois mil, no máximo. Também o preço deveria ser de acordo com o salário de cada pessoa. Aquela pessoa que ganha quinhentos dólares pagaria cem de prestação”.

“Nós, que não temos dinheiro, estamos mal” Manuel Francisco, 31 anos, Protecção Física

“Para aqueles que têm muito dinheiro estão bem, mas nós, que não temos, estamos mal. As coisas não vão mudar nesse país, só para aqueles que têm. As casas deveriam ser pagas a prestação de cinquenta dólares por mês.

“Já começaram a campanha eleitoral” Aurélio Isaac, 35 anos.

“Tudo isso não passa de uma política para convencer o povo a votar nas eleições do ano que vêm. Porquê que só esperam quando as eleições estão próximas para fazer isso? Estas casas deveriam ser oferecidas, onde vamos tirar dinheiro para pagar? o direito é para todos”.

“Tudo isso não passa de uma propaganda para conseguir votos” Samuel Victor, 38 anos

“Tudo isso não passa de uma propaganda para conseguir votos. Na minha opinião, cada casa deveria ser vendida a mil e quinhentos dólares ou dois mil, no máximo. Também o preço deveria ser de acordo com o salário de cada pessoa. Aquela pessoa que ganha quinhentos dólares pagaria cem de prestação”.

6.18 Desvendado o “segredo” da nova centralidade

Jornal angolense

de 09 a 16 de julho de 2011

Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), gestora do empreendimento, agendou para a próxima semana a inauguração de mais uma fase da nova centralidade do Kilamba Kiaxi. Segundo soube este jornal, o corte da fita será feito pelo Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos.

Não obstante a isso, oito blocos com 218 novos edifícios estarão concluídos até Dezembro deste ano naquilo que é a nova centralidade do Kilamba Kiaxi, no âmbito da segunda fase da implementação do projecto, em curso desde 2007.

Segundo dados da Sonangol, serão igualmente entregues às autoridades angolanas oito jardins-de-infância e seis escolas entre primárias e secundárias.

A terceira fase está prevista para Outubro de 2012 e contemplará 377 edifícios, 12 jardins infantis, seis escolas primárias e três secundárias.

A primeira fase foi concluída em Março deste ano e consistiu na entrega de 115 edifícios. Após concluídas as três fases, a nova cidade do Kilamba Kiaxi albergará 485 mil famílias.

Situada nas redondezas do Estádio Nacional 11 de Novembro, a nova centralidade do Kilamba Kiaxi está erguida numa área global de três milhões e 200 mil metros quadrados e inclui habitações, escolas, creches, estradas e estruturas para o fornecimento de água e energia.

A Nova Cidade do Kilamba Kiaxi surgiu de uma parceria público/privada e abrange a edificação de vinte mil apartamentos espaçosos dos tipos T2, 13 e T4, 24 creches e jardins infantis, nove escolas primárias e oito secundárias, parques de estacionamento, paragens para transportes públicos e lojas.

O projecto prevê, igualmente, a construção de arruamentos com sistema de esgoto e drenagem residual, redes de água e telecomunicações, estação para tratamento das águas residuais com capacidade para 35 mil metros cúbicos/dia e subestações de energia para abastecer todo o quarteirão.

Está também prevista a criação de estação para tratamento de água potável e redes de distribuição de electricidade, postos de combustível, esquadras policiais, quartéis de bombeiros, igrejas, cemitérios, instituições financeiras, centros de saúde e museu.

6.19 “Quem constrói deveria fazê-lo com qualidade”

Novo Jornal

15 de Julho de 2011

O sector imobiliário é um dos que mais cresce no país. Em conversa com o NJ a presidente da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) falou dos problemas e desafios que enfrentam.

Recentemente terminou mais uma edição da feira do imobiliário. Como é que avalia a realização destes eventos para o desentupimento do sector no país?

Achamos que é muito importante realizarem-se eventos desta natureza e por isso é que os enquadramos como uma das nossas tarefas centrais.

É importante porque é uma altura em que os profissionais do ramo podem mostrar à sociedade que trabalho estão a desenvolver, que projectos têm em carteira. E os potenciais consumidores também têm acesso a informação sistematizada sobre os projectos imobiliários que estão em curso ou em carteira no país.

Para além desta componente de exposição de trabalhos e projectos, há a componente de debates em que as pessoas directamente ligadas à matéria e interessados sentam:”se e discutem sobre os problemas que afligem os profissionais do sector, um aspecto extremamente importante. E é também uma forma de se demonstrar como é que a nossa economia está activa no sector imobiliário.

Qual é o papel da associação no processo de organização e desenvolvimento do sector imobiliário?

A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) é uma associação que abarca todos os profissionais que lidam com a área de promoção, mediação e avaliação imobiliária.

Este tipo de associação geralmente em outros países são de especialidade, mas nós tínhamos que começar de alguma forma e em 2008, quando foi constituída a comissão dinamizadora, achou-se por bem ter uma associação lata que envolvesse todos os agentes do sector. Com o andar do tempo acredito que haverá especialização, mesmo porque os mediadores têm questões muito específicas, os promotores também e o mesmo para os avaliadores.

Mas como estamos a começar a caminhar e a ganhar alguma experiência achamos que podemos estar todos na mesma associação, tentando mexer um pouco com as questões mais candentes e que os profissionais identificam como problemáticas.

Quais são estas questões?

Tem haver com a necessidade de regulamentação do sector. O mercado imobiliário é um dos sectores que

até há bem pouco tempo não tinha legislação nenhuma, para além da legislação directamente ligada ao acesso às terras e à construção civil. Mas para a actividade, por exemplo, de mediação imobiliária não existia lei nenhuma. Toda gente poderia ser mediador imobiliário sem conhecer as questões legais e outras que isso implica. E o exemplo que dou é a lei sobre legislação imobiliária que começou a ser discutida no ano passado e somente agora é ue o Conselho de Ministros aprovou. Portanto a mediação imobiliária assim como a promoção imobiliária não têm absolutamente lei nenhuma que regula a sua actividade. E essa foi uma das motivações para o surgimento da associação.

Como é que a APIMA olha para a forma como Luanda está a crescer?

As cidades crescem com base em um plano director.

Que Luanda não tem até agora •••

As entidades que lidam com os planos directores estão muito relacionadas com a arquitectura. E esta questão seria melhor colocada à Ordem dos Arquitectos.

Nós enquanto promotores imobiliários tentamos encaixar-nos em todo um planeamento urbano que tem que existir. Se não existir este enquadramento é um bocado ao livre arbítrio de cada um. E não convém que seja assim. É bom que haja ordenamento territorial.

Nós sentimos que é necessário colocar um bocado de ordem nisto. Não se pode construir no primeiro local que uma pessoa entende. Há todo um conjunto de estudos prévios que têm de ser feitos e os planos de ordenamento é que fazem este enquadramento.

As administrações locais têm a capacidade de enquadrar todos os factores que pretendem desenvolver para uma determinada região. Agora se a direcção é correcta ou incorrecta eu não tenho uma opinião formada.

O que nós achamos é que deve existir um ordenamento do território, um planeamento urbano, para que nós os promotores imobiliários possamos também programar a nossa actividade enquanto empresa.

Luanda tem recebido edifícios enormes que chocam de certa maneira com a forma inicial de construção da capital Como é que olha para este aspecto?

Eu não gosto de me debruçar sobre temas que não domino. Não sou arquitecta, nem estou directamente envolvida com o planeamento urbano. Mas é claro que tudo o que é feito tem que ter em conta o meio, as pessoas e tem que haver uma conjugação do que aconteceu naquele espaço.

Não acho correcto que algo que foi concebido para manter uma determinada harmonia e uma determina forma, de repente surja um elemento para desequilibrar toda a harmonia que alguma vez alguém já tinha programado.

Os Planos Directores devem definir quantos andares é possível numa determinada área e esta tem que ser a base para aceitação de um determinado projecto.

Ter uma casa em Luanda é difícil a começar pelos preços, que intervenção pode ter a APIMA nesta questão?

Temos feito afirmações públicas e produzido documentos sobre os preços da habitação. Achamos que os preços são extremamente elevados. O que é considerado como alta renda só o é pelos preços praticados e não pela comodidade que as habitações apresentam. Temos também dito que as causas destes preços elevados são objectivas em alguns casos e subjectivas noutros.

Nas objectivas incluímos o acesso ao terreno. Se os terrenos forem extremamente caros, pode começar aí a especulação.

Os materiais de construção. Até há bem pouco tempo tudo tinha que ser importado. Felizmente que já têm havido políticas em tomo da criação de uma capacidade interna de disponibilizar materiais de construção, mas que ainda não é suficiente para a procura de casas que o país tem. Outro problema é o preço dos financiamentos. Também os prazos dos documentos que nunca são cumpridos nas administrações para as licenças de obras. São todo um conjunto de factores que concorrem para a carestia das casas.

Não podemos continuar a construir casas com valores que não têm relação nenhuma com os níveis de rendimentos das famílias angolanas. Tem que haver uma estreita relação entre os rendimentos que os angolanos auferem e os preços das casas que são colocadas no mercado.

As reservas fundiárias poderiam ajudar na questão dos terrenos •••

Cabe aos governos provinciais, direcções locais, terem uma dinâmica para informar os demais interessados, sector empresarial privado, famílias e cooperativas em relação às formas de acesso a estas áreas.

É preciso imprimir maior dinamismo nestes espaços, porque há vários tipos de habitações que se espera que saíam destas reservas fundiárias.

Acha que a regulamentação pode contribuir para a redução da especulação imobiliária?

Há aqui um aspecto importante que é a questão da oferta e da procura. E esta questão tem um efeito muito grande nos preços praticados. Porque se tivermos uma grande oferta e a procura não for assim tão grande, possivelmente os preços poderão baixar. O que é preciso é a construção em série de muitas habitações para que os preços também baixem.

Os bancos comerciais estão em condições de ajudar os cidadãos na compra de casas?

Não. Acho que os bancos comerciais com a natureza de capitais que têm, que são de curto prazo, não estão talhados para este tipo de produtos.

casa da e mãe de três filhos. Licenciada em Economia e Mestre em Gestão de Negócios passa os seus tempos livres a ler e praticar ginástica.

Há aqui um conjunto de instituições que têm que começar a surgir para darem este tipo de apoio.

Desde um mercado de capitais, com capitais de longo prazo para quem tem capacidade e lá vá concorrer para um financiamento com juros compatíveis com os seus rendimentos, assim como fundos com uma forte componente social que permitam às pessoas de baixa renda terem a casa condigna por via da renda resolúvel ou por outra via.

Apesar dos altos preços, a falta de qualidade na construção de determinadas casas é uma realidade. Acha que isto resulta da pouca exigência do nosso mercado?

Quem constrói deveria construir com qualidade. Nos projectos de construção há o projecto, o empreiteiro e o fiscal. O fiscal é mesmo uma entidade que deveria garantir a qualidade que o empreiteiro se propôs a construir com base no projecto.

Agora precisamos de muita fiscalização, de muita oferta para as pessoas poderem escolher e de muita educação cívica.

As pessoas têm também que conhecer os seus direitos e saber onde exigir e como exigir na negociação de contrato, por exemplo.

É necessário que os clientes sejam os principais factores da mudança. Porque quando se vai negociar um contrato cada um tem que estar ciente do seu papel e neste sentido estamos a conversar com o INADEC para fazermos uma espécie de cartilha do consumidor onde as pessoas têm todo um conjunto de informações daquilo que devem exigir. Porque quando o número de pessoas a exigirem aumentar, os promotores vão ter que mudar de comportamento. Não poderão continuar a apresentar gato por lebre.

Fala em condições de habitabilidade, acha que as casas do zango, por exemplo, têm condições?

Não conheço todos os imóveis daquela zona. Mas alguns têm qualidade e há outros que têm que melhorar de alguma forma.

Como é que olha para a participação de promotores e mediadores estrangeiros que operam em Angola?

Angola não é um país xenófobo. Não se fecha a estrangeiros. Tem é que haver um conjunto de leis a dizer de que forma é que um estrangeiro pode trabalhar no país. Ser estrangeiro ou nacional não é o critério. O critério

é ter uma carteira profissional e tem que haver uma entidade do Estado que atribua esta carteira profissional. Pensamos que para se ter esta carteira seja necessário obedecer a um conjunto de requisitos entre os quais a formação, que a APIMA já começou a fazer. Temos já dado formação sobre mediação imobiliária que abrange diferentes modelos que focam a promoção e a mediação. Mas tudo isto ficará esclarecido com a regulamentação da lei sobre a promoção e mediação imobiliária.

Está a dizer que esta classe trabalha um pouco a seu bel-prazer?

Há profissionais. Mas também há os que não sabem o que é isso.

Esta questão legal de certa forma choca com os interesses dos promotores e até dos compradores devido à falta de documentos comprovativos da titularidade do terreno por exemplo.

A lei de terras apresenta um conjunto de propriedades e a mais usual é o direito de superfície. É com base nisto que os bancos funcionam para os financiamentos e reclamam com a morosidade na constituição do direito. Mas felizmente o Ministério da Justiça já fez um trabalho para acelerar o processo administrativo e já é possível a constituição de notários privativos e com isso o que se pretende mesmo é que haja maior celeridade na constituição destes direitos.

Há por exemplo o Guiche Único do Imóvel, que num período curto de tempo vai permitir que seja constituída a propriedade em causa.

Se tivesse que aconselhar alguém que quisesse comprar uma casa, por onde começava?

Pelo terreno. Tem que ter título de propriedade para não correr o risco de comprar algo que não é da pessoa que está a vender. Licença de obra, principalmente para aqueles que estão a comprar através da planta e fazer-se acompanhar de um advogado para a negociação do contrato. As pessoas só devem assiná-lo quando tudo estiver claro.

E podem logo acautelar no contrato a assistência pós-venda para eventual reparação das falhas que surjam na habitação.

Quais são os próximos passos da APIMA?

Os nossos grandes desafios passam pela necessidade de termos um sector imobiliário com profissionais comprometidos com uma causa, que prestem um bom serviço aos clientes e que conduzam negócios com segurança. Tudo passa por profissionais bem formados. Para que isso aconteça instituímos acordos com a nossa congénere portuguesa para a formação de profissionais.

Temos também trocado experiências com outras organizações com mais experiência apostando na cooperação internacional. A criação no ano passado da associação

das imobiliárias dos países de língua portuguesa é uma prova disso.

Vamos continuar a realizar os nossos fóruns assim como colaborar na realização das feiras do imobiliário.

6.20 Acesso às casas na cidade do Kilamba

*Semanário Independente
16 de Julho de 2011*

As residências da cidade do Kilamba, inaugurada segunda-feira, 11, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, começam a ser comercializadas no final deste mês, noticiou quarta-feira a Angop. Citando fonte oficial ligada ao projecto, a Angop informou que uma empresa imobiliária encarregue da comercialização dos imóveis irá abrir vários quiosques pela cidade de Luanda para proporcionar mais detalhes sobre as modalidades do negócio aos interessados.

A notícia surgiu depois de se ter verificado que um número considerável de pessoas se dirigiu à cidade do I Kilamba, nomeadamente ao edifício onde funciona a administração, para saber o que era necessário para ter acesso aos apartamentos.

Ao que tudo indica está ainda em estudo os moldes de acesso às casas, tendo várias instituições começado já a especular em relação ao melhor modelo de contratação. O Independente contactou Bento Cirilo, um experiente agente do ramo do imobiliário, que sugeriu a realização de feiras do imóvel, que no Brasil são conhecidos como «mutirões» para que as pessoas tenham liberdade para escolher e discutir as modalidades de pagamento das casas.

Bento Cirilo também recomenda a modalidade da renda resolúvel, como tipo contratual mais aconselhável, permitindo que o morador do apartamento vá descontando através de rendas, até completar o valor da prestação. «Tínhamos esse modelo no tempo colonial e pensamos que era uma boa prática, tão antiga como actual, e ainda por cima garante estabilidade ao comprador e ao dono das casas», afiança.

Numa primeira fase foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada. A nova cidade do Kilamba, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio K Kwanza.

O projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e, até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas.

O acesso rodoviário à nova urbe está facilitado pela primeira circular de Luanda, uma via com duas faixas de rodagem em cada sentido e separador central que poderá dar lugar a mais faixas de rodagem no futuro.

A cidade do Kilamba pontifica uma experiência piloto em relação ao modelo de gestão administrativa adaptado, que pode inspirar o processo de execução gradual das autarquias locais no país. É assim que ela é dirigida por um presidente da cidade, nomeado pelo governador da província de Luanda.

Terça-feira, o governador José Maria dos Santos conferiu posse a Joaquim Israel Baltazar de Oliveira Marques, nomeado no dia anterior presidente da nova cidade do Kilamba, que assume a responsabilidade de criar a gestão da nova centralidade, através de um regime organizativo e administrativo específico.

A nova figura de presidente de uma cidade surge em função das novas autarquias criadas em Decreto-Lei, no contexto de um modelo de descentralização administrativa no âmbito do qual não existem administradores.

O presidente da cidade do Kilamba disse aos jornalistas, na cerimónia de tomada de posse que a nova centralidade é uma experiência piloto que visa impulsionar deste modelo administrativo. “Vamos criar uma gestão autónoma”, referiu. J

Na mesma cerimónia foram ainda empossados o director provincial de Trânsito, Tráfego e Mobilidade, Jorge Bengue Calumbo, e as chefes de repartição de Estudos e Planeamento Urbanístico da Cidade do Kilamba, Epanði Antónia dos Santos Van-Dúnem e Djamilá Marisa Kandume Franco, para a gestão urbanística da cidade.

O MAT tem estado a colher experiências de países como Portugal e Moçambique, sobre o funcionamento das autarquias locais, gestão dos serviços municipalizados, prestação e aproximação de serviços aos cidadãos, atenção às camadas mais vulneráveis e o relacionamento entre o poder local e a administração central do Estado.

6.21 O fomento habitacional

Jornal de Angola
21 de Julho de 2011

As necessidades de habitação no país são inúmeras, havendo ainda muitos angolanos sem casa, o que tem levado o Estado a empreender esforços de ordem financeira para investir em projectos urbanísticos para se atender à enorme procura de habitações por parte de muitas famílias.

São já visíveis esses esforços e acredita-se que, paulatinamente, se hão-de resolver os problemas da falta de habitação, permitindo que um número considerável de angolanos tenha acesso a casas sociais.

O Estado está consciente das suas responsabilidades e vai continuar a desempenhar um papel activo no sentido de criar oportunidades para os cidadãos poderem ter um lar digno, no quadro da realização de direitos sociais.

O Estado, enquanto pessoa que prossegue o bem comum e a justiça social, vai assegurar que o nível de vida dos cidadãos melhore quantitativa e qualitativamente, e proporcionar a todos os angolanos a fruição dos benefícios resultantes do esforço colectivo de desenvolvimento.

O Executivo conhece profundamente a nossa realidade social e tem gizado programas que tem o objectivo atacar o problema da pobreza, concentrando-se, em particular, na tomada de medidas orientadas para a satisfação de necessidades de estratos da sociedade mais vulneráveis e carenciados.

O problema habitacional em Angola é complexo e a sua solução passa por uma combinação de esforços que têm de ser feitos pelo Estado e por outros actores, privados, que operam na área imobiliária e cuja experiência na área da gestão pode ser útil à concretização de diferentes projectos.

O Executivo percebeu que, havendo parcerias, podem desenvolver-se soluções diversas para a resolução do problema da habitação, tendo o Estado criado um Fundo de Fomento Habitacional que vai trabalhar com as imobiliárias para a promoção do desenvolvimento da habitação social. .

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando da Fonseca, anunciou que os cidadãos, instituições públicas e cooperativas que promovam a construção de habitações sociais no país podem recorrer ao Fundo de Fomento Habitacional, que, declarou, se destina apenas a dar suporte financeiro ao desenvolvimento habitacional, mas não a fazer gestão de projectos.

O ministro Fernando da Fonseca explicou: “O Fundo vai criar condições de apoio à promoção imobiliária, que já existe. E diferente de fazer a gestão. A gestão é para as imobiliárias”.

Sabe-se que o Estado vai assumir um conjunto de responsabilidades no domínio da habitação de baixa renda, de financiamento de infra-estruturas, da auto construção dirigida e de outros projectos a serem lançados.

O grande objectivo é ir diminuindo progressivamente as carências que existem em termos de habitação, garantindo a aquisição, pelos cidadãos, de casas a preços suportáveis.

Ao permitir que vários actores possam recorrer ao Fundo de Fomento Habitacional, o Estado pretende, além de aumentar a oferta de casas, criar condições para que haja diversidade em termos de projectos, o que pode resultar na boa qualidade das habitações sociais.

Os cidadãos esperam que as habitações sociais não venham a ser muito caras, tenham qualidade e boas condições de comodidade. Que nas novas áreas de desenvolvimento habitacional, em que o Fundo pretende

trabalhar com imobiliárias, cooperativas e associações, se tenha em devida conta a questão da qualidade dos empreendimentos.

Para se conseguir qualidade dever-se-á também prestar muita atenção à fiscalização das obras, que tem de ser rigorosa.

Se necessário for, devem-se formar especialistas para acompanharem as diferentes fases da construção das obras, a fim de termos empreendimentos duráveis. O que custa dinheiro deve ser bem feito.

As más experiências do passado devem servir para não se cometerem os mesmos erros. E preciso melhorar, quer a execução das obras, quer a sua fiscalização. Quem tem a responsabilidade de executar uma obra deve fazê-lo com zelo e honestidade e observar escrupulosamente as cláusulas contratuais.

Quem tem de fiscalizar as obras deve ser rigoroso no seu trabalho.

Uma obra imperfeitamente executada pode resultar em danos graves e, até mesmo, irreparáveis. Que se executem, pois, as obras com elevado sentido de responsabilidade.

E bem-vinda a iniciativa do Estado de criar um Fundo de Fomento Habitacional. A concretizarem-se os diversos projectos habitacionais, no quadro das parcerias que se pretendem estabelecer, numerosas famílias com baixos níveis de rendimentos podem vir a ter a oportunidade de adquirir uma casa, um sonho de milhares de cidadãos. Que este sonho seja uma realidade.

6.22 Jovens aguardam ansiosos pela divulgação de preços

Jornal de Angola
21 de Julho de 2011

Líderes de organizações juvenis pertencentes ao Conselho Nacional da Juventude (CNJ) pretendem saber os preços, as modalidades de pagamento e a data de início da venda dos apartamentos na Cidade do Kilamba.

A preocupação foi levantada ontem, durante uma visita efectuada à cidade do Kilamba, numa promoção do CNJ.

Os líderes juvenis e demais membros que acompanharam a visita mostram-se insatisfeitos pela falta de informação, até ao momento, sobre os preços, as modalidades de pagamento e a data de início da venda dos 3.180 apartamentos concluídos na primeira fase de execução do projecto habitacional.

Os jovens querem que os preços sejam estabelecidos de acordo com a capacidade financeira da maioria. De igual modo, pretendem que as modalidades de pagamento sejam flexíveis, para permitir que possam pagar os apartamentos a prestações durante 20 ou 30 anos.

O presidente da cidade do Kilamba, Joaquim Israel, não pôde satisfazer as inquietações dos jovens. Disse que a administração tem apenas a responsabilidade de

6.23 Fundo rodoviária e de habitação facilitam tarefa do executivo

Jornal o país do dia 22
de Julho de 2011

O estado angolano conta com duas novas instituições públicas de financiamento. Trata-se do Fundo Rodoviário e o Fundo de Fomento Habitacional.

O primeiro, criado pelo Decreto Presidencial no nº 42/11, que revoga os decretos nº 27/99 de Julho e nº 88/03, de 7 de Outubro e o Decreto Executivo conjunto nº 6/95 de 24 de Novembro, visa agregar todos os recursos financeiros destinados ao financiamento da conservação e manutenção das estradas de todo o país.

Este Fundo tem também a missão de fazer a cobertura das despesas da Rede Nacional Prioritária, com base numa gestão adequada e transporte dos recursos financeiros a ele destinados.

Por seu lado, o Fundo de Fomento Habitacional, instituído pela Lei nº 3/07 - Lei de Bases do Fomento Fernando Soares da Fonseca, Ministro do Habitacional, tem como objectivo a Urbanismo e Construção definição da política de estímulos do sector, essencial na concretização do direito a habitação que assiste a todos os cidadãos no quadro da Constituição.

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Soares da Fonseca, que falava durante o acto da tomada de posse das direcções dois instrumentos, disse ser importante ter

I neste momento formalizamos a tomada de posse dos membros, Os dois fundos estão em vigor desde a sua publicação no Diário da Republica.

Em conta as responsabilidades na regulamentação do sistema de crédito à habitação e na elaboração de propostas de lei sobre as isenções ou reduções da taxa de impostos na aquisição de imóveis, bem como a concessão de terrenos destinados à habitação.

Por outro lado, os referidos instrumentos comprovam a preocupação do Estado em assumir as suas responsabilidades face às suas obrigações e desafios perante a Nação. Nesta vertente, importa referir que o Executivo leva a cabo o programa nacional de habitação como um dos desafios estratégicos para resolução do problema da casa própria em todo o país.

A missão dos Fundos

O Fundo Rodoviário vai, precisamente, apoiar o programa de conservação das estradas nacionais, ao passo que o Fundo para a Habitação irá trabalhar com as imo-

bilírias, com as associações e cooperativas. Vai também promover novas áreas de cooperação, construir parcerias público privadas, bem como criar formas de cabimentos dos programas de habitação social, revelou o responsável no seu discurso.

“Neste momento formalizamos a tomada de posse dos membros. Os dois fundos estão em vigor desde a sua publicação no Diário da Republica. Vamos trabalhar no sentido de incorporar reservas financeiras disponíveis no Orçamento Geral do Estado e encaminha-los às instituições .

Acrescentou que o Fundo de Habitação irá obedecer a critérios rigorosos, em presença de situações em que seja solicitado o seu parecer ou decisão nesta matéria, uma medida para salvaguardar os interesses do cidadão e Estado.

Ao Fundo de Fomento Habitacional podem recorrer cidadãos, instituições públicas e privadas e cooperativas que promovam a construção de casas sociais, garantiu Fernando da Fonseca.

6.24 Mercado imobiliário ganha cerca de três mil novos apartamento

*Jornal semanario factual
de 16 a 23 de julho de 2011*

O mercado imobiliário ganhou, esta semana, cerca de 3,1 mil apartamentos, em consequência da inauguração da primeira fase do projecto da Cidade do Kilamba. Nesta primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, 3.180 apartamentos e 48 lojas.

A expectativa global do projecto contempla 710 edifícios, com infra-estruturas e equipamentos sociais modernos, que visam dar resposta tanto ao problema da carência habitacional quanto aos problemas de crescimento urbano do País.

Com a inauguração da Cidade do Kilamba e de outros projectos habitacionais em curso, tanto de Luanda, com de outras províncias, o mercado imobiliário deverá sofrer um significativo aumento da oferta que poderá contribuir para alguma quebra nos preços das casas e dos arrendamentos que nesta permanecem relativamente altos.

Para a aquisição dos apartamentos, o Executivo adoptou já um conjunto de mecanismos para evitar a especulação imobiliária, para facilitar o acesso àquelas famílias que não possuam residências próprias.

O segundo semestre de 2011 promete, assim, aquecer com o aumento da oferta de apartamentos no mercado, isto com a entrega dos primeiros 3,1 mil apartamentos

da Cidade do Kilamba Kiaxi. Com este aumento da oferta de casas, estima-se que deverá gerar um impacto substancial sobre os preços dos imóveis no mercado e a estabilidade dos preços e como um novo choque sobre a oferta de crédito.

Durante o primeiro trimestre do ano em curso, as vendas e o arrendamento de imóveis foram fortemente afectados, e os preços dos arrendamentos caíram em determinados casos em mais de 100%, devido ao aumento da oferta, segundo fontes ligadas ao negócio, mas também devido a uma quebra da procura, motivada pelo agravamento do crédito mal parado durante os primeiros meses de 2011.

Para economistas, a onda de especulação que, durante os últimos anos, afectou o mercado imobiliário pode estar a chegar ao fim, principalmente com a entrega dos apartamentos adiantados pelo Executivo, mas a situação do crédito na economia também pode ser gravemente afectado, já que a maioria dos projectos imobiliários que se espalharam por Angola foi financiada pela banca e que pode ver o crédito mal parado se agravar ainda mais nos próximos meses.

A preocupação com crédito mal parado motivou já o Banco Nacional de Angola (BNA) a criar a Central de Informação de Risco de Crédito que deverá entrar em funcionamento no final do segundo semestre de 2011 e actuar no sentido de minimizar os riscos derivados da falta de informação sobre a qualidade dos clientes e para a protecção do sistema financeira.

O crédito mostra uma fatia de mais de 40% do crédito concedido pela banca, cuja aplicação se destina essencialmente à compra de imóveis para a construção de casas e para a compra de veículos.

A situação do crédito apresenta um cruzamento relativamente elevado com o mercado imobiliário, tanto no financiamento dos projectos em si quanto no que toca à compra de imóveis, o que significa que os choques no mercado imobiliário poderão ter um impacto substancial sobre a banca e, conseqüentemente, sobre a estabilidade preços, já que persiste na economia um excesso de liquidez, motivado por problemas estruturais e que dificultam tanto a queda das taxas de juros, como a inflação para níveis abaixo dos 10%

Destaca-se que o choque na oferta de habitações tende a aumentar nos próximos tempos, e, à medida que forem terminando os cerca de 12 projectos em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte, se acresce a esses projectos as obras de requalificação de alguns municípios e resultará também numa maior disponibilidade de residências e em condições de habita-

bilidade que tendem a reduzir a pressão sobre o mercado imobiliário.

O Executivo adoptou, como parte integrante do seu Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, um Regime Financeiro e de Comercialização que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação.

O regime adianta os critérios mínimos de admissibilidade de acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação e que se resumem a: ser cidadão angolano possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria e ter um contrato de trabalho permanente ou de longo-prazo.

6.25 Quem serão os inquilinos da cidade do kilamba?

Jornal angolense

de 16 a 23 de julho de 2011

O “embrião” começou a ser projectado em 2008 e compreende 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de estradas. Este é o retrato fiel da nova centralidade do Kilamba Kiaxi – a “Cidade do Kilamba”. Ela se situa junto ao novo estádio de futebol 11 de Novembro. O projecto é uma parceria público privada e contempla várias infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e residuais. O único dilema do Kilamba é os critérios de atribuição ou adesão aos apartamentos - “o problema que estamos com ele”

Segunda-feira, 11 de Julho. O calendário assinala “Dia mundial da população”. A data foi instituída pelas Nações Unidas a 11 de Julho de 1987. Dados disponíveis apontam que até finais deste ano o número de pessoas no mundo vai atingir os 7 biliões. O mundo enfrenta ainda inúmeros problemas, sobretudo, nos países subdesenvolvidos, desde a elevada taxa de mortalidade infantil, da fome e da miséria e da falta de habitação, apesar dos esforços dos governos mundiais. E Angola não está fora desta realidade, daí como que a responder um desses graves problemas - o da habitação o Presidente da República, José Eduardo dos Santos QES), em mais uma jornada de campo o aguardavam para inaugurar a primeira fase da nova central idade do Kilamba Kiaxi - a “Cidade do Kilamba”.

A hora nove era reservada para a chegada do Chefe do Executivo, mas o ponteiro do relógio era imparável. Volvido algum tempo, a actividade já estava em mais de 50 minutos de atraso. O cenário estava requintado para

acolher a cerimónia e como tem sido prática nos últimos tempos, “discípulos” de Bento Bento, o secretário provincial do MPLA em Luanda, entoavam canções a indicar que estão de “mãos dadas” com o executivo.

Onze horas. Chegava a “Cidade do Kilamba” o Chefe de Estado. Depois das boas vindas e do discurso de JES, os presentes foram convidados a assistir a um filme sobre as várias facetas do mega projecto habitacional. São no total três fases, sendo que a primeira consistiu na construção de 115 edifícios, num conjunto de 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de estrada.

Este, é, de facto, um dos projectos diferentes dos já existentes, por comportar, praticamente todos os serviços. A sua conclusão está prevista para Outubro de 2012 e o projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, para além de 50 quilómetros de estradas. Até 2012 serão entregues mais 595 edifícios, num total de 16.822 apartamentos e 198 lojas.

O executivo preconiza que a nova centralidade seja um elo de transição para a nova cidade de Luanda, que segundo o Presidente da República vai se estender até à margem do rio Kwanza.

Uma cidade totalmente moderna, com infra-estrutura e equipamentos sociais, este modelo, segundo o Presidente, vem fazer face à carência habitacional e programar o crescimento urbano do país. Na criação da Cidade do Kilamba inscreve-se, pois, na forma moderna de se pensarem as cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que tem hoje”, disse.

O projecto não fica por aí. As outras províncias não ficaram à margem. O plano contempla mais de cerca de 36 centralidades, com cidades satélites, quatro dos quais já em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda-Norte, segundo, anunciou o Chefe do Executivo.

Estas centralidades vão ser também construídas nas províncias do Zaire, Malange, Kuando-Kubango (Menongue), Namibe, Huíla (Lubango), Benguela (Lobito) e Lunda-Sul.

A inauguração da cidade do Kilamba visou juntar empresários de vários ramos de actividade, cujo objectivo pretendeu apresentar os projectos de novas centralidades. “A apresentação dos projectos teve o objectivo de convidar empreendedores a participarem no processo que vem introduzir um conceito diferente de cidade, não com um, mas com vários centros”, disse o Presidente.

JES anuncia revisão da divisão administrativa

A divisão administrativa de Luanda e Bengo vai ser revista. O anúncio foi feito pelo Presidente da República e, segundo o Chefe do Executivo, vai permitir o surgimento de novas centralidades urbanas naquela parcela do território nacional. “Essa descentralização vai permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo de Luanda, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes”, anuiu.

Na ocasião, o Presidente apelou aos futuros moradores ao civismo, boa conduta e à colaboração, por forma a garantir a conservação e limpeza da nova centralidade. “Que todo este esforço do Estado seja correspondido pela nossa população, que deve adoptar um comportamento adequado a este tipo de habitação e colaborar para se assegurarem a conservação e a limpeza dos seus equipamentos e infra-estruturas”, apelou.

No fundo, o se pretende, fazendo fé nas palavras do mais alto magistrado da nação, “é ensaiar um modelo de gestão urbana funcional, simples, racional, transparente e cumprido r das suas atribuições, capaz de encontrar as melhores soluções para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos”.

Para tal, sugeriu, os quadros que integrem a futura administração da cidade têm de possuir as competências técnicas necessárias para o bom desempenho das suas funções e também sensibilidade para perceber quais as prioridades e as decisões mais acertadas, susceptíveis de contribuir para o aumento da eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos.

Depois de discursar, José Eduardo dos Santos visitou a sede da administração do “Kilamba”, alguns dos seus serviços, como por exemplo, o Guiché Único do Imóvel e percorreu os compartimentos de um dos apartamentos.

O acto foi presenciado por várias individualidades, alguns governadores províncias, religiosos e outros. Projecto abre esperança para juventude o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, considerou a nova centralidade do Kilamba Kiaxi como um ganho para os angolanos e abre uma nova esperança para a juventude. “É sinal de que o Governo está empenhado, em sucessivamente, melhorar as condições dos angolanos.

Para o responsável, os apartamentos hora inaugurados são de média e alta renda, mas estão já também em curso outros projectos em todo o país, como por exemplo, o

das 110 mil casas e das 200 casas em cada um dos municípios que vai atender a demanda habitacional. “Acho que é um bom sinal”, disse esperançado.

Bornito de Sousa explicou que a Cidade do Kilamba pertence ao município de Belas. “O município de Belas terá, certamente, o seu administrador. A Cidade do Kilamba vai ter um administrador, será, mais ou menos, como o presidente da câmara municipal. Tratar dos serviços municipalizados, como a água, a energia, recolha dos resíduos sólidos”, clarificou.

Com a nova central idade, segundo o ministro, se poderá tirar lições para as futuras autarquias. L..., o executivo angolano, em comunicado que tivemos acesso, tornou público esta semana às modalidades de adesão aos projectos habitacionais em excussão no país.

Segundo o comunicado, a Política Habitacional do Governo da República de Angola preconiza o aumento gradual da oferta de novos fogos habitacionais para progressivamente satisfazer a sua procura por todos os estratos sociais e níveis de rendimento dos cidadãos.

Neste sentido, refere o comunicado, o Governo aprovou o Programa Nacional de Urbanismo e Construção e, através do Gabinete de Reconstrução Nacional, deu início à implementação de projectos de construção de 44.722 fogos habitacionais nas cidades de Luanda, Cabinda e Dundo.

Em 2010, de acordo com a nota, a SONANGOL E.P., através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP), foi mandatada para concluir tais projectos. “O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação inclui igualmente a construção em todo o país de casas económicas, a autoconstrução dirigida e a construção de casas evolutivas para os cidadãos de menor rendimento, no meio rural e na periferia dos centros urbanos”, lê-se.

O documento declara estarem criadas as condições necessárias para que se dê início à comercialização e venda de fogos habitacionais (imobiliário habitacional); fogos comerciais (imobiliário comercial) e terrenos para iniciativas diversas.

Deste modo, de acordo com o comunicado, o mercado imobiliário passa a contar com mais 3.180 novos fogos habitacionais, de um total de 30 mil que serão comercializados até Dezembro de 2012; com 40 lojas comerciais de um total de 240 e com milhares de quilómetros quadrados de terrenos para iniciativas diversas, públicas e privadas, na Cidade de Kilamba e na vila de Cacucaco. Para o efeito, segundo ainda a nota, o Governo adoptou como parte integrante do seu Programa Nacional de

Urbanismo e Habitação um Regime Financeiro e de Comercialização, que prevê o envolvimento de instituições financeiras, bancárias e não bancárias, nas operações de crédito e de financiamento a longo prazo, como uma das opções para a aquisição de habitação.

O referido Regime estabelece critérios mínimos de admissibilidade de acesso à habitação construída no âmbito do Programa Nacional de Habitação, que se resumem a ser cidadão angolano, possuir residência permanente em Angola, não possuir casa própria, um contrato de trabalho permanente ou de longo prazo.

Mais adiante o documento refere que, o Regime Financeiro e de Comercialização define igualmente o modo como o cidadão poderá ter acesso à aquisição de uma habitação, o modelo de registo da propriedade dos imóveis e como obter a redução da despesa fiscal e tributária da habitação.

Com efeito, fazendo fé no documento, o Governo presta uma atenção especial ao registo da propriedade dos imóveis, definindo o desenho e o modelo dos documentos e a informatização dos processos de concessão dos títulos de propriedade, com a finalidade de garantir a segurança jurídica do título de propriedade.

Inscreve-se também neste sentido a criação do Guichet Único do Imóvel e a instalação de cartórios locais nas proximidades das novas centralidades, a fim de se aliviar a pressão sobre as conservatórias já existentes, tornando célere o processo de registo e reduzindo a potencial burocratização. “O Governo declara que desenvolverá esforços no sentido do cumprimento escrupuloso do processo de aquisição de habitação, de modo a não permitir e a dissuadir eventuais casos de açambarcamento e de especulação imobiliária, através de práticas comerciais desleais e lesivas ao normal funcionamento das instituições e dos mercados”, lê-se numa das alinhas.

O Governo esclarece, entretanto, que a SONANCOL, EP, através da sua subsidiária exclusiva, a Sonangol Imobiliária e Propriedades, Lda. (SONIP) e a KORA Angola divulgarão, conforme os seus respectivos programas e estratégia de comunicação, os detalhes sobre a promoção, comercialização e venda de cerca dos 200.000 fogos habitacionais actualmente em construção em todo o país.

6.26 Casa para todos sem cambalacho!

Jornal folha 8

16 de julho de 2011

Foi com muita satisfação que tomamos conhecimento da conclusão da primeira fase da construção das novas centralidades em Luanda. Situação esta que faz com que os angolanos contem com mais chances para verem resolvido mais um problema candente no país, a gritante falta de habitação condigna para os pacatos cidadãos.

De facto os edifícios ali constatados são de alta qualidade arquitectónica modernos e que vão permitir a todos q forem lá viver comodidade e melhores serviços.

Estamos a acompanhar os esforços (um Executivo que pretende cumprir to o que prometeu na véspera das eleições de 2008. até 2012 a construção de um milhão de casas e a criação de um mil hão de empregos. Queremos de coração que tudo se concretize. pelo menos I 75%. para o bem de todos nós. Ainda. nada vimos. mas cremos; pensávamos ser mais facultativo. mas começa já duvidoso e tudo obscuro; quando é que aqueles que não têm empregos ou são de baixa renda terão direito?

De promessas já estamos cansados. e Chegou a hora de exigirmos dos governantes trabalho, honestidade e, acima de tudo, respeito pelo cidadão que confia nele o direito de governar ou de traçar os destinos da nação. Pena é que muitos deles não compreendem o papel que devem exercer, o de servidor público, fazem das tripas o coração só para engordarem as suas contas e atenderem os pedidos das amantes e das catorzinhas com os dinheiros do estado, comprando carros caríssimos e outras coisas mais que nem vale a pena citar. Que tamanha falta de moral

Por esta razão, solicito aos responsáveis do meu país, fundamentalmente aos gestores das novas centralidades que cumpram escrupulosamente com os princípios da atribuição ou venda de tais residências, nada de corrupção, ambição desmedida ou outras formas de cambalacho, porque este é filho do senhor fulano, aquele é filha da dona beltrana e a sicrana é minha namoradina, etc. Estas coisas de cambalachismos e compadrismos têm de acabar para se repor a verdade dos factos. Quem já mora na cidade alta ou baixa com todas as condições dadas pelo Estado não deve retirar a possibilidade daqueles que nem um chimbeco têm Ponto prévio, meus senhores!

6.27 Kilamba dispõe de condições para uma vida condigna

Jornal O Independente
16 de Julho de 2011

O presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou no passado dia 11, a primeira fase da cidade do Kilamba, localizada a aproximadamente 20 quilómetros a sul do centro da capital, Luanda. Esta fase desenvolve-se numa parcela de 906 hectares e contempla a construção de 2002 apartamentos, 24 jardins-de-infância, nove escolas primárias e oito secundárias.

Possui ainda reserva de espaço para a construção de um hospital, quatro clínicas, 12 centros de saúde, três instituições financeiras, estações de correios, postos de abastecimento de combustível, unidades e esquadras de polícia, quartéis de bombeiros, parques de estacionamento e outras estruturas.

A cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e águas residuais para 35.000 metros cúbicos por dia, tendo também subestações de energia eléctrica e rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

Este projecto é uma parceria público-privado, abrangendo diversas vertentes que incluem projecto de engenharia, construção de edifícios, infra-estruturas viárias e hidráulicas. A implantação do maior projecto habitacional de Angola coube ao então Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) com o auxílio da Sonangol.

Em Outubro do ano passado essa responsabilidade foi transferida para a Sonangol Imobiliária a quem também compete a comercialização dos apartamentos. O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 8002 apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados.

Na ocasião, O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, afirmou, que a criação da cidade do Kilamba enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do país, cujas infra-estruturas não estão preparadas para suportar uma população de mais de cinco milhões de habitantes.

José Eduardo dos Santos falava no acto de inauguração da Cidade de Kilamba, tendo realçado que este é o primeiro passo importante do Executivo no sentido de dar resposta ao direito dos angolanos a uma habitação como mínimo de dignidade e conforto.

“Este é o maior projecto habitacional jamais construído no país e constitui, à escala global, um profundo exemplo da política social levada a cabo para resolver o deficit habitacional”, realçou. Segundo o Presidente da República, cerca de 36 centralidades ou cidades satélites foram projectadas pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) para serem erguidas faseadamente nas 18 províncias dos pais, das quais quatro já estão em

execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Lunda Norte.

.. Hoje foram apresentados a empreendedores privados os outros projectos de centralidades no Zaire, Malanje, Kuando Kubango, Namibe, Huíla, Benguela e Lunda Sul com o intuito de os convidar a participar neste processo”, frisou.

Asseverou que o surgimento de novas centralidades é a forma adoptada para se corrigir o crescimento desordenado das cidades, sobretudo das grandes cidades já sem espaço nem infra-estruturas para suportar a população no seu tecido urbano tradicional.

“ A cidade passa assim a ter vários centros habitacionais que dispõe de todas as condições para que os cidadãos possa relevar a sua vida normal sem terem de se deslocar para muito longe do seu local de residência”, pontualizou.

Mais de 218 edifícios construídos até Dezembro

Até Dezembro estarão concluídos mais 218 edifícios, correspondentes a seis mil 130 apartamentos no seguimento da primeira fase da implementação do projecto cidade do Kilamba. Segundo estimativas, as habitações poderão beneficiar mais de 40 mil pessoas. A zona vai ser entregue com oito jardins-de-infância, 78 lojas, quatro escolas primárias e duas secundárias.

Até Dezembro de 2012 estará concluída toda a primeira fase com a entrega de um total de 20 e dois mil apartamentos que vão ser habitados por cerca de 120 mil pessoas. A segunda fase do projecto prevê a construção de 40 mil edifícios, enquanto a terceira e última fase mais 20 mil apartamentos, para 500 mil beneficiários.

A cidade do Kilamba é um “gigante” urbano com 24 jardins-de-infância, 17 escolas entre primárias e secundárias, áreas de lazer e desportiva, hotelaria e restauração, zonas reservadas para o comércio, vias primárias e secundárias. A cidade do Kilamba está localizada a aproximadamente 20 quilómetros a sul do centro da capital, próximo ao Estádio Nacional 11 de Novembro.

O acesso à nova centralidade está facilitada pela primeira circular de Luanda, uma via com duas faixas de rodagem em cada sentido e separador central que poderá dar lugar a mais faixas de rodagem no futuro.

A implementação do maior projecto habitacional de Angola coube ao Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) com auxílio da Sonangol. Em Outubro de 2010 essa responsabilidade foi transferida para a Sonangol Imobiliária, a quem também compete a comercialização dos apartamentos.

A cidade do Kilamba é administrada, exclusivamente, por um presidente e um vice-presidente, que obedecem aos princípios da legalidade, desconcentração e aproximação dos serviços às populações.

6.28 PR lança primeira pedra de requalificação do perímetro do Futungo

Jornal O Independente
16 de Julho de 2011

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, procedeu nesta segunda-feira, ao lançamento da primeira pedra das obras de construção de infra-estrutura do projecto de requalificação do perímetro desanexado do Futungo de Belas, em Luanda.

Com 5.370.000 metros quadrados, o perímetro desanexado do Futungo de Belas foi objecto de um plano de reordenamento urbano com uma duração estimada em 10 anos de desenvolvimento. O projecto, segundo o prospecto distribuído na cerimónia, visa proporcionar o estabelecimento de um novo padrão para a cidade de Luanda, redefinindo e reordenando o uso residencial e turístico, propondo a construção de infra-estruturas, loteamento residencial, de comércio e serviços, equipamento de lazer e de apoio ao turismo.

O plano de desenvolvimento divide-se em três fases de construção de infra-estruturas, sendo a primeira num área de 135 hectares, na zona central do perímetro, com os terrenos que contornam o núcleo histórico do Futungo de Belas, e a segunda etapa, de 319 hectares, incluindo os terrenos da parte sul do perímetro.

A terceira fase, 83 hectares, abrangerá os terrenos a norte do perímetro, perfazendo um total de 537 hectares.

O projecto deverá ter lotes para habitação unifamiliar de mil a dois mil metros quadrados, para a construção de edifícios para apartamentos até dois pisos, para a construção de edifícios para comércio e serviços, assim como uma área destinada ao lazer, com hotéis de praia, convenções, entre outros.

Está igualmente prevista a preservação e ampliação de espaços verdes, com a criação de um parque temático e do eixo ecológico, a construção de marinas, atracadouros, espaços comerciais, amplos espaços para estacionamento e uma variedade de equipamento urbano e de apoio à prática de desportos náuticos.

6.29 Indisciplina e desobediência

Novo Jornal
22 de Julho de 2011

AMBIENTE DE pânico entre as vendedoras, correndo de um lado a outro, algumas delas com crianças às costas e banheiras ou embrulhos na mão, é o cenário que pode ser visto há pouco tempo. No meio das senhoras estão também alguns rapazes que fazem o mesmo negócio. “Sobreviver e não roubar para não ser preso” é o que eles defendem justificando assim o recurso à venda ambulante. Procuram uma razão para aquele cenário,

final fogem dos agentes da polícia como o diabo da cruz. Os fiscais, que trabalham geralmente a pé, não vêem muitas alternativas para apanharem, no mínimo, cinco dessas vendedoras que parecem estar melhor do que estes agentes do governo em termos de resistência. Já na ponte acontece o contrário, pelo menos foi o que verificou a reportagem no local. Os arredores estavam cheios de agentes da Polícia ou até uma esquadra móvel, mas a ponte continuava intacta com a gritante ausência das pessoas que fiscalizam o comportamento da população em lugares públicos ou violam as regras administrativas. As senhoras vendem os seus produtos normalmente, sem uma intervenção clara dos homens de quem elas mais fogem: os polícias e fiscais.

As administrações comunais ou municipais conhecem a realidade, mas preferem não comentar, admitindo que os departamentos de fiscalização têm uma palavra a dizer quanto a isso. Como sempre, em qualquer um desses lugares, a imprensa não recebe nenhum esclarecimento sem ordem “superior”.

Dos polícias localizados nesses pontos, em conversa informal, o que se colheu é que a teimosia dessas senhoras e de outros vendedores que usam as pontes, passeios ou largos para fazerem o seu comércio, “é persistente”.

Com alguma relutância, o agente de quem não podemos identificar o nome gravado no peito esquerdo da farda expressava facialmente algum resgate por a mesma cena repetir-se todos os dias. Do lado das vendedoras, a resposta é a mesma de sempre:

“Se não vendermos como é que vamos sustentar os nossos filhos?” Muitas vezes ao lado do lixo, urina ou outros dejectos humanos, elas posicionam-se para vender alimentos ou outros bens e a polícia (quase) nada faz.

Outro dos agentes respondeu que essa contenção permite que se evitem situações como ofensas corporais às senhoras ou mesmo o uso emocional das armas que pode originar ferimentos ou mortes. “Elas surgem muitas vezes com um ar de insulto aos agentes da autoridade como nós”, confessou o agente.

6.30 Cidade com Historia e carregada de futuro

Jornal O Independente
23 de Julho de 2011

Cidade de Luanda completou, a 25 de Janeiro, terça-feira última, 435 anos de vida. E, geralmente, por ocasião de mais um aniversário, os seus habitantes fazem reflexões sobre o estado de uma das mais belas cidades de África, com muitos problemas já identificados, principalmente nesta época chuvosa.

Que Luanda ainda tem muitos problemas, decorrentes de vários factores combinados, todos nós sabemos. Os problemas da capital foram há muito identificados pelas

autoridades, que têm reflectido sobre eles e tomado as medidas que se impõem para reverter o actual quadro de uma cidade cujas infra-estruturas não estavam preparadas para o crescimento, maioritariamente desordenado, que ela conheceu nos últimos anos.

Luanda fez anos e os seus habitantes ficaram a saber, com satisfação, por ocasião das comemorações de mais um aniversário da capital, que muita coisa há-de mudar, com o impulso da nova governação liderada por José Maria Ferraz dos Santos, que, no nosso entender, está a aplicar uma nova dinâmica, ao atacar os problemas mais crónicos, que vão desde o saneamento básico, o lixo, o reordenamento do trânsito automóvel, as construções anárquicas, com visitas surpresas que começaram pelo sector da saúde e certamente vão estender-se a outras áreas, com destaque para o sector da educação.

A decisão de se conceber um plano director para Luanda terá, certamente, resultado do facto dos problemas da capital, pela sua complexidade, não poderem ser resolvidos com paliativos. Os problemas de Luanda precisam ser resolvidos com terapias de choque, que conduzam a curas que resultem em infra-estruturas duradouras e em boa qualidade de vida para as suas populações.

No seu empossamento, o governador de Luanda referiu-se à necessidade de se trabalhar em grupo. “A união faz a força”, disse.

Mas urge, também, a necessidade de se ver a questão dos administradores, muitos dos quais deixam a desejar. Com a nova dinâmica que o executivo pretende dar aos municípios, os que não derem conta do recado devem saltar porque virão momentos de muita dinâmica e responsabilização.

José Maria dos Santos já constatou, in loco, que é lastimável a situação vivida pelos munícipes nos municípios do Cazenga, Rangel, Viana, Kilamba-Kiixi e Samba, sem esquecer a anarquia na Ilha do Cabo, em termos de construção civil e ocupação ilegal de espaços públicos (praias).

O semanário O Independente constatou que o governador, nas suas visitas ao airoso, gosta de caminhar a pé e conversar com os munícipes. Na visita à encosta da Boa Vista, José Maria dos Santos, surpreendentemente, parou, e atentamente ouviu e conversou com os moradores, maioritariamente jovens, que se queixaram da venda de água feita por um carro cisterna afecto à administração municipal da Ingombota.

Na ocasião, a administradora Suzana de Melo ficou sem jeito! .. Cenas iguais ocorreram na Samba e Rangel, por causa do lixo. Os respectivos administradores queriam mentir, mas os munícipes desmascararam todas as falcatruas frente ao governador.

Voltando à carga, um dos grandes problemas da capital, que os seus residentes querem ver solucionado, é o saneamento básico, que tem causado muitos transtornos às pessoas, sobretudo agora que se está em tempo de chuva.

Disse o governador de Luanda que “sem que se resolva o grave problema do saneamento geral da cidade, as pessoas vão continuar a viver situações semelhantes às que ocorrem depois das chuvas”.

Ao que parece, o saneamento da cidade constitui para as autoridades uma das questões centrais, no quadro dos vários problemas que Luanda tem. Na verdade, o crescimento de Luanda implica a existência de infra-estruturas que a possam sustentar, a fim de que as pessoas possam viver em ambiente sadio.

Apesar dos problemas de Luanda poderem levar ainda algum tempo a ser resolvidos, é bom saber que tudo está a ser feito para que a cidade capital cresça ordenadamente, um crescimento que não se limita à construção de habitações mas que implica também a prestação de importantes serviços à população, como o fornecimento de água potável e energia eléctrica.

Luanda é hoje uma grande cidade, que tem mais de cinco milhões de habitantes, pelo que se impõe a existência de um plano que preveja obras à altura da sua nova dimensão. Acreditamos que, daqui a alguns anos, os habitantes de Luanda terão uma capital com menos problemas e com mais qualidade de vida, o que por si só vai repercutir positivamente no crescimento e desenvolvimento dos cidadãos.

6.31 Mega projecto Luanda towers arranca em Agosto

Jornal agora do dia 23 de Julho de 2011

Problemas que estavam a atrasar o empreendimento estão resolvidos. Promotora imobiliária Escendo já está a colocar no mercado os espaços construídos pelas Soares da Costa .

Construção do mega empreendimento imobiliário Vista Club – Luanda Towers vai arrancar no mês de Agosto, avançou ao SOL fonte oficial da Soares da Costa, empresa que lidera o consórcio responsável pela empreitada.

Apesar da obra ter sido adjudicada em 2010, alguns problemas burocráticos têm atrasado o levantamento do edifício. Contudo, neste momento todos os problemas parecem estar já resolvidos, depois de a construtora portuguesa ter começado a mobilizar todos os recursos necessários para ‘colocar de pé este projecto.

O projecto do empreendimento inclui um centro comercial com uma área total de 28.00 m² e ainda três torres residenciais com 20 pisos cada onde estará incluído um hotel. Além destas valências, as Luanda Towers terão um parque de estacionamento subterrâneo.

A maior construtora portuguesa, a Mota Engil, também faz parte do consórcio que venceu o concurso para a

construção do Vista Club - Luanda Towers. Segundo apurou o SOL, empresas chinesas também estão envolvidas no projecto, que deverá estar finalizado em 2013. E a promotora imobiliária Escendo Ventures, S.A. já está a proceder à venda dos imóveis que serão construídos. Nova fábrica até 2014. A construtora Soares da Costa tem apostado intensamente no mercado angolano nos últimos 20 anos. Por isso mesmo, Angola representava 344,8 milhões de euros no volume de negócios de empresa em 2010, ou seja, 38,6 % do total, um resultado que cimentou a posição de Angola como o maior mercado do grupo detido pelo empresário Manuel Fino.

A aposta no mercado angolano irá concretizar-se na construção de uma fábrica de materiais de construção, num investimento que ficará entre os 45 milhões de euros.

“ Confirmando que será um projecto de cariz industrial”, disse numa entrevista ao SOL, o CEO Pedro Gonçalves. Nos próximos tempos a construtora irá alienar a um parceiro local, uma parte minoritária da empresa que constituiu neste mercado, a Soares da Costa Angola. “Reduzir a exposição ao mercado angolano de construção” e “reforçar as capacidades para entrar em novos sectores de actividade em Angola” são os principais objectivos da empresa liderada por Pedro Gonçalves.

A carteira de encomendas em Angola ronda os 446 milhões de euros, segundo as contas do primeiro trimestre da empresa

6.32 Governante defende participação activa dos agentes económicos

Jornal O Independente
25 de Julho de 2011

O ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Fonseca, defendeu uma maior participação dos agentes económicos e privados na promoção do sector imobiliário do país. Ao discursar na cerimónia de abertura da segunda edição do Salão Imobiliário (SIMA 2011), iniciado quinta-feira, o governante fez saber o executivo está a encontrar vias para a efectivação dos projectos que passa na disponibilização e concessão de créditos bancários aos agentes executores e utentes.

“Penso que com esta política o executivo estaria a garantir o bem-estar, o desenvolvimento social e melhores condições de habitabilidade a comunidade”, disse.

Relativamente a estratégia do desenvolvimento do ramo habitacional, segundo o ministro, a prioridade é a de promover o acesso a habitação adequada e todos os serviços básicos ao cidadão. “ A opção estratégica do Governo é desenvolver um mercado imobiliário forte onde o papel do Estado prende-se na criação de infra-estruturas básicas, da habitação social, dos equipamen-

tos de saúde e educação, bem como na promoção de um ambiente de mercado concorrencial”.

Para que estes objectivos sejam alcançados, segundo o ministro, o governo vai ocupar-se da função reguladora, planificação e controlo. No tocante aos critérios da aquisição de habitações, Fernando Fonseca, que não avançou os custos, disse ser por arrendamento ou pronto pagamento.

A decorrer de 23 a 26 do corrente mês, sob o lema “Habitação Para todos”, a 28 edição do SIMA, uma iniciativa da Feira internacional de Luanda (FI L), reúne especialistas nacionais e estrangeiros, fornecedores, parceiros de negócios, empresas e instituições angolanas, bem como profissionais do ramo.

Os promotores, e expositores vão apresentar soluções e projectos imobiliários de habitação, escritórios, espaços comerciais e terrenos, com oportunidades únicas de investimento a nível internacional. Entre os sectores em exposição, particular referência, para a mediação, promoção e gestão imobiliária, gabinetes de arquitectura, fiscalização de projectos, banca, seguros e instituições financeiras.

O SIMA 2011 tem por finalidade permitir maior dinamização do mercado através da promoção da oferta de imobiliário em Angola, contribuindo para a massificação do acesso à habitação. A exposição, decorre em simultâneo coma terceira edição do Salão de Mobiliário e Decoração (SDM). O evento, promovido pela FIL e Feira Internacional do Porto, conta com a participação mais de 50 empresas, entre angolanas e estrangeiras.

6.33 Gabinete de obras especiais rende grn

Jornal independente
30 de julho de 2011

O presidente da República vai, nas próximas semanas, promulgar o Decreto Presidencial que extingue o Gabinete de Reconstrução Nacional e cria o Gabinete de Obras Especiais (GOE), além de outro Decreto da mesma natureza que aprova os estatutos deste novo serviço.

Não se sabe se por lapso de memória ou por outra situação qualquer, mas vais ser preciso alguma engenharia jurídica para, digamos, «matar» o já existente Gabinete de Obras Especiais dirigido pelo engenheiro Manuel Clemente Júnior, para se dar vida ao novo GOE que servirá como órgão de consulta, análise, informação e apoio técnico do Presidente da República, na concepção e execução de obras públicas de importância estratégica, integradas no programa do Executivo.

É que o GOE actual é dono de algumas obras importantes, como a nova sede da Assembleia Nacional, cuja primeira pedra foi lançada pelo próprio Presidente da República, em Outubro de 2009. A obra que tem a fiscalização da empresa Dar-Al-Handasan e como empreiteiro a Teixeira Duarte Engenharia e Construção, tem prazo pelo execução de 36 meses, mais três meses de mobilização.

No dia em que foi lançada a primeira pedra o engenheiro Manuel Clemente Júnior, anunciou que obra vai reflectir o valor e o peso institucional das actividades desenvolvidas pelo Parlamento.

O projecto começou a ser esboçado em Janeiro de 1998. Em Dezembro de 2000, aconteceu a primeira revisão ao programa de espaços. Em Novembro de 2001, a segunda e última revisão do programa de espaço, que foi a matriz para o actual projecto.

Em Junho de 2003, foi feito o concurso público para a execução da primeira fase, que comportaria a execução da estrutura, alvenarias e redes técnicas. Concorreram sete empresas construtoras. Em Maio de 2006, foram actualizadas as propostas dos três primeiros classificados. Este ano, em Fevereiro, a obra foi adjudicada.

No terreno, os trabalhos começam com escavações e movimentos de terra, estruturas em betão armado e metálica, acabamentos de construção civil, instalações e equipamentos eléctricos, sistemas de sons, conferências, tradução simultânea, votação, detenção de incêndios, controlo de acessos, de estacionamento e projecção audiovisual.

6.34 SOS habitat

jornal agora
30 de julho de 2011

Quando o governo provincial de Luanda avançou com a demolição de casas do “Zé Povinho” na periferia, alegando ocupação ilegal de terrenos, ou ainda construção em zonas de risco, esteve sempre presente, em defesa do cidadão, esta organização não governamental criada há quase uma década. A SOS Habitat aparece, assim, no naipe de Ong destacadas na luta pela cidadania e melhor qualidade de vida, a exemplo da Adra ou ainda da ACC da Huíla e a Omunga de Benguela, com as quais trabalha em busca do objectivo comum. Sedeada na cidade capital, a Habitat continua imparável no combate à exclusão e vai daí a inauguração, amanhã, do primeiro centro de comunicação suburbano rotulado pelos activistas cívicos como parte das acções previstas contra o ostracismo económico, político e social a que está relegada a maioria da população. Pensa-se, assim, levar em tempo útil a informação aos homens e mulheres das comunidades. Boa iniciativa!

6.35 Aquém do prometido

Revista economia e mercado nº 83
Julho de 2011

Mais de um ano depois, e por razões que desconhecem, s vencedores do primeiro sorteio das 90 residências de média renda, em Luanda, atribuídas no âmbito do Programa Angola Jovem, ainda não receberam as chaves das casas.

A situação está a causar descontentamento no seio dos beneficiários, que afirmam não mais acreditar nas promessas do Governo. Nicolau Quimbila, um dos contemplados em Abril do ano passado, revela à Economia & Mercado que as autoridades se tinham comprometido entregar-lhe as chaves oito meses depois, tendo em conta que as residências ainda careciam de determinados apetrechamentos.

No entanto, até ao momento, e já passaram quinze meses, nenhum dos beneficiários recebeu a chave da respectiva residência, sendo que a nenhum deles é esclarecido o motivo do atraso, apesar de alguns já terem pago os exigidos 10% dos 170 mil dólares norte-americanos correspondentes ao valor das casas, o qual deve ser liquidado num prazo de 20 anos.

Em resposta, o director nacional da Juventude, Cardoso José, esclarece que as 90 casas já estão construídas e que só não foram entregues aos respectivos proprietários por não terem, até há bem pouco tempo, água canalizada e energia eléctrica da rede pública.

“Foi preciso mobilizar meios adicionais para que as residências tivessem água e luz. O processo das 90 casas está em fase de conclusão e dentro em breve faremos a entrega”, garantiu o responsável, que condena o facto de a maioria dos jovens que participaram do sorteio não ter prestado atenção às orientações dos organizadores. De acordo com o dirigente, alguns dos sorteados alegam não ter capacidade financeira para fazer o pagamento das habitações de média renda, quando antes tinham prestado uma informação completamente diferente.

“Pessoas nestas condições tiveram que ser adaptadas às casas económicas, cujos preços rondam os 50 mil dólares”, justificou.

A Economia & Mercado sabe, entretanto, que 30 beneficiários das habitações de 170 mil dólares já rubricaram contrato com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), aos quais foi garantido que receberão as casas na segunda quinzena de Julho, informação confirmada por Cardoso José.

Um problema nacional

No âmbito do Programa Angola Jovem, e três anos depois de se dar início às construções das habitações sociais, para jovens com idades compreendidas entre 23 e 35 anos, até ao momento foram distribuídas 2 837 unidades em seis províncias, sendo que em Cabinda ainda não foi erguida sequer urna, quando o plano do Executivo prevê a construção anual de cem casas em cada província.

Segundo o director nacional da Juventude, o caso de Cabinda deve-se ao facto de ainda não ter sido encontrado um espaço com dimensão suficiente, e com a necessária infra-estrutura, para se dar início às obras.

A capital do país não foge a esta realidade, mas Cardoso José afirma que em Luanda cerca de mil habitações sociais estão em fase de conclusão, nos bairros Camama, Zango e na Sapú. Mas, prossegue o dirigente, “o grosso das residências está nas províncias, sendo que os preços das mesmas variam entre 40 a 50 mil dólares e o prazo de pagamento vai até 20 anos, com urna mensalidade que ronda os 25 mil kwanzas”.

O programa de construção de casas sociais para juventude é uma parceria que envolve o Ministério da Juventude e Desporto, o BPC e os governos provinciais, sendo que a estes últimos cabe criar e disponibilizar as condições infraestruturais, ao passo que o primeiro se responsabiliza pela mobilização de recursos para o financiamento da construção junto do BPC. Segundo Cardoso José, o maior constrangimento que o Projecto enfrentou foi a crise financeira internacional, que afectou a economia angolana.

“Cars sukula” estagnados

A manchar o desempenho do Programa Angola Jovem está igualmente o caso das máquinas de lavar carros, os famosos “Cars sukula”, que durante a realização do Campeonato Africano de Futebol se viam a circular pelas ruas da capital do país, mas que passados oito meses acabaram por se avariar, fazendo com que os lavadores de carros voltassem às condições antigas.

André Domingos, responsável pelos jovens que receberam estes aparelhos, revela que estes duraram apenas oito meses devido à falta de manutenção e à ausência de peças de substituição no mercado nacional. Reconhecendo o fracasso, Cardoso José adianta que a aquisição dos “Cars sukula” foi suspensa, argumentando que são equipamentos de fácil desgaste para a realidade nacional, sendo que, reforça, “a falta de material de reposição foi um factor crucial na tomada desta decisão”. “Podemos considerar que foi pouco eficaz para o objectivo que se pretendia, e, portanto, suspendemos os kits de lavagem de carro”, admite o dirigente, para acrescentar a seguir que “alguns dos lavadores foram adaptados para outros pro-

jectos, o que André Domingos nega, assegurando que “todos aqueles que trabalhavam com os carrinhos voltaram a lavar carros na rua”.

Domingos André lamenta que o Ministério da Juventude e Desporto tenha deixado de distribuir o equipamento, pois, segundo ele, nas actuais condições, devido à ausência deste, os lavadores Ainda nenhum beneficiário do sorteio das 90 residências em Luanda recebeu as chaves da respectiva residência.

De carro são constantemente interpelados pela fiscalização da cidade de Luanda “Na altura em que utilizávamos os «Car sukula», as lavagens de carros eram dinâmicas e não se gastava muita água. Dois litros eram suficientes para se, dar o brilho’, ao passo que com os baldes consumimos 30 litros de água por carro”, protesta.

A maka dos créditos

A primeira modalidade do “Angola Jovem” foi o “Crédito Jovem”, mas também aqui se encontram altos índices de insucessos, em particular devido aos baixos níveis de reembolso verificados em algumas províncias.

O motivo, segundo fontes, tem que ver com a falta de preparação profissional dos beneficiários que deveriam ser submetidos a cursos de gestão de pequenos negócios.

O director provincial da Juventude e Desporto da Lunda-Norte, André Parni, revelou recentemente ao Jornal de Angola que, naquela província, mais de 50 cooperativas juvenis que beneficiaram da primeira fase desta modalidade de crédito, em 2008, têm dificuldade de reembolsar o dinheiro concedido pelo BPC e que das 58 contempladas apenas duas liquidaram as dívidas.

Embora admita este facto, Cardoso José argumenta que, do mesmo modo que há insucesso no reembolso dos créditos, também há províncias em que o mesmo tem sido bem feito, focando, principalmente, as do sul do país.

No que toca ao “crédito jovem”, esclarece o responsável, foram formadas acima de 1 700 cooperativas, que apresentaram 2 500 planos de negócios, dos quais acabaram por ser apoiados 4 563 jovens, com um recurso financeiro total na ordem dos 5 milhões e 600 mil dólares. “O crédito é solidário, e as cooperativas normalmente são constituídas por quatro a seis pessoas, mas apenas o líder recebe formação, só que o reembolso dos créditos concedidos é feito de forma colectiva, uma vez que o programa tem uma conta única no BPC”, esclarece.

Vários jovens, de diferentes regiões do país, criaram cooperativas em diversas áreas de actividade, e com base nos interesses da juventude o Angola Jovem criou oportunidades de emprego, como são os casos dos bares móveis, a

famosa roulotte, serralharia, material de pesca artesanal e os Cars sukuta. Cada província recebeu 400 itens das diversas modalidades, à excepção de Luanda, que obteve mil.

Os materiais estão a ser vendidos ao preço real da compra, mas todos os custos adicionais na altura da transferência do material for absorvidos pelo projecto. De todos os kits, os bares móveis o Crédito Jovem beneficia acima de 1 700 cooperativas, que apresentaram 2 500 planos de negócios, dos quais acabaram por ser apoiados 4 563 jovens, com o recurso a 5 milhões e 600 mil dólares.

A manchar o desempenho do Programa Angola Jovem está igualmente o caso das máquinas de lavar carros, os famosos “Cars sukuta”, que durante a realização do Campeonato Africano de Futebol se viam a circular pelas ruas da capital do país, mas que passados oito meses acabaram por se avariar, fazendo com que os lavadores de carros voltassem às condições antigas.

São os mais caros, estando no valor de 20 mil dólares por unidade. Já as recauchutagens estão na ordem de 15 mil dólares norte-americanos. Questionado sobre o percurso do projecto, o director nacional da Juventude afirma que não está satisfeito e que gostaria de fazer muito mais.

“Quando digo que não estou satisfeito refiro-me à capacidade de satisfazer toda a demanda, que é grande, mas não podemos dar aquilo que não temos.

Queremos melhorar, dar mais oportunidade à juventude para que o número de beneficiários cresça”, assegura o responsável.

Centros comunitários são prioridades

Embora o Programa contemple a construção de Casas da Juventude em todas as províncias, ou seja, uma em cada cidade, apenas existem cinco destas infra-estruturas no país, sendo que, em seu lugar, será construídos numa primeira fase centros comunitária.

“O Ministério da Juventude e Desporto está mais preocupado com os centros comunitários porque, de facto, no conjunto, além de darem mais visibilidade à instituição, oferecem, por província, uma área de longe superior a um único estabelecimento como são as Casas da Juventude”, argumenta Cardoso José, acrescentando que actualmente já funcionam 600 estruturas em todo território nacional, e cerca de 25 estão em fase de conclusão.

“O objecto social destas duas estruturas é o mesmo, mas a diferença está na dimensão”, esclarece.

As cinco “Casas da Juventude” estão nas cidades do Sumbe, Lubango, Ondjiva, Luena e em Luanda, mas há um número crescente de jovens que frequentam estas

instituições e que andam descontentes com os serviços que nelas são prestados.

Esmeralda Solange, de 25 anos, considera que as estruturas da Casa da Juventude de Viana têm sido mal aproveitadas, e critica o facto de se impedir que os jovens utilizem o anfiteatro, a sala de informática e a de estudo, privilegiando o arrendamento dos salões de beleza e dos quiosques que, segundo comenta, “rendem mais aos responsáveis”.

Na mesma linha, Adriano Cunha, morador do bairro Luanda Sul, mostra-se descontente com os gestores do espaço. “A utilização do campo de futebol de salão tem sido um bicho-de-sete-cabeças, principalmente porque os responsáveis preferem alugar o local a organizadores de festas a cedê-los a equipas que queiram praticar desportos, quando é para este fim que o espaço foi construído”, alerta. A Casa da Juventude de Viana foi a primeira a ser erguida no país, em 2006, e custou aos cofres do Estado 3 972 mil dólares. O investimento, que ocupa uma área de 7 294 metros quadrados, é composto por anfiteatro, videoteca, sala de informática, sala de estudo e de jogo, salão de beleza, alojamentos, quiosques, sala de reuniões e campo multiuso. Aloja cursos básicos de corte e costura, informática, estética, gestão de liderança e associativismo, línguas nacionais e artes e ofícios.

Nos próximos tempos a capital do país vai contar com urna Casa da Juventude Nacional. O projecto já foi aprovado, mas aguarda pela cedência dos recursos financeiros. Numa primeira fase o programa tencionava abranger uma cifra de dez mil beneficiários, segundo o director nacional da Juventude. Já foram favorecidos nove mil.

6.36 Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo

*Jornal semanario factual
de 16 a 23 de julho de 2011*

Cidade do Kilamba, com infra-estruturas e equipamentos sociais modernos, vem dar resposta a dois propósitos fundamentais do Executivo angolano: fazer face à carência habitacional e programar o crescimento urbano do País, mas há outro objectivo, apenas revelado recentemente, o de colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo.

“Não escondemos a nossa ambição de inserir Luanda no conjunto das maiores e mais belas cidades do mundo”, disse, no dia 11 de Julho deste ano, o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, ao discursar durante uma

cerimónia que juntou altos responsáveis do Gabinete da Presidência da República, deputados, membros do Executivo, representantes do poder local, diplomatas e entidades eclesíásticas.

José Eduardo dos Santos inaugurou, na segunda feira, 11, a Cidade do Kilamba, a cerca de 20 quilómetros do actual centro de Luanda. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e 10 quilómetros de estrada. A nova Cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe da capital do País que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O Presidente da República considerou a inauguração da cidade do Kilamba o primeiro passo do Executivo para responder ao direito dos angolanos e à “habitação, com um rumo de dignidade e de conforto”. “E o maior projecto habitacional jamais construído em Angola e constitui um profundo exemplo da política social levada a cabo em Angola, para resolver o défice habitacional”, disse.

Lembrou terem sido projectadas cerca de uma dúzia de “centralidades ou cidades satélites de diversos tamanhos pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional, a fim de serem construídas, faseadamente, nas 18 províncias do País”.

“Dos cerca de 12 projectos, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, do Bengo, de Cabinda e da Lunda-Norte. Na capital, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios que correspondem a 16.822 apartamentos e a 198 lojas”, disse.

A inauguração da cidade do Kilamba serviu para juntar empreendedores privados de vários ramos de actividade, num encontro que pretendeu apresentar os projectos de novas centralidades, idênticas à do Kilamba, nas províncias do Zaire, de Malange, do Cuando-Cubango, do Namibe, da Huíla, de Benguela e da Lunda-Sul.

José Eduardo dos Santos sublinhou que a apresentação dos projectos teve por objectivo convidar empreendedores a participarem no processo que venha a introduzir um conceito diferente de cidade, não com um, mas com vários centros.

“A construção da Cidade do Kilamba inscreve-se na forma moderna de se pensar nas cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do País, ruias infra-estruturas

não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que hoje há”, referiu.

Luanda e Bengo

O Presidente José Eduardo dos Santos anunciou a revisão da divisão administrativa de Luanda e do Bengo e, com ela, o surgimento de novas centralidades urbanas na região. Trata-se de um esforço que se insere no processo de desconcentração em curso, visando a descentralização político administrativa.

“Essa descentralização vai permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo de Luanda, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes”, defendeu.

José Eduardo dos Santos sublinhou que os futuros habitantes da cidade do Kilamba, além de um lugar digno para morar, vão dispor de diversos serviços administrativos e comerciais, escolas, centros de saúde e áreas de lazer, num espaço saudável e com segurança organizada.

6.37 Executivo preconiza redução do défice habitacional

Jornal agora
30 de julho de 2011

Ao intervir no balanço do segundo trimestre, o ministro de Estado recordou que foi prometido no primeiro trimestre que grande parte do esforço se concentraria na conclusão da primeira fase da nova centralidade do Kilamba, localizada a 20 quilómetros a sul da capital.

“Tivemos que fazer um modelo de organização administrativa desta nova centralidade e conseguimos fazer o lançamento da cidade do Kilamba como esperávamos e ao longo do trimestre nos concentramos na criação de condições organizativas e logísticas e se criou um modelo de estão para aquela cidade”, anotou.

O Chefe da Casa Civil da Presidência da República anunciou que se fez a redução de encargos fiscais que pudessem amenizar os preços das residências.

“Consideramos esta promessa como cumprida, onde se fez sair um comunicado onde anunciou os critérios de acesso aos apartamentos construídos na nova centralidade, cumprindo com a promessa feita aos cidadãos”.

A opinião pública está espera pelo preço final de cada apartamento e também pretende saber como se poderá ter acesso, ao conhecimento do sistema e a sua comercialização, onde pressupostos serão anunciados pela empresa imobiliária encarregue da no” I centralidade.

“O Executivo procura encontrar um preço que permita a recuperação do investimento, mas também que se assegure um preço acessível ao cidadão”,

Realçou igualmente que apesar das medidas de redução de encargos fiscais e parafiscais, chegou-se à conclusão que o preço é relativamente alto, razão que leva o Executivo a realizar estudos visando a sua redução. “No encontro mantido com os bancos para ver as condições de acesso ao crédito, ficou por se definir quais as garantias que o Estado deve dar o tempo de reembolso dos empréstimos”.

Chamou a atenção o facto de Carlos Feijó não ter revelado o preço mínimo de um apartamento no Kilamba, embora uma fonte do AGORA assegurou que um T3 pode ficar por 180 mil dólares.

Recorde-se que o último balanço do Executivo, referente ao I trimestre deste ano, teve lugar a 20 de Abril último, durante o qual destacaram-se a abordagem de aspectos versados à reforma do Estado, finanças públicas e política monetária, programa habitacional, planeamento económico, sectores social e produtivo, situação nas províncias e política externa.

Moradores foram realojados e o prédio é demolido

6.38 Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo

*Jornal semanario factual
de 16 a 23 de julho de 2011*

Cidade do Kilamba, com infra-estruturas e equipamentos sociais modernos, vem dar resposta a dois propósitos fundamentais do Executivo angolano: fazer face à carência habitacional e programar o crescimento urbano do País, mas há outro objectivo, apenas revelado recentemente, o de colocar Luanda entre as maiores e mais belas cidades do mundo.

“Não escondemos a nossa ambição de inserir Luanda no conjunto das maiores e mais belas cidades do mundo”, disse, no dia 11 de Julho deste ano, o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos, ao discursar durante uma cerimónia que juntou altos responsáveis do Gabinete da Presidência da República, deputados, membros do Executivo, representantes do poder local, diplomatas e entidades eclesiásticas.

José Eduardo dos Santos inaugurou, na segunda feira, 11, a Cidade do Kilamba, a cerca de 20 quilómetros do actual centro de Luanda. Numa primeira fase, foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e 10 quilómetros de estrada. A nova Cidade, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches,

nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de estradas, constitui um elo de transição para a nova urbe da capital do País que se vai situar junto à margem do rio Kwanza.

O Presidente da República considerou a inauguração da cidade do Kilamba o primeiro passo do Executivo para responder ao direito dos angolanos e à “habitação, com um rumo de dignidade e de conforto”. “E o maior projecto habitacional jamais construído em Angola e constitui um profundo exemplo da política social levada a cabo em Angola, para resolver o défice habitacional”, disse.

Lembrou terem sido projectadas cerca de uma dúzia de “centralidades ou cidades satélites de diversos tamanhos pelo então Gabinete de Reconstrução Nacional, a fim de serem construídas, faseadamente, nas 18 províncias do País”.

“Dos cerca de 12 projectos, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, do Bengo, de Cabinda e da Lunda-Norte. Na capital, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios que correspondem a 16.822 apartamentos e a 198 lojas”, disse.

A inauguração da cidade do Kilamba serviu para juntar empreendedores privados de vários ramos de actividade, num encontro que pretendeu apresentar os projectos de novas centralidades, idênticas à do Kilamba, nas províncias do Zaire, de Malange, do Cuando-Cubango, do Namibe, da Huíla, de Benguela e da Lunda-Sul.

José Eduardo dos Santos sublinhou que a apresentação dos projectos teve por objectivo convidar empreendedores a participarem no processo que venha a introduzir um conceito diferente de cidade, não com um, mas com vários centros.

“A construção da Cidade do Kilamba inscreve-se na forma moderna de se pensar nas cidades e enquadra-se nos esforços do Executivo para fazer face ao constante crescimento da capital do País, ruínas infra-estruturas não estão preparadas para suportar a população de mais de cinco milhões que hoje há”, referiu.

Luanda e Bengo

O Presidente José Eduardo dos Santos anunciou a revisão da divisão administrativa de Luanda e do Bengo e, com ela, o surgimento de novas centralidades urbanas na região. Trata-se de um esforço que se insere no processo de desconcentração em curso, visando a descentralização político administrativa.

“Essa descentralização vai permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo de Luanda, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes”, defendeu.

José Eduardo dos Santos sublinhou que os futuros habitantes da cidade do Kilamba, além de um lugar digno para morar, vão dispor de diversos serviços administrativos e comerciais, escolas, centros de saúde e áreas de lazer, num espaço saudável e com segurança organizada.

6.39 Desafectação de terrenos de orla costeira

Jornal independente
30 de julho de 2011

O Conselho de Ministros apreciou, na sua mais recente sessão, um memorando sobre a aplicação das deliberações do Conselho de Ministros no anterior quadro constitucional, em que lhe era reconhecida competência deliberativa (é hoje um órgão de consulta), sobre o Plano da Orla Costeira.

Apreciou igualmente o Decreto Presidencial que aprova o Regime de Desafectação dos Terrenos de Domínio Público da Orla Costeira. Com este Decreto, o Executivo vai proceder à transferência dos terrenos do domínio público compreendidos no perímetro da orla costeira, para o domínio privado dos respectivos governos provinciais, com vista a materializar o plano de desenvolvimento urbano e turístico da orla costeira.

O comunicado do secretariado do Conselho de Ministros esclarece que ficam excluídos do âmbito de aplicação do Decreto Presidencial que aprova o Regime de Desafectação dos Terrenos de Domínio Público da Orla Costeira, as áreas sob jurisdição portuária, que são reguladas por diploma próprio, além das áreas militares.

O órgão de consulta do Chefe do Executivo apreciou um outro Decreto Presidencial, que dá por findo o mandato dos membros do Conselho de Administração da CENCO-EP, e nomeia uma comissão de gestão constituída por cinco elementos, sob coordenação de Valentim Joaquim Manuel. Essa medida surge na sequência dos esforços do Executivo no sentido de reestruturar o sistema de logística e distribuição de bens essenciais à população.

Ainda na sessão de ontem, o Conselho de Ministros debruçou-se sobre o Decreto Presidencial que aprova a Carta sobre a criação do Centro de Coordenação de Investigação do Desenvolvimento Agrário da África

Austral “CCARDESA”, além dos Decretos que aprovam os estatutos orgânicos das Universidades Katyavala Buila, Lueji ANkonde, Agostinho Neto, Kimpa Vita, Mandume Ya Ndemofayo, 11 de Novembro e José Eduardo dos Santos.

Outros dos diplomas apreciados pelo Conselho de Ministros foram a proposta de Lei do Cinema e do Audiovisual, o relatório de execução da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e as medidas tomadas pelo Presidente da República para a sua aplicação, bem como os Decretos Presidenciais que aprovam a Política para a Pessoa Portadora de Deficiência e a estratégia para a sua protecção.

O órgão de consulta do Presidente da República deu parecer positivo à proposta de Lei que cria os parques nacionais de Mavinga e de Luengué-Luiana, na província do Kuando-Kubango, e do Maiombe, em Cabinda. A criação dos parques nacionais visam, segundo o comunicado do Conselho de Ministros, assegurar a protecção e conservação da biodiversidade, em harmonia com o desenvolvimento económico e social do contexto geográfico onde os mesmos estão inseridos.

7 TERRA

7.1 Policia acusado de falsificar documentos

*Jornal folha 8 do dia 02
de Julho de 2011*

Depois de muita insistência e ameaças de morte, dia 16 de Junho de 2011, 5- Feira, o Oficial da polícia da 12Esquadra no Kazenga, João Culeca conseguiu seus intentos ao desalojar compulsivamente a família que de acordo documentos apresentados e depoimentos colhidos é de facto a proprietário do terreno onde tem erguida a casa desde 1999. Pedro Culeca, surgiu com um esquadrão de polícias da 12 Esquadra do Cazenga, chefiado pelo Comandante Kalily, exibindo um Mandato de Penhora, a priori falsificado, porquanto, pese embora vir mencionado o nome da Juíza Doutora Lizete da P.V. da Costa e Silva, não vem por ela assinada, o ajudante não assina em seu nome; não traz mencionada a data de despejo, o número da casa, nem da Rua, o advogado da família António de Oliveira Paciência, nunca recebeu notificação alguma sobre o Processo de Execução. Porquanto, Matias André António dispõe de documentação devidamente comprovada que atesta ser o proprietário legal do património em litígio:

Título de Conceção devidamente assinado pelo então Governador de Luanda, Aníbal Rocha, datado 26 de Setembro de 1999, com base ao Processo nº 2380/96; bem como os pareceres favoráveis da Comissão de Moradores do Sector 4, da Zona 19 B Tala Hady, de 25 de Agosto de 1996; assim como títulos comprovativos do pagamento das taxas de ocupação de terreno do Departamento de Contabilidade e Gestão Orçamental do Governo da Província de Luanda.

A família de Matias André António e Domingas António Faria, composta por 12 elementos, incluindo sobrinhas e netos, que habitava na Residência construída há 12 anos, vivia em sossego no centro do Cazenga, Bairro Tala hadi, nas proximidades do Centro de Formação do Cazenga na Rua 29 A, conhecida também como Rua dos doentes, começou a ser ameaçada pelo senhor João Pedro Culeca, alegando que o terreno que os primeiros ocupavam era herdade sua. Entretanto, não apresenta até. Data nenhum documento comprovativo Começou desde então a dança do vem com as autoridades, policia e tribunal. Teimosamente, único documento que Culeca apresentava era um papel designado pedido de projecto. Valendo-se da função que ocupa na Polícia, dia 7 de Dezembro de 1999, resolveu vandalizar a casa com picaretas e espanaram a senhora que lá encontraram, isto com a ajuda de polícias que se fizeram transportar em três Hiaces. Valeu a pronta intervenção da vizinhança

que em socorro correu com os invasores. Em consequência, junto da 12- Esquadra, cazenga, foi aberto um Processo com o nº3592/99. Culeca nunca compareceu e esteve muitos meses desaparecido. Depois voltou, foi a DNIC e caprichosamente abriu um Processo calunioso contra Matias André António, acusando-o de traficante de droga e altamente perigoso. Foi urdido um Mandato de Captura contra Matias. A confusão durou assim mais de 11 anos até este horroroso dia 16 de Junho do ano em curso.

Nisso tudo, o mais estranho é que o polícia está a pedir 20 mil dólares americanos em indemnização porque ele declara, mas não prova que foi destruída uma casa ali, quando testemunhas confirmam que há mais de 22 anos aquela área era um terreno baldio inundado de lixo e carcaças de viaturas. E mais, como é que instituições estatais legalizam um terreno que já tinha dono e o reivindicador não consegue provar coisa nenhuma durante mais de 11 anos?

O certo é que a família com um bebé de dois meses foi posta na rua pelos polícias a mando de Culeca, e vive na rua desde 16 de Junho. As vítimas pedem que se faça justiça. Contactos feitos, dificuldades para obtenção de números de telefones; outros, sem argumentos.

7.2 Bento Soito tira sono à população da Sapú

*Semanário Internet
08 de Julho de 2011*

Os populares que têm terrenos na jurisdição do bairro da Sapú, no município de Viana, estão desapontados com a equipa de arquitectos do Governo Provincial de Luanda, dirigida por Bento Soito, devido à venda, alegadamente, por parte destes de parcelas já ocupadas há muito tempo. De acordo com os lesados, a situação toma-se crítica, na medida em que na calada da noite aparecem na zona elementos, incluindo polícias, alegadamente, a mando de Bento Soito, vendendo até os terrenos cujos donos têm toda a documentação. Os policiais são acusados de fazer ameaças de morte aos populares que passam na altura em que estão a “operar”.Recentemente, foram ameaçados, na presença do repórter deste jornal, os pedreiros que levantavam as paredes de uma futura residência, tendo os polícias manipulado as pistolas . e apontado na cabeça dos mesmos. O elenco de Bento Soito, como os mesmos se identificam, apoderaram-se, em várias ocasiões, de materiais de construção, mesmo depois dos proprietários terem exibido a documentação que lhes permitia construir.

O segundo comandante da esquadra da

Sapú é acusado, também, de ser conivente nos actos do seu efectivo, tendo recentemente se envolvido numa contenda entre polícias e pedreiros que estavam a construir uma residência.

“Eu fui contratado para fazer os trabalhos, o dono da obra apresentou-me toda a documentação comprovando a legalidade do terreno, mas apareceram cá alguns senhores dizendo que eles são os donos do terreno. Depois de uma pequena discussão entre nós apareceram elementos da polícia acompanhados do segundo comandante da esquadra da Sapú que ordenou a nossa prisão”, contou uma fonte deste jornal, acrescentando que, os algozes levaram tudo quanto é material e que alguns pedreiros ainda se encontram detidos. “Os equipamentos apreendidos estão orçados em mais de 15 mil dólares”, sublinhou, visivelmente desapontado. Segundo nos foi dado a saber, Bento Soito e a sua equipa quando aparecem no terreno, nunca avisam, nem querem dar ouvidos aos menos desfavorecidos. Vão sempre com o pretexto de fazer vistoria. Os moradores conhecem os agentes da polícia que operam na zona ao lado de Bento Soito, estando disposto à denunciá-los caso sejam solicitados pelas autoridades. Os nossos esforços para contactar o segundo comandante da polícia da Sapú, bem como o arquitecto Bento Soito, ficaram sem efeitos, pelo que voltaremos ao assunto nas próximas oportunidades.

7.3 Fazendeiros incapacitados poderão perder propriedades

Jornal o país

08 de aajulho de 2011

Os proprietários de fazendas agrícolas que até Setembro próximo mostrarem incapacidade para o exercício da actividade poderão perder as suas propriedades que serão entregues a outros agentes capazes de desenvolver a produção na província de Benguela. Este ultimato foi lançado nesta quarta-feira, no município da Ganda, província de Benguela, pelo director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Abrantes Carlos Sequesseque, durante o encontro de esclarecimento e auscultação com líderes de vários grupos sociais.

Em declarações à Angop, no [mal do encontro, Abrantes Sequesseque defendeu que a medida faz parte de um conjunto de orientações do ministro de tutela, na realização do primeiro encontro de produtores.

Informou que existem na província duas mil e 800 fazendas, das quais 98 por cento não desenvolvem qualquer actividade de produção agrícola, factor que contribui para o desemprego e ausência de rendimentos económicos e sociais. No município da Ganda, das 280 fazendas existentes, das quais 193 foram cedidas a agricultores, somente 12 estão reactivadas.

Segundo Abrantes Sequesseque, o governo provincial orientou as administrações municipais a consultarem os actuais proprietários dessas fazendas, para inteirar-se da sua disponibilidade e intenção de reactivação, no âmbito do crédito de investimentos.

Deu a conhecer que o governo quer essas fazendas a funcionar para criar postos de trabalho e de produção daí a necessidade dos administradores municipais convocarem os fazendeiros para que até Setembro próximo se pronunciem sobre os projectos que tem para o relançamento da produção. “Para os fazendeiros que não se pronunciarem até esse período, o governo entregará a propriedade a outros parceiros com capacidade de explorar as respectivas fazendas”, advertiu. Disse que a província é considerada um potencial agro-pecuária que deve ser explorado, mas que nos últimos tempos tem se encontrado alguns entraves, tanto por parte dos agricultores, como dos camponeses. Abrantes Sequesseque afirmou que o governo decidiu promover consultas públicas em todos os municípios, para auscultar os membros das comunidades e saber o que se passa dentro das reservas, sobretudo das antigas fazendas coloniais. “A intenção do governo é desenvolver a produção agrícola a nível do país com o envolvimento dos camponeses e do sector empresarial, daí que urge a necessidade de saber como as próprias comunidades pensam, formas de harmonização da produção agrícola e gestão dos conflitos de terra”, frisou.

7.4 Solos do Kwanza-Norte são considerados aráveis

Jornal de Angola

12 de Julho de 2011

Apesar de ausência de análises laboratoriais recentes, os solos no Kwanza-Norte são considerados aráveis e abundam os cursos de água. Estes aspectos são imprescindíveis à agricultura em geral e, em particular, para a horticultura alcançar patamares industriais, sobretudo nos municípios de Cazengo, Cambambe e do Lucala, favorecidos pelo relevo que ostentam.

Impõe-se, assim, uma nova mentalidade para os produtores, baseada na visão empresarial, atraindo técnicos para o campo e aquisição de tecnologia. O agrónomo Paulo Bungo sugere a escolha dos períodos de cultivo, por exemplo, em montanha com declive tecnicamente aceitável, no tempo de maior regularidade das chuvas (Fevereiro, Março e Abril), para se efectuar a comercialização a partir de Maio.

Disse que o que se verifica é que a maioria está agora a plantar para colher ao mesmo tempo (Setembro e Outubro), logo, o risco do aumento vertiginoso da oferta num período curto. O recrutamento de técnicos é urgente e passa pela criação de incentivos como habita-

ção e a possibilidade de se tornarem sócios da empresa após alguns anos de serviço. Engenheiros formados na República Checa dizem ser esta uma prática bem sucedida naquele país.

O pessoal qualificado também deve abranger gestores para evitar o que tem sido frequente: quando o dono da fazenda fica impedido, por doença ou morte, surge o declínio ou desaparecimento da unidade de produção. O recurso as novas técnicas de irrigação, designadamente o “gota a gota”, sacha e colheita (debulhadora) podem reduzir o recurso à mão-de-obra oriunda do Kwanza-Sul e Huambo, que raramente aceitam permanecer acima de três meses no campo.

O agricultor Artur de Almeida aplicou perto de sete mil dólares na aquisição e começa a montar a qualquer hora o sistema gota a gota. “Apesar de experimental, um hectare é o que é possível em função das limitações financeiras”, explicou.

Na generalidade, os agricultores querem subsídios do Estado para arcar com os custos de produção, construção de diques, sobretudo de protecção nas margens do Lucala e reparação das vias de acesso. Sempre reclamaram dificuldades de acesso ao crédito bancário por várias razões, entre as quais o excesso de burocracia, taxas de juro elevadas e falta de garantias no quadro das exigências dos bancos.

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) publicita a disponibilidade de crédito até 500 mil dólares, reembolsáveis em oito anos. Significa que o produtor deve devolver ao banco 62 mil -, dólares por ano ou oito mil por mês, para o que é necessário rigor empresarial. Luinga e Mucozo, os maiores perímetros agrários, dão sinais de recuperação. No primeiro, banhado por um dique com caudal durante todo ano, há iniciativas que colheram na época passada 1.200 toneladas de batata rena numa porção de 50 hectares. Na década de 70, Luinga (Camabatela) notabilizou-se na produção de hortaliças.

7.5 Caculama com reservas fundiárias

Jornal de Angola
21 de Julho de 2011

Caculama dispõe de mil hectares de reservas fundiárias, no quadro da implementação do programa habitacional em curso no país, disse, ontem, naquela localidade, ao Jornal de Angola, o seu administrador.

Serrote Gio afirmou que as reservas fundiárias estão localizadas nas comunas do Mucari, Caxinga e Muquixi e que, neste momento, estão em construção, na sede do município de Caculama, três casas sociais destinadas aos enfermeiros, no âmbito do programa da melhoria das condições de vida dos funcionários.

Além da construção das casas, referiu, o programa con-

templa serviços básicos como postos de saúde, escolas, energia eléctrica, água potável e outras infra-estruturas. Victor Monteiro, empreiteiro das obras, anunciou que a sua empresa vai continuar a trabalhar no município de Caculama, construindo escolas, postos médicos e outras infra-estruturas.

7.6 No kuando kubango 150 mil pessoa por reassentamentar

Jornal angolense
de 16 a 23 de julho de 2011

Com o Programa Integrado para o Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza na agenda de trabalho, daí a presença dos dezoito governadores provinciais, a segunda sessão extraordinária da Comissão Permanente Conselho de Ministros, no passado dia 12, em Luanda, apreciou um programa que prevê o reassentamento de 150 mil pessoas em dois municípios da província do Kuando Kubango. De acordo com um comunicado de imprensa chegado ao Angolense, os cidadãos, entre os quais antigos militares, serão reassentados nos municípios de Mavinga e do Rivungo, devendo contar com apoios para actividades produtivas, a condição primordial para a criação de empregos. Trata-se, segundo o documento, de um programa operativo que contém um cronograma de acções complementares ao executado pelo Governo do KK, analisado em obediência a uma deliberação da reunião do órgão colegial do Executivo angolano realizada em Menongue, a 16 de Junho.

O comunicado acrescenta que este programa operativo pretende contribuir para a melhoria das condições de vida dos habitantes, reduzindo o índice de pobreza e aumentando a assistência médica e medicamentosa. No campo da educação, lê-se, estão previstas 121 novas salas de aulas, para um total de quinhentos alunos, com vista ao incremento da taxa de frequência escolar. Quanto ao Programa Integrado de Combate à Pobreza, que contempla, entre outras, acções como a construção de infra-estruturas, vias de acesso e o relançamento da agropecuária, a Comissão Permanente do Conselho de Ministros considerou de positivo o trabalho efectuado até ao momento, uma vez que “o mesmo tem estado a ser realizado com a concertação permanente entre as entidades centrais e locais, contando com o envolvimento da sociedade civil, tanto na fase de identificação das prioridades específicas dos municípios, como na de execução dos projectos”.

Sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, a sessão extraordinária passou em revista o ponto de situação de um subprograma de construção casas em cada um dos municípios do país, tendo reco-

mendado o contínuo aperfeiçoamento da articulação logística entre as várias entidades intervenientes. Desta forma, o Governo, que se diz empenhado na solução dos problemas básicos da população, tenciona assegurar em tempo útil a aquisição, o transporte e a distribuição dos kits de construção aos beneficiários. Por outro lado, apreciou uma proposta de lei prestes a ser remetida à Assembleia Nacional, que prevê em resposta à necessidade de uma alteração da divisão territorial e político-administrativa, a desanexação da província do Bengo e posterior integração na de Luanda dos municípios de Icolo e Bengo e da Quissama.

De igual forma, indica ainda o comunicado de imprensa, foi analisada a proposta de lei que eleva à categoria de município as comunas da Catumbela e Cacula, nas províncias de Benguela e da Huíla. No quadro do Plano Director dos Transportes da Província de Luanda, o Conselho de Ministros analisou uma proposta que estabelece um modelo integrado de transporte colectivo (rodoviário, ferroviário e marítimo) e para os novos centros urbanos da cidade, com vista a encontrar soluções que descongestionem e façam fluir o trânsito intermunicipal, dando resposta à dinâmica das necessidades das pessoas e dos agentes económicos

Se no léxico administrativo angolano já existia a expressão “Reserva Fundiária do Estado”, os autóctones só tomaram concedimento mais tarde quando lhes foram destruídas as residências, sob pretexto de ergue-las em terrenos reservados para execução de projectos Públicos

7.7 O truque das reservas fundiarias

jornal foha 8

16 de julho de 2011

A expressão surpreendeu os autóctones porque as residências foram erguidas num período em que os órgãos responsáveis pela gestão do território nem se quer tinham cadastrado as Reservas Fundiárias do Estado. Ademais, o Executivo liderado por José Eduardo dos Santos, no poder há quase 32 anos, depois da morte de António Agostinho Neto “Kilamba Kiayi” nunca disponibilizou terreno onde o angolano pudesse construir. Diante do silêncio governamental, quiçá por falta de política ou estratégias urbanísticas, o autóctone tomou a iniciativa de erguer habitações nas periferias dos centros urbanos, surgem assim vários bairros periféricos, principalmente na Capital do País (Luanda). São os novos musseques (Terra Vermelha, Embondeiro Rasta Papá Simão, Fubu, Lixeira, Mbondo Chapéu, Iraque, Bagdad, “28 de Agosto”, Soba Kapassa e tantos outros).

O surgimento de alguns bairros teve o acompanhamento das administrações municipais, são casos do Mbondo Chapéu, Iraque e Lixeira, mesmo assim foram destruídos, sob pretexto de terem sido erguidos nas áreas reservadas para execução de projectos públicos. Os angolanos das zonas supracitadas ainda estão desalojados e ao relento, embora as destruições tenham ocorrido há, sensivelmente, dois anos. Votaram mal.

Com a política das Reservas Fundiárias do Estado, vários cidadãos, dentre camponeses reconhecidos na Cintura Verde de Luanda, órgão adstrito ao Ministério da Agricultura, Pesca e Ambiente, perderam os terrenos que mais tarde deram lugar a construção de luxuosos condomínios cuja titularidade é puramente privada. “Afinal esta expressão só existe para receber os terrenos dos pobres”, lamentou António Magalhães.

Quantos condomínios foram construídos sobre os bairros habitados por autóctones de baixa renda ou pobre, aqueles cujo salário serve apenas para agravar ainda mais a miséria? A maioria dos novos bairros luxuosos foi erguida nos terrenos que antes eram lavaras. O bairro Talatona, a nova centralidade urbanística de Luanda, é dos principais exemplos. “Quem são os beneficiários das Reservas Fundiárias do Estado?”, questionaram.

A habitação é a principal problemática I do País, sobretudo em Luanda, onde são escassas as possibilidades de se adquirir uma parcela de terra. “A Capital é IS Reserva Fundiária do Estado. Mas quem vai ao Futungo, saindo da Unidade da Guarda Presidencial (UGP), pode observar a construção de edifícios ao longo da estrada. Será que as mesmas pertencem ao poder Público? Quantos condomínios o Governo angolano já construiu?”

O Governo angolano, sob liderança de José Eduardo dos Santos, também presidente da República de Angola, desde 1979, após a morte de António Agostinho Neto, nunca edificou residências de qualidade média para os angolanos, apenas construir vergonhosas “cabanas” no Panguila, Calemba 2, Zango; zonas que albergam autóctones desalojados das chamadas zonas de riscos. “Vamos encontrar nas eleições de 2012”.

As residências construídas nas reservas fundiárias do Estado custam os “olhos da cara”. O Projecto Angola Jovem do Ministério da Juventude e Desporto vem destapar o carácter maldoso das políticas do Executivo da República de Angola. Os que foram sorteados no programa de habitação tinham a obrigação de pagar mensalmente a quantia de 80 mil Kwanzas. “Essa medida é justa? Onde eles vão desencantar dinheiro?”

O conflito armado angolano terminou em 2002, vinte e sete anos depois. A economia estava e continua deficitária

ria, os autóctones, principalmente os jovens, auguravam pela recuperação das infra-estruturas destruídas durante a guerra civil; acreditava-se num Governo justo e trabalhador porque Dos Santos sempre evocou tal fenómeno para justificar o fracasso da gestão governamental. Ninguém duvidava do Presidente.

A recuperação das infra-estruturas destruídas durante a guerra significaria a revitalização da economia autóctone, mas verificou-se o contrário. Os influentes meteram-se nas negociatas dos condomínios construídos nos terrenos desalojados dos sem influências, até parentes próximos de altas figuras do Estado estão no encalço da propriedade do cidadão comum, como se fosse herança de família ou pertença do pai.

São esses os proprietários dos condomínios residências e edifícios de luxo espalhados pelo País, construídos sob o truque das Reservas Fundiárias do Estado. Para dar mais raiva aos jovens, fixam o preço de venda dos apartamentos - vivenda acima dos 100 mil dólares. “É preciso dizer aos angolanos que essa expressão (Reserva Fundiária do Estado) é resultante da febre da construção de condomínios”, disse Manuel Ngola.

7.8 Posse da terra autorizações devem envolver as autoridades

*Jornal de Angola do dia 18
de Julho de 2011*

Autoridades tradicionais, líderes religiosos, representantes de organizações e associações da sociedade civil recomendaram no sábado ao d Executivo, no Sumbe, que o processo de legalização de fazendas e r, questões sobre o uso e posse da terra devem ser resolvidos a nível das comunidades e não a partir da capital.

A recomendação saiu do seminário sobre o resgate dos valores morais e cívicos, promovido pelo Gabinete para a Cidade e Sociedade Civil do MPLA e que reuniu cerca de 300 pessoas. Os participantes defenderam que para a resolução de problemas comunitários, os sobas devem intervir em primeira instância, antes de serem encaminhados para os órgãos de justiça.

Além disso, assumiram o compromisso de depositar nas autoridades tradicionais o papel de guardiães da cultura e das tradições ancestrais, para manter a coesão social e garantir a transmissão de valores morais e cívicos.

O encontro recomendou o estabelecimento de parcerias entre o Executivo, instituições religiosas e as comunidades, que permitam dar às crianças bases sólidas para a sua educação e formação, e concluiu ser essencial promover seminários e debates sobre o resgate dos valores morais, cívicos e culturais, a partir das famílias.

O comunicado produzido no final refere que a culpa pela perda e degradação dos valores cívicos não recai

apenas nos jovens, nos mais velhos, ou no Executivo, mas sim em todos os cidadãos e instituições da sociedade. Nessa perspectiva, recomendaram a restrição da publicidade a bebidas alcoólicas e a promoção da beleza e os valores das mulheres.

O encontro serviu para trocar ideias sobre o actual quadro dos valores morais e cívicos na sociedade e a sua dinâmica na família, analisar o contributo das autoridades tradicionais, das organizações não governamentais e associações no processo de educação cívica, para uma sociedade participativa.

7.9 Do B.O para o do bairro operário

*Jornal o país do dia 22
de Julho de 2011*

Na intenção de apurar a veracidade das informações que, de algum tempo a esta parte, correm, na cidade de Luanda, segundo as quais os moradores do bairro Operário (B.O) estão a ser cadastrados, a fim de serem transferidos para a zona habitacional do Zango, em Viana, O PAÍS visitou o bairro dos proletários, nas Terça e Quinta feiras da semana finda, onde constatou que os residentes não serão transferidos para sítio algum, senão para áreas estratégicas, dentro da própria circunscrição. “Pelas informações que nós temos, nem todos sairão do bairro. As pessoas serão alojadas em algumas residências a serem construídas pelo Governo, enquanto, de forma faseada, decorrerá a requalificação de partes do B.O.”, revelou um morador, admitindo que poderão sair apenas aqueles que construíram em sítios de risco ou desaconselháveis, do ponto de vista urbano.

Em relação a isso, Amarildo Vieira Dias lembrou que o bairro Operário é dos poucos de Luanda com uma urbanização aceitável, ao ponto de afirmar categoricamente que “a área não tem becos”.

Momentos antes da nossa reportagem o líder da Casa Cultural Agostinho Neto tinha recebido uma delegação encabeçada pela vice-governadora de Luanda, Jovelina Imperial, acompanhada pelo administrador adjunto do município do Sambizanga, de quem recebeu a garantia de estar já em curso o projecto de construção de alguns edifícios, dentro do bairro, para realojar os primeiros expropriados.

Quanto ao pânico tomado pelos populares sobre a possível transferência para o Zango, o defensor e divulgador da vida e obra de Agostinho Neto ponderou dizendo que, quando a pessoa vive num determinado local, cria um hábito difícil de interromper. “Não é intenção do Governo desalojar as pessoas e levá-las para outras zonas estranhas”, sentenciou, admitindo haver possibilidades de poucos moradores terem essa sorte, por força de circunstâncias bastante justificadas. Em princípio, a maior parte dos habitantes do bairro vai ficar por aí,

soube O PAÍs do seu interlocutor, que classificou o desalojamento da família proletária como uma medida fora de contexto.

Na ocasião, Amarildo Vieira Dias classificou o B.O como um bairro que está ligado ao Moderno Nacionalismo Angolano, tendo adiantado o facto de o mesmo ser veículo do desenvolvimento da cultura, nas mais variadas vertentes, bem como do surgimento e da consolidação da intelectualidade,

“Pelas informações que nós temos, nem todos sairão do bairro. As pessoas serão alojadas em algumas residências a serem construídas pelo Governo enquanto, de forma faseada, decorrerá a requalificação de partes do 8.0, já que os primeiros intelectuais, ao nível da província de Luanda, estavam instalados aí, garantiu Amarildo, que também se considera natural do bairro Operário.

“Repare-se que, ao bairro Operário vieram parar pessoas, não só naturais de Luanda, mas também gente vinda de outras províncias, que se identificaram com o bairro”, acrescentou, chamando a atenção das pessoas para o carácter unificador que a área foi ganhando.

Finalmente, Amarildo apelou aos seus vizinhos a manterem a calma, colaborando com os elementos da equipa de cadastramento, de modo a evitarem todo e qualquer tipo de constrangimento.

7.10 Setenta e dois anos a residir no B.O'

Jornal o país do dia 22 de Julho de 2011

Pedi para não ser identificada nessa reportagem, mas é tratada por mamã entre familiares, vizinhos e amigos. A velha que ressente os seus 72 anos, começou por assegurar a O PAÍs que nunca saiu do bairro onde nasceu.

Ao retratar as suas recordações do período que antecedeu a independência, informou que o bairro Operário aglomerou a maior parte dos indígenas da época, por iniciativa dos portugueses colonialistas, que pretendiam agrupar todos os negros com espírito de vitória numa área, onde lhes facilitasse o controlo.

“O colono colocava toda gente trabalhadora, criativa e inteligente aqui, para lhes controlar melhor”, disse, tendo revelado que a prática da prostituição no B.O, deve-se ao protagonismo dos colonialistas que invadiam o bairro, para satisfazer as suas necessidades.

Como em outros bairros antigos de Luanda, as casas típicas dos populares eram feitas de madeira e chapas de Zinco, um protótipo ainda visível nos dias de hoje. Questionada se o ambiente facilitava tais actos, a anciã fez saber que o bairro também era habitado por muitas mestiças e viúvas, que se encarregavam de realizar o negócio do corpo, envolvendo miúdas e senhoras oriundas de outras paragens, das quais a velha cita o Marçal

e o Cazenga, que, segundo disse, já constituíam bairros com muita população.

Quem consentiu a existência da meretrícia na área foi Filipa Francisco Coelho de 68 anos de idade e moradora da rua Centro Cultural Agostinho Neto, onde disse ter existido a casa da Chica Cambuta, frequentada por miúdas e senhoras da vida, vindas do Marçal. O recinto de dança Izulina, de uma proprietária mestiça, completava o acolhimento das prostitutas. Apesar de ter vivido 11 anos fora do bairro, por decisão do marido, ela considera-se como uma pessoa que nunca abandonou o Operário, pois não passava uma semana sem visitar os familiares, amigos e vizinhos, com quem partilhou os momentos da infância.

Sobre os nomes que marcaram os seus primeiros passos de vida, Filipa Coelho lembrou as famílias Mário Honorato, Mateta, Simão e Edgar, os únicos de quem testemunha antiguidade ou genuinidade, já que outros tantos, informou, já saíram do bairro, faz tempo.

Na época, a rua famosa era a que passa pela então casa de Agostinho Neto (hoje Centro Cultural do Fundador da Nação) e termina nos chamados prédios, em direcção à escola ANANGOLA, por ser nessas paragens onde havia raparigas e jovens de elite, procuradas por pessoas forasteiras, que consideravam importantíssimas.

Os centros recreativos como o União São Paulo, Sem Medo e o Clube dos Congolezes acolhiam Filipa e as pessoas do seu tempo, para as diversões, algumas vezes complementadas com festas de quintais, fruto de iniciativas próprias, através de contribuições financeiras e materiais. O agrupamento Ngola Ritmo, com os sonantes nomes Liceu Vieira Dias, Nino Ndongo e Gegé foram recordados por Filipa, que não pôs de parte Lurdes Van - Duném.

7.11 Tentativa de sobre facturação divorcia Carlos Feijó e José Maria

Novo Jornal 22 de Julho de 2011

A TENTATIVA de extorsão de 25 milhões de dólares por supostos intermediários que se terão apresentado como estando alegadamente afectos ao Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, está na origem de mais um explosivo

- caso de corrupção que acaba de provocar o divórcio entre aquele alto governante e o governador de Luanda, José Maria dos Santos.

O caso, segundo apurou o Novo Jornal junto de uma fonte do Palácio da Cidade Alta, terá já chegado à mesa do Presidente que terá ordenado a intervenção da Procuradoria Geral da República para investigação, apuramento de responsabilidades e incriminação dos supostos intermediários.

Tudo terá começado depois de Carlos Feijó ter solicitado, com carácter de urgência, o licenciamento de uma vasta área de terreno destinada a uma empresa detida por israelitas. O governador, de acordo com um funcionário do GPL, terá remetido, com a celeridade que o assunto impunha, o dossier ao gabinete jurídico para o respectivo parecer. Atribuída a licença eis quando, segundo fonte que conhece o caso, terão surgido supostos “assessores” particulares do Chefe da Casa Civil que junto dos proprietários da empresa terão exigido o acréscimo de 25 milhões de dólares sobre o real valor do terreno. Inconformados com aquela surpreendente e descarada exigência, os detentores da empresa terão feito saber, junto do conselho de ministros, a inviabilidade do projecto face tão escandalosos encargos impostos – margem da lei. Daí ao dossier chegar ao gabinete do Presidente foi um passo.

Indignado com mais este escândalo, Eduardo dos Santos há três semanas recebeu o governador de Luanda e dado momento solicitou a Carlos Feijó que os deixasse a sós. Depois de José Maria dos Santos ter descartado qualquer envolvimento pessoal no caso, o chefe do governo ouviu também o chefe da Casa Civil que deu a sua versão dos acontecimentos.

A verdade, porém, é que o Presidente revelando-se pouco convincente em relação aos argumentos avançados tanto por um como por outro, terá mesmo acabado por decidir remeter o assunto à Procuradoria Geral da República para destapar o rosto dos autores desta vergonhosa tentativa de extorsão de dinheiro, que terão feito uso abusivo do nome do chefe da Casa Civil.

7.12 Água paga com cartões multicaixa

Novo Jornal

22 de Julho de 2011

o CONSUMO DE ÁGUA potável passa a ser pago através de cartões multicaixa. Este foi o primeiro acordo assinado nesta quarta-feira, 20, na Feira Internacional de Luanda entre a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), a Empresa Interbancária de Serviços e o Banco de Poupança de Crédito (BPC).

O protocolo foi assinado pelos Presidentes dos Conselhos de Administração da EPAL, BPC e Emis, respectivamente, Leonildo Ceita, Paixão Júnior e Pedro Puna.

O acordo vai permitir descongestionar as agências da EPAL, confrontadas diariamente com um elevado fluxo de clientes que acorrem a esses locais para pagarem os seus consumos do precioso Líquido, afirmou o director comercial da EPAL, Alberto de Azevedo.

7.13 Sempre em Luanda JES lança primeira pedra na requalificação do futungo de belas

*Jornal folha 8 do dia 23
de Julho de 2011*

O Futungo de Belas abrigou a antiga Presidência angolana e, segundo os planos de requalificação da área, vai receber o Museu da República, num conjunto que reunirá a ex-residência e o escritório do Chefe de Estado de Angola, visando proporcionar o estabelecimento de um novo padrão para a cidade de Luanda, redetinhando e reordenando o uso residencial e turístico, propondo a construção de infra-estruturas, loteamentos para residências, comércio e serviços, equipamentos de lazer e de apoio ao turismo.

O plano de desenvolvimento divide-se em três fases de construção de infra-estruturas, sendo a primeira desenvolvida numa área de 135 hectares, na zona central do perímetro, com os terrenos que contornam o núcleo histórico do Futungo de Belas, e a segunda numa área de 319 hectares, incluindo os terrenos da parte sul do perímetro.

A terceira fase, com 83 hectares, abrangerá os terrenos a norte do perímetro, perfazendo um total de 537 hectares.

A primeira fase do projecto está orçada em 150 milhões de dólares, numa acção que vai agrupar a reparação e construção de infra-estruturas de água, energia eléctrica, estradas e rede de esgotos.

A zona está projectada para uma população de mais de 49 mil habitantes, sendo cerca de 30 mil residentes e 19 mil não residentes, devendo haver lotes para a construção de edifícios para apartamentos, edifícios para comércio e serviços, assim como uma área destinada ao lazer, com hotéis de praia, convenções, resort, entre outros.

Está igualmente prevista a preservação e ampliação de espaços verdes, com a criação de um parque temático e do eixo ecológico, a construção de marinas, espaços comerciais, amplos espaços para estacionamento e uma variedade de equipamentos urbanos e de apoio à prática de desportos náuticos.

7.14 Construções anárquicas na periferia preocupam administração do Sumbe

Jornal de Angola
23 de Julho de 2011

As autoridades municipais do Sumbe, no Kwanza-Sul, estão preocupadas com a progressão de construções anárquicas nos arredores daquela cidade, criando embaraços no ordenamento e gestão territorial.

Para o efeito, uma comissão multi-sectorial, chefiada pelo administrador municipal do Sumbe, Sebastião Daniel Neto, e integrada por quadros e técnicos da Polícia de Investigação Criminal, da Fiscalização, da Procuradoria, do Instituto do Ordenamento do Território e Urbanismo (IOTU) e da Associação das Autoridades Tradicionais foi ontem ao terreno para constatar a realidade.

Uma fonte da administração informou que a situação começa a assumir contornos alarmantes, na medida em que técnicos e quadros da administração municipal do Sumbe e do Instituto do Ordenamento do Território e Urbanismo têm sido coniventes na cedência ou venda de terrenos e ainda de croquis de localização.

Associada a essa prática, referiu; está também a ignorância de muitos cidadãos que adquirem espaço a pessoas singulares, sem observarem as modalidades de legalização e muito menos as consequências.

Geraldo Quipungo é um dos cidadãos que adquiriu terreno sem seguir os pressupostos legais. Interpelado pela equipa do Jornal de Angola, disse que o terreno lhe foi cedido por alguém. Não possui documento que lhe permita construir.

“Muitas pessoas se fazem passar por fiscais e enganam as autoridades tradicionais para entrarem no negócio de venda de terrenos e, infelizmente, nós é que acabamos por arcar com as consequências.”

Domingos Luciano Manuel é também um dos que foram enganados pelos falsos fiscais. Diz estar preocupado com a situação das suas obras, que já consumiram mais de sete mil dólares. Desesperado, o cidadão atribui a culpa à administração municipal, pela morosidade quanto ao processo de legalização de espaços, para fins de construção.

“O soba foi quem me cedeu o espaço, isto há três anos. Desde que remeti o processo de legalização do terreno, até aqui nunca fui atendido e como tenho necessidade de ter casa própria, a alternativa foi iniciar as obras. Em caso de demolição, vou arcar com inúmeras consequências, sobretudo as de ordem financeira”, disse.

A cidadã Celeste Inglês afirmou que lhe foi cedido o terreno em 2007 e nunca foi advertida sobre a não utilização do espaço.

A reportagem do Jornal de Angola constatou no terreno que muitas pessoas foram antes advertidas pelas autoridades a não construir em espaço proibido, mas alguns fizeram ouvidos de mercador, desafiando as autoridades. O chefe dos serviços provinciais do Instituto de Ordenamento do Instituto de Ordenamento Território e Urbanismo no Kwanza-Sul, Leandro João Santo, defendeu a criação de planos urbanísticos nos locais afectados pelas construções anárquicas, para criar equilíbrios entre os governantes e cidadãos.

O responsável do INOTU afirmou que as demolições deixam um impacto muito negativo nas mentes das pessoas afectadas e do resto da sociedade.

“Precisamos de criar um plano urbanístico de forma a atenuarmos o impacto e a onda de revolta dos cidadãos. A execução de planos urbanísticos vai implicar a demolição de algumas casas que não se conformem com as modalidades técnicas, mas já não é tão fácil quando se trata de demolir um bairro”, disse o responsável.

O administrador municipal do Sumbe, Sebastião Daniel Neto, disse que as construções anárquicas nos espaços sob sua jurisdição constituem um açambarcamento desenfreado que conta com o envolvimento de técnicos, quer sejam da administração municipal quer do Instituto do Ordenamento do Território e Urbanismo.

Descontente com a situação, o governante anunciou medidas duras para se repor a legalidade. “Já identificámos os indivíduos implicados no processo de venda anárquica de espaços e caso não se reponha a verdade, os compradores que encobrirem as pessoas que se fizeram passar por autoridade vão perder o seu dinheiro”, disse.

O administrador do Sumbe, Sebastião Daniel Neto, considerou inoportuno o acto praticado por alguns cidadãos, que preferem construir primeiro, para depois pensarem na legalização e chamou a atenção das pessoas para não continuarem com esse comportamento.

Os alegados técnicos que estão implicados no processo de venda de espaços podem vir a ser responsabilizados criminalmente, desde que sejam provados os factos, disse o responsável.

7.15 Primeira-dama da República cativa terras no Huambo

Jornal Terra Angolana
25 de Julho de 2011

A Primeira-dama da República, Ana Paula dos Santos está a ser acusada por turistas e banhistas da principal carta de visitas da cidade do Huambo de ter ocupado largos espaços de exploração para os quais nada faz.

Terra Angolana sabe que a Dra. Ana Paula é detentora de uma zona nobre na Missão do Quando tendo encerrado o acesso aos banhistas que ocorrem aos milhares todas as semanas.

“Se o terreno não fosse ocupado a bacia do Quando seria um verdadeiro paraíso”, disse Artur Fela. O Kuenye que entretanto reconhece ter sido graças a uma visita da Primeira Dama que o executivo de Faustino Muteka asfaltou o troço que liga a famosa localidade do Cruzeiro que dá a não menos famosa Missão Católica do Quando.

Para os joyens intelectuais do Huambo é urgente a abertura dos espaços ainda encerrados para que as pessoas se sintam mais livres.

“Se a proprietária também é pobre deve fazer parcerias. O caricato é vedar tudo como que se fosse uma descoberta sua. Não. Nós já banhávamos aqui antes mesmo da independência”, sentenciou uma jovem que apesar de semi-embagada colheu, lplausos dos banhistas que acompanhavam a nossa conversa

Já o especialista em turismo ambiental Isaías José a barragem hidroeléctrica do Quando deve ser não só protegida, mas também melhor organizada. “Não basta fazer a exploração do sítio. É preciso proceder-se a completa desminagem do terreno que circunda a parte económica. Depois é importante que o governo do Dr. Faustino Muteka crie as devidas condições de sanidade e de protecção dos banhistas e das pessoas que habitam a zona”, disse.

Nos últimos tempos, existem registo de muitos atropelamentos na zona, chegando-se mesmo a dizer que estrada Quando / cidade do Huambo é das mais perigosas da província.

A localidade ganhou valor especial por se situar no Cruzeiro do Sul, de onde partem as estradas para o Leste angolano, passando pelo Bié, para a Huíla, passando pelo Sambo e para o litoral passando pela cidade do Huambo.

Para abençoar o caminhanteres mandou, o primeiro pároco da Ifissão do Quando, alçar um monumento sintetizado numa cruz JL Cri’ito.

Cont’! l knd’l que (, e ‘plo rador portugues Bnto Cape:o a caminho de I ourenço Iarque:, hoje Maputo tera confundllo a região tendo mesmo bapuzado o pequeno rio por Quando e o Cunene que fica ha 4U km Leste de Zambezi.

O engano pegou para o primeiro caso, mas não para o Cunene, pois no encontro com os autoto-fora informado que depois do Cunene estava o Cubango e não a Zambia como Capelo supunha, a despeito do mapa que levava.

7.16 Novas demolições agitam Cazenga

Jornal Terra Angolana
25 de Julho de 2011

Aconteceram recentemente demolições de casas na Comuna do Hoji-Ya-Henda no Município do Cazenga. De acordo com os últimos relatos, pelo menos 15 residências foram deitadas a baixo.

Momentos antes da destruição das moradias, Terra Angolana ouviu algumas vítimas que se recusam-se a abandonar suas residências por alegada falta de condições de habitabilidade na nova zona de reassentamento no Zango.

Enquanto isso o péssimo estado das estradas, falta de saneamento básico e tantos outros males que fustigam os munícipes do Cazenga continuam a preocupar os Jovens manifestantes daquela circunscrição de Luanda. Para se pôr termo a situação, o chamado Movimento Real de Angola e a Administração Municipal sentaram-se a mesma mesa no passado dia 26 de Maio onde a juventude remeteu uma série de contribuições no sentido de inverter o actual quadro.

Os manifestantes disseram que caso o Executivo de Tony Narciso não resolva os problemas, a onda de protestos vai reacender.

7.17 Desafecção de terrenos de orla costeira

jornal independente
30 de julho de 2011

O Conselho de Ministros apreciou, na sua mais recente sessão, um memorando sobre a aplicação das deliberações do Conselho de Ministros no anterior quadro constitucional, em que lhe era reconhecida competência deliberativa (é hoje um órgão de consulta), sobre o Plano da Orla Costeira.

Apreciou igualmente o Decreto Presidencial que aprova o Regime de Desafecção dos Terrenos de Domínio Público da Orla Costeira. Comeste Decreto, o Executivo vai proceder à transferência dos terrenos do domínio público compreendidos no perímetro da orla costeira, para o domínio privado dos respectivos governos provinciais, com vista a materializar o plano de desenvolvimento urbano e turístico da orla costeira.

O comunicado do secretariado do Conselho de Ministros esclarece que ficam excluídos do âmbito de aplicação do Decreto Presidencial que aprova o Regime de Desafecção dos Terrenos de Domínio Público da Orla Costeira, as áreas sob jurisdição portuária, que são reguladas por diploma próprio, além das áreas militares.

O órgão de consulta do Chefe do Executivo apreciou um outro Decreto Presidencial, que dá por findo o mandato dos membros do Conselho de Administração da CENCO-EP, e nomeia uma comissão de gestão constituída por cinco elementos, sob coordenação de Valentim Joaquim Manuel. Essa medida surge na sequência dos esforços do Executivo no sentido de reestruturar o sistema de logística e distribuição de bens essenciais à população.

Ainda na sessão de ontem, o Conselho de Ministros debruçou-se sobre o Decreto Presidencial que aprova a Carta sobre a criação do Centro de Coordenação de Investigação do Desenvolvimento Agrário da África Austral “CCARDESA”, além dos Decretos que aprovam os estatutos orgânicos das Universidades Katyavala Buila, Lueji ANkonde, Agostinho Neto, Kimpa Vita, Mandume Ya Ndemofayo, 11 de Novembro e José Eduardo dos Santos.

Outros dos diplomas apreciados pelo Conselho de Ministros foram a proposta de Lei do Cinema e do Audiovisual, o relatório de execução da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos e as medidas tomadas pelo Presidente da República para a sua aplicação, bem como os Decretos Presidenciais que aprovam a Política para a Pessoa Portadora de Deficiência e a estratégia para a sua protecção.

O órgão de consulta do Presidente da República deu parecer positivo à proposta de Lei que cria os parques nacionais de Mavinga e de Luengué-Luiana, na província do Kuando-Kubango, e do Maiombe, em Cabinda. A criação dos parques nacionais visam, segundo o comunicado do Conselho de Ministros, assegurar a protecção e conservação da biodiversidade, em harmonia com o desenvolvimento económico e social do contexto geográfico onde os mesmos estão inseridos.

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Policia combate garimbo de água

Novo Jornal
01 de Julho de 2011

CERCA DE UMA. CEN'TEKA de pessoas que se dedicavam ao garimpo e comercialização ilegal de água em vários bairros de Luanda foram detidas pela Polícia durante uma operação denominada “Água para Todos”. Entre os detidos consta um cidadão vietnamita, embora seja corrente em algumas zonas da capital verem-se estrangeiros de outras nacionalidades em práticas semelhantes.

O garimpo de água consiste na perfuração das condutas da EPAL, desviando-se o líquido para reservatórios e pretensas habitações que mais não são do que esconderijos onde assentam tanques e cisternas com capacidades que ultrapassam os 50 mil litros.

Por essa razão é que a água não chega a muitas casas, pois elementos como os agora detidos fazem com que a pressão da distribuição se vá reduzindo ao longo das condutas. A Polícia mobilizou um largo efectivo e meios para realizar esta operação, que contou com elementos dos Serviços de Migração e Estrangeiros, de Informação, da PIR, polícia montada, militar e ainda a colaboração de técnicos da EPAL. Até helicópteros, viaturas, motos e cães estiveram engajados nesta operação, que decorreu nos municípios da Samba, Maianga, Kilamba Kiáxi e Viana, mas a complexidade de alguns desvios deixa transparecer que só podem ser feitos com a cumplicidade de alguém que domine a matéria, no caso funcionários da própria empresa provincial de águas. Aliás, nos bairros é conhecida a cumplicidade de trabalhadores da EPAL com os vendedores de água que passam pelas ruas a horas específicas onde os moradores já conhecem os métodos e os preços de comercialização. Há até quem diga que uma parte das cisternas é propriedade de funcionários e responsáveis da EPAL, “razão pela qual estão-se marimbando com a distribuição ao povo”. Alguns cidadãos julgam que a distribuição de água, mesmo nas zonas onde não há canalização, devia ser através de cisternas e da responsabilidade da própria EPAL ou dos bombeiros, corno acontece noutras paragens.

Mas, como “isto é Angola”, como disse um morador de Viana, tudo vale e até há quem esteja a ficar rico com o sofrimento dos outros, vendendo água que geralmente não tem a qualidade desejada.

Alguns municípios manifestaram a sua satisfação pela operação da polícia, esperando que ela se estenda por outras zonas bem conhecidas de Luanda, onde o esquema é tão descarado que “até os cegos vêem”.

Para melhorar a distribuição, o presidente da EPAL

anunciou o início da preparação, a partir deste ano, de um projecto da instalação de 700 mil ligações domiciliárias, em zonas urbanizadas dos vários municípios da capital angolana, que vai demorar dois anos e meio.

8.2 Água para no Mártires de Kifangondo

Jornal o Internet
01 de Julho de 2011

Os moradores do bairro Mártires do Kifangondo, na Maianga, estão indignados pelo facto de há seis meses não ter sido restabelecido o abastecimento de água potável naquela zona. O corte do precioso líquido surgiu na sequência das obras que estão a ser levadas a cabo na área, pelo Gabinete para a Intervenção do Governo de Luanda, com vista à melhoria da zona adjacente ao Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro

Segundo apurou este jornal, nos últimos dias há residências que têm beneficiado do abastecimento de água, enquanto outros as torneiras continuam secas. Os afectados são obrigados a comprar o precioso líquido ao preço de 100 kwanzas a bacía. Apesar dos moradores terem já contactado as autoridades, no sentido de se resolver o problema, a situação mantém-se estacionária, não se vislumbrando uma luz no fundo do túnel para a resolução do problema. Os moradores estão, igualmente, insurgidos com a Odebrecht, empresa contratada para a execução dos trabalhos. Segundo os mesmos, tão logo a empreiteira iniciou com os trabalhos, as torneiras deixaram de jorrar água. Para além da falta de água, outra preocupação prende-se com o elevado índice de delinquência, sendo os estrangeiros as principais vítimas.

8.3 Água á míngua, cacetada por cima

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Os moradores de alguns bairros de Luanda foram surpreendidos na madrugada de sábado passado, 25 de Junho, por um grande movimento de viaturas e elementos da Polícia acompanhados de trabalhadores da Empresa Pública de águas de Luanda - EPAL, que batiam portas e gritavam ordens. Passava pouco das quatro horas, estava um tanto frio, o amanhecer tarda nesta época de cacimbo e no interior das residências as pessoas dormiam ainda. Alguns deitaram-se tarde depois de uma sexta-feira bem passada; outros dormiam mais descansados porque não tinham de ir trabalhar ao sábado e aproveitavam para relaxar mais um pouco e quebrar o stress e uma semana de trabalho.

Quando começaram as batidas nas portas e os pedidos para que as abrissem, a primeira reacção foi de surpresa e

medo: *afinal o que se passava? Seria algum levantamento, alguma revolução?* Receosa, muita gente não abriu as portas de imediato até que tivessem a certeza do que se passava na realidade. Porém, os agentes da Polícia não esperaram que as portas fossem abertas e começaram a forçá-las. Saltaram mesmo os muros e chegaram a arrombar algumas portas.

Só depois se teve consciência de que se tratava de uma rusga para detenção de vendedores ilegais de água, sobretudo dos que se aproveitam indevidamente de ligações clandestinas às condutas ou desvio destas para proveito próprio.

Esta medida da Polícia Nacional e da EPAL aconteceu em simultâneo nos municípios: de

Viana, Kilamba Kiaxi, Samba e uma parte da Maianga, ou seja, na área que se junta com a Samba. A operação, segundo a própria Polícia, teve êxito, porquanto foram detidas diversas pessoas que se dedicavam ao negócio, para além de meios como moto-bombas e dezenas de camiões cisternas, além da destruição de tanques de armazenagem de água.

A manhã daquele sábado esteve muito agitada nos vários bairros dos municípios onde se efectuou a operação, com tractores partindo os tanques, carrinhas da Polícia transportando os detidos, colunas de camiões cisternas escoltadas por agentes da corporação e dezenas de curiosos atentos a tudo, comentando, discutindo e tentando interceder junto das autoridades por este ou aquele indivíduo detido.

Reacções diversas surgiram de imediato. A medida foi bem-vinda para os que se sentiam prejudicados pelo desvio ou violação das condutas e tardou a chegar. Entretanto, para a maioria, para a população sacrificada e carente, que vive em bairros onde o precioso líquido não existe, por falta de condições de abastecimento por parte das entidades competentes, tal acção foi uma dura penalização, justamente num fim-de-semana, quando as famílias têm que executar tarefas domésticas prementes que não podem ser feitas durante a semana, entre outras coisas.

As pessoas que diariamente têm de comprar água a quem vende, a preços exorbitantes, muitos percorrendo grandes distâncias, ao longo desta semana viram a sua vida seriamente complicada, porque os pontos habituais onde se abasteciam, como em casas com tanques no quintal, que compram água aos camiões cisternas para a revender ao balde e bidões, ou ficaram sem os tanques, ou fecharam as portas por medo, incluindo as casas com água corrente, nos bairros onde há rede e facilitavam, embora vendendo porque também têm despesas com a EPAL, às pessoas que não têm água canalizada. Esta situação acontece por toda a Luanda, não só nos municípios que foram alvo desta operação conjunta, e já dura há longos anos, sem que se vislumbrem tendências de melhoria. Para determinados analistas, que na sequência

da acção protagonizada no passado sábado comentaram em diversos meios a situação, o problema da água em Angola começa a tornar-se num problema um tanto estranho para um país tão rico em recursos hídricos, à se

8.4 Detenções ilegais

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Um funcionário da EPAL, que pediu para não ser identificado, apenas disse que a operação em causa

estava a ser efectuada por ordens superiores e que por enquanto não podia fazer mais nenhuma referência sobre o assunto porque a sua direcção, no fim de tudo, vai fazer um esclarecimento público.

Na quinta-feira, 30 de Junho, os detidos foram levados ao tribunal de Polícia e depois de muito tempo de espera, na hora do julgamento, não havia ninguém da Polícia ou da acusação, para que o mesmo fosse efectuado, pelo que teve de ser adiado, voltando os réus à cadeia.

Esta situação gerou uma enorme onda de protesto por parte dos populares, que se amotinaram, obrigando à intervenção da Polícia com um numeroso efectivo.

Considerando o caso, um advogado disse ao Semanário Angolense que a detenção daquelas pessoas, pelo menos a maioria, é ilegal, porquanto não houve flagrante delito, não foram encontradas moto-bombas ou outro material, nem ligações clandestinas nas residências da maior parte delas, com algumas excepções.

8.5 Está a «beber» água

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Luanda vem passando por uma grave crise no abastecimento do líquido da vida, sem que haja explicação oficial convincente. Entretanto, as autoridades empreenderam um ataque à «máfia da água», como parte do problema, mas não se vislumbra uma solução a curto prazo, até porque o negócio vai muito além dos simples reservatórios domésticos que alimentam esta lucrativa candonga. É preciso mais coragem para se chegar lá. Ao topo

8.6 Habitantes de zonas rurais dispõem já de água potável

Jornal de Angola
02 de Julho de 2011

Mais de três mil habitantes das comunidades rurais da província da Lunda-Sul passaram a ter água abasteci da, através de sistemas instalados nos últimos seis meses, no âmbito do Programa “Água para todos”.

9 Director provincial da Energia e Água, Dito Kassongo, disse que a entrada em funcionamento destes serviços, em três das dez comunidades programadas para a primeira fase, corresponde a uma execução do projecto em apenas 30 por cento, por dificuldades de transportação de caneiros hidráulicos, durante a época chuvosa, para as localidades previstas.

O sector, segundo Dito Kassongo, está a envidar esforços para levar a cabo outras acções do género, em fase experimental.

8.7 A mafia da água

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Embora seja a partir desses depósitos erguidos pelos candongueiros da água que uma boa parte dos cidadãos se abastece do líquido, dando assim a impressão de serem um «mal necessário», a verdade é que eles só vêm embaraçar os esforços do governo na beneficiação dos sistemas e redes já existentes e na montagem de outros, por interferirem, com a sua actividade ilícita, na distribuição da empresa vocacionado para tal, que tem de arcar com os avultados prejuízos que as ligações clandestinas implicam

A água é tão vital para as pessoas como o é para os países e nações. A tal ponto que, como alguns especialistas o dizem, a carácter de premonição, a haver uma outra guerra mundial em grande escala, ela terá como causa o exacerbar da luta pelo chamado «precioso líquido».

Consciente de que um governo que não consiga dar água ao seu povo não é bem visto, o Executivo angolano tem feito esforços consideráveis para inverter o quadro de insuficiência que se regista actualmente, investindo sério para fazer jus aos ditames do programa «Água Para Todos», que resultará a médio prazo na distribuição do «precioso líquido» até ali onde houver um cidadão.

Há condições naturais para isso, até porque o país foi bafejado pela sorte tendo bacias hidrográficas invejáveis, que irão permitir então que a água chegue a todos com mais facilidade.

Há dias, determinadas nas da cidade foram sacudidas com a realização de uma grande operação «parte-tanques», que pretendeu iniciar em grande escala o combate aos «mafiosos da água», cidadãos que, por via de ligações

ilícitas a partir das condutas da empresa pública de distribuição do líquido, enchem os bolsos com a sua venda. Houve inclusive prisões.

Ao que consta, tal faz parte de um plano das autoridades que visa o melhoramento da distribuição, uma vez que os «mafiosos» acabam por complicar os resultados buscados pelos investimentos que têm sido feitos na beneficiação dos sistemas e redes de abastecimento existentes ou na criação de novos.

Embora seja a partir desses depósitos erguidos pelos candongueiros da água que uma boa parte dos cidadãos se abastece do líquido, dando assim a impressão de serem um «mal necessário», a verdade é que eles só vêm embaraçar os esforços do governo na beneficiação dos existentes e na montagem de outros, por interferirem, com a sua actividade ilícita, na distribuição da empresa vocaciona para tal, que tem de arcar com os avultados prejuízo que as ligações clandestinas implicam.

Segundo a polícia nacional, as autoridades não irão descansar até se pôr cobro ao fenómeno, doa a quem doer, custe o que custar. Fazendo um resumo da operação, o porta-voz da polícia de Luanda disse que ela foi orientada superiormente, com o objectivo de se acabar com esse negócio que está a enriquecer de maneira fácil muita gente e a prejudicar a maioria dos cidadãos.

«Se o programa se chama ‘água para todos’, essa água tem de servir realmente a todos e não apenas a alguns, como querem esses garimpeiros», disse.

Dai que a Polícia e a EPAL, em conjunto com outras instituições, estejam a levar a cabo essa operação até que se acabe com a candonga da água. «A Polícia não vai descansar e a operação vai continuar nos mesmos municípios e em outros que ainda não foram atacados. Vamos chegar a todos os sítios e acabar com isto», alertou.

Porém é sabido que há funcionários da própria EPAL e indivíduos ligados a outras instituições que colaboram com os garimpeiros. «Mas nós estamos a trabalhar nisso, estamos a fazer um trabalho profundo de investigação e vamos apanhá-los», prometeu.

De resto, esta primeira fase da operação «parte-tanques» terá resultado apenas na detenção da «raia miúda», uma vez que os «peixes graúdos», ao que se diz, beneficiando da cumplicidade até de agentes desonestos, acabaram por «tirar o pé», depois de avisados.

Oxalá, como prometeu a polícia, se chegue mesmo aos prevaricadores na sua globalidade, sem qualquer espécie de contemplações, para que a água possa servir efectivamente a todos. Afinal, sem ela, não há vida.

8.8 Corte de abastecimento de água

*Jornal angolense do dia 2
de Julho de 2011*

Uma das grandes preocupações do Executivo relativamente ao equipamento infra-estrutural da capital angolana prende-se com o sistema de abastecimento de água. A cidade cresceu, transbordou para fora de si mesma, transformando-se numa cidade sobrepovoada, urna cidade de muitos quando não era urna cidade para tantos. Urna das consequências mais evidentes deste crescimento exponencial de habitantes acaba por se ver reflectida nas dificuldades na cobertura do abastecimento de água a todas as zonas da província de Luanda.

São frequentes os cortes e falhas no abastecimento. Cornos são também frequentes as deslocações de muitos habitantes para ir buscar água quando o precioso líquido não está à mão de semear.

No âmbito dos vários projectos neste sector, a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) iniciou a preparação, para a partir deste ano, arrancar com um projecto de instalação de 700 mil ligações domiciliárias, em zonas urbanizadas dos vários municípios da capital angolana.

O Independente soube do presidente do conselho da administração da Epal, Leonildo Seitas, com a execução do projecto, nos próximos dois anos, o número de clientes vai aumentar de 140 para mais 700 mil.

A EPAL investiu de 2000 a 2010, cerca de 560 milhões de dólares norte americanos nas áreas de produção, distribuição e aumento da rede nos vários municípios da urbe. De acordo com o responsável apesar dos investimentos considerado de avultados e dos resultados satisfatórios, o sector está atento aos desvios de condutas em determinadas zonas para o garimpo, dificultando o abastecimento a cidade.

Por este facto denunciou, que em determinadas zonas as condutas da Epal são desviadas para efeitos de garimpo, na maior parte dos casos com a conivência de moradores. Entretanto, está também projectado a construção de dois grandes sistemas de abastecimento de água com a capacidade de seis metros cúbicos por segundo.

“As unidades de produção de água da Epal possuem reservatórios cuja capacidade nominal corresponde ao volume de água produzida e com a construção dos novos centros de distribuição, os reservatórios serão ampliadas e o aumento da produção de água será mais acentuada”, disse.

A empresa tem, ainda elaborado um plano estratégico que prevê o aumento da taxa de cobertura do serviço de abastecimento de água, para torná-la capaz de satisfazer pelo menos 80 por cento da população da capital angolana até 2015.

O plano, cuja execução tem fim previsto para 2025, inclui a reabilitação e expansão das infra-estruturas e aumento da sua disponibilidade e fiabilidade, bem como melhorar os serviços de marketing e comercialização.

Consta ainda do plano, de acordo com Leonildo Seitas, a reorganização e reestruturação da empresa e criação de uma nova cultura empresarial, reorganização da função de recursos humanos, garantia da estabilidade financeira da empresa e controlo dos Investimentos.

O responsável falou ainda do Sistema IV (Bita), que tem como consumidores alvo as populações de Cabolomgo, Ramiros, Bengo, Kilamba Kiayi, Zango.

Consta ainda dos projectos, o reforço dos sistemas da Maianga, Morro Bento, Futungo e Mussulo, bem como de áreas urbanas e vizinhos. Já o Sistema V (Quilonga) tem como alvo as zonas do novo aeroporto, urbanização do Quilómetro 44, zona industrial de Viana, nova urbanização de Cacucaco e reforço do Cazenga Viana e outras áreas urbanizadas vizinhas.

A EPAL tem chamado a atenção aos cidadãos no sentido de colaborarem com os seus serviços denunciando todos aqueles que tem violado os seus dispositivos para fins impróprios.

Á água é um bem social, e a Epal tem feito o possível para fazer chegar ao consumidor água com qualidade e abundância, respeitando as normas de qualidade exigidas pela Organização Mundial de Saúde.

8.9 Kikuxi a «mesma água»...

*Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011*

Localizado no município de Viana, a estação do Kikuxi é a fonte mais próxima ao rio Kwanza que abastece o sul de Luanda, através da conduta de Talatona.

As queixas entre os operadores do sector são as mesmas: deficiente capacidade de resposta das girafas, cuja gestão foi igualmente confiada a entidades privadas.

Consta que existem 4 girafas, uma das quais de água tratada e as demais de água bruta. Os camionistas que se abastecem da água bruta, ao que se apurou, «têm sido obrigados a comprar no local um kit composto de lixívia e cloro, para o abastecimento da água».

Abordados pela reportagem do Semanário Angolense, na quarta-feira, 29, alguns mostraram-se cépticos quantos aos motivos que levam a EPAL a não colocar em funcionamento uma outra girafa que se encontra montada há vários anos.

Segundo eles, caso a referida girafa entrasse em funcionamento, os gestores privados seriam forçados a baixar os preços da venda da água. «Há negócios debaixo da água»..., sublinhou um vendedor de água, deixando transparecer a existência de negócios turvos à volta do precioso líquido.

8.10 Viana o mais difícil

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

Depois da visita efectuada aos diversos locais onde a operação passou, a nossa reportagem deslocou-se ao Comando Provincial da Polícia de Luanda. Diante da porta da DPIC encontravam-se um enorme aglomerado de pessoas, maioritariamente familiares e amigos das pessoas detidas em função da operação contra o garimpo de água.

Quando se aperceberam da presença do repórter, rodearam-no e cada um explicava o seu ponto de vista, pedia ajuda para o seu parente e injuriava a Polícia, que dizia estar a maltratar os seus parentes ou próximos detidos desde domingo passado.

No interior da unidade, constatou-se no pátio a presença de inúmeras pessoas perfiladas, ou seja, os detidos, que esperavam por decisões sobre a sua situação, menos as mães com os seus bebés.

De seguida, o chefe interino para a informação” inspec-tor Nestor Goubel, procedeu a uma pequena conferên-cia de imprensa com alguns Órgãos escolhidos, tendo o Semanário Angolense aparecido de surpresa.

Nestor Goubel fez um rápido resumo da operação que, conforme explicou, foi orientada superiormente, com o fim de se acabar com esse negócio que está a enriquecer de maneira fácil muita gente e a prejudicar a maioria dos cidadãos.

Disse ainda que «se o programa se chama ‘água para todos’, essa água tem de servir realmente a todos e não apenas a alguns, como querem esses garimpeiros». Daí que a Polícia e a EPAL, em conjunto com outras insti-tuições, estejam a levar a cabo essa operação até que se acabe com a candonga da água. «A Polícia não vai des-cansar e a operação vai continuar nos mesmos municí-pios e em outros que ainda não foram atacados. Vamos chegar a todos o sítios e acabar com isto», alertou.

O «porta-voz» em exercício da Polícia de Luanda referiu que Viana foi o município que deu mais trabalho, porque a maior parte dos quintalões estavam fechados e num deles foi encontrado um tanque de 180 mil litros que considerou como uma «segunda EPAL» e acrescen-tou que têm conhecimento de que há funcionários dessa empresa e indivíduos ligados a outras instituições que

colaboram com os garimpeiros. «Mas nós estamos a tra-balhar nisso, estamos a fazer um trabalho profundo de investigação e vamos apanhá-los, prometeu.

Questionado sobre a possibilidade de haver inocentes entre os detidos, o inspec-tor disse taxativamente que não havia nada disso. «Todos agora são inocentes, mas a Polícia não é burra, a. lites de irmos ao terreno, houve um profundo trabalho de pesquisa e quando lá chega-mos já sabíamos aonde ir e em que porta bater. Agora cada um inventa a sua história e já não há quem venda água. Estão a ser elaborado os respectivos processos e todos vão ser encaminhados ao tribunal disse.

Quanto às senhoras com bebé e outras em estado de gestação negou que estivessem nas m mas celas com os demais. «Nós conhecemos as coisas e logo e vimos que havia pessoas nesse estado encaminhamo-las para L centro próprio onde estão a ~ devidamente acompanhadas».

Entretanto, quando o repórter estava de saída, o marido da senhora Maria da Conceição Ambrósio pediu para que intercedesse por ele para ver se podia receber o bebé que estava com a mãe que, segundo soubera, não estava muito bem de saúde. Falou-se então como um oficial da DPIC que disse que não sabia por que razão se prendera mães com bebés e autorizou a entrega do bebé. Contudo, tal só aconteceu no período da tarde, conforme já descrito noutra parte deste artigo, porque todas as senhoras com bebés e em estado de gestação, incluindo a que nascera na cadeia, estavam escondidas, por causa da presença dos jornalistas.

No exterior da DPIC, os populares que diziam estar a ser abandonados pela Polícia que nada dizia sobre a situação dos seus parentes, manifestavam-se aos gritos, com «a baixos» «vivas» e apupos aos agentes.

8.10 Caluquembe tem água potável

Jornal de Angola
05 de Julho de 2011

O director de Energia e Águas da Huíla anunciou, ontem, no Lubango, que mais de 20 mil famílias do município de Caluquembe têm, a partir de Agosto, água potável.

Abel da Costa disse que o projecto está a ser desenvol-vido graças à construção de 18 novos sistemas de capta-ção subterrâneos, no âmbito do programa “Água Para Todos”, de iniciativa do Executivo.

Na Huíla, afirmou, estão a ser desenvolvidos novos siste-mas com tecnologia adequada que integram bombas com sistema de energia solar em substituição das manuais.

Numa primeira fase, referiu, vão ser construídos nove sistemas ao longo da via rodoviária, que liga o município

da Cacula à comuna de Negola, e os restantes no município de Caluquembe.

A intenção de instalar estes programas, sublinhou, é melhorar e aumentar o fornecimento de água às populações, principalmente às que vivem no interior na perspectiva de reduzir as doenças provocadas pelo consumo do líquido impróprio.

Abel da Costa disse que está previsto a instalação de sistemas de fornecimento de água às comunas de Calepi e de Caluquembe e melhorar o fornecimento de energia, com a aquisição de grupos geradores. O município de Caluquembe tem cerca de 247.200 habitantes que habitam as comunas de Calepi, Negola e Sede.

8.11 A Epal deve ponderar a destruição dos tanques de água, para não criar situações gravosas

Semanário Internet

08 de Julho de 2011

A Epal, procedeu a uma campanha de destruição de supostos pontos de “garimpo” de água pelas bandas do Benfica, o que é perfeitamente um bom trabalho para não encorajar práticas indecentes que põem em causa o investimento do governo para a melhoria das condições de vida da população. Mas o que se passa é que em muitos casos e como é em toda cidade de Luanda, os tanques eram para a reserva do consumo de famílias que a conduta passou à porta e a nossa Epal, não se preocupando com eles, nega-lhes um contrato para o precioso líquido, de forma legal. Eles como também são tão angolanos quanto os outros que estão nos condomínios recentemente construídos, diante do estado de necessidade, lançam mão a tubagem para também sobreviverem. A Epal, diz ter cumprido exitosamente com a sua missão, mas esqueceu-se de levar cisternas de água, ali onde partiram os tanques e em consequência o precioso líquido, tornou-se extremamente caro e como se não bastasse, agora as cisternas da “candongá” encontraram mercado para escoarem o seu produto. Questões como esta necessitam respostas imediatas: 1. Depois de partirem os tanques e deterem os presumíveis prevaricadores, que hão-de fazer, ou vão deixar as pessoas passar mal? 2.- Se diz por aí que já há cisternas a custarem mais de USD 500.00, valor considerável, para pagar só água. 3.- *Quem serão os proprietários destas cisternas e onde se abastecem?* 4.- *Esta água que chega aos consumidores é fiável para o consumo humano, já que na crise tudo vale?* 5.- A partir desta medida, os bairros que não beneficiavam do precioso líquido já terão a jorrar nas torneiras?

Como se vê, parece que o mal maior é tirar a água sem dar soluções, pois que as pessoas que lá estão têm que viver e ‘é deste líquido que precisam, não basta tirar a água, pois a Epal devia ter o exemplo da sua irmã gêmea

a Edel, que diante dos famosos gatos, primeiro retirou os Postos de Transformação, vulgo “PT” da mão dos privados, aumentou o fornecimento do produto e legalizou todos consumidores e de lá para cá, os riscos de sabotarem as suas linhas, com alguma margem de erro tomaram-se nulos.

O bom senso aconselha, a Epal, primar pelo diálogo com os consumidores ilegais, pois que todas as medidas de força, terão duração diminuta, isto até mesmo a Direcção da empresa o sabe, já que os fiscais e outros trabalhadores que de dia estão envolvidos a partir tanques e fechar os gatos de noite vão colaborar com os populares a refazerem as ligações, porque o produto agora é igual a um poço de petróleo ou uma mina de diamantes. De outra forma não seria possível. Isto segundo populares afectados pela desastrosa medida e que a própria experiência tem demonstrado.

Esta atitude da Epal, esconde outros problemas, tal como pouca capacidade instalada para suprir os abastecimentos e para justificar a situação, alega obstrução das suas condutas. Porque há zonas da cidade em que não há gatos e também não há água e por aquilo que vemos e ouvimos, não estão a preparar já, redes para fazerem chegar o líquido. *Não vale a pena citar, porque muitos estão inclusive a escassos metros da própria Subestação de Fornecimento do Marçal e do Cazenga. A eles que explicação vão dar?*

É hora da Epal não descontar mais a sua incapacidade de fornecimento de água à população, aos pobres cidadãos que muitos deles só tinham mesmo os tanques para consumo e talvez fornecer a um amigo que mora nas zonas onde não haja água a jorrar nas torneiras, o que ninguém pode considerar de estranho, pois que muitos de nós fizemos este abastecimento nos nossos locais de trabalho com os bidões e isto não é garimpo ‘e sim abastecimento de água.

8.12 Girafas sob pressão

Jornal semanário angolense

02 de julho de 2011

Uma amálgama de tubos PVC serpenteia a vegetação, a escassos metros da conduta que transporta a água do Kikuxi ao Talatona. Solta, a água corre pelos tubos pretos, sem auxílio de moto-bombas, devido ao sistema de gravidade.

Ao meio da manhã de quarta-feira, 29, no conhecido posto de garimpo do Talatona, próximo à nova ponte de acesso ao bairro Dangeraux, o movimento de pessoas e de viaturas era fraco, já que água destinada a abastecer a zona sul da cidade deixara de correr há algumas horas. Ou, antes, corria lentamente.

Num repente, um jovem saído da vegetação, que parecia mal refeito de uma bebedeira da noite anterior, lança

farpas contra os «homens da EPAL» que, segundo ele, lhe tinham estragado o negócio nesse dia, «por cortarem a água mais cedo».

A conversa com o jornalista, confessa que vive da água há 4 anos e que ganhava acima dos 2 mil 500 Kwanzas por dia, com «a venda da água aos camionistas», que aportam àquelas paragens. «Mas há dias de seca total», adverte.

Diz que o meio da manhã é o período ideal para se colher a melhor imagem do garimpo da água naquele local. E aconselha o repórter a visitar o local às primeiras horas do dia seguinte.

Segundo ele, nesse período de tempo, assistia-se a um movimento frenético de dezenas de camiões cisternas e de muitos moradores do bairro que ter recorrido às fontes do garimpo para se abastecerem. «Aqui, não existem chafarizes e os moradores acarretam água sem paga! mas o mesmo não acontece com os camionistas, que pagam pelo abastecimento das suas eis ter nas», adiciona.

Um outro jovem, que se junta à conversa, diz que o garimpo de água «é a única fonte de sobrevivência da juventude do bairro, devido à escassez crescente de empregos». «Não usamos motobombas, porque se não “acabávamos” com o Governo...», afirma num tom de ironia.

– O garimpo de água no Talatona não se restringe apenas àquela área. Numa volta pelo bairro, o forasteiro poderá confrontar-se com outros postos de venda ou, mesmo, estações de serviço a céu aberto, nos quais a água jorra com uma certa pressão capaz de rivalizar com estações de lavagem de carros da baixa da cidade.

8.13 Cloro: o material Letal a movimentar

*Jornal angolense do dia 2
de Julho de 2011*

Se vai, como tudo indica, levar a cabo o processo que deverá devolver tranquilidade à população, a Águas/Benguela terá de observar alguns procedimentos no manuseamento do cloro, o material letal que alimenta a preocupação de especialistas. Basta consultar o “Manual de Cloro” elaborado em 2004 pela Associação Latino-americana da Indústria de Cloro e Derivados, fundada no ano de 1994, para saber que terá pela frente um grande desafio. Trata-se de um documento sugerido por António Barbio, um dos homens algo cépticos quanto à capacidade de empresas locais, que contém dados sobre o fabrico, os riscos e o transporte. Este último elemento, é certo, estará presente em qualquer que seja a estratégia da empresa que se prepara para solucionar o problema. O transporte, segundo o “Manual de Cloro”, é controlado por regulamentação própria, variando de país para

país, mas a empresa deve conhecer e seguir todos os regulamentos. Qualquer emergência com o cloro pode ocorrer, seja durante o fabrico, o uso ou a transportação, cabendo a quem manuseia possuir um plano de emergência e funcionários treinados para atender casos do género. No Brasil, país que contou com os serviços da Companhia de Celulose e Papel, o cloro é tido como um gás tóxico de segunda classe. Pode ser transportado a granel, em camiões tanque ou em vagões ferroviários.

8.14 EPAL recebeu mais de 500 milhões de dólares

*Semanário Factual
De 02 a 09 de Julho de 2011*

Quinhentos e sessenta milhões de dólares foram investidos na melhoria da rede de abastecimento de água da Empresa Pública de Água de Luanda (EPAL), informou, terça-feira, 28, o presidente do Conselho de Administração (PCA) da Empresa, à Rádio Luanda

O valor foi investido do ano 2000 a 2010 que deveria resultar nalguma melhoria da rede, facto que não aconteceu devido à acção de vandalismo por parte de alguns populares nas condutas da empresa.

O responsável garantiu que o abastecimento do precioso líquido está assegurado nas novas urbanizações.

“Pai um plano bem orquestrado, bem feito, mas o crescimento anárquico, pelo qual as pessoas precisam de viver, é uma cidade em que se diz que tem seis milhões de habitantes, e uma cidade com tantos habitantes assim, podemos imaginar quantas casas surgem todos os dias”, disse.

8.15 Valas de drenagem correm risco de transbordar

*Semanário Factual
De 02 a 09 de Julho de 2011*

O lixo e alguma vegetação que cresce ao longo das valas dificultam o escoamento das águas, o que as torna parcialmente inoperantes, devido ao amontoado de resíduos. Com as chuvas que se avizinham, valas de drenagem correm o risco de transbordar, situação que poderá deixar vias e residências inundadas.

O facto está a deixar preocupados os moradores que residem nas proximidades e não só. Para Francisco Miguel, residente no município do Cazenga, zona do Tala-hady, é preciso que se façam, urgentemente, trabalhos de limpeza nas valas de drenagem, não só no Cazenga, mas também em toda a província, a fim de se evitar o pior aquando das novas ocorrências de chuva.

“Não entendo por que os administradores municipais não levam a cabo campanhas de limpezas das valas, para

nos prevenirmos das catástrofes, face à não drenagem das águas. Se andarmos por Luanda, vamos ver que nada está a ser feito, a fim de se prevenir o que aconteceu no passado período chuvoso”, afirmou a fonte.

O Factual constatou a situação lastimável em que se encontram as valas de drenagem, com destaque para as do Cariando, que começa no município do Cazenga, passa pelo Kilamba Kiayi e termina na Samba, do Senado da Câmara, que tem o seu início no Hospital Américo Boavida, passa pela rua da Unidade Operativa de Luanda e desemboca na zona do Golfo TI e da vala da Boa vista Refinaria.

Nestas valas, é comum encontrar, ao longo do seu curso, amontoados de resíduos sólidos e germinação de vegetação que tende a dificultar a passagem da água.

Helena Mendes, moradora do município das Ingombotas, revelou que, caso não se fizer um trabalho de limpeza, vão voltar a Viver o que passaram no período chuvoso. Ao longo da vala da Boavista, é possível ver-se que a mesma está quase obstruída, dado o volume de terra transportada durante as últimas chuvas, mas nada, até agora, foi feito para a desobstruir”.

Carlos Pedro, residente no Kilamba Kiayi, informou que a situação naquelas paragens é desolador, visto que as valas de drenagens continuam, até ao momento, tomadas pelo lixo, mas nada é feito pela administração local para contrapor a situação.

“Estamos a escassos meses para voltar a chover em Luanda, mas nada está a ser feito, no sentido de se evitarem as situações desagradáveis que se viveram durante o passado tempo”.

O Factual contou, igualmente, que moradores depositam resíduos sólidos nas valas de drenagem, um dos factores que contribuem para a obstrução, da passagem da água. “E com muita tristeza que vejo moradores deitarem o lixo nas valas de drenagem de água, ignorando as consequências da sua atitude, para, posteriormente, lançar a culpa a quem governa”, disse Ana Matias.

Para Ana Matias, é importante que se crie um sistema específico de limpeza às valas de drenagem em cada município, com o intuito de dar resposta às necessidades evidentes que as passagens hidráulicas apresentam.

“Até ao momento, não vimos as máquinas em movimentação constante. Todos estão à espera que comecem as chuvas para se movimentarem. Isto tem sido constante”, desabafou Ana Macias. ~

8.16 Lixo à cobrança

Semanário Angolense
02 de Julho de 2011

O anúncio feito na semana passada pelo director-geral da ELISAL, engenheiro Antas Miguel, segundo o qual os cidadãos deverão em breve pagar pela recolha do lixo que produzem não só colheu de surpresa os luandenses, como também tem vindo a suscitar uma acesa polémica, por se tratar de algo inédito.

A comunicação que foi feita no âmbito do novo Programa de Implementação do Sistema de Limpeza da cidade de Luanda, segundo aquele responsável, tem como objectivo fazer com que os citados participem nas despesas que o Estado têm com a recolha e tratamento dos resíduos sólidos domésticos e industriais.

Segundo ele, era necessário acabar com a situação de que o utente só tem a responsabilidade de sujar, quando ele devia ter responsabilidades operacionais de participação no processo de financiamento e comunicação do sistema na ausência de prestação de serviço».

Na óptica da ELISAL, os cidadãos deverão pagar o lixo, cujo valor será determinado em função das quantidades que produzirem, numa única factura da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL).

De facto, o engenheiro Antas tem toda a razão quando diz que o Estado tem sido a única entidade a assumir com os encargos do lixo, embora os caminhos apontados não sejam os mais eficazes para atenuar o mal que grassa entre nós.

O director da ELISAL não adiantou se os preços a aplicar serão por meio de pesagem, a olho nu, ou, ainda, quais serão as sanções a tomar em relação aos «infractores» que se furtarem ao pagamento da energia eléctrica que consomem e, já agora, do lixo que venham a produzir.

A apresentação de uma única factura pode ser entendida como uma forma de «forçar» os luandenses a pagarem um género de serviços que à partida, parecem estar cobertos pelo Orçamento Geral do Estado. Ou melhor, que eles já pagam por via dos impostos, mais parecendo uma esperteza de algum iluminado para ir aos seus bolsos sem justificação que colha realmente.

Embora os dados sejam escassos, infere-se daí que os cidadãos que não honrarem os seus débitos com a EDEL poderão, por arrasto, ficar também privados da recolha do lixo que produzirem, acumulando-se assim montanhas de lixeiras à porta das suas casas.

Sem pretendermos polemizar o assunto, embora se saiba, à partida, que uma medida do género iria agravar as já débeis condições de sobrevivência das camadas de baixa renda. tememos que, caso ela vingue, venha também a penalizar os justos, que serão apanhados por tabela, algo que já tem vindo a acontecer quando a EDEL procede a cortes massivos de electricidade.

Admitindo-se por hipótese que a ELISAL penalize o cidadão por falta de pagamento do lixo, os resíduos sólidos irão causar sérios problemas à saúde pública, o que implicará a mobilização de mais recursos financeiros e meios do Estado para combater as doenças daí decorrentes, o que resultará num paradoxo.

Em substância, pesando os prós e os contras, há que convir que deverá ser melhor que a ELISAL ou o Governo Provincial de Luanda pense em coisa melhor. Esta parece destinada a só trazer mais confusão no já confuso sistema de recolha de lixo, além de não ser «católica», certamente sem analogia em algum outro lugar do mundo.

8.17 Governo contra o perigo”

*Jornal angolense do dia 2
de Julho de 2011*

É verdade que a directora da Indústria não entrou em pormenores sobre a intervenção da Águas Benguela, mas há vozes autorizadas que dizem não existir a nível local empresas com arcabouço, seja para que empreitada fo.

Nunca a directora provincial da Indústria, Engenheira Augusta Pinto, no cargo há praticamente dois anos, havia falado tanto do seu sector como nos momentos que antecederam, durante e após a Feira Internacional de Benguela (FIB), realizada em Maio. Foi na ressaca deste evento, numa amena conversa sobre o relançamento da indústria, que a directora expressou a preocupação dos Governos central e local face ao soar do alarme do perigo na CCPA, única no país. O dado a reter é que a remoção dos tóxicos não terá de esperar pelo relançamento do

Sector industrial, tanto mais não seja porque não se sabe o que será da fábrica, embora estejam sobre a mesa várias possibilidades. Sem pretender alimentar falsas expectativas, a Engenheira “Guga” limitou-se a garantir que até finais de Julho, na pior das hipóteses, será assinado um acordo com a empresa Águas/Benguela, eleita para a operação que se impõe. A partir daí, informou a directora da Indústria, esta firma poderá montar o seu estaleiro no Alto Catumbela. “Estamos preocupados com este perigo, mas está tudo sob controlo”, avançou.

8.19 Municípios vão pagar taxa de limpeza

*Semanário Internetete
08 de Julho de 2011*

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) apresentou, recentemente, um novo modelo de recolha e tratamento dos resíduos sólidos que pretende ser uma resposta eficaz aos grandes focos de lixo que se registam na capital do país.

O director da Elisal, Antas Miguel, que fez a apresentação do referido modelo, admitiu que o mesmo, para além de acabar com o lixo vai exigir dos cidadãos e operadoras do sector maior responsabilidade e eficácia, por forma a melhorar os serviços a serem prestados.

O novo modelo de limpeza tem como entidade fiscalizadora a própria Elisal, tendo o director da empresa considerado o lixo um problema da cidade e não apenas da instituição que dirige ou das operadoras.

“O problema é de todos, enquanto indivíduos que coabitam em sociedade”, disse Antas Miguel, acrescentando que, trata-se de um compromisso dos próprios municípios, a responsabilidade primária da recolha de resíduos sólidos.

Em seu entender, mesmo que se desenhe vários sistemas ou modelos, se as pessoas não estiverem conscientes e mobilizadas de como o sistema vai funcionar, nada vai se resolver.

O modelo recém-apresentados é um sistema integrado, devendo os utentes participar no processo de financiamento.

Uma das novidades consiste no pagamento, por parte dos cidadãos, da taxa de limpeza, a ser incluído na factura da Empresa Distribuidora de Energia de Luanda (Edel), isto para que a responsabilidade não seja apenas do Governo Provincial de Luanda e da Elisal.

A luta contra os resíduos sólidos, na cidade de Luanda, começou, precisamente, entre 1988 a 1991. Na altura, as autoridades analisaram a primeira experiência de colocação de serviço de limpeza entregue ao sector privado, tendo em 1991 sido criada a Elisal UEE, mas, no entanto, por algum período, entre 1997 a 2003 esta empresa passou a ser gerida pela Urbana 2000, porque na realidade havia a necessidade de se elaborar um modelo.

O problema de saneamento da cidade de Luanda, de acordo com Antas Miguel, prende-se com o facto de, ao longo dos tempos sempre se ter o sector público como o único responsável pela limpeza, tendo sido utilizadas soluções em que se colocava o lixo num contentor de grande dimensão, na perspectiva de que os resíduos seriam aplicados todos neste reservatório. Das infra-estruturas de apoio ao sector de saneamento da cidade, Luanda teve a lixeira do Golfe. Para além das questões operacionais de difícil acesso aos camiões, não era uma

área preparada para depositar resíduos. A passagem do aterro sanitário significou para a cidade um passo importante, porque a questão com a deposição de resíduos deixou de ser um problema da dimensão que se tinha antes, conforme esclareceu Antas Miguel.

“São produtos como enxofre, sulfato de alumínio, resina e cola para papel, guardados em 13 tanques metálicos, assim como gás altamente tóxico”

8.20 Os graúdos «tiraram o pé»

Jornal semanario angolense
02 de julho de 2011

A operação conjunta Polícia-EPAL no passado fim-de-semana e que de forma mais velada se estendeu pela semana adentro, resultou em vários episódios, alguns rocambolescos. Nos municípios onde ela foi levada a cabo, a população que acusa a Polícia de ter prendido um bom número de pessoas inocentes e alguns prevaricadores de menor monta, porque os considerados «boss's» do garimpo de água terão sido avisados para não pernoitarem em suas casas e manter tudo fechado um dia antes da operação, por altas patentes ligadas às forças da ordem.

No bairro Ilha Sagrada Esperança, município da Maianga, nas imediações da Samba, fala-se mesmo num intendente da Polícia Nacional que terá avisado os «grosistas» da água que se puseram em fuga ou trancaram as suas residências.

Neste bairro, o presidente da Comissão de Moradores, pessoa conceituada entre os habitantes locais, disse ao *Semanário Angolense* que a maior parte das pessoas detidas ali é inocente e que quase todas mulheres, mães de família, que até foram levadas para o cárcere com bebés, casos da senhora Domingas Rosa Lincas Chitapa, funcionária do Hospital Maria Pia há 24 anos, com o seu filho de cerca de um ano de idade, e da senhora Maria da Conceição Ambrósio, com o bebé de sete meses. Este bebé acabou por ficar bastante doente, quiçá pelas condições da cela em que estava com a mãe e foi entregue, doente, ao pai na quarta-feira de tarde para o levar a tratamento médico.

Ainda naquele bairro foi detido cidadão José António, proprietário de uma estação de serviço que fora injustamente acusado de garimpo de água. «Eles revistaram a empresa e não encontraram nada para além do material próprio de uma estação de serviço. Também a localização da estação não permite que encostem camiões para serem abastecidos de água. Apresentei toda a minha documentação que foi levada por um intendente de nome Abel, indivíduo muito arrogante, e também fui detido e levado para um posto de comando montado para o efeito na 5.ª Esquadra», explicou o cidadão.

José António disse ainda que passou sérias vicissitudes para ser libertado, apesar de se saber que não tinha nada a ver com o garimpo de água, tendo ficado detido todo o dia, porque o tal de intendente Abel afirmava que só estava a cumprir ordens do general.

Todos os detidos, inclusive taxistas, segundo disseram à nossa reportagem, foram levados para a Unidade Operativa e posteriormente encaminhados para a Direcção Provincial de Investigação Criminal - DPIC, para aguardar julgamento.

O presidente da Comissão de Moradores do bairro Ilha Sagrada Esperança fez questão de mencionar também que entre os detidos, para além das senhoras com bebés, estavam duas mulheres concebidas sendo que uma acabou por ter o bebé em condições precárias na noite de domingo e permanecia, até a altura em que a nossa fonte falava para o SA, no cárcere com o recém-nascido. A nossa reportagem soube ainda que, naquele bairro, um trabalhador da EPAL, apenas conhecido por Zé, e um seu ajudante de nome Mitson são as pessoas que violam as condutas e efectuam todas as ligações clandestinas para quem quiser, a troco de 400 dólares por «contrato». Este funcionário da distribuidora, cujos rendimentos com a candonga da água lhe permitem ter quatro mulheres, também tem tanques nas suas residências e numa delas o reservatório foi destruído pela operação. Como estava escondido em parte incerta, foi detida a mãe de uma das mulheres que vivia naquela casa.

A reportagem do SA visitou algumas casas das pessoas detidas, incluindo das senhoras com bebés, e constatou que nelas não há meios, nem condições, para o abastecimento de cisternas e nas cujos tanques foram destruídos pode-se notar que as tubagens das ligações clandestinas às condutas são de maior polegada em relação às domésticas.

Os moradores da rua do prédio da E 1Café e da rua da Vala 2 informaram que até aquele dia ainda estavam a ser presas pessoas que passassem com um simples balde de água ou com um bidão de 20 litros. «Há pessoas que não têm água canalizada e vão às casas dos vizinhos que têm, mas basta a polícia e os fiscais que estão nas ruas desde sábado verem alguém a passar com um bidão ou uma bacia de água e prendem logo, inclusive a dona ou dono da casa onde foi buscar a água. Como é que vamos viver assim, sem água para consumo e para as mínimas necessidades?», indagaram os cidadãos visivelmente agastados.

Em todos os bairros, as reclamações são idênticas, em uns mais que noutros. Mas é ponto assente que os grandes negociantes de água, proprietários de cisternas e de quintalões com enormes tanques são gente bem posicionada. Quem faz as ligações às condutas ou quem as desvia são trabalhadores da EPAL que cobram por cada serviço entre 400 e 500 dólares.

8.21 Banco mundial dá crédito extra ao sector das águas em Angola

Jornal de Angola
08 de julho de 2011

O Banco Mundial (BM) concedeu a Angola um crédito adicional de 120 milhões de dólares para a implementação do projecto de desenvolvimento institucional do sector das águas, indica um comunicado emitido na passada segunda-feira, em Washington, depois do consenso obtido pelo Conselho de Directores Executivos dessa Instituição financeira internacional.

O financiamento do BM ao sector das águas está agora fixado, no total, em 233,2 milhões de dólares e será administrado directamente pelo Ministério da Energia e Águas. O valor para o projecto principal, aprovado em 2008, é de 113,2 milhões de dólares. Segundo o comunicado, o novo projecto prevê aplicar gradualmente os fundos na prestação de serviços de água nas áreas suburbanas das cidades onde residem populações carentes.

Com esse fundo adicional, a Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA) irá financiar a reabilitação e a expansão dos sistemas de distribuição de água potável para melhorar a capacidade e para o número de ligações domésticas nas áreas urbanas das cidades de Malange, Cuito, Ndalatando, Uíge, Huambo, Luena, Menongue, Lubango e M'Banza Congo.

De acordo com o comunicado, os fundos adicionais vão, especificamente, assegurar a expansão das actividades incluídas na componente três do projecto original, para levar a cabo trabalhos de reabilitação dos sistemas de produção.

Os investimentos incluem a reabilitação das redes de produção e tratamento de água, a construção de novos reservatórios de distribuição nas plantas de tratamento existentes, a construção e apetrechamento de novos laboratórios, para melhorar a qualidade da água, a substituição do equipamento electromecânico e a construção de novos poços e de 403 quilómetros de redes de distribuição.

Além da construção de 60 mil conexões domésticas, esse fundo adicional vai contribuir para a preparação do cadastro técnico dessas ligações, de forma a assegurar um sistema de informação para medir o consumo de água e para processar as facturas e manter os registos de pagamento dos consumidores. Para já, estima-se que mais de um milhão de pessoas venham a beneficiar de água potável nas nove capitais provinciais abrangidas.

Para o Banco Mundial, essa mudança é um passo em frente nos esforços das autoridades angolanas na pós-guerra. Para esta nova visão do BM, contribuem as

transformações por que está a passar o sector das águas em Angola, para o qual são direccionados pelo Executivo investimentos que representam, para as instituições internacionais, uma grande oportunidade para o desenvolvimento institucional.

8.22 Consumidores aflitos

Jornal O PAÍS
08 DE Julho de 2011

Na central de abastecimento da EPAL que se encontra nas imediações do bairro Dangereux, a nossa equipa de reportagem deparou-se com um grupo de senhoras que aguardavam impacientemente pelos camiões cisterna.

Uma das cidadãs, que se recusou a revelar o seu nome, considera que a EPAL e a Polícia Nacional procederam de maneira negativa ao realizar esta operação, pelo facto de não terem feito antes o estudo de viabilidade que lhes permitiria avaliar até que ponto prejudicaria a população.

A nossa interlocutora é de opinião que o Governador Provincial de Luanda, José Maria dos Santos, não deveria autorizar a execução desta operação sem antes criar as condições para evitar a falta de água nalguns bairros.

“Temos notado o esforço que o Executivo tem feito para nos proporcionar melhores condições de vida, só que não existirá população se não houver distribuição de água”, defendeu a senhora, cuja aparência física aparentava estar acima dos 40 anos.

A senhora contou que chegou àquele local às 6 horas da manhã e até às 12 horas ainda não havia conseguido comprar a cisterna de 11 mil litros que tanto precisava. Ela manifestou-se descontente com o facto de os camionistas terem aumentado o preço de 15 para 25 mil Kwanzas.

Apesar deste aumento, a senhora enfrentou inúmeras dificuldades para comprar água. “Vivo na Gamek e como lá não há fontanário, a única solução que me restou foi vir aqui, mas mesmo assim não estou a ter êxito porque a maioria dos camiões já estão ocupados”, desabafou. Acrescentando, de seguida, que “estamos a sofrer com esta medida da EPAL, por isso apelo ao excelentíssimo governador que Prioriza a construção dos chafarizes e fontanários nos bairros onde não é possível fazer a canalização”.

Furiosa por estar desde a semana passada a tentar encher o seu tanque de seis mil litros, uma jovem que se apresentou simplesmente como Mizé, disse que teria de juntar quase dois salários para conseguir realizar o seu desejo e proporcionar alguns dias de sossego a sua família.

Os condutores dos camiões cisternas estavam a cobrar-lhe 25 mil Kwanzas, quando anteriormente pagava cinco a seis mil Kwanzas por este serviço. “Eles estão

a esquecer que nem todas as pessoas querem água para revenderem nos seus bairros. Há aqueles, como eu, que estão a aproveitar este tempo para fazerem pequenas obras de reparação das suas casas, de modo a se precaver das enxurradas e precisam de água”, disse a jovem.

Batendo a mão no peito, simbolizando o orgulho que tem por ser angolana, Mizé declarou que o país é de todos que nescarem aqui e que os governantes devem ter em conta que foram eleitos para resolverem os problemas do povo.

“Foram eles que autorizaram a demolição das condutas clandestinas e nós é que estamos a sofrer porque os altos funcionários do Estado têm água canalizada em suas casas e quando há carência, os camiões que lhes abastecem têm prioridade nos postos da EPM;’, desabafou. Mizé disse que chegou àquele local às 3 horas da manhã e estava desesperada, no início da tarde, porque existiam fortes indícios que apontavam que não teria êxito no mesmo dia. Dando o seu exemplo de vida, a jovem disse que vive maritalmente e como o seu companheiro só consegue disponibilizar diariamente 500 kwanzas para fazer o jantar, é obrigada a fazer muitas ginásticas para conseguir comprar águas bairro.

“No dinheiro que recebo para a última refeição do dia sou obrigada a retirar 120 Kwanzas para comprar um bidóm de água e isso cria muitos transtornos no momento das compras”, explicou.

O camionista Fidel Soares considera a operação de destruição dos tanques clandestinos como sendo a pior de todos os tempos, porque a direcção da EPAL não pensou nos transtornos que haveria de causar a população. A medida foi bem-vinda para os que se sentiam prejudicados pelo desvio ou violação das condutas.

Por outro lado, a Polícia e a EPAL consideram que a mesma teve êxito porque detiveram diversas pessoas que se dedicavam a este negócio, para além de meios como motobombas e dezenas de camiões cisterna, além da destruição de tanques de armazenamento de água.

DANIEL MIGUEL

8.23 Epal

Jornal
08 de Julho de 2011

A Epal, procedeu a uma campanha de destruição de supostos pontos de “garimpo” de água nos lados do Benfica, sendo um bom trabalho para desencorajar tais práticas que põem em causa o investimento do governo para a melhoria das condições de toda a população. Mas o que se passa é que em muitos casos e como é em toda cidade de Luanda, os tanques eram para o consumo de famílias que a conduta passou à porta e a nossa Epal, pouco preocupada com ele não traça políticas inclusivas. Eles diante do estado de necessidade laçam mão

à tubagem para adquirirem o precioso líquido ilegalmente. A Epal, diz ter cumprido exitosamente com a sua missão, partiram os tanques e não arranjam alternativas. Consequências: o precioso líquido, tomou-se extremamente caro. Quem ganha com isso?

8.24 Abastecimento de água é reforçado na província

Jornal de Angola
08 de Julho de 2011

o governo da província de Malange trabalha no reforço do sistema de captação e tratamento de água para melhorar o abastecimento às populações, disse, na quarta-feira, o chefe do departamento da direcção provincial do sector.

Lourenço Neto, que fez a afirmação num encontro com os primeiros e segundos secretários dos comités de acção do MPLA, adiantou que existem projectos que prevêem a captação da água a partir dos rios Cuíge e Kwanza. Lourenço Neto referiu terem sido feitos importantes investimentos no sector, particularmente no que toca à captação, com a reposição de todo o equipamento destruído durante a guerra.

Além disso, acrescentou, foram construídas uma adutora, 40 quilómetros de rede e 41 fontanários públicos, reabilitadas duas células, de cerca de dois mil metros cúbicos, e feitas 2.500 ligações domiciliárias, a partir de tomadas de carga das redes principais.

“Em função do aumento do número de habitantes na cidade de Malange, os investimentos no sector vão continuar”, garantiu Lourenço Neto.

8.25 Destruição de “girafas clandestinas” provoca catencia de água

Jornal o país
08 de julho de 2011

A destruição das girafas clandestinas de fornecimento de água nos municípios da Samba, Kilamba Kiaxi, Viana e uma parte da Maianga, está a provocar não só a carência deste líquido precioso, como também o aumento dos preços.

O camionista Fidel Ângelo Soares, 27 anos, encontrava-se num dos postos de abastecimento de água da EPAL, localizado no Kilamba Kiaxi, no meio de uma enorme quantidade de camiões cisternas que aguardavam para serem abastecidos.

O jovem contou que tinha chegado ao local às três horas da madrugada de quarta-feira, 6, e que tudo indicava que só conseguiria encher a sua cisterna por volta das 15 ou 16 horas.

A morosidade que se regista no abastecimento dos camiões e a carência de água nos municípios acima mencionados, levou os comerciantes a subirem drasticamente o preço, em função do tamanho do recipiente.

Fidel Soares exerce esta actividade há mais de três anos, disse que o preço oficial é muito baixo e varia em função da capacidade da cisterna, mas que devido a enchente que se regista é cobrado outro valor pelos lugares privilegiados.

A título de exemplo, o nosso interlocutor declarou que o preço oficial para encher o seu camião, cuja cisterna tem capacidade para 18 mil litros é de dois mil e 350 kwanzas, só que para conseguir abastece-la, sem ficar mais de 24 horas na bicha, teve que “pagar prioridade”, forma como eles denominam a taxa extra que pode passar os seis mil kwanzas.

“Há dias que somos obrigados a pagar uma determinada taxa para sermos infiltrados no meio, entre os camiões das empresas públicas e privadas, por serem aqueles que têm prioridade de abastecer”, declarou. Acrescentando de seguida que “os meus colegas que se recusam a pagar a taxa de prioridade acabam por ficar aqui mais de 24 horas”.

Fazendo uma comparação com os preços praticados antes da operação, Fidel Soares disse que a ausência dos tanques clandestinos é que provocou a criação desta taxa por parte dos funcionários da EPAL destacados nestes locais.

Apesar de os preços praticados ali serem mais baixos, as pessoas preferiam ir carregar nos sítios ilegais, pagando mais de seis mil kwanzas, devido a rapidez e eficiência. Segundo conta, os tanques clandestinos eram maioritariamente procurados por camiões de pequenas dimensões, como os de 12, 16 e 18 mil litros no máximo. Ao passo que nos postos oficiais aparecem cisternas de até 40 mil litros, pertencentes a empresas de construção civil.

O camionista Adalbino Alberto, 35 anos, disse que passou a noite de terça para quarta-feira na Central de Tratamento e Distribuição de água do Benfica, para conseguir ocupar um lugar privilegiado. Mesmo assim, o senhor só conseguiu ter o seu camião cheio às 12 horas do dia seguinte.

“Aumentamos os preços porque só estamos a fazer um carregamento por dia e não podemos levar aos nossos patrões um valor muito abaixo do habitual. Há vezes que passamos aqui todo o dia e não conseguimos água. O que dificulta bastante a nossa actividade”, justificou o jovem que estava prestes a sair com a cisterna cheia.

Adalbino Alberto explicou ainda que a maioria dos seus colegas não consegue fornecer o precioso líquido aos clientes na devida altura, pelo facto de os gestores da EPAL privilegiarem os mandados dos governantes e das empresas, deixando para último caso os fornecedores do povo.

O nosso interlocutor confessou que não pagou nenhum valor acima do estipulado pela Lei porque a água que transportava era, alegadamente, para um membro do Governo que vive no Projecto Nova Vida.

8.26 Arte de privatizar o Estado

Semanário Angolense

09 de Julho de 2011

1. O abastecimento de água potável e a recolha do lixo na capital foram dois dos temas que mais prenderam a atenção dos que acompanham a vida na nossa cidade. O novo modelo para a recolha do lixo, e, em especial, o esquema do seu financiamento, além de terem sido objecto de primeira página em alguns jornais de fim-de-semana passaram, igualmente, pelo crivo dos ouvintes numa das estações de rádio locais. Abastecimento de água e recolha do lixo, sendo embora fundamentais para o bem-estar das populações, devem, mesmo assim, merecer um tratamento diferenciado, sugerem abordagens separadas. Neste espaço vou, pois, relacionar-me com a problemática da água em Luanda.

2. Há poucos meses, em conferência de imprensa, o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, realçou o facto de o Executivo ter aprovado a criação de um Fundo de Desenvolvimento de Apoio às Infra-estruturas, sobretudo na área da Energia e das Águas. Tal Fundo de Apoio seria alimentado através da afectação directa no Orçamento Geral do Estado de 100 mil barris de petróleo/dia. Para a constituição do Fundo, o Estado conta já com 1,2 mil milhões de USD.

3. O Ministro Carlos Feijó acrescentou ainda que o Conselho de Ministros aprovara, igualmente, um regulamento a institucionalizar o Fundo que, «com profissionalismo, rigor e perspectiva de rentabilidade, permitirá que se façam investimentos nas áreas de energia e águas». A ideia é que as empresas ligadas ao sector da energia e águas «sejam rentáveis».

4. A partir do dado apresentado na conferência de imprensa, e entrando na mera propaganda política, 2º Secretário Provincial de Luanda do MPLA, Jesuíno Silva, colocou a medida anunciada por Carlos Feijó no quadro dos indicadores que atestam o empenho do Governo na «resolução dos problemas do povo». E, depois, rematou: «E ta medida do Executivo permitirá a construção de mais fontes de abastecimento de água, energia, construção de vias estruturantes e outras infra-estruturas».

5. Apenas por este último pronunciamento, podemos desde já inferir que muito há ainda por fazer até, finalmente, se conseguir «resolver os problemas do POVO»... E também que muitos desses «problemas do POVO» resultam, afinal, da carência de fontes de abastecimento de água, energia, vias de transporte e outras infra-estruturas. Como resolver, então, esses «problemas do povo»?

6. Na mesma conferência de imprensa, o Ministro Carlos Feijó apresentou a «fórmula» em duas dimensões específicas: por um lado, há que atrair e proteger o investimento estrangeiro qualificado e, por outro lado, há que estimular o investimento privado nacional. Para se atingir os tais objectivos, o Estado contará com dois dispositivos legais: a nova Lei do Investimento Privado e um Programa de Fomento do Empresariado Nacional.

7. No quadro do Fomento do Empresariado Nacional, haverá um conjunto de medidas e incentivos fiscais, mas também a redução dos custos para a constituição e funcionamento das pequenas e médias empresas detidas por cidadãos angolanos.

8. É por aí que o Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da

Presidência da República iniciou o ritual solene de levantar um pouco o «véu da noiva»:

A) O sector privado vai entrar no negócio da electricidade;
B) O Estado vai aplicar 20 mil milhões de USD em projectos estruturantes no sector da energia, designadamente, a construção de grandes barragens e a extensão da rede de distribuição de electricidade.

C) Os privados irão ficar com a construção dos pequenos empreendimentos, nomeadamente, mini hídricas e outras fontes de geração de electricidade.

D) O Ministro revelou mesmo que o Ministério da Energia e Águas está já em negociações com tais empresas.

9. Na conferência de imprensa, o Ministro Carlos Feijó tirou, por fim, completamente, o «véu da noiva», ao declarar que o projecto visa não só aumentar o grau de electrificação do nosso país, mas também apoiar o processo de industrialização, de modernização e rentabilização das empresas ligadas ao fornecimento de electricidade e água.

10. Voilà! Eis a chave do nosso puzzle. A acção da EPAL, levada a cabo com o apoio de efectivos da Polícia Nacional, de desmantelamento do sistema de «garimpo de água» - a que a imprensa de fim-de-semana denominou ironicamente «Operação Parte Tanques» - não foi, poi

8.27 Destruição de “girafas clandestinas” provoca catência de água

Jornal O PAÍS

08 DE Julho de 2011

A destruição das girafas clandestinas de fornecimento de água nos municípios da Samba, Kilamba Kiaxi, Viana e uma parte da Maianga, está a provocar não só a carência deste líquido precioso, como também o aumento dos preços.

O camionista Fidel Ângelo Soares, 27 anos, encontrava-se num dos postos de abastecimento de água da EPAL, localizado no Kilamba Kiaxi, no meio de uma enorme quantidade de camiões cisternas que aguardavam para serem abastecidos.

O jovem contou que tinha chegado ao local às três horas da madrugada de quarta-feira, 6, e que tudo indicava que só conseguiria encher a sua cisterna por volta das 15 ou 16 horas.

A morosidade que se regista no abastecimento dos camiões e a carência de água nos municípios acima mencionados, levou os comerciantes a subirem drasticamente o preço, em função do tamanho do recipiente.

Fidel Soares exerce esta actividade há mais de três anos, disse que o preço oficial é muito baixo e varia em função da capacidade da cisterna, mas que devido a enchente que se regista é cobrado outro valor pelos lugares privilegiados.

A título de exemplo, o nosso interlocutor declarou que o preço oficial para encher o seu camião, cuja cisterna tem capacidade para 18 mil litros é de dois mil e 350 kwanzas, só que para conseguir abastece-la, sem ficar mais de 24 horas na bicha, teve que “pagar prioridade”, forma como eles denominam a taxa extra que pode passar os seis mil kwanzas.

“Há dias que somos obrigados a pagar uma determinada taxa para sermos infiltrados no meio, entre os camiões das empresas públicas e privadas, por serem aqueles que têm prioridade de abastecer”, declarou. Acrescentando de seguida que “os meus colegas que se recusam a pagar a taxa de prioridade acabam por ficar aqui mais de 24 horas”.

Fazendo uma comparação com os preços praticados antes da operação, Fidel Soares disse que a ausência dos tanques clandestinos é que provocou a criação desta taxa por parte dos funcionários da EPAL destacados nestes locais.

Apesar de os preços praticados ali serem mais baixos, as pessoas preferiam ir carregar nos sítios ilegais, pagando mais de seis mil kwanzas, devido a rapidez e eficiência. Segundo conta, os tanques clandestinos eram maioritariamente procurados por camiões de pequenas dimensões, como os de 12, 16 e 18 mil litros no máximo. Ao passo que nos postos oficiais aparecem cisternas de até 40 mil litros, pertencentes a empresas de construção civil.

O camionista Adalbino Alberto, 35 anos, disse que passou a noite de terça para quarta-feira na Central de Tratamento e Distribuição de água do Benfica, para conseguir ocupar um lugar privilegiado. Mesmo assim, o senhor só conseguiu ter o seu camião cheio às 12 horas do dia seguinte.

“Aumentamos os preços porque só estamos a fazer um carregamento por dia e não podemos levar aos nossos patrões um valor muito abaixo do habitual. Há vezes que passamos aqui todo o dia e não conseguimos água. O que dificulta bastante a nossa actividade”, justificou o jovem que estava prestes a sair com a cisterna cheia.

Adalbino Alberto explicou ainda que a maioria dos seus colegas não consegue fornecer o precioso líquido aos clientes na devida altura, pelo facto de os gestores da EPAL privilegiarem os mandados dos governantes e das empresas, deixando para último caso os fornecedores do povo.

O nosso interlocutor confessou que não pagou nenhum valor acima do estipulado pela Lei porque a água que transportava era, alegadamente, para um membro do Governo que vive no Projecto Nova Vida.

8.8 Campanha de arborização no Kilamba-Kiaxi

Jornal de Angola
11 de Julho de 2011

O chefe de repartição de Saneamento e Espaços Verdes do Kilamba-Kiaxi, em Luanda, Roque dos Santos, anunciou a realização de uma campanha de arborização nos próximos dias.

Roque dos Santos adiantou, em declarações à agência Angop, que a arborização será feita em hospitais, estabelecimentos escolares e algumas ruas do Município, cuja campanha contará com o apoio de organizações ambientais, cujos nomes não adiantou.

“Necessitamos de implementar esta campanha, porquanto a circunscrição carece de muita arborização. Vamos mobilizar os jovens para levar a cabo a tarefa de plantação de árvores”, destacou.

O chefe de repartição municipal de Saneamento e Espaços Verdes reconhece que o Kilamba Kiaxi tem uma vasta área por florestar, argumentando que algumas vias

estavam a beneficiar de trabalhos de reabilitação, o que adiou o projecto de arborização.

Roque dos Santos defendeu a necessidade da educação ambiental da população para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É preciso que as pessoas sejam educadas no sentido de preservarem o ambiente. Devem evitar deitar o lixo em qualquer lugar para a nossa própria saúde”, acrescentou chefe de repartição municipal.

O município do Kilamba Kiaxi, situado a sul de Luanda, tem uma população estimada em mais de um milhão de habitantes, distribuídos em seis comunas - Neves Bendinha, Golfe (sede), Golfe II, Camama, Palanca e Havemos de Voltar.

8.9 Apoio do Japão dá água potável às populações do Chivalo

Jornal de Angola
21 de Julho de 2011

A população da comuna de Chivalo, Andulo, passou, desde ontem, a consumir água potável, com a entrada em funcionamento de cinco pontos.

O investimento, avaliado em cem mil dólares, foi financiado pela Embaixada japonesa.

Os trabalhos de construção dos pontos de água foram executados pela Organização Não-Governamental PEOPLE IN NEED.

O administrador municipal em exercício do Andulo, Fonseca Satula, pediu aos beneficiários que conservem os equipamentos e anunciou que o governo da província continua a trabalhar para a melhoria das condições de vida das populações.

O representante da embaixada japonesa, Roberto Rock, disse que o seu país vai continuar a financiar projectos que tenham em vista a melhoria da vida das populações.

8.10 Rubricado memorando para melhorar o acesso a água potável e saneamento

Jornal de Angola
22 de Julho de 2011

A Universidade Agostinho Neto (UAN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) assinaram ontem, em Luanda, um memorando de entendimento que visa cooperar de forma activa na concretização do Programa Conjunto de Gestão do Abastecimento de Água e Saneamento nas Zonas Urbanas e Peri Urbanas (PC).

O documento, rubricado pelo reitor da UAN, Orlando da Mata, e pela representante do PNUD, Maria do Vale Ribeiro, propõe identificar, em várias faculdades, temas de investigação científica transversais ao sector das

águas e saneamento, que vão ao encontro dos objectivos do PC e apoiar alunos na elaboração de trabalhos de fim de curso.

Orlando da Mata considerou que a cooperação vai contribuir para o desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais, e a identificação de outras áreas de interesse comum para o crescimento de Angola. “A universidade vai jogar um papel importante na implementação deste programa. Sabemos que dar água em condições às nossas populações é uma obrigação, tendo em conta que um dos principais objectivos do Executivo angolano é o combate à pobreza. Isso implica que a população deve ter acesso não só aos alimentos, mas também à água e saneamento básico em condições favoráveis”, disse Orlando da Mata.

A representante do PNUD, Maria do Vale Ribeiro, disse, na ocasião, que esta colaboração com a UAN vai capacitar os estudantes para um maior e melhor contributo ao desenvolvimento de Angola.

“É com muita satisfação que o PNUD tem apoiado o esforço do Executivo angolano. Esta é mais uma oportunidade para vermos realmente como é que podemos contribuir para o reforço e capacitação desses jovens, que sonham um dia ver o seu país desenvolvido”, disse.

8.11 O memorando visa contribuir para melhorar o acesso ao precioso e saneamento nas províncias de Moxico e Luanda.

*Jornal o país do dia 22
de Julho de 2011*

Um memorando de entendimento para a implementação do programa conjunto de gestão do abastecimento de água, saneamento nas zonas urbanas e peri-urbanas foi rubricado quinta-feira, 21, em Luanda, entre a Universidade Agostinho Neto (UAN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O documento foi assinado pelo reitor da UAN, Orlando Manuel José Fernandes da Mata, e pela representante e coordenadora residente do Sistema das Nações Unidas em Angola, Maria do Vale Ribeiro.

O memorando visa contribuir para melhorar o acesso e abastecimento de água e saneamento nas províncias de Moxico (municípios de Luau, Luena e Camanongue) e Luanda (municípios de Viana, Kilamba Kiaxi e Cacuaco). O PNUD, através do Governo espanhol, apoiará financeiramente a UAN com uma contribuição de oitenta e quatro mil e novecentos e nove dólares, para implementação do referindo acordo

O reitor da UAN, Orlando da Mata, referiu que o memorando de entendimento surge no âmbito do programa conjunto de gestão do abastecimento de água e saneamento, uma iniciativa lançada a 23 de Julho de

2009 entre o Governo de Angola e o PNUD com o financiamento do Governo espanhol.

De acordo com o reitor, para a implementação do projecto serão envolvidos vários estudantes das diferentes faculdades da UAN e docentes.

“A universidade irá jogar um papel importante na implementação deste programa. Dar água em condições às nossas populações é uma obrigação nossa”, referiu Orlando da Mata acrescentou que os principais objectivos do Governo angolano assentam no combate à fome e à pobreza, o que implica que as populações nas diferentes comunidades tenham acesso não só à alimentação mas também a água e a saneamento básico em condições.

8.12 Reforçado o abastecimento no Kapango e Mandembwe

*Jornal de Angola do dia 9
de Julho de 2011*

Cerca de oito mil habitantes dos bairros Kapango e Mandembwe, nos arredores do Luena, contam desde ontem com sistemas de tratamento e distribuição de água, no quadro do programa “Água para todos”. Adriana Cacuassa Bento, vice-governadora para os assuntos Políticos e Sociais, disse, no acto de inauguração dos dois sistemas, que o Executivo vai continuar a implementar programas de reabilitação e construção de infra-estruturas sociais, para atenuar as grandes dificuldades que a população enfrenta em vários domínios.

A vice-governadora garantiu que o governo da província está a trabalhar no sentido de construir mais escolas, postos médicos, reparar vias de comunicação, que, segundo ela, constituem ainda alguns dos grandes problemas que afectam os moradores dos bairros periféricos da cidade do Luena. “Não se pode fazer tudo de uma só vez.

Pedimos à nossa população que tenha calma e paciência, porque o governo vai continuar a aproximar dos cidadãos todos os serviços sociais e complementares, para que se sintam melhor”, concluiu.

Adriana Cacuassa Bento pediu à população das duas localidades para cuidar dos empreendimentos inaugurados.

Miguel Loenda Rufino, regedor do bairro Mandembwe, louvou a iniciativa do governo da província e disse que a população vai deixar de percorrer longas distâncias em busca da água.

8.13 Reforçado o abastecimento no Kapango e Mandembwe

Jornal de Angola
do dia 9 de Julho de 2011

Cerca de oito mil habitantes dos bairros Kapango e Mandembwe, nos arredores do Luena, contam desde ontem com sistemas de tratamento e distribuição de água, no quadro do programa “Água para todos”. Adriana Cacussa Bento, vice-governadora para os assuntos Políticos e Sociais, disse, no acto de inauguração dos dois sistemas, que o Executivo vai continuar a implementar programas de reabilitação e construção de infra-estruturas sociais, para atenuar as grandes dificuldades que a população enfrenta em vários domínios.

A vice-governadora garantiu que o governo da província está a trabalhar no sentido de construir mais escolas, postos médicos, reparar vias de comunicação, que, segundo ela, constituem ainda alguns dos grandes problemas que afectam os moradores dos bairros periféricos da cidade do Luena. “Não se pode fazer tudo de uma só vez.

Pedimos à nossa população que tenha calma e paciência, porque o governo vai continuar a aproximar dos cidadãos todos os serviços sociais e complementares, para que se sintam melhor”, concluiu.

Adriana Cacussa Bento pediu à população das duas localidades para cuidar dos empreendimentos inaugurados.

Miguel Loenda Rufino, regedor do bairro Mandembwe, louvou a iniciativa do governo da província e disse que a população vai deixar de percorrer longas distâncias em busca da água.

8.14 Água paga com cartões multicaixa

Novo Jornal
22 de Julho de 2011

o CONSUMO DE ÁGUA potável passa a ser pago através de cartões multicaixa. Este foi o primeiro acordo assinado nesta quarta-feira, 20, na Feira Internacional de Luanda entre a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), a Empresa Interbancária de Serviços e o Banco de Poupança de Crédito (BPC).

O protocolo foi assinado pelos Presidentes dos Conselhos de Administração da EPAL, BPC e Emis, respectivamente, Leonildo Ceita, Paixão Júnior e Pedro Puna.

O acordo vai permitir descongestionar as agências da EPAL, confrontadas diariamente com um elevado fluxo de clientes que acorrem a esses locais para pagarem os seus consumos do precioso Líquido, afirmou o director comercial da EPAL, Alberto de Azevedo.

8.15 Falta de saneamento básico preocupa munícipes

Jornal O Independente
30 de Julho de 2011

Numa edição do projecto Kaluanda, desta feita ainda no município da Maianga propriamente nos bairros do Cassequel do Embondeiro e do Lourenço. Chegamos por volta das oito horas da manhã, dirigimo-nos primeiro ao Cassequel do Lourenço que fica nas imediações do Aeroporto 4 de Fevereiro, isto para quem passa na rotunda que está defronte ao aeroporto e vai em direcção a Calemba. Caminhamos por ruas diferentes para saber do estado de conservação das mesmas. No interior de cada rua era visível a falta de saneamento básico e ausência do tapete asfáltico.

Tânia Isabel, uma das munícipes, disse que o bairro está bem actualmente em termos de energia eléctrica, mas na questão da água realçou a necessidade de haver canalização nas residências porque as que têm são poucas e os moradores compram os bidões a um custo de vinte e cinco kwanzas. “Mais quando há falha de água compramos a cem Kwanzas”, frisou. Sonya José, outra moradora, também realçou a eficácia da EDEL no que toca a distribuição de energia eléctrica no bairro. “Não temos problemas de energia”, disse, mas relatou um cenário triste que tem acontecido na estrada principal que sai do aeroporto até a Calemba desde que a mesma foi inaugurada. “Todos os meses morrem pessoas aqui”, informou. Segundo Josefa Alfredo, também munícipe, o Cassequel do Lourenço é um óptimo bairro para se viver por causa da tranquilidade, realçando que não há criminalidade na zona por causa da esquadra que se encontra no interior do bairro. “Aqui não há bandidos”, informou, tendo acrescentado que, as pessoas podem passear até as altas horas da noite e não correm risco nenhum por isso muitos vizinhos dormem com os porões abertos.

Quando a água potável,

Josefa Alfredo informou que estavam há já algum tempo sem a mesma, mas que agora voltou a jorrar nas torneiras, mas que na falta do mesmo pagavam por cada bidon ou banheira cento e cinquenta ou duzentos Kwanzas. Os munícipes na altura que “fazíamos a reportagem diziam que o real problema que os afecta é a falta de saneamento básico e a situação do asfalto das ruas. Disseram que meses atrás apareceram homens, que segundo os moradores, não souberam dizer se pertenciam ao Governo Provincial ou a administração, estavam a nivelar todas as ruas para terraplenar mas desde Maio os trabalhos paralisaram.

José Calueto, também um dos moradores, apontou a falta de saneamento básico como um dos principais problemas, salientando que, desde a inauguração da estrada principal da vinte e um de Janeiro as águas já não escoam e em tempo chuvoso a situação se agrava.

Manuel João, um outro morador, conta que existe problema de saneamento por falta de valas de drenagem. Disse que havia uma esquadra mas foi transferida para zona da Terra Vermelha, tendo agora apenas um posto policial.

O munícipe salientou que a criminalidade diminuiu muito em relação há três anos atrás, mas que ainda acontecem alguns casos isolados. Referiu ainda que quando alguém no bairro está a ser assaltado os polícias do posto não intervêm. “Ficam com medo”, acusou.

. Quanto li. Juventude do bairro disse que os jovens estão mal, passam todo dia a beber, não querem trabalhar e não se importam em procurar emprego. “A questão não é a falta de emprego mais desinteresse”, referiu.

9 AMBIENTE

9.1 Estudos sobre o Ambiente têm termos para elaboração

Jornal de Angola
01 de Julho de 2011

A Comissão Multisectorial para o Ambiente aprovou, ontem, em Luanda, o Regulamento sobre Registos de Consultores e Consultorias Ambientais e os Termos de Referencia para Elaboração de Estudos de Impactos Ambientais.

Um comunicado divulgado no final da sétima sessão ordinária da Comissão Multisectorial para o Ambiente refere que os diplomas regulam matérias exigidas para inscrição ou registo de pessoas, singulares ou colectivas, como consultores ambientais.

Os documentos regulam também os procedimentos que devem ser obedecidos para elaboração de estudos de impacto ambiental, a nível nacional, de forma a alcançar uma melhor qualidade das consultorias e dos estudos.

A sétima sessão ordinária da Comissão Multisectorial para o Ambiente, presidida pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim, discutiu várias matérias, entre as quais a Estratégia Nacional sobre as Alterações Climáticas para 2012-2020, a Proposta sobre a Estratégia Africana sobre Alterações Climáticas e a Proposta sobre a Estratégia para Novas Áreas de Conservação de Angola. A realização do próximo.

Seminário de Alto Nível sobre os Impactos Ambientais em Angola e a Conferencia Africana sobre Saneamento Ambiental, que se realiza em Kigali, foram também analisados. Questões ligadas às últimas enxurradas registadas na província do Namibe e a necessidade de protecção do gorila foram também analisadas na reunião.

A Comissão Técnica Multisectorial para o Ambiente, órgão de coordenação entre os vários departamentos ministeriais, criado por Despacho Presidencial, em 18 de Junho de 2010, tem a missão, entre outras, de se pronunciar sobre a elaboração dos projectos de legislação relacionados com o ambiente e utilização sustentável dos recursos naturais.

Concertar acções e programas intersectoriais de informação, divulgação e consciencialização social, no âmbito da organização de campanhas de educação ambiental, e o reconhecimento e protecção das comunidades de base em matérias do ambiente são outras das incumbências da comissão, coordenada pela ministra do Ambiente e que como coordenador adjunto o Vice-Ministro do sector. A Comissão Técnica é constituída por representantes de vários ministérios e instituições do Estado.

9.2 Instituto de desenvolvimento florestal prevê aumento de produtos de plantas

Jornal de Angola do dia 9
de Julho de 2011

O Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) prevê produzir cerca de 12 mil plantas diversas, entre ornamentais, fruteiras, florestais, eucaliptos, acácias rubras, palmeiras reais e sedrelas.

A informação foi avançada pelo chefe de departamento provincial do Kwanza-Norte do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Guilherme da Costa, durante as primeiras jornadas do programa de educação ambiental e cidadania, que decorreram no Instituto Médio Agrário. Nos arredores de Ndalatando.

“As plantas vão ser distribuídas às administrações municipais de Cazengo, Cambambe e Golungo-Alto, que por sua vez as farão chegar às populações e sobas, para fazerem a reflorestação em algumas vilas e bairros periféricos”, sublinhou.

O chefe do departamento provincial do IDF considerou a realização da jornada positiva, sublinhando que a actividade humana tem sido agressiva com a natureza e criticando o abate desordenado de árvores, a caça furtiva e a venda de carne e produto animal, ao longo da Estrada Nacional 230.

O IDF criou uma brigada mista com a Polícia Nacional, com o objectivo de sensibilizar as populações para a redução destas práticas.

Guilherme Costa lembrou que o uso irracional das terras, a poluição da água, a contaminação dos solos com excesso de resíduos urbanos, o corte de árvores para queimar, o desmatamento e o elevado volume de emissões de gases com efeito de estufa afectam o ambiente e têm estado na agenda política dos líderes mundiais.

Defendeu, por isso, a preservação da cobertura vegetal, promovendo a florestação e reflorestação, a salvaguarda da biodiversidade e a protecção de espécies em extinção ou sob ameaça.

De acordo com o chefe de departamento florestal, para preservação do ambiente, os Estados devem evitar as descarregas dos resíduos sólidos e líquidos nas zonas costeiras, rios e lagos, e promoverem a exploração sustentada dos recursos naturais, consciencializando e educando a população para as práticas e comportamentos ambientais saudáveis.

O secretário executivo do Comité Planeta Terra, Nascimento Soares, assegurou, por seu lado, que a jornada teve por objectivo despertar a sociedade para os males que o homem vem provocando à natureza e transmitir práticas para a redução dos problemas ambientais em Angola. Frisou que o governo do Kwanza-Norte deve aproveitar as iniciativas locais, incentivando os jovens e organizações a plantarem árvores ao longo das vias, rea-

bilitar os jardins e promover campanhas de recolha de lixo.

Queimadas

O vice-governador para a área técnica e infra-estrutura, Erlindo Lidador, defendeu, na ocasião, maior preservação, respeito e responsabilidade, por parte da população na utilização dos recursos naturais postos à sua disposição.

Erlindo Lidador assegurou que a preservação e redução da devastação do ambiente, passa pela educação da população, acrescentando que o Governo lançou um amplo programa de preservação ambiental. Acrescentou que a problemática do ambiente, a sua conservação e protecção fazem actualmente parte da agenda dos governos, pois dela depende a continuação da espécie humana.

O vice-governador apontou que, nesta altura do ano, se verificam várias queimadas no Kwanza-Norte a pretexto da procura de novos solos para a agricultura e caça furtiva, praticas que provocam efeitos devastadores na natureza.

Disse ainda que os problemas causados pelo aquecimento global, efeito de estufa e outros, obrigam o mundo a reflectir sobre a necessidade de impulsionar cada vez mais depressa o processo de educação ambiental, tomando todos agentes de educação e formação. A jornada foi uma iniciativa conjunta do Ministério do Ambiente, Comité Nacional Planeta Terra e da ONG Clube de Aliança.

9.3 Campanha de arborização no Kilamba-Kiaxi

*Jornal de Angola
11 de Julho de 2011*

O chefe de repartição de Saneamento e Espaços Verdes do Kilamba-Kiaxi, em Luanda, Roque dos Santos, anunciou a realização de uma campanha de arborização nos próximos dias.

Roque dos Santos adiantou, em declarações à agência Angop, que a arborização será feita em hospitais, estabelecimentos escolares e algumas ruas do Município, cuja campanha contará com o apoio de organizações ambientais, cujos nomes não adiantou.

“Necessitamos de implementar esta campanha, porquanto a circunscricção carece de muita arborização. Vamos mobilizar os jovens para levar a cabo a tarefa de plantação de árvores”, destacou.

O chefe de repartição municipal de Saneamento e Espaços Verdes reconhece que o Kilamba Kiaxi tem uma vasta área por florestar, argumentando que algumas vias estavam a beneficiar de trabalhos de reabilitação, o que adiou o projecto de arborização.

Roque dos Santos defendeu a necessidade da educação

ambiental da população para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É preciso que as pessoas sejam educadas no sentido de preservarem o ambiente. Devem evitar deitar o lixo em qualquer lugar para a nossa própria saúde”, acrescentou chefe de repartição municipal.

O município do Kilamba Kiaxi, situado a sul de Luanda, tem uma população estimada em mais de um milhão de habitantes, distribuídos em seis comunas - Neves Bendinha, Golfe (sede), Golfe II, Camama, Palanca e Havemos de Voltar.

9.4 Cintura verde de Luanda perde mais de meio milhão de dólares

*Jornal agora do dia 16
de Julho de 2011*

Pedrito, assim identificado por temer represálias, sente-se revoltado com os prejuízos no terreno onde trabalha há vários anos. Os agentes da polícia de ordem pública, militar e de trânsito romperam o portão da quinta de mais de dois hectares e destruíram os tanques com capacidade para armazenar cerca de 200 mil litros de água.

A forma arrogante como os efectivos da ordem penetraram na propriedade, ainda povoa desgraçadamente a sua mente. Os documentos exibidos a dar provas da legalidade das infra-estruturas nela construídas, não foram suficientes para convencer os policiais e impedir a sua firmas.

“Pareceu que estavam à procura de delinquentes com a única diferença de terem usado, para além de armas de fogo, retro escavadoras, moto niveladoras e moto serras. Com estes equipamentos, deitaram abaixo mais de três décadas de trabalho”, refere o empregado da quinta do ‘Ti Jota’.

“Este é um país desorganizado. Em outros civilizados seríamos chamados e admoestados porque estamos legalizados e não roubamos absolutamente nada. Aliás, nem sequer desviamos a conduta, como foi ventilado. Pagámos contribuições ao Estado, através da Empresa de Distribuição de Água de Luanda (Epal)”, refere Pedrito visivelmente amargurado.

Outro afectado por aquilo que chamam de “acto de terrorismo” é Zé Martins. Homem de quase meia-idade, mostrou-nos os escombros do tanque de mais de 60 mil litros escondido no canto de mais de um hectare. Frustrado, este malanjino não vê outra saída senão levar o caso às barras do Tribunal, onde gostaria de ver sentados no banco dos réus, o comandante da Polícia e o director da Epal de Viana que comandaram a acção sem aviso prévio.

A maioria das quintas cultiva diferentes tipos de frutas e hortaliças como couve, cebola, gimboa, e tomate, além da criação de aves, caprinos e suínos.